

II.5.3 - MEIO SOCIOECONÔMICO

II.5.3.1 - Considerações Gerais

Esta seção corresponde ao Diagnóstico do Meio Socioeconômico da Área de Influência para a Atividade de Produção e Escoamento de Gás Natural e Petróleo do Campo de Camarupim, Bacia do Espírito Santo, que será realizada através da instalação e operação do FPSO Cidade de São Mateus.

A seleção dos aspectos abordados no diagnóstico considerou os critérios para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental estipulados pelo Termo de Referência CGPEG/IBAMA nº 036/06, a legislação pertinente a empreendimentos dessa natureza e os resultados do modelo de simulação para dispersão de uma eventual mancha de óleo.

A definição das Áreas de Influência Direta (AID) e Indireta (All) está descrita na Seção II.4. A All do empreendimento compreende os municípios localizados na porção litorânea norte do estado do Rio de Janeiro (Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana) e os municípios localizados na porção litorânea sul do estado do Espírito Santo (Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta e Guarapari). Para a AID considerou-se os municípios localizados na região da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha e Serra), bem como os municípios do litoral norte capixaba (Fundão, Aracruz, São Mateus e Linhares).

II.5.3.2 - Metodologia

Seguindo diretrizes da Petrobras-UN-ES, ressaltamos que esta Seção foi elaborada com base em informações compiladas de dois processos de licenciamento já apresentados à CGPEG/IBAMA, referentes às Atividades do Módulo I (FPSO Capixaba) e II (FPSO Cidade de Vitória) do Sistema de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Campo de Golfinho.

Desta maneira, os dados primários¹ utilizados são provenientes do Estudo de Impacto Ambiental para a Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Campo de Golfinho, Bacia do Espírito Santo (Módulo I), quando foram contactados diretamente os representantes dos poderes públicos municipais, tanto na AII, quanto na AID. Na AID também foram ouvidos atores de relevância nas atividades turística e pesqueira, por serem diretamente influenciados pelo empreendimento. Neste sentido, foram entrevistadas todas as colônias e associações de pescadores existentes desde o município de Vila Velha até o município de São Mateus, associações e federações de moradores, associações ambientalistas, dentre outras entidades julgadas relevantes e identificadas junto às prefeituras municipais e aos demais entrevistados em cada município.

Os dados secundários foram obtidos a partir de estudos e informações estatísticas publicados sobre os municípios e suas regiões, através de órgãos públicos de referência na produção de estudos e estatísticas regionais/municipais como o CIDE, no Rio de Janeiro, o IPES, no Espírito Santo, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), dentre outras fontes. Buscou-se ainda, junto às Prefeituras Municipais dos municípios da Área de Influência, levantar os dados mais atuais sobre a socioeconomia, assim como os planos, programas e projetos existentes e as expectativas relacionadas à exploração petrolífera na região. Todas estas referências estão descritas no item “Referências Bibliográficas”.

Considerando as diferenças como localização geográfica e administrativa, formação histórica e dinâmicas de desenvolvimento, as Áreas de Influência Direta e Indireta do empreendimento foram analisadas em quatro grupos, localizados no litoral norte do estado do Rio de Janeiro, no litoral sul e norte do estado do Espírito Santo e na região da Grande Vitória.

¹ Levantamento de Campo realizado entre outubro de 2003 a janeiro 2004 (Petrobras/Cepemar, 2005).

II.5.3.A - Uso e Ocupação do Solo

II.5.3.A.1 - Municípios da AID

Para análise do uso do solo dos municípios da AID, foram utilizados como base os dados do censo agropecuário 1995/96 relativos à utilização do solo, especialmente no que concerne ao uso agropecuário. Os demais usos foram mapeados de informações contidas em estudos, documentos e outros dados disponíveis.

II.5.3.A.1.1 - Vitória, Vila Velha e Serra

Estes municípios apresentam espaços eminentemente urbanos, possuindo pouca representatividade em termos de áreas rurais, a exemplo de Vitória, que possui sua pequena área territorial quase totalmente urbanizada.

Em Vila Velha, as terras destinadas à pastagem chegam a 1724 ha, seguidas pelas áreas de lavouras permanentes. A maioria das terras produtivas do município da Serra é destinada a áreas de pastagem, seguido pelas áreas de matas ou florestas naturais e pelas lavouras permanentes. Vitória não possui áreas agricultáveis, embora possua uma significativa área com reservas naturais, conforme se pode verificar no item “Reservas Naturais” (Tabela II.5.3-1).

Tabela II.5.3-1: Utilização das Terras.

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ha)						
MUNICÍPIO	Area Total	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Temporariamente em Descanso	Pastagem Natural	Pastagem Plantada
Vila Velha	2.168	136	90	-	126	1.598
Serra	28.071	1.604	381	257	931	2.831
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ha)						
MUNICÍPIO	Matas /Florestas Naturais	Matas /Florestas Plantadas	Produtivas Não Utilizadas			
Vila Velha	128	8	26			
Serra	1.742	12	423			

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Com relação ao uso urbano, destaca-se em Vila Velha o adensamento relativo à sede municipal que se estende até Itaparica, sendo interrompido, neste trecho, pelo Parque de Jacarenema, localizado nas proximidades do balneário de Barra do Jucu. Junto a este balneário encontra-se a região denominada de Grande Terra Vermelha, área recentemente ocupada por invasões e loteamentos regulares e irregulares, que possui elevada densidade populacional e um dos maiores problemas sócio-urbanos da região metropolitana. A partir daí verifica-se a existência de vários loteamentos regulares ocupados, na grande maioria, por casas de veranistas, que se estendem até o município de Guarapari, sendo entremeado pela APA de Setiba e pelo Parque Estadual Paulo César Vinhas. Destaca-se neste trecho a visível ocorrência de uma atividade intensiva de extração de areia, comprometendo, inclusive, as áreas de proteção aí existentes.

Em Vitória a sede municipal compreende toda sua área territorial estando praticamente toda urbanizada, à exceção de sua área de manguezal (Figura II.5.3-1). Vale destacar ainda as áreas de parques e reservas naturais. Cidade portuária, abriga dois importantes portos nacionais: o Porto de Vitória e o Porto de Tubarão.

O Porto de Vitória, importante expressão em termos de uso urbano, possui áreas dentro do município de Vitória e áreas dentro do município de Vila Velha. É composto por 13 berços de atracação, movimentando carga geral, especialmente no Cais Comercial, sediado na capital; ferro-gusa, movimentado no Cais de Paul, em terminal arrendado a CVRD; mármore e granito e carga geral, movimentados pelo TVV, que também opera contêineres; tubos flexíveis, produtos fornecidos para as plataformas petrolíferas, operado no terminal da Flexibrás; granéis líquidos, operados no terminal de São Torquato, inclusive fornecedora das plataformas petrolíferas (Figura II.5.3-2).

Atualmente, as principais bases de apoio *offshore* no estado estão sediadas neste porto, sendo representadas pelos terminais da Flexibrás, da CPVV e de Peiú. Sua retroárea está delimitada pelas áreas residenciais urbanas que a circunscrevem (Figura II.5.3-3). No entanto, existem projetos de expansão do porto, alguns se adentrando à área marítima como o berço de atracação de navios de passageiros, outros disponibilizando áreas ao longo do canal em direção à terceira ponte, margeando o município de Vila Velha, sobretudo nas

proximidades da Ilha das Cobras (Assessoria Comercial e de Marketing da CODESA).

Vitória também sedia o Aeroporto Eurico Salles, principal aeroporto estadual, que encontra-se em fase de ampliação para recepção de aeronaves de maior porte e aumento de sua capacidade. Esta base aérea já vem realizando, embora de forma limitada, o transporte internacional de cargas, devendo expandir este tipo de operação. No município da Serra destacam-se as áreas de uso industrial, dentre elas os CIVIT (Centro Industrial de Vitória) I e II, o TIMS (Terminal Intermodal da Serra), as áreas relativas ao complexo industrial composto pela CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão e parte da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce.

O Porto de Tubarão, expressão nacional e destaque internacional na movimentação de minério de ferro, é um terminal especializado na operação deste tipo de carga. Após a construção do TPD - Terminal de Produtos Diversos, Tubarão passou a movimentar outros tipos de carga, como também contêineres e granéis sólidos (Figura II.5.3-4). O Porto de Praia Mole opera produtos siderúrgicos em condomínio entre a CST, a Açominas e a Usiminas, possuindo também um terminal para movimentar carvão mineral, este controlado pela CVRD. O acesso a Praia Mole se dá pela modal rodo-ferroviária (Figura II.5.3-5).



Figura II.5.3-1 - Vista geral da baía de Vitória.



Figura II.5.3-2 - Porto de Vitória.



Figura II.5.3-3 - Porto de Vitória (Retro-área de Vila Velha). Destaque para CPVV e Cais de Capuaba.



Figura II.5.3-4 - Porto de Tubarão.



Figura II.5.3-5 - Porto de Praia Mole.

O Terminal Industrial e Multimodal da Serra – TIMS é um complexo que integra atividades logísticas sendo composto de infra-estrutura própria, incluindo gasoduto e acesso rodo-ferroviário. Está localizado nas proximidades do Aeroporto de Vitória e dos Portos de Praia Mole e Tubarão, o que o colocam como uma das principais áreas de atração de investimentos do estado.

Neste município também se apresentam extensas áreas ocupadas por loteamentos de classe de renda baixa, que se estendem desde o limite com a capital até sua sede municipal. As Unidades de Conservação (UCs) também ocupam áreas expressivas no município, com destaque para o Mestre Álvaro.

No que tange aos instrumentos legais para o uso e ocupação do solo estes municípios dispõem de legislações específicas para este tópico. O município de Vitória dispõe do Plano Diretor, Lei Orgânica, Código de Edificações e Lei do Uso e Ocupação do Solo. O Conselho Consultivo da Vitória do Futuro (Agenda 21 da Cidade), órgão consultivo e deliberativo, foi criado com a responsabilidade de orientar e acompanhar as atividades da Agenda 21, promover e incentivar a mobilização da sociedade para a implementação de interesse da cidade e de seus cidadãos. Outros instrumentos utilizados para gestão no município de Vitória, criados por decretos e leis municipais, são o Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano e o Código de Limpeza Pública.

No município de Vila Velha citamos o Plano Diretor, que inclui a Lei de Zoneamento, o Código de Obras e o Código de Posturas.

No município da Serra, destacam-se: Plano Diretor Urbano, Lei de Parcelamento do Solo, Lei de Zoneamento ou Equivalentes, Legislação sobre as Áreas de Interesse Especial e Áreas de Interesse Social, Código de Postura e o Código de Obras. A Agenda 21 local foi concluída em 2000 com a apresentação do Plano Estratégico da Cidade 2000/2020, incluindo um total de 291 ações. O município possui Orçamento Participativo, que é conduzido pela Assembléia Municipal do Orçamento cujos membros são: a Prefeitura, a Câmara de Vereadores e a Federação das Associações de Moradores da Serra (FAMS).

II.5.3.A.1.2 - Litoral Norte do Espírito Santo

A utilização do solo nos municípios da AID-Litoral Norte, pode ser analisada na Tabela II.5.3-2. Considerando a área total formada pelos quatro municípios, verifica-se que 47,9% das terras são ocupadas por pastagens, sendo que 10,9% são pastagens naturais e 37,0% pastagens plantadas. Este resultado demonstra a relativa importância da atividade pecuária na região. Destaca-se ainda o percentual de pastagens plantadas por município, sendo que a maior relação sobre a área total corresponde ao município de Fundão, onde 51,2% das terras utilizadas são pastagens plantadas; em Linhares, 44,6%; em São Mateus, 32,2%; e Aracruz, 24,5%.

As áreas de matas e florestas naturais e plantadas ocupam a maior porção das terras utilizadas nos municípios de Aracruz e São Mateus, com 52,7% e 34,4%, respectivamente. Em Aracruz as matas e florestas plantadas correspondem a 38,1% das terras do município, e em São Mateus a 23,2%. Esses números revelam o forte desempenho da atividade silvícola na região, vinculada ao complexo agroindustrial instalado com os empreendimentos do grupo Aracruz.

As lavouras permanentes ocupam 15,0% do solo total desses municípios, enquanto as lavouras temporárias ocupam somente 2,9%. Essas últimas correspondem a 3,8% das terras ocupadas em Linhares e 3,3% em Fundão. As áreas agrícolas permanentes são mais expressivas especialmente em Linhares, onde ocupa 22,6% das terras. As lavouras permanentes concentram 16,5% dos solos em Fundão, 9,7% em São Mateus, e apenas 5,9% no município de Aracruz.

Tabela II.5.3-2 - Utilização das Terras

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ha)						
MUNICÍPIO	Área Total	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Temporariamente em Descanso	Pastagem Natural	Pastagem Plantada
Fundão	17.981	2.968	594	165	1.683	9.212
Aracruz	105.505	6.260	2.046	684	4.273	25.832
S. Mateus	224.512	21.901	5.141	2.644	28.998	72.272
Linhares	280.537	63.365	10.789	2.587	33.761	125.103

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

(Continua)

Tabela II.5.3-2 -Utilização das Terras (Conclusão) .

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ha)			
MUNICÍPIO	Matas /Florestas Naturais	Matas /Florestas Plantadas	Produtivas Não Utilizadas
Fundão	1.496	635	350
Aracruz	15.391	40.210	4.273
S. Mateus	25.037	52.162	8.489
Linhares	26.686	2.748	6.131

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Quanto ao uso portuário, destaca-se em Aracruz o Terminal Especializado PORTOCEL (Figura II.5.3-6), localizado no Porto de Barra do Riacho, que também possui um ramal ferroviário, com extensão de 40 km, que o liga a EFVM - Estrada de Ferro Vitória-Minas. Destacam-se também os centros industriais existentes no município: o Centro Industrial Sede com área de 466 mil m², e o Centro Industrial Orla que ocupa uma área de 5 milhões m².



Figura II.5.3-6- Vista do Portocel em Aracruz/ES.

Uma importante expressão em termos de uso portuário em Linhares é o Porto de Regência, que atende às atividades da Petrobras no norte do Espírito Santo.

Na sede municipal de São Mateus situa-se o Sítio Histórico Porto de São Mateus, mais importante patrimônio histórico da região, onde se mantém casarios e edificações do antigo porto de São Mateus.

Atualmente os instrumentos que dispõe o município de Fundão para a gestão de suas políticas públicas para o uso e ocupação do solo são: o Código de Postura e a Lei Municipal Nº 850/1995, que trata das construções no município, uma vez que Fundão não possui um Código de Obras. O Plano Diretor encontra-se em fase de elaboração.

Em Aracruz, os instrumentos de gestão de que dispõe o município são o Plano Diretor Urbano, o Código de Postura e o Código de Obras.

No município de Linhares, o Plano Diretor Urbano contemplará as novas Leis de Parcelamento do Solo, de Uso e Ocupação do Solo, de Zoneamento Urbano, de Uso e Ocupação nos Distritos, bem como os novos Códigos de Obras, Postura e a Lei Orgânica. Pelo Plano Diretor Urbano o município fica dividido em duas grandes zonas (Zona de Uso Intensivo e Zonas de Uso Controlado), onde foram criadas várias áreas de interesse: Área de Dinamização, Área de Comércio e Serviço, Área de Expansão, Área de Atividades Industriais, Área de Interesse Paisagístico, Área Especial e Turística e Área de Interesse Histórico. Outros instrumentos utilizados são o Código de Obras e o Código de Posturas.

São Mateus em breve terá o Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana, o qual está em fase de Projeto de Lei. O município dispõe do Código de Obras e do Código de Posturas. Outras Leis Municipais definem o perímetro urbano de Barra Nova e aprovam o plano de ordenamento do distrito de Barra Nova.

II.5.3.A.2 - Municípios da All

O uso/cobertura do solo foi analisado por município, sendo que as Tabelas apresentadas demonstram os valores de área em Km², ocupada por cada classe da legenda, e sua porcentagem em relação à área total do município. A conceituação das classes adotadas utilizou a classificação do CIDE (Centro de Informações do Estado do Rio de Janeiro) adaptada para o caso específico da seguinte forma (Petrobras/Cepemar, 2005):

◆ Floresta Ombrófila Densa: vegetação primária, localizada nas encostas, constituída de indivíduos de porte arbóreo agrupados em forma contínua. Corresponde à Floresta Atlântica de encosta;

◆ Vegetação Secundária:

- Capoeira: vegetação secundária em avançado estágio de regeneração, normalmente encontrada nas encostas.

- Capoeirinha: vegetação em estágio inicial ou intermediário de regeneração. Também é encontrada nas encostas.

- Vegetação de Encosta Esparsa: vegetação secundária encontrada em forma de ilhas isoladas e dispersas pelas encostas degradadas.

- Vegetação de Baixada: vegetação secundária encontrada em forma de ilhas isoladas e dispersas pelas baixadas. É formada por indivíduos de porte arbóreo. É formada pela mata seca, mata de restinga e mata de Tabuleiros.

◆ Vegetação de Restinga:

- Mata Paludosa: vegetação encontrada em terras úmidas, de porte arbóreo, que acompanha o curso dos rios.

- Vegetação Esparsa: vegetação rasteira espalhada pela restinga e entorno.

- Vegetação Herbácea: vegetação em forma de moitas que recobre boa parte das áreas de restinga.

- Vegetação Herbácea-arbustiva: vegetação intermediária entre a vegetação herbácea e a mata paludosa. É encontrada também em forma de moitas.

◆ Vegetação de Mangue: constitui em ambiente halófilo da desembocadura dos cursos d'água no mar. A vegetação cresce em água salobra e é formada por indivíduos de porte arbóreo.

◆ Vegetação de Mangue Degradada: vegetação de mangue que vem sofrendo ação antrópica.

◆ Área Inundável:

- Terra Úmida: áreas que passam a maior parte do ano com elevado grau de umidade e estão sujeitas a inundações periódicas.

- Vegetação Aquática ou Brejo: vegetação que cresce em terra úmida, de porte arbustivo, encontrada ao redor de lagoas e rios.

◆ Campo ou Pastagem: extensas áreas recobertas por vegetação herbácea que podem ser utilizadas para pastagens. Esta classe é encontrada em todos os municípios estudados.

◆ Solo Exposto

- Solo sem Vegetação: solo onde a vegetação foi removida e apresenta alto grau de degradação.

- Praias e Dunas: areias que formam as praias e as dunas.

◆ Reflorestamento: área destinada a plantios homogêneos para fins comerciais ou não.

◆ Área agrícola: área contínua, independente de tamanho, formada por campos de cultivo permanente ou temporário. Nesta categoria estão incluídas a agricultura de várzea e a agricultura sazonal (normalmente cultivada nos períodos de chuva).

◆ Vegetação Alterada: áreas desmatadas apresentando estágio avançado de degradação apresentando vegetação formada por árvores esparsas e por capim colônio.

◆ Afloramento Rochoso: rocha exposta, sem nenhum tipo de cobertura.

◆ Área Urbana

- Alta Densidade de Ocupação: áreas que se caracterizam por concentração contínua predominantemente vertical.

- Média Densidade de Ocupação: áreas que se caracterizam por concentração de ocupação predominantemente horizontal, ou vertical descontínua.

- Baixa Densidade de Ocupação: áreas de ocupação horizontal esparsa, entremeadas por áreas verdes ou terrenos não ocupados.

◆ Salinas: extração de sal.

◆ Ilhas Fluviais: ilhas encontradas dentro do curso dos rios mais largos, como, por exemplo, o rio Paraíba do Sul.

◆ Bancos de Areia: acúmulo de areias em formato de ilhas dentro do curso de rios mais largos.

◆ Mata Ciliar: áreas de vegetação arbustivo-arbórea características das margens dos rios.

◆ Lagoas Assoreadas: parte das lagoas que já foi completamente tomada por sedimentos.

◆ Água: lagoas, lagos, rios, etc. Não está incluído nesta categoria o oceano nem o rio Paraíba do Sul.

Para análise do uso do solo dos municípios do litoral sul do Espírito Santo, foram utilizados como base os dados do censo agropecuário 1995/96 relativos à utilização do solo, especialmente no que concerne ao uso agropecuário. Os demais usos foram mapeados de informações contidas em estudos, documentos e outros dados disponíveis.

II.5.3.A.2.1 - Litoral Sul do Espírito Santo

Conforme se verifica nos dados da Tabela II.5.3-3, a maioria dos municípios componentes do grupo do litoral sul do Espírito Santo apresenta áreas extensas de pastagens (naturais e plantadas) o que determina uma expressiva participação da atividade pecuarista em suas dimensões econômicas. Neste contexto, merecem especial destaque os municípios de Presidente Kennedy, cujas áreas com pastagens absorvem 73,8% de sua área territorial; de Piúma, com 60,5%, e de Anchieta, com 48%. Também são expressivas as áreas de matas e florestas (naturais e plantadas), principalmente em Guarapari, município que possuem expressividade no tocante às reservas naturais e às UCs, dentre os demais. No

relativo a áreas agrícolas, destaque para Itapemirim, que destina 37,3% de sua área para as lavouras temporárias, destacando-se aqui a cultura canavieira, principal atividade agrícola municipal. Os municípios de Anchieta, Guarapari e Presidente Kennedy também apresentam expressividade em termos de áreas agrícolas, predominando nos dois primeiros as lavouras permanentes e no terceiro as temporárias. Anchieta e Guarapari são destaques estaduais na cultura da banana, enquanto Presidente Kennedy apresenta forte expressão nas culturas de cana-de-açúcar e do abacaxi.

Tabela II.5.3-3 - Utilização das Terras.

MUNICÍPIO	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ha)					
	Área Total	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Temporariamente em Descanso	Pastagem Natural	Pastagem Plantada
Anchieta	24.148	3.781	605	185	3.119	11.590
Guarapari	42.482	6.813	591	879	2.540	15.767
Piúma	6.272	381	167	33	1.267	3.792
Itapemirim	55.671	1.216	20.792	1.271	15.264	9.821
Presidente Kennedy	54.577	1.048	4.507	650	3.379	40.268
MUNICÍPIO	Matas /Florestas Naturais		Matas /Florestas Plantadas		Produtivas Não Utilizadas	
Anchieta	2.943		138		316	
Guarapari	9.813		400		2.450	
Piúma	348		34		50	
Itapemirim	2.858		314		1.777	

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

De acordo com o IPES e Petrobras/Cepemar (2005), em termos de ocupação urbana, foi verificado que a ocupação do solo na região do litoral sul do Espírito Santo tem se caracterizado pelo adensamento urbano na faixa costeira, especialmente nas sedes municipais e, a partir destas, expandindo-se em forma de loteamentos e outras ocupações voltadas para o atendimento da população de turistas que freqüentam a região. A atividade turística, atividade de grande relevância para o desenvolvimento local, constitui-se num importante fator de expansão nestas áreas.

Observa-se, ao longo do trecho Vitória-Anchieta, um *continuum urbano*, permeado, em alguns trechos, por Áreas de Proteção Ambiental e por loteamentos ainda não consolidados. Segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves, “A mancha urbana litorânea no trecho Vila Velha-Anchieta ampliou-se em 10 vezes no período compreendido entre as décadas de 70 e 90” (IPES, 2000).

Entre Anchieta e Marataízes as áreas urbanas são bem mais espaçadas, sendo entrecortadas por propriedades rurais. Presidente Kennedy constitui-se numa exceção à regra, por um lado por localizar sua sede municipal no interior, distante da faixa costeira, por outro lado, por apresentar-se como um dos municípios de menor atratividade populacional. A dificuldade de acesso ao litoral deste município também se constitui num fator impeditivo para o crescimento de sua orla.

A recente duplicação da ES-060, também denominada Rodovia do Sol, resultou num incremento da especulação imobiliária na região, especialmente no trecho Vila Velha-Anchieta, provocando uma maior pressão urbana na região. A este fato deve-se somar a nova dinâmica econômica que está se imprimindo a todo o litoral capixaba, baseada nas recentes descobertas e investimentos no setor petrolífero, que, via de regra, tende a provocar maior adensamento urbano populacional nas regiões mais diretamente impactadas.

No município de Guarapari destacam-se os balneários de Setiba, Perocão, Santa Mônica, Praia do Morro, Nova Guarapari e de Meaípe, pelos quais perpassa a Rodovia do Sol.

No município de Anchieta destacam-se os núcleos urbanos de Ubu, Parati e Castelhanos e Maimbá, além da sede municipal. Ao longo da ES-060, nas proximidades de Ubu e de Maimbá localizam-se as áreas portuária e industrial pertencentes à Samarco Mineração S/A, margeada pela extensa Lagoa de Maimbá. Esta, por sua vez tem sido fortemente impactada pela ocupação nas suas proximidades por loteamentos e invasões, destacando-se os loteamentos na margem oposta de Meaípe e a ocupação denominada de Recanto do Sol.

O porto de Ubu, administrado pela Samarco Mineração S.A., recentemente incorporada ao grupo CVRD, possui dois berços de atracação que movimentam minério de ferro e *pellets*, que comportam navios de até 150.00 TDW, cuja

capacidade de carregamento é de 9.000 ton/h, segundo informações da CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo (Figura II.5.3-7).



Figura II.5.3-7 - Porto de Ubu, Município de Anchieta.

A sede municipal de Anchieta, sítio do mais importante patrimônio histórico-cultural da região, apresenta-se como um espaço de reduzida expansão urbana. Destaca-se nas suas proximidades a Estação Ecológica Municipal de Papagaio, que inclui extensa zona de manguezal adjacente à foz do rio Benevente (IPES, 2000).

A partir da sede de Anchieta, após um pequeno trecho de loteamentos e propriedades rurais, surge o balneário de Iriri, um dos mais atrativos do sul do estado, que se integra à paisagem urbana até a sede municipal de Piúma, estendendo-se, a partir daí, até os balneários de Itaipava e Itaóca, num processo de conurbação urbana visível.

Após Itaóca verifica-se a ocorrência de áreas não ocupadas, inclusive da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guanandy, localizada entre Itaóca e Barra do Itapemirim.

A conurbação urbana representada pelas sedes municipais de Itapemirim e Marataízes apresenta um conjunto urbano que impossibilita distinguir os limites territoriais destes dois municípios.

No município de Presidente Kennedy os núcleos urbanos são claramente distantes uns dos outros, inclusive sua sede municipal, localizada no interior do

município. Seu crescimento urbano tem sido lento ao longo dos anos, tendo-se praticamente mantido sua população, segundo dados dos últimos censos.

Quanto aos instrumentos legais regulamentadores relacionados ao uso e ocupação do solo destacam-se especialmente o Plano Diretor Urbano, a Lei Orgânica, o Código de Obras e o Código de Posturas, sendo que nenhum dos municípios do litoral sul capixaba possui Lei de Uso e Ocupação do Solo. Vale ressaltar a existência de Lei de Parcelamento no município de Itapemirim e Lei de Zoneamento do Solo em Guarapari.

O município de Itapemirim conta com os seguintes instrumentos: Lei de Parcelamento, Lei Orgânica, Código de Obras e Edificações e Código de Posturas.

O município de Marataízes possui Plano Diretor Urbano, Código de Postura, Código de Obras, além da Lei nº 693/2003, que regula as relações jurídicas entre o poder público e os munícipes, quanto a limpeza pública.

No município de Piúma o Plano Diretor está sendo elaborado. Outros instrumentos utilizados no município são: Código de Postura, Código de Obras e Edificações e Lei Orgânica.

Em Presidente Kennedy a gestão local conta com os seguintes instrumentos: Código de Postura, Código de Obras e Lei Orgânica.

O município de Anchieta tem como instrumentos de gestão o Código de Obras e o Código de Posturas.

Em Guarapari está sendo elaborado o Plano Diretor. A Lei de zoneamento está inserida no Código de Obras, contudo será posteriormente contemplada no PDU, quando da sua conclusão e aprovação. Atualmente o município tem como instrumentos legais para gestão o Código de Obras e o Código de Posturas.

II.5.3.A.2.2 - Litoral Norte Fluminense

Em Arraial do Cabo, o predomínio em termos de área do território municipal, é do conjunto “água”, o que demonstra o enorme potencial hídrico do município, que detém, entre lagos, lagoas e rios, 48,2% de sua área. A cobertura vegetal, nas suas diversas formas, agrega cerca de 17% do território municipal. Também merece menção a área urbana que totaliza 9,5% da área, com destaque para a média ocupação (6,6%). As áreas de campos e pastagens ocupam um percentual significativo, de 11,4%. As áreas com salinas explicitam a importância desta tradicional atividade desenvolvida no município, perfazendo 8,5% da área municipal.

A atividade agrícola é inexpressiva dominando apenas 0,5% da área do município. As áreas correspondentes a praias e dunas são extensas, totalizando 2,8% deste território, o que demonstra a importância da atividade turística em função das condições naturais no município (Tabela II.5.3-4).

Tabela II.5.3-4 - Valores de uso e cobertura do solo, no município de Arraial do Cabo.

ARRAIAL DO CABO		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	18.27	11.42%
Vegetação herbácea	3.42	2.14%
Vegetação esparsa	10.01	6.25%
Vegetação herbácea arbustiva	12.40	7.75%
Agricultura	0.74	0.46%
Vegetação baixada	1.37	0.86%
Baixa ocupação	4.74	2.96%
Média ocupação	10.49	6.56%
Terra úmida	2.86	1.79%
Praias e dunas	4.50	2.81%
Brejo	0.44	0.28%
Salinas	13.60	8.51%
Água	77.12	48.21%
Total Interpretado	159.96	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

Cabo Frio apresenta um perfil mais diversificado, com predominância da área de campos/pastagens, com 35,1% de sua área total; com importância na área agrícola, que totaliza 21,5% do município, e com uma representativa área urbana, de cerca de 11% da área total. Ressaltam-se ainda as áreas de reflorestamento, com 2,3%; de salinas, com 5,4%, e de água, com 7,4%. Estas determinam o perfil econômico do município, baseado na atividade turística, na pesca, na extração de sal e na agropecuária (Tabela II.5.3-5 e Figuras II.5.3-8 e II.5.3-9).



Figura II.5.3-8 - Salinas entre Cabo Frio e Arraial do Cabo.



Figura II. 5.3-9 - Salinas entre Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Tabela II.5.3-5 - Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Cabo Frio.

CABO FRIO		
Descrição	Área em km²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	117.98	35.08%
Vegetação herbácea	1.97	0.59%
Vegetação esparsa	14.22	4.23%
Vegetação herbácea arbustiva	0.19	0.06%
Agricultura	72.13	21.45%
Vegetação de baixada	22.32	6.64%
Ocupação baixa	4.32	1.28%
Média ocupação	32.66	9.71%
Terra úmida	2.33	0.69%
Praias e dunas	5.08	1.51%
Brejo	2.00	0.60%
Reflorestamento	7.69	2.29%
Rocha exposta	7.69	2.29%
Salinas	18.09	5.38%
Mata ciliar	2.89	0.86%
Água	24.75	7.36%
Total Interpretado	336.31	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

Em Armação de Búzios são predominantes as áreas correspondentes a campos, podendo ser utilizadas como pastagens, que totalizam 46,4% do total. A cobertura vegetal também é muito expressiva totalizando 28,5% da área municipal. A atividade agrícola ocupa uma área de 7,9% do município, sendo uma atividade representativa (Tabela II.5.3-6). De acordo com os dados demográficos recentes, verifica-se que a área urbana de Búzios é de 13,5%, sendo 100% de população com domicílio urbano.

Tabela II.5.3-6 - Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Armação de Búzios.

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS		
Descrição	Área em km²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	32.87	46.44%
Agricultura	5.57	7.87%
Vegetação de baixada	20.19	28.53%
Ocupação baixa	1.67	2.36%
Media ocupação	7.86	11.11%
Terra úmida	1.97	2.78%
Praias e dunas	0.53	0.75%
Água	0.11	0.16%
Total Interpretado	70.78	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

As principais atividades desenvolvidas em Casimiro de Abreu são o turismo, na região litorânea, e a agropecuária, que ocupa 59,5% da área municipal (Tabela II.5.3-7), sendo 17,1% com lavouras (agricultura) e 42,4% com pastagens (campo). Casimiro de Abreu tem o quarto rebanho bovino da All, sendo também o quarto produtor de leite (Petrobras/Cepemar, 2005).

De média ocupação, a área urbana é pouco representativa, agregando apenas 1,4% da área total. As áreas com cobertura vegetal são muito expressivas, totalizando 30,6% do território municipal. Neste campo, destaca-se a Reserva Biológica de Poço das Antas, de fundamental importância para a preservação do mico-leão-dourado.

Tabela II.5.3-7- Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Casimiro de Abreu.

CASIMIRO DE ABREU		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	190.76	42.37%
Vegetação alterada	14.51	3.22%
Agricultura	77.03	17.11%
Vegetação baixada	42.71	9.49%
Capoeira	58.61	13.02%
Capoeirinha	21.91	4.87%
Media ocupação	6.43	1.43%
Floresta ombrofila	22.42	4.98%
Praias e dunas	0.28	0.06%
Brejo	6.01	1.34%
Mata ciliar	8.77	1.95%
Água	0.78	0.17%
Total Interpretado	450.22	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

Observam-se nos dados apresentados na Tabela II.5.3-8, que Rio das Ostras apresenta um perfil econômico baseado na atividade agropecuária, a qual detém 67,3% da área municipal, distribuindo-se entre área de pastagens (61,6%) e área agrícola (5,7%). A área urbana perfaz 13,5% do município, detendo 95% de seus habitantes. A pecuária de corte e leite tem forte presença no município, segundo indicam os dados relativos ao item estrutura produtiva. Na agricultura, encontram-se cultivos de cana e pequenas lavouras para abastecimento local.

Decorrente da concentração de atividades relativas à exploração petrolífera na região, marcadamente no município vizinho de Macaé, a Prefeitura Municipal de Rio das Ostras está criando uma área para alocação de investimentos. Denominada Zona Especial de Negócios, esta área totaliza 1 milhão de m², entre áreas destinadas à instalação de indústrias, de estabelecimentos comerciais, a um centro tecnológico e a outros fins, e se localiza ao lado do Parque de Tubos da Petrobras.

Tabela II.5.3-8 - Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Rio das Ostras.

RIO DAS OSTRAS		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	142.92	61.64%
Vegetação herbácea arbustiva	0.71	0.31%
Agricultura	13.13	5.66%
Vegetação baixada	39.73	17.13%
Ocupação baixa	3.13	1.35%
Média ocupação	28.14	12.14%
Terra úmida	0.66	0.28%
Praias e dunas	1.24	0.53%
Brejo	1.71	0.74%
Água	0.5	0.22%
Total Interpretado	231.870	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

Macaé possui grande parte de seu território com cobertura vegetal, que totaliza 37,5%, destacando-se áreas com florestas e vegetação de restinga (Tabela II.5.3-9). A área urbana representa 1,9% do território municipal. É importante ressaltar neste município a presença de várias UCs municipais, estaduais e federais, destacando-se o Parque Nacional de Jurubatiba.

As principais atividades desenvolvidas são a exploração petrolífera, a agropecuária, a pesca, o turismo e os serviços imobiliários. O município tem uma área agrícola de 10,1%, destacando-se os cultivos de cana e a produção de alimentos. A pecuária é bastante representativa tendo o município o segundo maior rebanho bovino deste grupo de municípios.

Como apoio à atividade petrolífera desenvolvida na região, Macaé comporta o Porto de Imbetiba, principal base de apoio das atividades *offshore*. Este porto localiza-se em meio à área urbana da cidade (Figura II.5.3-10). Além do porto de Imbetiba, Macaé tem instalado um aeroporto que serve de base às operações aéreas com destino e origem nas plataformas petrolíferas.



Figura II.5.32-10 - Porto de Imbetiba – Macaé.

Tabela II.5.3-9 - Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Macaé.

MACAÉ		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	469.01	38.65%
Vegetação herbácea	28.58	2.35%
Vegetação herbácea arbustiva	2.26	0.19%
Vegetação alterada	70.57	5.81%
Agricultura	123.02	10.14%
Vegetação de baixada	158.01	13.02%
Capoeira	82.74	6.82%
Capoeirinha	113.43	9.35%
Mangue	7.30	0.60%
Média ocupação	22.43	1.85%
Floresta ombrófila	37.67	3.10%
Mata paludosa	3.59	0.30%
Terra úmida	23.70	1.95%
Praias e dunas	7.89	0.65%
Brejo	21.08	1.74%
Mata ciliar	12.48	1.03%
Água	29.86	2.46%
Total Interpretado	1213.61	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

Carapebus destaca-se na agroindústria canavieira e na pecuária leiteira, o que é demonstrado pelas áreas ocupadas por campos/pastagens e pela atividade agrícola que incluem 61,5% de seu território, respectivamente, 33,2% e 28,3%.

Merecem ainda destaque as áreas de matas, com 7,1%, e vegetação, com 24,5%. A vegetação de restinga é a dominante ocupando 23,6% da área do município (Tabela II.5.3-10). Salienta-se que uma porção significativa do Parque Nacional de Jurubatiba estende-se pela maior parte de sua faixa litorânea. Sua área urbana perfaz apenas 0,4% do território municipal, detendo 79% de sua população.

Tabela II.5.3-10 - Valores de uso e cobertura do solo, no município de Carapebus.

CARAPEBUS		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	104.00	33.16%
Vegetação herbácea	69.09	22.03%
Vegetação herbácea arbustiva	4.90	1.56%
Agricultura	88.67	28.27%
Lagoas assoreadas	0.26	0.08%
Vegetação de baixada	2.99	0.95%
Média ocupação	1.29	0.41%
Mata paludosa	19.87	6.33%
Terra úmida	11.50	3.67%
Praias e dunas	1.94	0.62%
Mata ciliar	2.37	0.76%
Água	6.76	2.16%
Total Interpretado	313.63	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

Município de perfil eminentemente agrícola, Quissamã possui uma área de 5,1% ocupada por atividades agrícolas, com predomínio da cultura canavieira (Figuras II.5.3-11, II.5.3-12 e II.5.3-13) e de 72,6% pela atividade pecuária. Esta

última tem forte expressão econômica no município. As áreas de vegetação correspondem a 13,0% de sua área ocupada (Tabela II.5.3-11). Sua pequena área urbana, que perfaz 0,3% de seu território, concentra 56% de sua população. Este município também possui parte significativa de área pertencendo ao Parque Nacional de Jurubatiba.

Tabela II.5.3-11 - Valores de uso e cobertura do solo, no Município de Armação de Quissamã.

QUISSAMÃ		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	527.25	72.64%
Vegetação herbácea	34.54	4.76%
Vegetação esparsa	26.39	3.64%
Vegetação herbácea arbustiva	22.85	3.15%
Agricultura	37.27	5.13%
Lagoas assoreadas	5.54	0.76%
Vegetação de baixada	10.60	1.46%
Média ocupação	1.94	0.27%
Mata paludosa	14.73	2.03%
Terra úmida	13.46	1.85%
Praias e dunas	9.17	1.26%
Brejo	7.69	1.06%
Mata ciliar	4.65	0.64%
Água	9.76	1.34%
Total Interpretado	725.84	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).



Figura II.5.3-11 - Canaviais entre Quissamã e Carapebus.



Figura II.5.3-12 - Usina de Quissamã.



Figura II.5.3-13 - Usina de Carapebus.

Campos dos Goytacazes é o maior município da All, em termos de área territorial. Possui 24,4% de sua área composta por vegetação natural constituída por floresta ombrófila, vegetação de restinga, de baixada, dentre outras, por mata ciliar (Tabela II.5.3-12). Verifica-se no município a existência de várias UCs.

As atividades de agroindústria canavieira, de pecuária leiteira e de corte e fruticultura ocupam 68,5% da área do município. Ressalta-se que Campos é o maior produtor de cana-de-açúcar do estado do RJ. A área urbana está consolidada em uma área de 1,4% do município.

Da logística de transporte existente nesta região fazem parte o aeroporto instalado no município, que recentemente teve sua base ampliada. Segundo informações da Prefeitura Municipal este aeroporto atende a demandas relacionadas às atividades petrolíferas, embora esteja sendo pouco utilizado.

Tabela II.5.3-12 - Valores de uso e cobertura do solo, no município de Campos de Goytacazes.

CAMPOS		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	2.486.91	63.36%
Vegetação herbácea	33.37	0.85%
Vegetação esparsa	131.45	3.35%
Vegetação herbácea arbustiva	7.56	0.19%
Vegetação alterada	37.29	0.95%
Agricultura	201.06	5.12%
Vegetação baixada	47.18	1.20%
Capoeira	44.06	1.12%
Capoeirinha	57.75	1.47%
Encosta esparsa	357.39	9.11%
Rio Paraíba	0.08	0.00%
Média ocupação	55.41	1.41%
Ilhas fluviais	7.93	0.20%
Floresta ombrófila	105.37	2.68%
Bancos de areia	1.79	0.05%
Terra úmida	52.52	1.34%
Praias e dunas	4.29	0.11%
Brejo	113.51	2.89%
Rocha exposta	4.52	0.12%
Mata ciliar	140.04	3.57%
Água	35.51	0.90%
Total Interpretado	3.925.00	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

Em São João da Barra são dominantes as áreas de vegetação natural, em que 86,5% são vegetação de restinga (Tabela II.5.3-13). Também são representativas, embora com participação bem menor, as áreas com atividades rurais, sendo 4,7% ocupadas pela atividade pecuária e apenas 0,7% com a atividade agrícola. As principais atividades desenvolvidas em São João da Barra

são a pesca, o turismo e a agropecuária. A área urbana caracterizada por baixa ocupação domina uma área de 0,3% do município.

Tabela II.5.3-13: Valores de uso e cobertura do solo, no município de São João da Barra.

SÃO JOÃO DA BARRA		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	21.87	4.75%
Vegetação herbácea	264.31	57.43%
Vegetação esparsa	106.66	23.17%
Vegetação herbácea arbustiva	27.77	6.03%
Agricultura	3.09	0.67%
Ocupação baixa	1.16	0.25%
Rio Paraíba	2.34	0.51%
Média ocupação	0.40	0.09%
Ilhas fluviais	0.00	0.00%
Bancos de areia	0.05	0.01%
Mata paludosa	9.46	2.06%
Terra úmida	2.67	0.58%
Praias e dunas	6.16	1.34%
Brejo	7.43	1.61%
Água	6.89	1.50%
Total Interpretado	460.25	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

De forte traço agrícola, o município de São Francisco de Itabapoana apresenta dominância de área agrícola, perfazendo 53,4% de seu território, com destaques para a cultura canvieira (Figura II.5.3-14) e a fruticultura. Também são expressivas as áreas com pastagens, onde se desenvolve a pecuária de corte e leite, totalizando 22,7% da área municipal. A vegetação natural e de restinga ocupa uma área significativa, 18,5% do município (Tabela II.5.3-14). Destaque para as várias UCs existentes no município. Assim como em Quissamã, sua área urbana ocupa pequena área de seu território, apenas 0,03% do município.

Tabela II.5.3-14 - Valores de uso e cobertura do solo, no município de São Francisco de Itabapoana.

SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA		
Descrição	Área em km ²	Porcentagem da Área do Município por Classe
Campo	247.75	22.65%
Vegetação herbácea	147.45	13.48%
Vegetação esparsa	32.28	2.95%
Vegetação herbácea arbustiva	15.87	1.45%
Agricultura	583.85	53.37%
Vegetação baixada	7.01	0.64%
Ocupação baixa	0.35	0.03%
Encosta esparsa	0.13	0.01%
Mangue	6.22	0.57%
Rio Paraíba	10.98	1.00%
Bancos de areia	0.06	0.01%
Mata Paludosa	7.69	0.70%
Terra úmida	6.44	0.59%
Praias e dunas	0.78	0.07%
Brejo	14.20	1.30%
Mata ciliar	4.27	0.39%
Água	8.63	0.79%
Total Interpretado	1.093.96	100.00%

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).



Figura II.5.3-14 - Usina de açúcar de Barcelos, em São João da Barra.

O município de Campos possui como instrumentos utilizados para realização das políticas de desenvolvimento e expansão urbana: Plano Diretor, instituído através de Lei Municipal, que define entre outros pontos, a Política Urbana e de Controle do Uso do Solo para Campos, bem como as Políticas Setoriais (Política de Meio Ambiente e Valorização do Patrimônio Comunitário, Política de Saneamento, Política Habitacional, Política de Transportes e Política de Revigoração das Atividades Econômicas), Lei de Expansão do Perímetro Urbano, e o Código de Obras.

No Município de Carapebus está sendo elaborado o Plano Diretor com o objetivo de implementar o zoneamento do município. Atualmente o município tem uma lei que trata somente do zoneamento urbano. A Lei Complementar Nº 07/2001 instituiu normas para o uso e a ocupação e parcelamento do solo urbano, para o sistema viário e transporte e o sistema municipal de planejamento. O Código de Obras e Edificações e o Código de Posturas são outros importantes instrumentos de gestão do espaço municipal. A proposta da Agenda 21 já foi aprovada, sendo que a sua elaboração prevê a participação sistemática da comunidade.

Em Macaé os instrumentos de gestão são: Lei Orgânica, Código de Obras, Lei de Reordenamento da Terra e Agenda 21. Pelo Decreto Nº142/2002 foi nomeada uma Comissão para implantação do Fórum Permanente da Agenda 21 local, que conta com a participação da comunidade.

O município de Rio das Ostras dispõe de Lei Orgânica, Lei de Uso e Parcelamento do Solo, Zoneamento Geo-físico e Código de Obras. A Agenda 21 está em fase de preparação, que prevê a participação direta da comunidade, em todas as etapas de execução deste instrumento. Outro instrumento de desenvolvimento urbano que está sendo utilizado pelo município é a Zona Especial de Negócios (ZEN). A ZEN ocupa uma área de 1.000.000 m² e localiza-se no Vale do Sol, entre os municípios de Macaé e Rio das Ostras. Surgiu da necessidade de organizar a instalação de empresas, que migravam de Macaé para Rio das Ostras de forma desorganizada. Além disso, a ZEN foi criada para atender as empresas de petróleo e outras, não sendo exclusivamente uma área industrial, mas também de área de comércio e serviços. Pretende-se que em 10

anos as empresas não vinculadas ao setor de turismo, como madeireiras, marmorarias, supermercados, entre outras, instalem-se na ZEN.

O Plano Diretor para o município de São Francisco de Itabapoana está em fase de elaboração. O município conta com os seguintes instrumentos de gestão: Lei de zoneamento uso e ocupação do solo, Lei de Permissão de Uso do Subsolo e do Subsolo das áreas, das vias e dos logradouros públicos, bem como das obras de arte do município, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. A participação da comunidade nos instrumentos de gestão adotados pelo município é inexpressiva.

São João da Barra dispõe de Plano Diretor e Lei de zoneamento uso e ocupação do solo. A Agenda 21 do município encontra-se em fase de elaboração.

Também está sendo utilizado como referência na gestão deste município o Plano Estratégico de São João da Barra – 2000.

Os principais instrumentos de gestão para a política de uso e ocupação do solo no município de Armação dos Búzios são: Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a definição e a elaboração do Plano Diretor, bem como sobre a criação de um Fundo de Desenvolvimento Urbano; Lei de Uso e Ocupação do Solo, que de acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Búzios, deverá ser alterada, para que seja adequada às diretrizes do Plano Diretor; Lei de Parcelamento do Solo; Código de Vigilância Sanitária; Código de Limpeza Urbana; Plano Plurianual de Investimentos. De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente, embora não exista um Código de Obras e Edificações para o município, é utilizado o código de Cabo Frio. Búzios também não possui Lei de Zoneamento Urbano e utiliza a legislação de Cabo Frio. O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação de Búzios, é, atualmente, o principal foco das ações municipais.

O município de Quissamã dispõe dos seguintes instrumentos: Lei de Parcelamento e Uso do Solo; Código de Obras; Lei do Perímetro Urbano. O Plano de Desenvolvimento Urbano vem sendo elaborado, como parte integrante do trabalho desenvolvido pela Agenda 21. O município possui uma Agenda 21 municipal e elaborou outro projeto cooperativo, a Agenda 21 para a Comissão da Macrorregião Regional Ambiental 5, MRA-5, da qual faz parte. O município não dispõe de Plano Diretor.

O município de Arraial do Cabo possui um Plano Diretor, no qual está inserido o Código de Obras e a Lei de Uso e ocupação do Solo. Outros instrumentos importantes na gestão municipal são: a Lei Orgânica Municipal e o Código de Posturas.

Cabo Frio dispõe de Lei Orgânica, e outros instrumentos de gestão que estão passando por modificações na legislação vigente, para adequar as necessidades atuais de Cabo Frio, tais como: o Plano Diretor, Lei de Parcelamento e Uso do Solo, Código de Obras e Zoneamento Urbano.

Casemiro de Abreu possui Agenda 21, Lei de Zoneamento, Código de Obras, Plano de Desenvolvimento Físico e Territorial, Perímetro Urbano e Expansão Urbana, Parcelamento do Solo.

II.5.3.B - Grupos de Interesse

II.5.3.B.1 - Identificação de Atores Relevantes

Nos Quadros II.5.3-1 a II.5.3-5 apresentam-se a descrição das partes interessadas passíveis de interação direta ou indireta com o empreendimento, onde se subdividem os atores sociais em grupos de interesse, possibilitando uma melhor distinção entre estes, bem como a indicação daqueles utilizadores do espaço marinho requerido pelo empreendimento.

Quadro II.5.3-1 - Principais Grupos de Interesse –AID - Municípios de Vitória, Vila Velha e Serra.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Prefeitura Municipal de Vitória	Prefeito: João Carlos Coser	Vitória
Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico	William Galvão	
Sec. Municipal de Meio Ambiente	Willis de Faria	
Sec. Municipal de Turismo	Maria Luiza dos Santos Vellozo	
IBAMA-ES	Lúcia Regina Melo	
Colônia de Pescadores Z-5 - Maria Ortiz	Álvaro Martins da Silva	
Associação de Pescadores da Praia do Suá	Reginaldo Aquilino Tavares	
Associação de Moradores do Centro de Vitória	Ronaldo Lyrio da Rocha	
Associação de Moradores de Bento Ferreira	-	
Associação de Moradores de Praia do Canto	José Carlos Lyrio da Rocha	
Associação de Moradores de Jardim da Penha	Rodolpho Luiz Dalla Bernardina	
Associação de Comunitária de Jardim Camburi	Marilea Almeida Ribeiro	
SUPOT - Sindicato dos Portuários e Trabalhadores Avulsos	-	
Associação de Programas em Tecnologias Alternativas – APTA	Daniel do Nascimento Duarte	
ACES - Ação Comunitária do Espírito Santo	Helmut Meyerfreud	
Serviço de Engajamento Comunitário – SECRI	Valdemiro de Oliveira	
Movimento Capixaba de Voluntários – MVC	Alexandre Rampazzo	
Fundação Alfonso Pastore	Cláudio Portechelle Marques	
ACACCI - Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil	Sueli Miranda Có	
AFECC - Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer	Telma Dias Ayres	
CAOCA - Associação Brasileira de Educação Familiar e Social	Herondina Rufino	
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória	Rodolfo Luiz Dalla Bernardina	

(continua)

Quadro II.5.3-1 - Principais Grupos de Interesse –AID - Municípios de Vitória, Vila Velha e Serra.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Prefeitura de Vila Velha	Prefeito Max Mauro Filho	Vila Velha
Prefeitura de Vila Velha - Sec. de Desenvolvimento Econômico	Magno Pires	
Colônia de Pesca Z-2 "Conselheiro Costa Pereira"	Nabucodonosor Pereira Brito	
Federação das Colônias de Pescadores - E.S.	Nabucodonosor Pereira Brito	
Associações de Pescadores da Praia do Ribeiro	Dirceu Oliveira	
Associações de Pescadores da Praia de Itapuã	José F. Correia (Zé boião)	
Associações de Pescadores da Ponta da Fruta	Sérgio Alcântara (Serginho)	
Associação de Pescadores da Praia da Costa	Eugenio Duda	
Cooperativa Mista de Pescadores	Romildo Silva	
Conselho Comunitário de Vila Velha	Sebastião Moura	
MOVIVE - Movimento Vila Velha Vida Nova	Tereza Cristina Puppim	
ADIVEPA - Associação Vilavelhense de Proteção Ambiental	-	
AMABARRA - Associação de Meio Ambiente Barra do Jucu	-	
ORCA - Organização Consciência Ambiental	-	
Prefeitura Municipal da Serra	Prefeito: Antonio Sérgio Alves Vidgal	Serra
Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico	José Eduardo Faria de Azevedo	
Federação de Associação de Moradores da Serra	Jesus Alves Bezerra	
Associação de Pescadores Amadores e Profissionais de Nova Almeida	Dr. Fábio	
ASPEJES - Associação de Pescadores de Jacaraípe	Manuel Bueno dos Santos	
RECUPERLIXO	Joel Fanteceli	
Projeto Peixinho	Alfonsus Rocha	
Sociedade Brasileira de Cultura Popular – Cidade do Garoto	Irmã Olinda Benfica	

(continua)

Quadro II.5.3-1 - Principais Grupos de Interesse –AID - Municípios de Vitória, Vila Velha e Serra (Conclusão).

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
AMUS – Associação de Mulheres Unidas da Serra	Zenilda Fernandes Pinto do Vale	Serra
Cooperativa de Trabalho e Produção e Serviço Comunitário de Vila Nova de Colares	Mercídio Marçal de Almeida	

Quadro II.5.3-2 - Principais Grupos de Interesse –AID - Municípios do Litoral Norte.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Prefeitura Municipal	Prefeito: Lauriano Marco Zancanella	São Mateus
Secretário de Planejamento	Luiz Carlos Marques dos Santos	
Secretária de Educação	Assessora: Sandra Maria Ferreira Pignaton	
Secretario de Turismo	Joelma Consuelo Fonseca e Silva	
Secretário de Saúde	Assessora Técnica: Bela Seiman S. Silva	
Colônia de Pescadores Z 1	Ivone Cunha Maciel	
Associação de Pescadores de São Mateus	Mauro César da Cunha Rufino	
Associação de Pescadores de Guriri	Penha	
Associação de Pescadores de Barra Nova	Valdeci Teixeira	
APESCA - Associação de Pescadores Artesanais e Assemelhados de Campo Grande de Barra Nova	Aldecir de Sena	
Associação de Catadores de Caranguejo no Mangue de Campo Grande de Barra Nova	-	
Associação de Catadores de Nativo	José Barbosa	
Federação das Associações de Moradores	Carlos de Jesus e Silva	
Associação de Moradores do Balneário de Guriri - AMBG	Joselita dos Santos Nascimento	
Associação de Moradores do Bairro Litorâneo	Marcos Dalbem Samaritano	
Associação de Moradores do Bairro Porto	Roney Ahmert dos Santos	
Associação de Moradores do Bairro Santa Terezinha (Ponte) – AMOSAT	Samuel Batista de Souza	

(continua)

Quadro II.5.3-2 - Principais Grupos de Interesse –AID - Municípios do Litoral Norte.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Associação de Moradores do Bairro Mariricu - AMOMAR	Holf Helmut Ernst Brinker	São Mateus
Associação de Moradores do Bairro Pedra D'Água - AMBAPA	Mauro César	
Associação de Moradores da Vila de Barra Nova	Maria Catarina Teixeira de Lima	
ADERSAMA - Associação em Defesa do Rio São Mateus	José Luiz	
ASA - Associação do Semiárido	-	
CAPA - Centro de Atenção Primária Ambiental	-	
Projeto TAMAR/IBAMA - Praia de Guriri	Denise de Borba	
Prefeitura Municipal	Prefeito: Guerino Luiz Zanon	Linhares
Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Desenvolvimento Urbano	Ivan Salvador	
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura	Ana Maria Paraíso Dalvi	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Alaor Guerra	
Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social	Sonia Maria Dalmolin de Souza	
AMDE - Agencia Municipal de Desenvolvimento	Paulo Roberto Pitanga Medina	
Associação de Pescadores de Pontal do Ipiranga e Barra Seca	Claudiomiro Avanzini	
Associação de Pescadores de Regência e Povoação	Noel Rodrigues de Assis	
Secretaria Municipal de Educação	Maria da Penha Suzana Goicochéia	Aracruz
Secretaria Municipal de Saúde	Carlos Sperandio	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Paulo Sérgio Barcelos Pimentel	
Secretaria Municipal de Comunicação	Nilton Alves Vieira	
Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer	Helder Tabosa Delfino	
Secretaria Municipal da Fazenda	Lidiel da Silva Scherrer	
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Almir Gonçalves Vianna	
Clube de Diretores Lojistas de Aracruz	João Carlos Coutinho Devens	
Associação de Pequenos Produtores de Aracruz	José Roberto Favalessa	

(continua)

Quadro II.5.3-2 - Principais Grupos de Interesse –AID - Municípios do Litoral Norte.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Maricultores de Santa Cruz	Pedro de Souza Melo	Aracruz
Colônia de Pescadores de Z 7	Juarez Azeredo	
Associação de Pescadores de Barra do Riacho	Maria Eunice S. Cordeiro	
Associação Comunitária da Barra do Riacho	Herval Nogueira Junior	
Associação Comunitária de Santa Cruz	Mariângela Lira Oliveira	
Associação de Moradores Conj. Pe. João Bauer – Bairro Coqueiral	Altair Menegussi	
Centro Comunitário de Itaparica B. Itaparica - Santa Cruz	Sebastião Borges Motta	
Centro Comunitário Barra do Sahy	Jean Carlos Pedrine	
Associação de Moradores da Praia dos Padres	Athaide Elias Giacomim	
Associação de Moradores Praia Formosa e Praia Santa Cruz	Zé do Apito	
Associação de Moradores do Balneário Praia do Sauê	Marco Antônio Modenesi	
Associação de Moradores B. Mar Azul	Pascoal D. Valadares	
Comunidade Indígena Caieiras Velha		
Comunidade Indígena Comboios		
Comunidade Indígena Três Palmeiras		
Comunidade Indígena Irajá		
Comunidade Indígena Pau Brasil		
Birinha Indígena Boa Esperança		
Comunidade Indígena Piraque-Açú		
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracruz	Robson Lopes Fracalossi	
Programa “Em Busca da Cidadania”	Luciana P. R. Favalessa	
Associação de Pais e Amigos do 25º Grupo Escoteiro Jequitibá	Antônio Fernando Mai	

(continua)

Quadro II.5.3-2 - Principais Grupos de Interesse –AID - Municípios do Litoral Norte (Conclusão).

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Associação de Pais e Amigos do 19º Grupo Escoteiro Coqueiral”	Florêncio Giacomim	Aracruz
Pastoral da Criança	Laurinha Corti	
Associação Renascer	Lúcia Arezze	
Grupo de 3ª Idade de Santa Cruz	Norma Tabacci	
Associação Filantrópica Santa Rita de Cássia	Mara Terezinha B. C. Crevelin	
Prefeitura Municipal	Prefeito	Fundão
Secretaria Municipal de Desenvolvimento	Técnica: Aparecida Demuner	
Associação de Pescadores Amadores e Profissionais de Nova Almeida	Dr. Fábio	
Associação de Moradores do Bairro Direção - Praia Grande	Marinaldo da Cruz	
Associação de Moradores do bairro Santo Antônio - Sede	Vera Sirtolé	
GAL - Grupo de Acompanhamento do Legislativo	-	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fundão	Erildo Pedrini	
Sindicato dos Produtores Rurais do Goiapabaçu, Três Barras e Fundão	Sinvaldo Lopes	
Associação de Produtores Rurais de Fundão	Jério Alessandro Ramos	
Associação Fundoense "Criando Art"	-	
MOAF - Movimento Ambiental Fundoense	Gilton Luiz Ferreira	

Quadro II.5.3-3 - Principais Grupos de Interesse – All - Municípios do Litoral Sul do Espírito Santo.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Prefeitura Municipal de Guarapari	Prefeito Antonico Gottardo	Guarapari
Sec. Municipal de Meio Ambiente	Antonio Teles Zimerer	
Sec.Municipal de Turismo	Sandra Maria Gomes Tedoldi	
Federação das Associações de Moradores e Movimento Populares	Narbao de Paula Coutinho	
Associação de Moradores de Meaipe	Marcos Nascimento Vidal	
Associação de Pescadores e Moradores da Prainha de Muquiçaba	José Augusto Caldonazi Monjardim	
APROMAG - Associação de Produtores Manuais e Artesanais de Guarapari	Maria das Graças Reis da Costa	
Associação de Hotéis e Turismo de Guarapari	Emar das Dores	

(continua)

Quadro II.5.3-3- Principais Grupos de Interesse – All - Municípios do Litoral Sul do Espírito Santo.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
URGE - União da Representação Guarapariense de Entidades	Vitor Feitosa	Guarapari
Associação dos Empreendedores da Região das Águas Azuis	César Pestana	
Colônia de Pesca Z-3 "Almirante Noronha" - Guarapari	Ludjero Vieira Lima	
Associação de Proprietários de Embarcações e pescadores do Sul do Estado do Espírito Santo - Guarapari	Valter Mulinan de Souza	
Associação de pescadores e Moradores da Prainha de Muquiçaba - Guarapari	José Augusto Caldonazi Monjardim	
Associação de Maricultores de Guarapari	Vitor Beline Lopes Albertino	
Associação Aquícola de Guarapari	Aracy Vieira de Almeida	
Associação Ecológica Força Verde de Guarapari	Celso Maioli Júnior	
AAGUA - Associação Ambientalista de Guarapari	José Eduardo Ribeiro	
Instituto Ambientalista de Desenvolvimento Social Sustentável - Biocêntrica	Paulo César	
Prefeitura Municipal de Anchieta	Prefeito:	Anchieta
Sec. Municipal de Turismo	Alexandre Assad	
Associação de Moradores de Mãe-Bá	Claudionor Leandro Santana	
Associação de Moradores de Úbu	Washington Freire das Neves	
APPC – Associação Pró-melhoramentos Praia Castelhanos	-	
Associação de Moradores de Porto de Cima	-	
Associação de Moradores de Vila Samarco	-	
Associação de Moradores de Anchieta	Pedro Gonzaga	
Associação de Moradores de Iriri	-	
AGETUR - Associação de Comercio e Turismo de Iriri	Augusto Ferrari	
ASSART – Associação Anchietaense de Artesanato	Valdomiro dos Santos	

Quadro II.5.3-3- Principais Grupos de Interesse – All - Municípios do Litoral Sul do Espírito Santo.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
ASSARTI - Associação de Artesões de Iriri	Magali	Anchieta
ANHETUR - Associação de Hotéis	João Agapito	
Colônia de Pescadores Z-4 "Marcilio Dias" - Anchieta	Zeir Pinto de Moraes	
Associação de Maricultores de Anchieta	Pedro Gonzaga da Silva	
Associação de Esposas e Filhos de Pescadores Parati	-	
GRAMI - Grupo de Apoio ao Meio Ambiente	Bruno Fernandez	
Prefeitura Municipal de Piúma	Prefeito: Samuel Zuqui	Piúma
Sec. Municipal de Meio Ambiente	Josefina	
Sec.Municipal de Finanças	Alcelon Amaral	
Centro Cultural de Piúma	-	
Colônia dos Pescadores Z-9	Manuel Carlos Santamarino (Português)	
Associação das Mulheres dos Pescadores de Piuma	Zulmira da Silva Santamaría	
Escola de Pesca de Piúma	Nelson Welerson Xavier e Silva	
Prefeitura de Itapemirim	Prefeito Alcino Cardoso	Itapemirim
Câmara de Vereadores de Itapemirim	Assessora Elisa Helena Galante	
Federação de Associação de Moradores do Município de Itapemirim	Elicério da Silva Leal	
Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim	Eng. Maria Helena	
Representante da comunidade de Itapemirim	Juan Galante	
Representante de Pequenos Agricultores de Itapemirim	José Mauro Sales	
Sindicato dos Trabalhadores da Usina Paineiras	-	
Sindipublicos- Sindicato dos Funcionários Públicos	-	
Associação de Plantadores de Cana do Estado do Espírito Santo	-	
Cooperativa de Produtores de Cana do Estado do Espírito Santo	-	

(continua)

Quadro II.5.3-3 - Principais Grupos de Interesse – All - Municípios do Litoral Sul do Espírito Santo (Conclusão)

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Colônia dos Pescadores de Itaipava Z-10 - "Dom Pedro I"	Aureli Lopes (Lili)	Itapemirim
Associação de Pescadores do Município de Itapemirim	José Arthur Marquiori	
Associação de Pesca de Itaipava	Jose Américo Barbosa Barreto	
Prefeitura Municipal de Marataízes	Kleber Junior Pereira Bento Adelmo Pedro Mota Cléber Júnior Pereira Bento - Abel Marco Antônio Vieira de Novaes Adriana Mara Santangelo - Sérgio Cláudio Marangoni Rody. Florianos Silva Paz	Marataízes
Vereador de Marataízes		
Sec. Planejamento - Depto. Agricultura		
Séc. Planejamento - Depto. Meio Ambiente		
Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza		
SOAMAR - Sociedade dos Amigos da Marinha		
Associação Comercial de Marataízes		
Associação de Hotéis e pousadas de Marataízes		
Associação de Hotéis, Pousadas e Similares		
Associação Comercial de Marataízes		
Colônia de Pescadores de Marataízes Z-8 - Nossa Senhora dos Navegantes.		
APEMAR - Associação de Pescadores de Marataízes		
Prefeitura de Presidente Kennedy	Prefeito: Aloísio Corrêa	Presidente Kennedy
Assessora do Prefeito de Presidente Kennedy	Elisa Helena Galante	
Sec. Municipal de Meio Ambiente	Rosana Sily Costalonga	
Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itabapoama – Projeto Manajé	Cristiane Gimenes	
PETROSUL	Aloísio Corrêa	
Associação de Moradores da Praia de Marobá	José Ribeiro	
Associação de Moradores de Cauçela;	-	
Associação de Pescadores de Marobá	José Ribeiro	

Quadro II.5.3-4 - Principais Grupos de Interesse – Municípios da All do Rio de Janeiro.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Prefeitura Municipal de São Francisco do Itabapoana Colônia de Pescadores Z-1 de São Francisco do Itabapoana Associação de Pescadores de São Francisco do Itabapoana	Assessoria do Prefeito: Roberto Acruche - -	São Francisco do Itabapoana
Prefeitura Municipal de São João da Barra Gabinete do Prefeito	José Cláudio	São João da Barra
Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes Sec. Municipal de Indústria Comércio e Turismo OMPETRO - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo FAMAC - Federação das Associações de Moradores e Amigos de Campos Fundação Zumbi dos Palmares CNFCN - Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza Associação Beneficente Menino Jesus Associação Mant. Do Asilo Nossa Senhora do Carmo Instituto São José	Lucas Vieira Filho Luiz Mário Concebida - - - Sônia Marta N. Guimarães Joel Ribeiro de Siqueira Élson da Silva Leal	Campos dos Goytacazes
Prefeitura Municipal de Quissamã Sec. Municipal de Meio Ambiente Associação de Moradores do Sítio Quissamã MERO - Movimento Escola Amigos do Parque	Luiz Antonio F. dos Santos Matias - -	Quissamã

(continua)

Quadro II.5.3-4 - Principais Grupos de Interesse – Municípios da All do Rio de Janeiro.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Associação de Pescadores Artesanais de Quissamã	-	Quissamã
Associação de Pescadores Artesanais de Barra do Furado	-	
Prefeitura Municipal de Carapebus		
Sec. Municipal de Planejamento	Jorge Aziiz	
Associação de Pescadores da Lagoa Carapebus	Waldeni França	
Associação de Desenvolvimento Agrícola e Social de Carapebus	Valdir de Sá Freire	
Associação de Moradores e Amigos da Praça Cordeiro e Caxanga	Paulo César Dias	
Associação de Moradores de Ubás	Luiz	
Associação de Plantadores de Cana de Carapebus	Jilberto Batista de Lima	Carapebus
Associação Comercial e Industrial de Carapebus	Jonas G. dos Santos	
Associação de Mulheres	Maria Helena da Silva Brito	
Associação de Moradores de Botafoguinho	Carlos Emir	
Associação do Loteamento da Usina de Carapebus	José	
Associação de Moradores do Sapecado	Robson da Silva Rodrigues	
Associação de Moradores do Sorrisal	Edésio da Silva Barros	
Associação de Moradores do Loteamento São Domingos	Manoel Ribeiro de Castro	
Prefeitura Municipal de Macaé		
Sec. Municipal de Meio Ambiente - Assessor	Luiz César Moreira de Mendonça	
AMOLA – Associação de Moradores do Mirante da Lagoa de Juboassica	-	
Associação de Moradores de Nova Holanda	-	Macaé
Associação de Moradores da Barra	-	
Associação de Moradores da Praia Campista	-	
Associação de Moradores de Cavalheiros	-	

(continua)

Quadro II.5.3-4 - Principais Grupos de Interesse – Municípios da All do Rio de Janeiro.

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Associação de Moradores do Recanto da Lagoa	-	Macaé
Associação de Moradores do Mirante da Lagoa	-	
Associação de Moradores Vicente da Lagoa.	-	
FAS – Fundação de Ação Social	Arlete Ribeiro	
ACIM – Associação Comercial e Industria de Macaé	Ierodice	
Rede Petro BC - Rede de Fornecedores de Bens e Serviços de Base Tecnológica para o Setor de Petróleo e Gás Natural na Bacia de Campos	-	
Colônia Z-2	Joel	
Cooperativa de Pescadores	Toninho	
Escola de Pesca	-	Rio das Ostras
Prefeitura Municipal de Rio das Ostras	Prefeito: Alcebíades Sabrino	
AMACOSTAZUL - Associação de Moradores e Amigos de Costa Azul	Rogério Augusto Machado Coelho	
APRONORO - Associação de Moradores e Proprietários de Rio das Ostras	Áurea Vilma M. Mafra	
AMA BELA VISTA - Associação de Moradores e Amigos de Bela Vista	Gilberto Souza da Silva	
Associação de Permissionários de Quiosques de Rio das Ostras	André Satler Andrade Cyrino	
Colônia de Pescadores Z-22 Rio das Ostras	-	
SINDICOMÉRCIO - Sindicato dos Comerciantes	-	
Prefeitura Municipal de Cabo Frio	Ricardo Azevedo	Cabo Frio
Sec. Municipal de Assuntos Especiais		
Colônia Z-4		
Associação de Pesca Praia do Siqueira; Colônia Z-18		
Consórcio Ambiental Intermunicipal Lago de São João		

(continua)

Quadro II.5.3-4 - Principais Grupos de Interesse – Municípios da All do Rio de Janeiro

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Viva Lagoa e Associação em Defesa da Lagoa de Araruama	-	Cabo Frio
Prefeitura Municipal de Armação de Búzios		
Associação de Pescadores de Manguinhos	Birinha	
Colônia de Pesca	Neneca	
Núcleo Ecológico de José Gonçalves	João	
Movimento Viva Búzios	Gabriel Gialluisi	
Associação de Moradores de Manguinhos e Enseada do Gancho	Cilico	
Associação de Pequenos Produtores e Moradores de José Gonçalves	Reginaldo Carvalho de Souza	
Associação de Arte e Cultura de Búzios	Lelei e Hector Soares	
Associação de Moradores de Cem Braças	Marcos Carvalho e Mario	
Associação de Moradores da Armação, Ossos, João Fernandes e Brava	-	
Associação de Moradores do Canto Esquerdo de Geribá	Orlando, Cristiane e Jorge Lopes	Armação de Búzios
Associação dos Músicos e Compositores de Búzios	Milton e Ernani	
Associação de Moradores do Cruzeiro	Paulo e Josias	
Associação das Mulheres de Búzios	Marcela e Sheila Cardoso	
União Contra as Drogas	Thalita	
AMA – Sítios da Amizade	Júlio Pereira	
Associação de Moradores de Tucuns	Antonio Guedes	
Associação de Moradores de São José	Nelci de Oliveira Moreira	
Associação de Quiosques da Praia de Geribá	Ivo	
Associação de Moradores da Baía de Formosa	Athel e Paulo Roberto	
Associação de Moradores e Amigos da Rua Alfredo Silva e Adjacências	Carlos	
Associação de Moradores da Marina	Maria Tereza	

(continua)

Quadro II.5.3-4 - Principais Grupos de Interesse – Municípios da All do Rio de Janeiro

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município	
Associação de Moradores de Vila Verde	Abud	Armação de Búzios	
Associação de Moradores do Alto da Rasa	-		
Associação de Moradores da Rasa	Pedro Siqueira		
Associação de Moradores e Amigos do Alto do Cruzeiro e Adjacências	Carlos Alberto		
Associação de Moradores de Vila Caranga	Jones Caudal		
Associação de Moradores e Amigos do Arpoador	Edvaldo Lima		
Associação de Moradores e Amigos do Cruzeiro	Carlos Alberto Rodrigues		
Associação dos Artesãos de Búzios	Erley Fernandes		
Associação de Táxi Marítimo	Sandro		
Associação de Hotéis de Búzios	Sérgio Rébora		
Associação Comercial de Búzios	Eurico Sobral		
Associação de Moradores e Amigos do Loteamento Baía Formosa e Baía Blanca	Ricardo Jorge P. Ninho		
Associação dos Pequenos Produtores da Rasa	Mauro Acelora		
Associação de Esporte Náutico de Arm. Dos Búzios - ASENAB	Wagner e Cristiane		
Associação Pró Educação, Cultura, Lazer e Trabalho	Dalva e Cristian		
Associação das Pousadas de Búzios	Flávio Pereira		
Colônia de Pescadores Z-5	-		
Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo	Cláudio Farias dos Santos	Arraial do Cabo	
Sec. Municipal de Obras			
Associação de Moradores da Vila Canaã - AMOBAC			-
Associação de Moradores do Morro da Cabocla			José Pereira
Associação de Moradores do Morro da Boa Vista			Waldir dos Santos
Associação de Moradores de Figueira	Carlos Mariano		

(continua)

**Quadro II.5.3-4 - Principais Grupos de Interesse – Municípios da All do Rio de Janeiro
(Conclusão)**

Nome da Instituição	Pessoa de contato	Município
Associação de Moradores de Monte Alto	Waldecy	Arraial do Cabo
Associação de Moradores da Praia dos Anjos	Raimundo Teixeira	
Associação de Moradores do Sítio	Paulo	
Associação de Moradores do Morro do Sítio	Genilson	
Associação de Pequenos Agricultores	-	
Associação Comercial – ACIPAC	Wilmes	
Círculo Operário		
Sindicato dos Trabalhadores da Álcalis		
Movimento da Mulher	Eliana Duarte	
Movimento de Cultura Negra	Josimara da Silva Moraes	

Fonte: Levantamento de Campo, Outubro 2003 a Janeiro 2004.

Há que se destacar as autarquias públicas atuantes na área de influência do empreendimento:

Quadro II.5.3-5- Autarquias Públicas, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, Polícia Florestal.

Nome da Instituição	Localização	Município Atendido
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF Ministério Público Polícia Ambiental	Mimoso do Sul Cariacica Itapemirim Itapemirim Cachoeiro de Itapemirim	Itapemirim
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF Dapartamento Municipal de Meio Ambiente	Mimoso do Sul Cariacica Marataízes Marataízes Cachoeiro de Itapemirim	Marataízes
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF INCAPER Conselho Municipal de Meio Ambiente Polícia Ambiental	Rio Novo Vitória Vitória Cariacica Piúma Piúma Piúma Cachoeiro de Itapemirim Cariacica	Piúma
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF Polícia Ambiental	Mimoso do Sul Cariacica Presidente Kennedy Cachoeiro de Itapemirim	Presidente Kennedy
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Vitória	Anchieta

(continua)

Quadro II.5.3-5- Autarquias Públicas, Secretarias Municipais de Meio, Ambiente, Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, Polícia Florestal

Nome da Instituição	Localização	Município Atendido
INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF INCAPER Polícia Ambiental	Vitória Cariacica Anchieta Anchieta Vitória Cachoeiro de Itapemirim	Anchieta
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF INCAPER Conselho Municipal De Meio Ambiente	Vitória Guarapari Cariacica Guarapari Vitória Guarapari	Guarapari
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF INCAPER Conselho Municipal de Meio Ambiente Polícia Ambiental	Vitória Vila Velha Cariacica Vila Velha Vitória Vila Velha Cariacica	Vila Velha
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos INCAPER Conselho Municipal de Meio Ambiente Polícia Ambiental SEAMA – Secretaria de Assuntos de Meio Ambiente	Vitória Cariacica Vitória Vitória Vitória Vitória	Vitória
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Vitória Cariacica	Serra

(continua)

Quadro II.5.3-5- Autarquias Públicas, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, Polícia Florestal.

Nome da Instituição	Localização	Município Atendido
IDAF Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF Conselho Municipal de Meio Ambiente Polícia Ambiental	Serra Serra Vitória Prefeitura Municipal de Fundão realiza serviço Cariacica Fundão Fundão Vitória	Fundão
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca Ministério Público Conselho Municipal de Meio Ambiente Polícia Militar Polícia Ambiental	Vitória Reserva de Comboios (1 funcionário) Cariacica Aracruz Aracruz Aracruz Aracruz Aracruz Vitória Projeto Sereias na Vila (1 funcionário)	Aracruz
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF INCAPER Gerência de Meio Ambiente Conselho Municipal do Meio Ambiente Polícia Ambiental	Reserva de Goytacazes (1 funcionário) e Reserva de Sooretama (escritório) Cariacica Linhares Linhares Linhares Linhares Vitória	Linhares
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária	Vitória São Mateus	São Mateus

(continua)

Quadro II.5.3-5- Autarquias Públicas, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, Polícia Florestal.

Nome da Instituição	Localização	Município Atendido
IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos IDAF Ministério Público Conselho Municipal de Meio Ambiente GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União Polícia Ambiental	Cariacica São Mateus São Mateus São Mateus Vitória São Mateus	São Mateus
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis FEEMA -Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos EMATER IPHAN –Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca Guarda Marítima e Ambiental de Cabo Frio Conselho Municipal de Meio Ambiente	Escritório Regional -Cabo Frio Escritório Araruama Escritório Araruama Cabo Frio Cabo Frio Promotoria de Tutela Coletiva Núcleo Cabo Frio Cabo Frio Cabo Frio Cabo Frio	Cabo Frio
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis FEEMA -Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos IEF -Instituto Estadual das Florestas Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca BPFMA - Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente	Escritório Regional- Campos Agência Regional Norte- Campos Agência Regional Norte- Campos Escritório Regional e Fiscalização- Campos Campos 3º Companhia de Polícia Florestal – Campos	Campos
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis FEEMA -Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente	Escritório Regional- Campos Administração do Parque Jurubatiba- Macaé Agência Regional Norte- Campos	Quissamã

(continua)

Quadro II.5.3-5- Autarquias Públicas, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, Polícia Florestal.

Nome da Instituição	Localização	Município Atendido
SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos IEF - Instituto Estadual das Florestas DRM/RJ - Departamento de Recursos Minerais SEEMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca BPFMA - Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente	Agência Regional Norte-Campos Agência Regional - Macaé Niterói Quissamã 3º Companhia de Polícia Florestal – Campos	Quissamã
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos IEF - Instituto Estadual das Florestas Secretaria Municipal de Meio Ambiente BPFMA - Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente	Administração do Parque Jurubatiba- Macaé Agência Regional Norte-Campos Agência Regional Norte-Campos Agência Regional – Macaé Carapebus Posto Quissamã – subordinado a 3º Companhia de Polícia Florestal – Campos	Carapebus
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos Ministério Público Defesa Civil Secretaria Municipal de Meio Ambiente Conselho Municipal de Meio Ambiente BPFMA - Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente	Escritório Regional- Campos Agência Regional Norte-Campos São João da Barra São João da Barra São João da Barra São João da Barra 3º Companhia de Polícia Florestal – Campos	São João da Barra
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos IEF - Instituto Estadual das Florestas	Escritório Regional -Cabo Frio Escritório local- Reserva Extrativista Escritório Araruama Escritório Araruama Rio de Janeiro	Arraial do Cabo

(continua)

Quadro II.5.3-5- Autarquias Públicas, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, Polícia Florestal.

Nome da Instituição	Localização	Município Atendido
Conselho Municipal de Meio Ambiente Ministério Público Fundação Municipal de Meio Ambiente Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente Batalhão Florestal da Polícia Militar	Arraial do Cabo Arraial do Cabo Arraial do Cabo Niterói Praia Seca – Araruama	Arraial do Cabo
IBAMA – Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos FEEMA -Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente SEMAP - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Departamento de Meio Ambiente Pesca e Fiscalização Departamento de Unidades de Conservação Ministério Público	Escritório Regional –Cabo Frio Escritório Araruama Escritório Araruama Rio das Ostras Rio das Ostras Rio das Ostras Rio das Ostras Rio das Ostras	Rio das Ostras
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos FEEMA -Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente IEF -Instituto Estadual das Florestas Secretaria Municipal de Meio Ambiente BPFMA -Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente	Escritório Regional -Cabo Frio Agência Regional Norte-Campos Rio de Janeiro Agência Regional – Macaé Macaé 3º Companhia de Polícia Florestal – Campos	Macaé
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos IEF -Instituto Estadual das Florestas Secretaria Municipal de Meio Ambiente Ministério Público Defesa Civil Conselho Municipal de Meio Ambiente	Escritório Regional- Campos Agência Regional Norte-Campos Campos São Francisco de Itabapoana São Francisco de Itabapoana São Francisco de Itabapoana São Francisco de Itabapoana	São Francisco de Itabapoana

(continua)

Quadro II.5.3-5- Autarquias Públicas, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, Polícia Florestal (Conclusão).

Nome da Instituição	Localização	Município Atendido
BPFMA -Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente	3º Companhia de Polícia Florestal – Campos	São Francisco de Itabapoana
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Escritório na Reserva Biológica de Poço das Antas, os funcionários do IBAMA atum na Reserva Biológica União (em Casemiro) e na APA da Bacia do Rio São João (Mico Leão Dourado)	Casemiro de Abreu
SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos	Araruama	
FEEMA -Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente	Araruama	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Casemiro de Abreu	
Ministério Público	Casemiro de Abreu	
Conselho Municipal de Meio Ambiente	Casemiro de Abreu	
Batalhão Florestal da Polícia Militar	Praia Seca – Araruama e Batalhão de Conceição de Macaú	
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Escritório Regional -Cabo Frio	Armação dos Búzios
SERLA - Superintendência Estadual de Rio e Lagos	Escritório Araruama	
FEEMA -Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente	Escritório Araruama	
IEF -Instituto Estadual das Florestas	Agência Regional – Macaé	
EMATER	Cabo Frio e Araruama	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Armação dos Búzios	
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Armação dos Búzios	
Batalhão Florestal da Polícia Militar	Praia Seca – Araruama (*combustível fornecido pela prefeitura)	

Fonte:Petrobras/Cepemar (2005). Levantamento Campo- Agosto/Setembro-2004.

II.5.3.C - Organização Social

As formas de organização social aqui descritas destacam os movimentos sociais, os grupos sociais organizados, as entidades ambientalistas e aquelas representativas das comunidades pesqueiras existentes na área de influência do empreendimento (Petrobras/Cepemar, 2005 ²).

II.5.3.C.1 - Movimentos Sociais - Associações de Moradores

O surgimento da expansão imobiliária nos municípios do litoral do estado do ES, decorrente de iniciativas da divulgação do turismo bem como de atração de grandes empreendimentos a partir da década de 70, associados à falta de planejamento urbano e aos fluxos migratórios, determinaram mudanças significativas na dinâmica das localidades. Desta forma, surgiram bairros, loteamentos periféricos com infra-estrutura precária. Como uma forma de encaminhar as reivindicações às instâncias dos Poderes Públicos, os moradores iniciaram na década de 80 a organização de Associações de Moradores, e nos municípios de Guarapari, Itapemirim, Serra e Vila Velha, foram criadas Federações de Associações de Moradores, uma forma de congregar as Associações existentes nos Municípios. Posteriormente estas Associações também surgiram nos bairros nobres com objetivo de defender de forma organizada os interesses junto aos Poderes Públicos.

No Quadro II.5.3-6 estão apresentados as Associações de Moradores, Movimentos Populares, Federações de Associações de Moradores e Movimentos Populares para a área de influência do empreendimento.

² Os dados foram levantados diretamente em cada município, através de cadastros disponibilizados pelas prefeituras e secretarias municipais, e através de pesquisa direta, principalmente junto a entidades representativas dos grupos acima destacados localizadas na costa litorânea.

Quadro II.5.3-6- Associações de Moradores, Movimentos Populares e Federações de Associações de Moradores e Movimentos Populares.

Entidade	Contato	Município
Federação das Associações de Moradores	Carlos de Jesus e Silva	São Mateus
Associação de Moradores do Balneário de Guriri - AMBG	Joselita dos Santos Nascimento	
Associação de Moradores do Bairro Litorâneo	Marcos Dalbem Samaritano	
Associação de Moradores do Bairro Santa Teresa (Ponte) - AMOSAT	Samuel Batista de Souza	
Associação de Moradores do Bairro Porto	Roney Ahmert dos Santos	
Associação de Moradores do Bairro Mariricu - AMOMAR	Holf Helmut Ernst Brinker	
Associação de Moradores do Bairro Pedra D'Água - AMBAPA	Mauro César	
Associação de Moradores da Vila de Barra Nova	Maria Catarina Teixeira de Lima	
FAMOPOL – Federação de Movimentos Populares de Linhares	Marleno Vendramine	Linhares
Associação Comunitária da Barra do Riacho	Herval Nogueira Junior	Aracruz
Associação Comunitária de Santa Cruz	Mariângela Lira Oliveira	
Associação de Moradores Conj. Pe. João Bauer – Bairro Coqueiral	Altair Menegussi	
Centro Comunitário de Itaparica B. Itaparica - Santa Cruz	Sebastião Borges Motta	
Centro Comunitário Barra do Sahy	Jean Carlos Pedrine	
Associação de Moradores da Praia dos Padres	Athaide Elias Giacomim	
Associação de Moradores Praia Formosa e Praia Santa Cruz	Zé do Apito	
Associação de Moradores do Balneário Praia do Sauê	Marco Antônio Modenesi	
Associação de Moradores B. Mar Azul	Pascoal D. Valadares	
Comunidade Indígena Caieiras Velha		
Comunidade Indígena Comboios		
Comunidade Indígena Três Palmeiras		
Comunidade Indígena Irajá		
Comunidade Indígena Pau Brasil		
Comunidade Indígena Boa Esperança		
Comunidade Indígena Piraque-Açú		

(continua)

Quadro II.5.3-6- Associações de Moradores, Movimentos Populares e Federações de Associações de Moradores e Movimentos Populares.

Entidade	Contato	Município
Associação de Moradores do Bairro Direção - Praia Grande	Marinaldo da Cruz	Fundão
Associação de Moradores do bairro Santo Antônio - Sede	Vera Sirtolé	
Federação das Associações de Moradores	Jesus Alves Bezerra	Serra
Conselho Popular de Vitória	Reinaldo Matiazzi	
Associação de Moradores do Centro de Vitória	Ronaldo Lyrio da Rocha	
Associação de Moradores de Bento Ferreira	-	
Associação de Moradores de Praia do Canto	José Carlos Lyrio da Rocha	Vitória
Associação de Moradores de Jardim da Penha	Rodolpho Luiz Dalla Bernardina	
Associação de Comunitária de Jardim Camburi	Marilea Almeida Ribeiro	
Associação Comunitária Casa Verde - Bairro São Pedro	-	
Conselho Comunitário de Vila Velha	Sebastião Moura	Vila Velha
Federação das Associações de Moradores e Movimento Populares	Narbao de Paula Coutinho	
Associação de Moradores de Meaípe	Marcos Nascimento Vidal	
Associação de Pescadores e Moradores da Prainha de Muquiçaba	José Augusto Caldonazi Monjardim	Guarapari
Associação de Moradores de Mãe-Bá	Claudionor Leandro Santana	
Associação de Moradores de Úbu	Washington Freire das Neves	
APPC – Associação Pró-melhoramentos Praia Castelhanos	-	
Associação de Moradores de Porto de Cima	-	Anchieta
Associação de Moradores de Vila Samarco	-	
Associação de Moradores de Anchieta:	Pedro Gonzaga	
Associação de Moradores de Iri	-	
Federação de Associação Moradores do Município de Itapemirim	Elicério da Silva Leal	Itapemirim
Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza	Cléber Júnior Pereira Bento	Marataízes
Associação de Moradores da Praia de Marobá	José Ribeiro	Presidente Kennedy
Associação de Moradores de Cauçela	-	

(continua)

Quadro II.5.3-6- Associações de Moradores, Movimentos Populares e Federações de Associações de Moradores e Movimentos Populares.

Entidade	Contato	Município
FAMAC - Federação das Associações de Moradores e Amigos de Campos	-	Campos dos Goytacazes
Associação de Moradores do Sítio Quissamã	Matias	Quissamã
Associação de Moradores e Amigos da Praça Cordeiro e Caxanga	Paulo César Dias	Carapebus
Associação de Moradores de Ubás	Luiz	
Associação de Moradores de Botafoguinho	Carlos Emir	
Associação de Moradores do Sapecado	Robson da Silva Rodrigues	
Associação de Moradores do Sonrisal	Edésio da Silva Barros	
Associação de Moradores do Loteamento São Domingos	Manoel Ribeiro de Castro	
Associação do Loteamento da Usina de Carapebus	José	
AMOLA – Associação de Moradores do Mirante da Lagoa de Juboassica	-	Macaé
Associação de Moradores de Nova Holanda	-	
Associação de Moradores da Barra	-	
Associação de Moradores da Praia Campista	-	
Associação de Moradores de Cavalheiros	-	
Associação de Moradores do Recanto da Lagoa	-	
Associação de Moradores do Mirante da Lagoa	-	
Associação de Moradores Vicente da Lagoa.	-	
AMACOSTAZUL - Associação de Moradores e Amigos de Costa Azul	Rogério Augusto Machado Coelho	Rio das Ostras
APRONORO - Associação de Moradores e Proprietários de Rio das Ostras	Áurea Vilma M. Mafra	
AMA BELA VISTA - Associação de Moradores e Amigos de Bela Vista	Gilberto Souza da Silva	
Associação de Moradores de Manguinhos e Enseada do Gancho	Cilico	Armação de Búzios
Associação de Moradores de Cem Braças	Marcos Carvalho e Mario	

(continua)

Quadro II.5.3-6- Associações de Moradores, Movimentos Populares e Federações de Associações de Moradores e Movimentos Populares (conclusão).

Entidade	Contato	Município
Associação de Moradores da Armação, Ossos, João Fernandes e Brava	-	Armação de Búzios
Associação de Moradores do Canto Esquerdo de Geribá	Orlando, Cristiane e Jorge Lopes	
Associação dos Músicos e Compositores de Búzios	Milton e Ernani	
Associação de Moradores do Cruzeiro	Paulo e Josias	
Associação de Moradores de Tucuns	Antonio Guedes	
Associação de Moradores de São José	Nelci de Oliveira Moreira	
Associação de Moradores da Baía de Formosa	Athel e Paulo Roberto	
Associação de Moradores e Amigos da Rua Alfredo Silva e Adjacências	Carlos	
Associação de Moradores da Marina	Maria Tereza	
Associação de Moradores de Vila Verde	Abud	
Associação de Moradores do Alto da Rasa	-	
Associação de Moradores da Rasa	Pedro Siqueira	
Associação de Moradores e Amigos do Alto do Cruzeiro e Adjacências	Carlos Alberto	
AMA - Associação de Moradores do Arpuador	-	
Associação de Moradores de Vila Caranga	Jones Caudal	
Associação de Moradores e Amigos do Arpuador	Edvaldo Lima	
Associação de Moradores e Amigos do Cruzeiro	Carlos Alberto Rodrigues	
Associação de Moradores e Amigos do Loteamento Baía Formosa e Baía Blanca	Ricardo Jorge P. Ninho	
Associação de Moradores da Vila Canaã - AMOBAC	-	Arraial do Cabo
Associação de Moradores do Morro da Cabocla	José Pereira	
Associação de Moradores do Morro da Boa Vista	Waldir dos Santos	
Associação de Moradores de Figueira	Carlos Mariano	
Associação de Moradores de Monte Alto	Waldecy	
Associação de Moradores da Praia dos Anjos	Raimundo Teixeira	
Associação de Moradores do Sítio	Paulo	
Associação de Moradores do Morro do Sítio	Genilson	

Fonte: Levantamento de Campo, Outubro 2003 a Janeiro 2004.

II.5.3.C.2 - Grupos Sociais Organizados

Nas entrevistas³ realizadas com representantes de grupos sociais organizados, foi identificada forte tendência em transformação destes grupos em Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs. Nos municípios de Guarapari e Anchieta foi identificada a Associação de Empreendedores (proprietários de bares, restaurantes, pousadas, hotéis e estabelecimentos comerciais) que está em processo de transformação.

Especificamente em Guarapari foi criada no ano de 2002 a URGE (União da Representação Guarapariense de Entidades) que congrega: Entidades de Assistência Social, Meio Ambiente e Movimentos Comunitários existentes no município. Os Grupos Sociais organizados têm contribuído para a organização social nos espaços em que atuam, e estão apresentados no Quadro II.5.3-7.

³ Petrobras/Cepemar (2005). Levantamento Campo- Agosto/Setembro-2004.

Quadro II.5.3-7- Grupos Sociais Organizados.

Grupo Social	Contato	Município
Clube de Diretores Lojistas de Aracruz Associação de Pequenos Produtores de Aracruz APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracruz Programa “Em Busca da Cidadania” Associação de Pais e Amigos do 25º Grupo Escoteiro Jequitibá Associação de Pais e Amigos do 19º Grupo Escoteiro Coqueiral” Pastoral da Criança Associação Renascer Grupo de 3ª Idade de Santa Cruz Associação filantrópica santa Rita de Cássia	João Carlos Coutinho Devens José Roberto Favalessa Robson Lopes Fracalossi Luciana P. R. Favalessa Antônio Fernando Mai Florêncio Giacomim Laurinha Corti Lúcia Arezze Norma Tabacci Mara Terezinha B. C. Crevelin	Aracruz
GAL - Grupo de Acompanhamento do Legislativo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fundão Sindicato dos Produtores Rurais do Goiapabaçu, Três Barras e Fundão Associação de Produtores Rurais de Fundão Associação Fundoense "Criando Art"	- Erildo Pedrini Sinvaldo Lopes Jério Alessandro Ramos -	Fundão
Sociedade Brasileira de Cultura Popular – Cidade do Garoto AMUS – Associação de Mulheres Unidas da Serra Cooperativa de Trabalho e Produção e Serviço Comunitário de Vila Nova de Colares	Irmã Olinda Benfica Zenilda Fernandes Pinto do Vale Mercídio Marçal de Almeida	Serra
ACES - Ação Comunitária do Espírito Santo Serviço de Engajamento Comunitário – SECRI Cooperativa das Paneleiras de Goiabeiras Movimento Capixaba de Voluntários – MVC Fundação Alfonso Pastore ACACCI – Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil AFECC – Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer CAOCA – Associação Brasileira de Educação Familiar e Social APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória	Helmut Meyerfreud Valdemiro de Oliveira Alcelir Rodrigues Alexandre Rampazzo Cláudio Portechelle Marques Sueli Miranda Co Telma Dias Ayres Herondina Rufino Rodolfo Luiz Dalla Bernardina	Vitória

(continua)

Quadro II.5.3-7- Grupos Sociais Organizados.

Grupo Social	Contato	Município
Supot – Sindicato dos Portuários e Trabalhadores Avulsos	-	Vila Velha
MOVIVE – Movimento Vila Velha Vida Nova	Tereza Cristina Puppim	
APROMAG – Associação de Produtores Manuais e Artesanais de Guarapari	Maria das Graças Reis da Costa	Guarapari
URGE – União da Representação Guarapariense de Entidades	Vitor Feitosa	
Associação dos Empreendedores da Região das Águas Azuis	César Pestana	Guarapari e Anchieta
AGETUR – Associação de Comercio e Turismo de Iri	Augusto Ferrari	
ASSART – Associação Anchietaense de Artesanato	Valdomiro dos Santos	Anchieta
ASSARTI – Associação de Artesões de Iri	Magali	
ANHETUR – Associação de Hotéis	João Agapito	
Centro Cultural de Piúma	-	Piúma
SOAMAR – Sociedade dos Amigos da Marinha	-	
Associação Comercial de Marataízes	Abel	Mataízes
Associação de Hotéis, Pousadas e Similares	Adriana Mara Santangelo	
Associação Comercial de Marataízes	-	
Sindicato dos Trabalhadores da Usina Paineiras	-	Itapemirim
Sindipublicos- Sindicato dos Funcionários Públicos	-	
Associação de Plantadores de Cana do Estado do Espírito Santo	-	Presidente Kennedy
Cooperativa de Produtores de Cana do Estado do Espírito Santo	-	
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	-	
PETROSUL	-	Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidenta Kennedy
OMPETRO - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo	Luiz Mário Concebida	
Fundação Zumbi dos Palmares	-	
Associação Beneficente Menino Jesus	Sônia Marta N. Guimarães	Campos dos Goytacazes
Associação Mant. DoAsilo Nossa Senhora do Carmo	Joel Ribeiro de Siqueira	
Instituto São José	Élson da Silva Leal	
MERO - Movimento Escola	-	Quissamã
Amigos do Parque	-	

(continua)

Quadro II.5.3-7- Grupos Sociais Organizados (conclusão).

Grupo Social	Contato	Município
Associação de Desenvolvimento Agrícola e Social de Carapebus	Valdir de Sá Freire	Carapebus
Associação de Plantadores de Cana de Carapebus	Jilberto Batista de Lima	
Associação Comercial e Industrial de Carapebus	Jonas G. dos Santos	
Associação de Mulheres	Maria Helena da Silva Brito	
FAS – Fundação de Ação Social	Arlete Ribeiro	Macaé
ACIM – Associação Comercio e Industria de Macaé	Ierodice	
Rede Petro BC - Rede de Fornecedores de Bens e Serviços de Base Tecnológica para o Setor de Petróleo e Gás Natural na Bacia de Campos	-	Rio das Ostras
Associação de Permissionários de Quiosques de Rio das Ostras	André Satler Andrade Cyrino	
SINDICOMÉRCIO - Sindicato dos Comerciantes	-	
Movimento Viva Búzios	Gabriel Gialluisi	Armação de Búzios
Associação de Arte e Cultura de Búzios	Lelei e Hector Soares	
Associação dos Músicos e Compositores de Búzios	Milton e Ernani	
Associação das Mulheres de Búzios	Marcela e Sheila Cardoso	
União Contra as Drogas	Thalita	
AMA – Sítios da Amizade	Júlio Pereira	
Associação de Quiosques da Praia de Geribá	Ivo	
Associação dos Artesãos de Búzios	Erley Fernandes	
Associação de Táxi Marítimo	Sandro	
Associação de Hotéis de Búzios	Sérgio Rébora	
Associação Comercial de Búzios	Eurico Sobral	
Associação dos Pequenos Produtores da Rasa	Mauro Acelora	
Associação de Esporte Náutico de Arm. Dos Búzios - ASENAB	Wagner e Cristiane	
Associação Pró Educação, Cultura, Lazer e Trabalho	Dalva e Cristian	
Associação das Pousadas de Búzios	Flávio Pereira	
Associação de Pequenos Agricultores	-	Arraial do Cabo
Associação Comercial – ACIPAC	Wilmes	
Círculo Operário		
Sindicato dos Trabalhadores da Álcalis		
Movimento da Mulher	Eliana Duarte	
Movimento de Cultura Negra	Josimara da Silva Moraes	

Fonte: Levantamento de Campo, Outubro 2003 a Janeiro 2004.

II.5.3.C.3 - Movimento de Pescadores

A pesca na região sempre existiu paralela a outras atividades econômicas. Inicialmente como atividade artesanal de subsistência com comercialização no mercado interno. No município de Itapemirim, foi constatado que a pesca artesanal tem dado lugar a pesca profissional, principalmente pela falta de opção de postos de trabalho e pelo baixo grau de instrução da população local (Petrobras/Cepemar, 2005).

As dificuldades dos pescadores em adquirir equipamentos, minimizar custos e de regularização da profissão, associadas às divergências entre as lideranças têm determinado a criação de associações de pescadores nos municípios nos últimos dez anos.

Inicialmente estes grupos estavam organizados em Colônias de Pescadores, que foram criadas em sua maior parte no início e meados do século passado com objetivo de ajudar a Marinha do Brasil na proteção da costa brasileira. As colônias foram criadas por Decreto Federal e seus estatutos seguem um modelo federal criado na época sem nenhuma adequação aos dias de hoje. Segundo alguns pescadores entrevistados, as colônias "mal acostumaram os pescadores", uma vez que sempre houve a relação paternalista entre a Marinha e Colônias comprometendo o potencial de organização dos mesmos.

O Quadro II.5.3-8 lista as Colônias, Associações e Cooperativas de Pesca presentes na área de influência do empreendimento.

Quadro II.5.3-8- Colônias, Associações e Cooperativas de Pesca.

Entidade	Contato	Município
Colônia de pescadores Z-1 APESCA - Associação de Pescadores Artesanais e Assemelhados de Campo Grande de Barra Nova Associação de Pescadores de Barra Nova Associação de Pescadores de Guriri Associação de Pescadores de São Mateus Associação de Catadores de Nativo Associação de Catadores de Carangueijo no Manguezal de Campo Grande de Barra Nova	Ivone Cunha Maciel Adecir de Sena Valdecir Teixeira Penha Mauro César da Cunha Rufino José Barbosa -	São Mateus
Colônia de Pescadores Z-6 Cabloco Bernardo Associação de Pescadores de Regência e Povoação Associação de Pescadores de Pontal do Ipiranga e Barra Seca	Janilson Ribeiro Noel Rodrigues de Assis Claudiomiro Avanzini	Linhares
Maricultores de Santa Cruz Colônia de Pescadores de Z 7 Associação de Pescadores de Barra do Riacho	Pedro de Souza Melo Juarez Azeredo Maria Eunice S. Cordeiro	Aracruz
Associação de Pescadores Amadores e Profissionais de Nova Almeida	Dr. Fábio	Fundão *
Associação de Pescadores Amadores e Profissionais de Nova Almeida ASPEJES – Associação de Pescadores de Jacaraípe	Dr. Fábio Manuel Bueno dos Santos	Serra
Colônia de Pesca Z-2 “Conselheiro Costa Pereira” Federação das Colônias de Pescadores – E.S. Associações de Pescadores da Praia do Ribeiro Associações de Pescadores da Praia de Itapuã Associações de Pescadores da Ponta da Fruta Associação de Pescadores da Praia da Costa Cooperativa Mista de Pescadores	Nabucodonosor Pereira Brito Nabucodonosor Pereira Brito Dirceu Oliveira José F. Correia (Zé boião) Sérgio Alcântara (Serginho) Eugenio Duda Romildo Silva	Vila Velha

(continua)

Quadro II.5.3-8- Colônias, Associações e Cooperativas de Pesca.

Entidade	Contato	Município
Colônia de Pescadores Z-5 – Maria Ortiz	Álvaro Martins da Silva, conhecido como Alvinho	Vitória
Associação de Pescadores da Praia do Suá	Reginaldo Aquilino Tavares (Alemão)	
Associação de Pesca de Santo Antonio	Reginaldo Aquilino Tavares (Alemão)	
Associação de Pesca Ilha das Caieiras	Reginaldo Aquilino Tavares (Alemão)	
Associação de Pesca da Praia do Canto	Reginaldo Aquilino Tavares (Alemão)	
Associação de Pesca de Goiabeiras Cooperativa de Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras	Reginaldo Aquilino Tavares (Alemão) Eliete Barreto da Silva	
Associação de Proprietários de Embarcações e pescadores do Sul do Estado do Espírito Santo – Guarapari	Valter Mulinan de Souza	Guarapari
Associação de pescadores e Moradores da Prainha de Muquiçaba – Guarapari	José Augusto Caldonazi Monjardim	
Associação de Maricultores de Guarapari	Vítor Beline Lopes Albertino	
Associação Aquícola de Guarapari	Aracy Vieira de Almeida	
Colônia de Pescadores Z-4 “Marcilio Dias” – Anchieta	Zeir Pinto de Moraes	Anchieta
Associação de Maricultores de Anchieta	Pedro Gonzaga da Silva	
Associação de Esposas e Filhos de Pescadores Parati	-	
Colônia dos Pescadores Z-9	Manuel Carlos Santamarino (Português)	Piúma
Associação das Mulheres dos Pescadores de Piúma	Zulmira da Silva Santamaría	
Escola de Pesca de Piúma	Nelson Welerson Xavier e Silva	
Colônia dos Pescadores de Itaipava Z-10 – Dom Pedro I	Aureli Lopes (Lili)	Itapemirim
Associação de Pescadores do Município de Itapemirim	José Arthur Marquiori	
Associação de Pesca de Itaipava	Jose Américo Barbosa Barreto	
Colônia de Pescadores de Marataízes Z-8 - Nossa Senhora dos Navegantes.	Sérgio Cláudio Marangoni Rody.	Marataízes
APEMAR – Associação de Pescadores de Marataízes	Florianio Silva Paz	

(continua)

Quadro II.5.3-8- Colônias, Associações e Cooperativas de Pesca (conclusão)

Entidade	Contato	Município
Associação de Pescadores de Marobá	José Ribeiro	Presidente Kennedy
Colônia de Pescadores Z-1 de São Francisco do Itabapoana	-	São Francisco do Itabapoana
Associação de Pescadores de São Francisco do Itabapoana	-	
Associação de Pescadores Artesanais de Barra do Furado	-	Quissamã
Associação de Pescadores Artesanais de Quissamã	-	
Associação de Pescadores da Lagoa Carapebus	Waldeni França	Carapebus
Colônia Z-2	Joel	Macaé
Cooperativa de Pescadores	Toninho	
Escola de Pesca	-	
Colônia de Pescadores Z-22 Rio das Ostras	-	Rio das Ostras
Colônia de Pescadores Z – 18	-	Cabo Frio
Colônia de Pescadores Z – 4	-	
Associação de Pesca Praia do Siqueira;	-	
Associação de Pescadores de Manguinhos	Birinha	Armação de Búzios
Colônia de Pesca	Neneca	
Colônia de Pescadores Z-5	-	Arraial do Cabo

II.5.3.C.4 - Movimentos Ambientalistas

Os Movimentos Ambientalistas representam uma das formas de organização da população dos municípios da área de influência. Estes movimentos surgiram paralelo ao crescimento desordenado e à implantação de empreendimentos nas regiões conforme citado anteriormente, com o objetivo de desenvolver ações de recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais das localidades (Quadro II.5.3-9).

Quadro II.5.3-9- Movimentos Ambientalistas.

Movimento	Contato	Município
ADERSAMA - Associação em Defesa do Rio São Mateus	José Luiz	São Mateus
ASA - Associação do Semiárido	-	
CAPA - Centro de Atenção Primária Ambiental	-	
Projeto TAMAR/IBAMA - Praia de Guriri	Denise de Borba	
Projeto TAMAR/IBAMA – Praia do portal de Ipiranga e Povoação	Antônio R. Almeida	Linhares
Projeto TAMAR/IBAMA – Praia de Comboios	Juarez Scalfone	
GANC – Grupo Ambientalista Natureza e Companhia	Jocival Marchiori	
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Almir Gonçalves Vianna	Aracruz
MOAF – Movimento Ambiental Fundoense	Gilton Luiz Ferreira	Fundão
RECUPERLIXO	Joel Fanteceli	Serra
Projeto Peixinho	Alfonsus Rocha	
Associação de Programas em Tecnologias Alternativas – APTA	Daniel do Nascimento Duarte	Vitória
ASCAMARES – Associação de Catadores de Material Reciclável	João Gaspar	Vila Velha
ADIVEPA – Associação Vilavelhense de Proteção Ambiental	-	
AMABARRA – Associação de Meio Ambiente Barra do Jucu	-	
ORCA – Organização Consciência Ambiental	-	
Associação Ecológica Força Verde de Guarapari	Celso Maioli Júnior	Guarapari
AAGUA – Associação Ambientalista de Guarapari	José Eduardo Ribeiro	
Instituto Ambientalista de Desenvolvimento Social Sustentável – Biocêntrica	Paulo Cesar	
Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Benevente	-	Anchieta
GRAMI – Grupo de Apoio ao Meio Ambiente	Bruno Fernandez	Anchieta – Piúma
Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim	Eng. Maria Helena	Itapemirim
Consórcio da Bacia do Rio Itabapoana – Projeto Managé	Cristiane	Presidente Kennedy – São Francisco do Itabapoana
AMDA – Associação Macaense de Defesa Ambiental- em defesa da Lagoa de Jubaassica	Paulo Marinho	Macaé
RAIA – Rede de Informação, Ação e Meio Ambiente	Alexandre Nogueira	

(continua)

Quadro II.5.3-9- Movimentos Ambientistas (conclusão).

Movimento	Contato	Município
Amigos do Parque – Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	Maria Inês ou Dália	Macaé
MRA 5 – Consórcio Intermunicipal da Macro-região Ambiental 5. É o Comitê da Bacia do Rio Macaé	Paulo Marinho	
Agenda 21	Paulo Sérgio Carvalho de Barcellos - -	Cabo Frio
Consórcio Ambiental Intermunicipal Lago de São João		
Viva Lagoa e Associação em Defesa da Lagoa de Araruama		
Núcleo Ecológico de José Gonçalves	João	Armação de Búzios

Fonte: Levantamento de Campo, Outubro 2003 a Janeiro 2004.

II.5.3.D - Dinâmica Populacional**II. 5.3.4.D.1 - Municípios da AID****II.5.3.A.D.1.1 - Vitória, Vila Velha e Serra**

Vitória, Vila Velha e Serra possuíam juntos 31,3% da população estadual, em 2002. Em 1991 estes municípios participavam com 28,7% deste total. A participação de cada um no total do grupo variou de 29% a 36% em 1991 e 2002. Apenas o município da Serra apresenta taxa de crescimento acima da média, de 4,18 a.a. (Tabela II.5.3-10).

Tabela II.5.3-10- População dos Municípios Capixabas – Região da Grande Vitória.

Municípios	População 1991	População 2000	População 2002(*)	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (**)
Vitória	258.777	292.304	299.357	1,36
Vila Velha	265.586	345.965	362.877	2,98
Serra	222.158	321.181	342.016	4,18
Total na Área	746.521	959.450	1.004.250	-
Estado do Espírito Santo	2.602.589	3.099.316	3.203.724	

Fonte: IBGE/IPES. (*) Dados 2002 – Estimativa. (**) 1991/2000.

Há que se chamar a atenção para as diferenças entre as taxas de crescimento dos municípios do litoral norte fluminense e dos municípios do Espírito Santo no período analisado. Comparativamente aos municípios do norte fluminense, as menores taxas de crescimento verificadas nos municípios do Espírito Santo refletem a baixa atratividade desta região, o que nos remete à estrutura econômica vigente em cada uma destas áreas. Fica patente a atratividade populacional exercida pela dinâmica imprimida em áreas de grande expressividade na atividade petrolífera, menos por sua dimensão empregatícia (que é muito seleta) e mais pelas condições criadas em função da geração de renda e de tributos. O estímulo econômico criado em função da geração de renda e de tributos nestas áreas conduz, ainda que haja pequena relação arrecadação/investimentos por parte do setor público, sobretudo do municipal, a melhorias expressivas no campo dos equipamentos e serviços sociais que são, em última instância, o principal fator de atração de população.

II.5.3.A.D.1.2 - Litoral Norte do Espírito Santo

Os municípios considerados concentravam 9,9% da população estadual, em 1991, e 9,1% em 2002, conforme dados da Tabela II.5.3-11. Na composição da população deste grupo de municípios, Linhares apresenta maior concentração populacional agregando, deste total, 42,6% em 1991 e 39,8% em 2002. São Mateus vem em segundo lugar apresentando uma participação de 31,6%, em 1991, e 32,4% em 2002. Em terceiro aparece Aracruz com uma participação de 22,4%, em 1991, e 23,1% em 2002. A participação de Fundão é pouco expressiva, comparativamente aos demais municípios do grupo. O município de Fundão apresenta a maior taxa de crescimento populacional do grupo (2,7), enquanto Linhares apresenta a menor taxa (1,7). Os municípios de Aracruz e São Mateus apresentam taxas de crescimento próximas, respectivamente 2,4 e 2,3.

Destaca-se que a população de Linhares, em 2000, apresentou redução em relação a 1991, fato que se explica por ter este município sofrido divisão político-administrativa em 1997, originando o município de Sooretama.

Tabela II. 5.3-11 - População dos Municípios Capixabas – Litoral Norte– 2000.

Municípios	População 1991	População 2000	População 2002(*)	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (**)
Fundão	10.204	13.009	13.599	2,74
Aracruz	52.433	64.637	67.205	2,35
Linhares	119.690	112.617	115.573	1,66
São Mateus	73.903	90.460	94.017	2,27
Total na Área	256.230	280.723	290.394	
Estado do Espírito Santo	2.602.589	3.099.316	3.203.724	

Fonte: IBGE/IPES. (*) Dados 2002 – Estimativa. (**) 1991/2000

Situação Domiciliar

A situação domiciliar dos municípios de Vitória, Serra e Vila Velha está apresentada na Tabela II.5.3-12. Importante destacar que a maioria das sedes municipais e dos principais núcleos urbanos destes municípios está concentrada ao longo da faixa costeira. A atividade turística possui grande influência na atratividade e fixação de população urbana nestas áreas, à exceção dos municípios componentes da Grande Vitória, que por concentrarem as atividades econômicas e administrativas e por possuírem a mais completa infra-estrutura de serviços sociais, são os maiores atratores de população do estado.

Tabela II.5.3-12 - População dos Municípios por situação de Domicílio – Vitória, Serra e Vila Velha.

Municípios	Total Abs	Urbana Abs	Rural Abs	Urbana %	Rural %
Vitória	292.304	292.304	0	100,00	0,00
Vila Velha	345.965	344.625	1.340	99,61	0,39
Serra	321.181	319.621	1.560	99,51	0,49
Estado do Espírito Santo	3.097.477	2.462.436	635.041	79,50	20,50

Fonte: IBGE – Censo Demográfico - 2000

A situação domiciliar dos municípios do norte capixaba é caracterizada pelo predomínio da população em áreas urbanas, com destaque para o município de Aracruz, que apresenta a maior expressividade, onde 84,3% da população vive

em área urbana. São Mateus é o único entre os municípios do litoral norte com taxa abaixo da média capixaba, com 76,3% (Tabela II.5.3-13).

Tabela II.5.3-13 - População dos Municípios por situação de Domicílio - Litoral Norte do Espírito Santo.

Municípios	Total Abs	Urbana Abs	Rural Abs	Urbana %	Rural %
Fundão	13.009	10.801	2.208	83,03	16,97
Aracruz	64.637	54.458	10.179	84,25	15,75
Linhares	112.617	92.917	19.700	82,51	17,49
São Mateus	90.460	69.004	21.456	76,28	23,72
Estado do Espírito Santo	3.097.477	2.462.436	635.041	79,50	20,50

Fonte: IBGE – Censo Demográfico - 2000

II. 5.3.4.D.2 - Municípios da All

II.5.3.A.D.2.1 - Litoral Sul do Espírito Santo

Na All verifica-se que o grupo de municípios localizados no litoral sul do Espírito Santo concentrava apenas 5,4 % da população estadual em 1991, e 6,3% em 2002.

Com relação a participação de cada município na população total do grupo em que está inserido, verifica-se que: Guarapari agrega 44,1% desta em 1991 e 46,6% em 2002. Segue-se a este Marataízes com 16,2% em 1991 e 16,0% em 2002 e Itapemirim com 15,6% em 1991 e 14,6% em 2002. Os demais apresentam participações bem reduzidas. Piúma e Guarapari apresentaram as maiores taxas de crescimento do grupo, respectivamente, 5,3 e 4,0 a.a, enquanto Presidente Kennedy apresenta uma taxa quase nula (Tabela 5.3-14).

Tabela II.5.3-14 - População dos Municípios Capixabas – Litoral sul – 2000.

Municípios	População 1991	População 2000	População 2002(*)	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (**)
Marataízes	22.646	30.603	32.280	3,40
Itapemirim	21.846	28.121	29.439	2,85
Piúma	9.430	14.987	16.156	5,28
Presidente Kennedy	9.433	9.555	9.581	0,14
Anchieta	14.934	19.176	20.069	2,82
Guarapari	61.719	88.400	94.014	4,07
Total na Área	140.008	190.842	201.539	
Estado do Espírito Santo	2.602.589	3.099.316	3.203.724	

Fonte: IBGE/IPES. (*) Dados 2002 – Estimativa. (**) 1991/2000

Situação Domiciliar

A situação domiciliar dos municípios do Espírito Santo apresenta o predomínio da população em áreas urbanas, com variações entre 57% e 100%.

Enquanto o município de Vitória apresenta 100% de sua população em áreas urbanas, no município de Presidente Kennedy é expressiva população rural, que representa 73,5%. Entre os municípios do litoral sul capixaba, Presidente Kennedy, Itapemirim e Anchieta apresentam, respectivamente, populações urbanas de 26,5%, 57,4% e 69,1%, o que são índices abaixo da média do estado, registrada em 79,5% (Tabela II.5.3-15).

Tabela II.5.3-15 - População dos Municípios por situação de Domicílio - Litoral sul do Espírito Santo

Municípios	Total Abs	Urbana Abs	Rural Abs	Urbana %	Rural %
Presidente Kennedy	9.555	2.530	7.025	26,48	73,52
Marataízes	30.603	23.757	6.846	77,63	22,37
Itapemirim	28121	16.133	11.988	57,37	42,63
Piúma	14.987	14.101	886	94,09	5,91
Anchieta	19.217	13.272	5.945	69,06	30,94
Guarapari	88.400	82.589	5.811	93,43	6,57
Estado do Espírito Santo	3.097.477	2.462.436	635.041	79,50	20,50

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 2000.

II.5.3.A.D.2.2 - Litoral Norte Fluminense

A dinâmica populacional de determinado espaço geográfico é delineada, em grande medida, pela forma e ritmo de desenvolvimento econômico imprimido à região. Na área definida dos municípios do norte fluminense, entre as décadas de 50 e 60, as atividades turística e imobiliária estimularam o incremento populacional, especialmente na faixa costeira. A partir da década de 70, ao se iniciarem as atividades petrolíferas na região, novos e contínuos incrementos foram dados à população dos municípios aí localizados, não apenas na porção costeira, mas por toda a região, especialmente nas sedes municipais onde foram se instalando atividades de apoio à exploração petrolífera.

Como sede do distrito de Exploração Sudeste da Petrobras, Macaé passa a ser o pólo atrator de crescimento da região (Petrobras/Cepemar, 2005). Fruto desta dinâmica foram surgindo novos municípios como Rio das Ostras, Arraial do Cabo, Búzios, Quissamã, Carapebus, São Francisco de Itabapoana, alguns emancipados recentemente, na década de 90. Entre as décadas de 80 e 90 a dinâmica imprimida pela atividade petrolífera centrada em Macaé se estende aos demais municípios vizinhos que passam a atrair um expressivo contingente de trabalhadores, muitos empregados em empresas fornecedoras da indústria petrolífera, muitos em busca de oportunidades de emprego. Nas duas últimas décadas os municípios componentes da All, localizados no litoral norte do Rio de Janeiro, apresentaram uma expressiva participação na população estadual, agregando desta, 5,4% (1991) e 6% (2000 e 2002), segundo demonstra a Tabela II.5.3-16.

Vale ressaltar que todos os municípios deste grupo têm tido um crescimento expressivo, com taxas médias na faixa de 3% a.a. Apenas São João da Barra e Campos apresentaram, neste período, taxas de crescimento abaixo de 1,0%. Contrariamente, Rio das Ostras, Armação de Búzios e Cabo Frio tiveram elevadíssimas taxas de crescimento, respectivamente, 8,02, 8,68 e 5,81. Macaé segue apresentando uma taxa de crescimento populacional expressiva, de 3,9 a.a. Mesmo apresentando uma baixa taxa de crescimento no período analisado, Campos possui a maior concentração populacional relativamente ao total deste grupo de municípios, cuja participação em 1991 foi de 54,8% e em 2002 de

46,0%. Macaé aparece como o segundo maior concentrador com 13,6% em 1991 e 15,8 em 2002, seguido de Cabo Frio com 11,13% em 1991 e 15,44% em 2002.

Tabela II.5.3-16- População dos Municípios Fluminenses.

Municípios	População 1991	População 1996	População 2000	População 2002(*)	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (**)
S.João da Barra	20.847	24.546	27.682	29.312	0,68
S.Fco.de Itabapoana	38.714	40.030	41.145	41.725	3,2
Campos	376.290	392.902	406.989	414.311	0,88
Quissamã	10.467	12.202	13.674	14.439	3,01
Carapebus	7.238	8.011	8.666	9.007	2,02
Macaé	93.657	114.655	132.461	141.716	3,93
Rio das Ostras	18.195	28.057	36.419	40.765	8,02
Casimiro de Abreu	15.650	19.168	22.152	23.703	3,94
Armação de Búzios	8.604	13.799	18.204	20.494	8,68
Cabo Frio	76.311	103.648	126.828	138.876	5,81
Arraial do Cabo	19.866	22.036	23.877	24.834	2,06
Total na Área	685.839	781.050	858.097	899.181	-
Estado do Rio de Janeiro	12.807.706	13.664.637	14.391.282	14.768.969	1,3

Fonte: Censo 2000 – IBGE. (*) Dados 2002 - Estimativas – CIDE. (**) 1991/2000

Situação Domiciliar

O litoral norte fluminense apresenta uma população tipicamente urbana, na maioria dos municípios, com concentração que varia de 70 até 95% da população total (Tabela II.5.3-17). Os municípios de São Francisco de Itabapoana e de Quissamã são os únicos deste grupo que possuem uma expressiva população rural, respectivamente, 53,3% e 43,7%, segundo dados do Censo de 2000.

Tabela II.5.3-17- População dos municípios por situação de domicílio.

Municípios Considerados	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	Abs	Abs	Abs	%	%
S. Fco. de Itabapoana	41.145	19.228	21.917	46,73	53,27
S. João da Barra	27.682	19.631	8.051	70,92	29,08
Campos dos Goytacazes	406.989	364.177	42.812	89,48	10,52
Quissamã	13.674	7.699	5.975	56,30	43,70
Carapebus	8.666	6.875	1.791	79,33	20,67
Macaé	132.461	126.007	6.454	95,13	4,87
Rio das Ostras	36.419	34.552	1.867	94,87	5,13
Casimiro de Abreu	22.152	18.337	3.815	82,78	17,22
Armação de Búzios	18.204	18.204	00,0	100,00	0,00
Cabo Frio	126.828	106.237	20.591	83,76	16,24
Arraial do Cabo	23.877	23.8677	00,0	100,00	00,0
Estado do Rio de Janeiro	14.391.282	13.821.466	569.816	96,04	3,96

Fonte: IBGE – Censo Demográfico - 2000

II.5.3.E - Fluxos Migratórios Atuais

II.5.3.E.1 - Municípios da AID

II.5.3.E.1.1 - Vitória, Vila Velha e Serra

Do contingente de 131.608 migrantes que vieram para o Espírito Santo em 2002, os municípios de Vitória, Vila Velha e da Serra atraíram para si, 46%. Suas participações neste volume foram, respectivamente, 10,9%, 18,0% e 17,2%. A concentração das atividades comerciais e de serviços, e da atividade industrial nestes municípios têm sido responsáveis por esta elevada atração de população. Assim como nos estados do litoral sul, a maioria dos migrantes que se fixam em Vitória, Vila Velha e Serra é originária de Minas Gerais (27,1%), da Bahia (26,5%) e do Rio de Janeiro (19,4%) (Tabela II.5.3-18).

Tabela II.5.3-18- Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Espírito Santo em 31/7/1995.

Mesorregiões e Municípios	Total	Região Norte	Região Nordeste		Outros Estados da Região Sudeste			Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	Exterior
			Outros Estados	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo				
Total	131.608	5.463	6.235	31.743	38.516	28.927	11.850	2.799	3.636	925	1.514
Mesorregiões											
Central Espírito-Santense	87.811	3 555	4 561	23.087	24.889	16.786	7.978	2 038	3.036	582	1.301
Litoral Norte Espírito-Santense	17.368	858	1 014	6.653	4.533	1.837	1.580	329	298	163	103
Total	131.608	5.463	6.235	31.743	38.516	28.927	11.850	2.799	3.636	925	1.514
Mesorregiões											
Noroeste Espírito-Santense	9.528	862	242	1.462	5.176	751	681	126	124	80	22
Sul Espírito-Santense	16.902	188	417	542	3.919	9.553	1.611	305	178	101	89
Municípios											
Serra	22.602	1 010	1 190	7.699	6.986	2.625	1.951	200	640	225	75
Vila Velha	23.671	986	1 041	5.821	5.377	6.017	2.290	767	916	63	394
Vitória	14.376	522	936	2.562	4.098	3.110	1.586	382	601	26	554
Total	60.649	2.518	3 167	16.082	16.461	11.752	5.827	1 349	2 157	314	1.023

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000.

Há que se considerar que, em função destes municípios possuírem as melhores condições infra-estruturais do estado e concentrarem as atividades dos setores terciário e secundário, este tende a ser o principal foco de expansão populacional decorrente da dinamização da indústria petrolífera no estado.

II.5.3.E.1.2 - Litoral Norte do Espírito Santo

De acordo com a Tabela II.5.3-19, a participação do fluxo migratório para o litoral norte, no fluxo migratório estadual é relativamente pequena, de 8,0%. No entanto, em relação à Região Administrativa do Litoral Norte do Espírito Santo, a participação dos municípios componentes da AID é representativa, atingindo 60,6% em 2002.

Neste período existia, nesses municípios, um contingente de 10.513 habitantes que, até julho de 1995, não residiam na região. Deste total o maior número de migrantes está no município de São Mateus, totalizando 4.089

habitantes. Linhares e Fundão também possuíam um número expressivo de migrantes, proporcionalmente à suas populações, sendo, respectivamente, 3.283 e 2.643.

Com relação à origem verifica-se que, a maior parte dos migrantes são provenientes da Bahia (32,2%), de Minas Gerais (27,7%), do Rio de Janeiro (13,1%) e de São Paulo (11,2%). Considerando a origem de migrantes por município, os mineiros são a maior parte na população migrante total nos municípios de Fundão (42,0%), São Mateus (36,4%) e Aracruz (31,1%). Em Linhares a maior parcela dos migrantes é de origem baiana (41,8%).

Tabela II.5.3-19- Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Espírito Santo em 31/7/1995.

Mesorregiões e Municípios	Total	Região Norte	Região Nordeste		Outros Estados da Região Sudeste			Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	Exterior
			Outros Estados	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo				
Total	131.608	5.463	6.235	31.743	38.516	28.927	11.850	2.799	3.636	925	1.514
Central Espírito-Santense	87.811	3.555	4.561	23.087	24.889	16.786	7.978	2.038	3.036	582	1.301
Litoral Norte Espírito-Santense	17.368	858	1.014	6.653	4.533	1.837	1.580	329	298	163	103
Noroeste Espírito-Santense	9.528	862	242	1.462	5.176	751	681	126	124	80	22
Sul Espírito-Santense	16.902	188	129	542	3.919	9.553	1.611	305	178	101	89
Fundão	2.643	75	80	510	822	508	330	113	104	89	11
Aracruz	498	12	11	107	209	94	49	17	0	-	-
Linhares	3.283	266	298	1.373	394	370	413	69	59	-	38
São Mateus	4.089	211	90	1.393	1.488	408	382	42	53	1	22
Total	10.513	564	479	3.383	2.913	1.380	1.174	241	216	90	71

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

II.5.3.E.2 - Municípios da All

II.5.3.E.2.1 - Litoral Sul do Espírito Santo

Segundo dados do Censo Demográfico de 2002, a participação do fluxo migratório para o litoral sul no fluxo migratório estadual é relativamente pequena

(11,0%). No entanto, em relação à Região Administrativa Sul do Espírito Santo, a participação é muito representativa, atingindo 85,9% em 2002 (Tabela II.5.3-20).

Neste período existia, nos municípios do litoral sul do Espírito Santo, um contingente de 14.514 habitantes que, até julho de 1995, não residiam na região. Deste total, o maior número de migrantes está no município de Guarapari, totalizando 9.263 habitantes. Marataízes e Piúma também possuíam um número expressivo de migrantes, respectivamente, 1.846 e 1.455. Importante ressaltar que, no conjunto dos municípios do litoral sul do estado do Espírito Santo, os três acima mencionados são os que apresentam maior destaque na atividade turística da região, que é um fator de forte atração de migrantes.

Com relação à origem verifica-se que, a maior parte dos migrantes são provenientes do Rio de Janeiro (28,8%), de Minas Gerais (23,4%) e da Bahia (24,5%). A população de migrantes do município de Guarapari é, em sua grande maioria, de origem baiana, seguida de mineiros e cariocas.

Além da atratividade exercida pelo turismo, a atividade industrial, especificamente aquela relacionada a investimentos de elevado porte e a construção civil, é um forte fator de influência na atração de população, especialmente daquela população de trabalhadores migrantes, que vive se deslocando em busca de oportunidades de trabalho. Nesta região, exercem elevada atratividade as atividades relacionadas à Samarco Mineração, à Usina Paineiras e à indústria da construção civil, de grande relevância especialmente no município de Guarapari.

Nos municípios de Itapemirim, Anchieta e Guarapari, verifica-se a existência de um volume expressivo de migrantes provenientes de outros estados do nordeste, principalmente da Bahia, que vieram em busca de emprego no corte de cana, nas empreiteiras da Samarco e nas obras civis. Em Itapemirim, muitos ficam em alojamentos da empresa, outros terminam trazendo suas famílias e se fixando em bairros de baixa renda, dentro do próprio município. Em Anchieta surgiu, inclusive, um bairro de migrantes, a maioria proveniente do mesmo local da Bahia (Camacã). No município de Guarapari, sobretudo na área urbana periférica, proliferaram os bairros de baixa renda, que abrigam número significativo de pessoas provenientes de outras regiões e estados.

Ressalta-se que, tal como observado anteriormente, o litoral do Espírito Santo poderá sofrer um incremento populacional de dimensão elevada, próximo ao ocorrido no norte fluminense. A diferença está em que no norte fluminense os fluxos migratórios são regionais, e em menor grau, estaduais, visto que a maior parte da população migrante é originária de municípios vizinhos ou do próprio estado. No litoral sul do Espírito Santo verifica-se que é expressivo o fluxo de migrantes provenientes de outros estados, especialmente da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, o que tenderá a se intensificar com o forte crescimento econômico esperado a partir da dinamização da atividade petrolífera na região.

Tabela II.5.3-20- Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Espírito Santo em 31/7/1995.

Mesorregiões e Municípios	Total	Região Norte	Região Nordeste		Outros Estados da Região Sudeste			Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	Exterior
			Outros Estados	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo				
Total	131.608	5.463	6.235	31.743	38.516	28.927	11.850	2.799	3.636	925	1.514
Central Espírito-Santense	87.811	3.555	4.561	23.087	24.889	16.786	7.978	2.038	3.036	582	1.301
Litoral Norte Espírito-Santense	17.368	858	1.014	6.653	4.533	1.837	1.580	329	298	163	103
Noroeste Espírito-Santense	9.528	862	242	1.462	5.176	751	681	126	124	80	22
Sul Espírito-Santense	16.902	188	129	542	3.919	9.553	1.611	305	178	101	89
Anchieta	899	22	44	236	146	303	88	30	29	-	-
Guarapari	9.263	76	334	3.111	2.089	1.883	801	189	544	151	84
Itapemirim	796	0	60	8	83	447	143	-	-	46	9
Marataízes	1.846	35	58	71	553	767	232	80	16	-	35
Piúma	1.455	46	60	120	510	632	43	23	19	-	-
Presidente Kennedy	255	3	9	15	17	154	22	4	18	12	-
Total	14.514	182	565	3.561	3.398	4.186	1.329	326	626	209	128

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

II.5.3.E.2.2 - Litoral Norte Fluminense

Os dados relativos ao movimento migratório ocorrido no litoral norte do Rio de Janeiro, relativos ao período de 1991 e 1996, apresentam um significativo fluxo migratório para os municípios analisados, especialmente Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Macaé (Tabela II.5.3-21 e Figura II.5.3-15). Na Figura II.5.3-16 constata-se que a região partilha de um fluxo migratório estadual, visto que a maioria dos migrantes é originária do próprio estado.

Tabela II.5.3-21- População Residente a partir de 1991, com indicação de domicílio anterior.

MUNICÍPIOS	POP. TOTAL	DOMICILIO ANTERIOR									
		Outros Mun. RJ		Outro Estado		Outro País		Ignorado		Migrantes	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	(%)
S. Fco. Itabap.	39.309	624	69,03	263	29,09	3	0,33	14	1,53	904	2,3
S. J. Barra	24.630	1.535	93,1	93	5,64	2	0,12	19	1,14	1.649	6,7
Campos	389.547	5.456	71,9	1.976	26,04	86	1,13	70	0,92	7.588	1,95
Carapebus	8.124	285	80,5	68	19,2	-	-	1	-	354	4,36
Macaé	113.092	8.816	71,7	3.270	26,6	149	1,21	56	0,45	12.291	10,87
Quissamã	12.583	214	72,5	15	5,26	0	-	66	22,37	295	2,34
C. de Abreu	20.212	2.864	85,59	468	13,99	4	0,12	10	0,30	3.346	16,55
R. das Ostras	28.106	5.821	87,68	770	11,60	21	0,32	27	0,40	6.639	23,62
A de Búzios	14.361	1.745	72,62	557	23,18	88	3,66	13	0,54	2.403	16,73
Cabo Frio	101.398	9.825	79,36	2.430	19,63	76	0,62	49	0,39	12.380	12,2
Arraial Cabo	21.548	1.869	82,55	381	16,83	5	0,22	9	0,40	2.264	10,51

Fonte: Centro de Informações e Dados Estatísticos – CIDE, Anuário Estatístico, 1998. Segundo IBGE, Contagem da População, 1996.

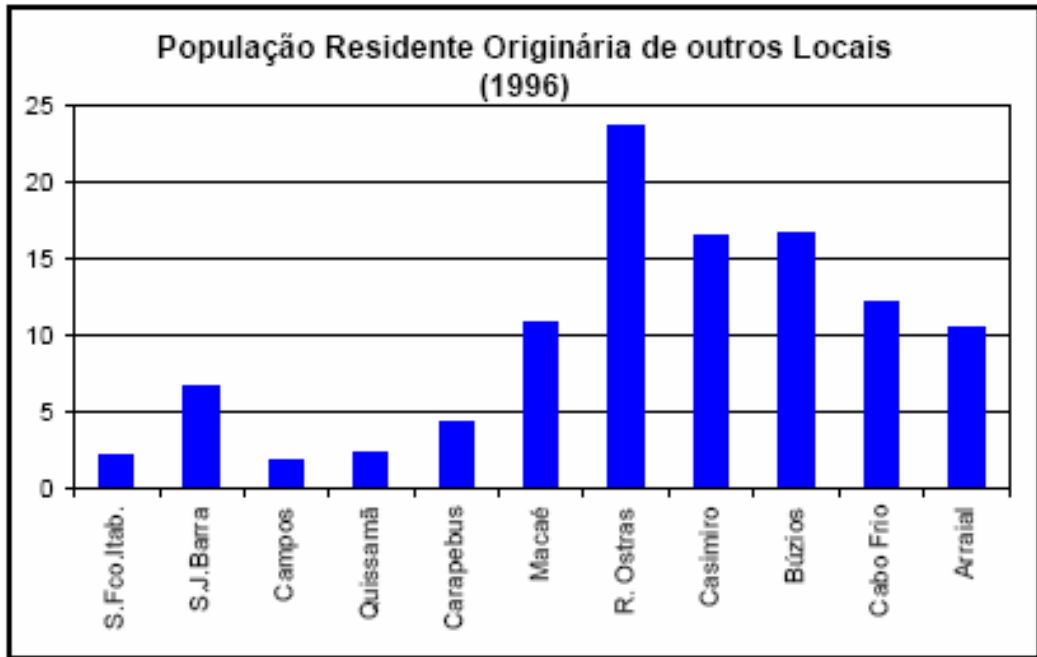


Figura II.5.3-15 - Migração Total (% da população residente).

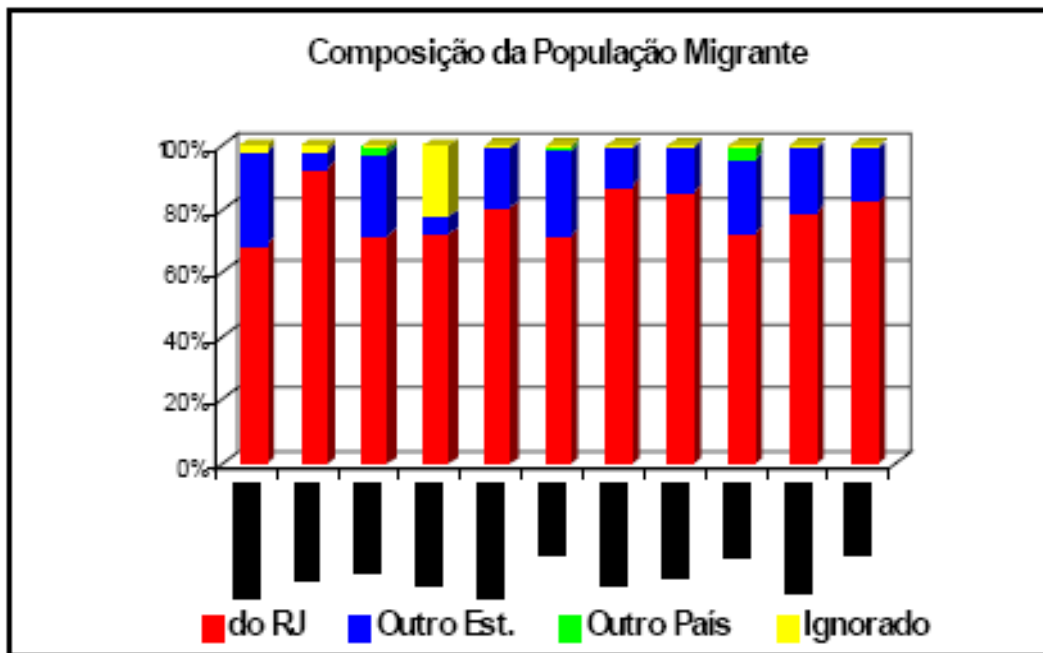


Figura II. 5.3-16 - Migração-Composição.

II.5.3.F - Infra-Estrutura

II.5.3.6.F.1 - Saúde

II.5.3.6.F.1.1 - AID –Vitória, Vila Velha e Serra

O sistema de saúde na área de influência é satisfatório no que diz respeito aos atendimentos de baixa complexidade. Os municípios estão habilitados na gestão plena de atenção básica conforme a NOB/SUS/96.

No conjunto dos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, o índice é de 2,37 leitos para cada 1.000 habitantes, considerando uma população de 959.450 habitantes, conforme censo 2000. Ressalta-se que esses municípios recebem demandas de atendimento de diversos municípios do Espírito Santo, sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais (Tabela II.5.3-22).

Tabela II.5.3-22- Leitos Cadastrados por Municípios - E.S.

Tipos de Leitos		Total	Municípios		
			Serra	Vitória	Vila Velha
CIRÚRGICO	EXISTENTE	1048	67	769	212
	SUS	900	17	690	193
CLÍNICO	EXISTENTE	991	38	715	238
	SUS	844	02	622	220
COMPLEMENTAR	EXISTENTE	236	27	154	55
	SUS	173	-	122	51
TOTAL GERAL	EXISTENTE	2275	132	1.638	505
	SUS	1917	19	1.434	464

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus – Cnes, 2003

Em relação às Unidades Ambulatoriais constatamos nos municípios de Vila Velha, Vitória e Serra, a maior concentração dos serviços no âmbito do Estado (Tabela II.5.3-23).

Tabela II.5.3-23- Unidades Ambulatoriais Cadastradas - E.S.

Unidades Ambulatoriais	Municípios		
	Serra	Vitória	Vila Velha
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	32	24	18
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO DE ESPECIALIDADE	32	24	18
CONSULTORIO ISOLADO	-	-	01
HOSPITAL ESPECIALIZADO	-	05	03
HOSPITAL GERAL	01	06	04
POLICLINICA	04	06	-
POSTO DE SAUDE	03	02	04
PRONTO SOCORRO GERAL	01	-	-
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	01	30	05
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA-ISOLADO	-	-	-
UNIDADE DE VIGILANCIA SANITARIA/EPIDEMIOLOGIA-ISOLADO	02	03	04
UNIDADE MISTA	01	-	-
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	-	01	-
TOTAL	45	77	39

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus – Cnes, 2003.

Em relação ao número de profissionais podemos ressaltar que nos municípios da área de influência do ES a maior concentração destes ocorre nos municípios de Vitória e Vila Velha (Tabela II.5.3-24).

Tabela II.5.3-24- Número de Profissionais por Especialidade - E.S.

PROFISSIONAIS	MUNICÍPIOS		
	Serra	Vitória	Vila Velha
AGENTE COMUNITÁRIO	06	420	92
AGENTE DE SANEAMENTO	01	02	-
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-	26	11
ASSISTENTE SOCIAL	03	88	15
ATENDENTE DE ENFERMAGEM	-	-	20
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	21	692	-
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO PSF	06	78	21
CIRURGIÃO DENTISTA	02	270	27
ENFERMEIRO	01	154	28
ENFERMEIRO PACS	-	29	09
ENFERMEIRO PSF	02	81	19
FISIOTERAPEUTA	-	23	08
FONOAUDIÓLOGO	-	15	03
MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA	-	148	17
MÉDICOS DIVERSAS ESPECIALIDADES	33	2.271	306
OUTROS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR	03	132	11
OUTROS PROFISSIONAIS DE NIVEL TECNICO E MEDIO	34	1.070	450
PSICÓLOGO	01	65	03
TECNICO DE ENFERMAGEM, EM GERAL	17	651	188
TOTAL	130	6.215	1.228

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003

II.5.3.6.F.1.2 - AID – Litoral Norte do Espírito Santo

O sistema de saúde dos municípios que compõem a área de influência do litoral norte do ES (Fundão, Aracruz, Linhares e São Mateus), vem ao longo dos últimos anos incrementando sua capacidade de atendimento. Para tanto, existe o Consórcio Polinorte criado pela Lei 2.088/98, do qual participam cinco municípios (Aracruz, Ibraçu, João Neiva, Fundão, São Roque do Canaã e Santa Tereza). O objetivo deste consórcio é auxiliar na organização dos sistemas municipais de saúde a partir da oferta de serviços especializados mais próximos dos domicílios, com menor custo e maior resolutividade (Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Aracruz, 2003). O município de São Mateus faz

parte do Consórcio da Região Norte e encontra-se no modelo de Gestão Básica de Saúde pleiteando a Gestão Básica Ampliada.

Dentre os municípios do litoral norte, o município de Aracruz possui o maior número de unidades que oferecem serviços de especialidades (7 clínicas especializadas/ambulatórios de especialidades e 7 policlínicas) (Tabela II.5.3-25).

Tabela II.5.3-25- Unidades Ambulatoriais Cadastradas - E.S.

UNIDADES AMBULATORIAIS	MUNICÍPIOS LITORAL NORTE			
	São Mateus	Linhares	Aracruz	Fundão
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	02	16	13	02
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO DE ESPECIALIDADE	03	01	07	-
CONSULTORIO ISOLADO	03	-	47	-
HOSPITAL ESPECIALIZADO	-	-	-	-
HOSPITAL GERAL	03	02	01	01
POLICLINICA	02	02	07	-
POSTO DE SAUDE	11	07	01	01
PRONTO SOCORRO GERAL	-	-	-	-
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	06	01	13	01
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA-ISOLADO	06	02	-	04
UNIDADE DE VIGILANCIA SANITARIA/EPIDEMIOLOGIA-ISOLADO	01	01	02	02
UNIDADE MISTA	-	-	-	-
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	01	01	02	-
TOTAL	38	33	93	11

Fonte: Ministério da Saúde / DATASUS – Cnes, 2003.

Quanto à disposição de leitos para atendimento da população, se adotarmos como referência o número mínimo de leitos recomendado pelo Ministério da Saúde (2,32 leitos para cada 1.000 habitantes), no conjunto dos municípios de Fundão, Aracruz, Linhares e São Mateus, que congrega uma população de 280.723 habitantes (IBGE, 2000), o índice é de 0,62 leitos, que está abaixo do mínimo necessário. A Tabela II.5.3-26 apresenta números oficiais quanto aos leitos cadastrados nos municípios do litoral norte do ES.

Tabela II.5.3-26- Leitos Cadastrados por Municípios - E.S.

TIPOS DE LEITOS		TOTAL	MUNICÍPIOS LITORAL NORTE			
			São Mateus	Linhares	Aracruz	Fundão
CIRÚRGICO	EXISTENTE	145	72	53	28	0
	SUS	120	68	38	14	0
CLÍNICO	EXISTENTE	266	108	77	52	29
	SUS	230	102	63	36	29
COMPLEMENTAR	EXISTENTE	32	16	16	0	0
	SUS	30	16	14	0	0
TOTAL GERAL	EXISTENTE	451	196	146	80	29
	SUS	380	186	115	50	29

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus – Cnes, 2003.

Na Tabela II.5.3-27, pode ser verificado que dentre os municípios do litoral norte há maior concentração de profissionais nos municípios de Linhares e São Mateus. Isto pode estar relacionado ao número de habitantes, visto que estes são os mais populosos com 112.671 e 90.460 habitantes (IBGE, 2000), respectivamente.

Tabela II.5.3-27- Número de Profissionais por Especialidade - E.S.

PROFISSIONAIS	MUNICÍPIOS LITORAL NORTE			
	São Mateus	Linhares	Aracruz	Fundão
AGENTE COMUNITÁRIO	126	233	92	12
AGENTE DE SANEAMENTO	01	01	-	01
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	01	04	04	-
ASSISTENTE SOCIAL	05	12	05	02
ATENDENTE DE ENFERMAGEM	07	05	02	05
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	86	188	76	18
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO PSF	09	16	05	02
CIRURGIÃO DENTISTA	13	36	19	02
ENFERMEIRO	06	23	05	03
ENFERMEIRO PACS	01	01	03	-
ENFERMEIRO PSF	03	15	09	-
FISIOTERAPEUTA	-	12	05	-
FONOAUDIÓLOGO	-	-	-	-
MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA	04	14	01	-
MÉDICOS DIVERSAS ESPECIALIDADES	95	206	79	14
OUTROS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR	14	30	05	07
OUTROS PROFISSIONAIS DE NIVEL TECNICO E MEDIO	128	110	58	29
PSICÓLOGO	-	09	-	-
TECNICO DE ENFERMAGEM, EM GERAL	19	102	35	14
TOTAL	392	784	311	97

Fonte: Ministério da Saúde / DATASUS – Cnes, 2003.

Programas e Projetos

De acordo com Petrobras/Cepemar (2005) foram identificados que atualmente estão sendo desenvolvidos os seguintes Programas e Projetos (Tabela II.5.3-28).

Tabela II.5.3-28- Programas e Projetos em Desenvolvimento.

PROGRAMAS E PROJETOS	MUNICÍPIOS						
	Litoral Norte				Grande Vitória		
	I	II	III	IV	V	VI	VII
Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Tuberculose	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Saúde da Família - PSF	X	X	X	X	X	X	X
Programa HIPERDIA - de Hipertensão e Diabetes	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Hanseníase	-	-	-	-	X	X	X
Programa de Hepatite	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Saúde Mental	X	X	X	-	X	X	X
Programa de Climatério	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Puericultura	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Controle de Dengue e Febre Amarela	X	X	X	X	X	X	X
Programa DST/AIDS	X	X	X	X	X	X	X

(Continua)

Tabela II.5.3-28- Programas e Projetos em Desenvolvimento.

PROGRAMAS E PROJETOS	MUNICÍPIOS						
	Litoral Norte				Grande Vitória		
	I	II	III	IV	V	VI	VII
Serviço de Vigilância Sanitária	X	X	X	X	X	X	X
Serviço de Vigilância Epidemiológica	X	X	X	X	X	X	X
Serviço de Vigilância Ambiental	X	-	-	-	X	X	X
Serviço de Profilaxia da Raiva Animal	X	X	X	X	X	X	X
Serviço de Profilaxia da Raiva Humana	X	X	X	X	X	X	X
Farmácia Central	X	-	-	-	X	X	X
Centro de Controle de Zoonoses	X	X	X	-	X	X	X
Bolsa Alimentação	X	X	X	X	X	X	X
Programa da Atenção ao Idoso	-	-	X	X	X	X	X
Programa de Saúde da Mulher	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Atendimento a População de Rua	-	-	-	-	-	X	X
Programa de Tabagismo	X	X	X	-	X	X	X
Programa de Dependencia Química	-	-	-	-	-	X	-
Palestras Educativas	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Prevenção ao Câncer de Próstata	-	-	-	-	X	X	X
Programa Vigiágua	-	-	X	-	-	-	-
Programa de Esquistossomose	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

Tabela II.5.3-28- Programas e Projetos em Desenvolvimento (conclusão).

PROGRAMAS E PROJETOS	MUNICÍPIOS						
	Litoral Norte				Grande Vitória		
	I	II	III	IV	V	VI	VII
Programa de Leishimaniose	-		-	-	-	-	-
Programa de Monitoramento de Doenças Diarréicas	-	-	-	-	-	-	-
Programa Especial de Saúde de Escolares	X	-	X	-	X	X	X
Programa de Controle de Vetores	X	-	-	-	X	X	X
Programa de Controle de Pragas Urbanas	X	-	-	-	X	X	X
Programa de Saúde Indígena	-	-	X	-	-	-	-
Programa de Saúde nas Comunidades	X	X	X	-	-	-	-
Programa de Atendimento ao Excepcional	-	-	X	-	-	-	-
Central de Ambulâncias	X	X	-	-	X	X	X
Programa "Bota de Una"	-	X	-	-	-	-	-

Nota: Municípios: I - São Mateus, II - Linhares, III - Aracruz, IV - Fundão, V - Serra, VI - Vitória, VII - Vila Velha. Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

II.5.3.6.F.1.3 - All - Litoral Sul do Espírito Santo

No litoral sul, para uma população de 190.842 habitantes, tem-se um índice de 1,33 leitos para cada 1.000 habitantes, quando a quantidade mínima recomendada pelo Ministério de Saúde é de 2,32 leitos para cada 1.000 habitantes. Nos municípios de Presidente Kennedy e Marataízes não há registro de leitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, tendo sido constatado que a população utiliza hospitais do município de Cachoeiro de Itapemirim (Tabela II.5.3-29).

Os municípios de Itapemirim, Piúma, Anchieta e Guarapari utilizam para atendimentos de média e alta complexidade os hospitais do município de Vitória.

Tabela II.5.3-29- Leitos Cadastrados por Municípios - E.S.

TIPOS DE LEITOS		TOTAL	MUNICÍPIOS LITORAL SUL					
			Presidente Kennedy	Maratízes	Itapemirim	Piúma	Anchieta	Guarapari
Cirúrgico	EXISTENTE	82	N/D	N/D	29	08	21	24
	SUS	67	N/D	N/D	23	-	21	23
Clínico	EXISTENTE	170	N/D	N/D	51	18	33	68
	SUS	140	N/D	N/D	41	-	33	66
Complementar	EXISTENTE	01	N/D	N/D	-	-	01	-
	SUS	01	N/D	N/D	-	-	01	-
Total Geral	EXISTENTE	253	N/D	N/D	80	26	55	92
	SUS	208	N/D	N/D	64	-	55	89

Nota: N/D - Informação Não Disponível. Fonte: Ministério da Saúde/Datasus – Cnes, 2003.

Em relação às Unidades Ambulatoriais no litoral sul, a maior concentração dos serviços foi identificada no município de Guarapari. Os municípios de Itapemirim, Maratízes, Piúma e Anchieta fazem parte do Consórcio Intermunicipal com sede em Anchieta, para atendimento ambulatorial de especialidades. Foi constatada a inexistência de Pronto Socorro especializado nos municípios do litoral sul, e quando é necessário o atendimento, os pacientes são encaminhados para o município de Vitória (Tabela II.5.3-30).

Tabela II.5.3-30- Unidades Ambulatoriais Cadastradas - E.S.

UNIDADES AMBULATORIAIS	MUNICÍPIOS LITORAL SUL					
	Presidente Kennedy	Marataízes	Itapemirim	Piúma	Anchieta	Guarapari
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	02	01	03	01	01	06
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO DE ESPECIALIDADE	-	01	-	-	-	19
CONSULTORIO ISOLADO	01	01	-	01	01	39
HOSPITAL ESPECIALIZADO	-	-	-	-	-	-
HOSPITAL GERAL	-	-	01	01	01	02
POLICLINICA	-	01	01	-	-	07
POSTO DE SAUDE	03	06	10	03	21	13
PRONTO SOCORRO GERAL	-	01	-	-	-	01
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	-	01	03	-	03	01
UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA-ISOLADO	01	-	-	05	-	-
UNIDADE DE VIGILANCIA SANITARIA/EPIDEMIOLOGIA-ISOLADO	-	01	01	-	01	02
UNIDADE MISTA	-	-	-	-	-	-
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	01	01	01	-	-	01
TOTAL	08	14	20	11	28	91

Fonte: Ministério da Saúde / DATASUS – Cnes, 2003.

Dentre os municípios do litoral sul constatam-se as maiores concentrações de profissionais por especialidades nos municípios de Itapemirim e Guarapari, conforme demonstra a Tabela II.5.3-31.

Tabela II.5.3-31- Número de Profissionais por Especialidade - E.S.

PROFISSIONAIS	MUNICÍPIOS LITORAL SUL					
	Presidente Kennedy	Maratizes	Itapemirim	Piúma	Anchieta	Guarapari
AGENTE COMUNITÁRIO	34	-	83	03	30	35
AGENTE DE SANEAMENTO	-	-	-	-	01	-
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-	-	-	-	03	02
ASSISTENTE SOCIAL	-	-	05	-	01	02
ATENDENTE DE ENFERMAGEM	-	-	-	-	01	-
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	06	-	65	03	28	42
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO PSF	01	01	01	01	22	06
CIRURGIÃO DENTISTA	-	-	21	02	-	19
ENFERMEIRO	-	-	04	-	01	07
ENFERMEIRO PACS	-	-	07	-	01	-
ENFERMEIRO PSF	-	-	-	01	02	11
FISIOTERAPEUTA	-	-	-	-	-	-
FONOAUDIÓLOGO	-	-	-	-	-	-
MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA	-	-	03	-	06	08
MÉDICOS DIVERSAS ESPECIALIDADES	10	03	81	80	22	88
OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	-	-	07	-	01	03
OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL TÉCNICO E MÉDIO	07	02	37	08	19	86
PSICÓLOGO	-	-	-	-	01	-
TÉCNICO DE ENFERMAGEM, EM GERAL	02	-	09	01	02	03
TOTAL	60	06	323	27	141	312

Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003.

Os Programas e Projetos que atualmente estão sendo desenvolvidos nos municípios do litoral sul do ES encontram-se na Tabela II.5.3-32.

Tabela II.5.3-32- Programas e Projetos em Desenvolvimento.

PROGRAMAS E PROJETOS	MUNICÍPIOS					
	Litoral Sul					
	I	II	III	IV	V	VI
Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional	X	X	X	X	X	X
Programa de Tuberculose	X	X	X	X	X	X
Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS	X	X	X	X	X	-
Programa de Saúde da Família - PSF	X	-	X	-	-	X
Programa HIPERDIA - de Hipertensão e Diabetes	X	X	X	X	X	-
Programa de Hanseníase	X	X	X	X	X	-
Programa de Hepatite	X	-	-	-	X	-
Programa de Saúde Mental	X	X	-	-	-	-
Programa de Climatério	-	-	X	-	X	-
Programa de Puericultura	X	X	X	X	X	-
Programa de Controle de Dengue e Febre Amarela	X	X	X	X	X	X
Programa DST/AIDS	X	X	X	X	X	-
Programa de Saúde Bucal	X	X	X	X	X	X
Serviço de Vigilância Sanitária	X	X	X	X	X	X
Serviço de Vigilância Epidemiológica	X	X	X	X	X	-
Serviço de Vigilância Ambiental	X	X	X	X	X	X
Serviço de Profilaxia da Raiva Animal	X	X	X	X	X	-

(Continua)

Tabela II.5.3-32- Programas e Projetos em Desenvolvimento.

PROGRAMAS E PROJETOS	MUNICÍPIOS					
	Litoral Sul					
	I	II	III	IV	V	VI
Serviço de Profilaxia da Raiva Humana	X	X	X	X	X	-
Farmácia Central	-	-	-	-	-	-
Centro de Controle de Zoonoses	-	-	X	-	-	-
Bolsa Alimentação	X	X	X	X	X	X
Programa da Atenção ao Idoso	-	X	-	-	-	-
Programa de Saúde da Mulher	X	X	X	X	X	X
Programa de Atendimento a População de Rua	-	-	-	-	-	-
Programa de Tabagismo	X	X	X	X	X	-
Programa de Dependência Química	-	-	-	-	-	-
Palestras Educativas	X	X	-	-	X	X
Programa de Prevenção ao Câncer de Próstata	-	-	-	-	-	-
Programa Vigiágua	X	-	-	-	-	-
Programa de Esquistossomose	X	-	-	-	-	-
Programa de Leishmaniose	X	-	-	-	-	-
Programa de Monitorament o de Doenças Diarréicas	X	-	-	-	X	-
Programa Especial de Saúde de Escolares	X	-	X	X	-	-

(Continua)

Tabela II.5.3-32- Programas e Projetos em Desenvolvimento (conclusão).

PROGRAMAS E PROJETOS	MUNICÍPIOS					
	Litoral Sul					
	I	II	III	IV	V	VI
Programa de Controle de Pragas Urbanas	X	-	-	-	-	-
Programa de Saúde Indígena	-	-	-	-	-	-
Programa de Saúde nas Comunidades	-	-	-	-	-	-
Programa de Atendimento ao Excepcional	-	-	-	-	-	-
Central de Ambulâncias	-	-	-	-	-	-
Programa "Bota de Una"	-	-	-	-	-	-

Nota: Municípios: I - Guarapari, II - Anchieta, III - Piúma, IV - Itapemirim, V - Marataízes, VI - Presidente Kennedy. Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

II.5.3.6.F.1.4 - All - Litoral Norte Fluminense

Nos municípios da Região do Norte Fluminense o índice de leitos para cada 1.000 habitantes é de 3,35, considerada a população de 858.097 habitantes. Os municípios de Carapebus, Rio das Ostras e Armação de Búzios não tem leitos cadastrados. O município de Campos dos Goytacazes apresenta o excelente índice de 4,4 leitos/ 1000 hab, numa população de 407.000 habitantes (Tabela II.5.3-33).

Tabela II.5.3-33- Leitos Cadastrados nos Municípios - R.J.

TIPOS DE LEITOS	TOTAL		REGIÃO NORTE FLUMINENSE										
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
CIRÚRGICO	Existente	811	21	32	497	08	N/D	108	N/D	26	N/D	99	20
	SUS	538	21	23	338	08	N/D	65	N/D	26	N/D	37	20
CLÍNICO	Existente	1.850	17	33	1.165	32	N/D	266	N/D	51	N/D	224	62
	SUS	1.339	17	27	840	32	N/D	138	N/D	51	N/D	172	62
COMPLEMENTAR	Existente	212	05	02	124	-	N/D	29	N/D	03	N/D	32	17
	SUS	189	-	02	120	-	N/D	15	N/D	03	N/D	32	17
TOTAL GERAL	Existente	2.873	43	67	1.786	40	N/D	403	N/D	80	N/D	355	99
	SUS	2.066	38	52	1.298	40	N/D	218	N/D	80	N/D	241	99

Nota 01: Municípios: I - São Francisco do Itabapoana, II - São João da Barra, III - Campos dos Goytacazes, IV - Quissamã, V - Carapebus, VI - Macaé, VII - Rio das Ostras, VIII - Casimiro de Abreu, IX - Armação de Búzios, X - Cabo Frio, XI - Arraial do Cabo. Nota 02: N/D - Informação Não Disponível. Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003

No atendimento ambulatorial na Região Norte Fluminense observa-se maior concentração do serviço no município de Campos dos Goytacazes (Tabela II.5.3-34).

Tabela II.5.3-34- Unidades Ambulatoriais Cadastradas - R.J.

UNIDADES	REGIÃO NORTE FLUMINENSE											
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	17	08	05	04	02	16	03	03	05	02	-	
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO DE ESPECIALIDADE	01	-	11	01	-	03	01	-	02	05	-	
CONSULTORIO ISOLADO	-	02	05	01	01	07	01	-	06	-	-	
HOSPITAL ESPECIALIZADO	-	-	02	-	-	-	-	-	-	01	-	
HOSPITAL GERAL	01	01	06	01	01	02	-	02	-	04	01	
POLICLINICA	-	01	36	-	-	07	09	02	01	02	01	
POSTO DE SAUDE	-	-	33	01	01	01	-	03	02	09	03	
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01	-	
PRONTO SOCORRO GERAL	-	-	02	-	-	03	01	-	01	01	-	
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	01	01	02	-	-	02	-	-	-	03	-	
UNIDADE DE SAUDE DA FAMÍLIA ISOLADO	-	-	21	7	01	19	-	01	-	06	05	

(Continua)

Tabela II.5.3-34- Unidades Ambulatoriais Cadastradas - R.J.(conclusão).

UNIDADES	REGIÃO NORTE FLUMINENSE										
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
UNIDADE DE VIGILANCIA SANITARIA/EPIDEMIOLOGIA-ISOLADO	-	-	01	01	-	01	02	-	01	01	-
UNIDADE MISTA	02	03	-	-	-	-	-	-	-	01	-
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	-	01	-	01	-	01	-	01	-	-	-
TOTAL	22	17	125	17	06	62	17	12	18	36	10

Nota: Municípios: I - São Francisco do Itabapoana, II -São João da Barra, III - Campos dos Goytacazes, IV -Quissamã, V - Carapebus, VI - Macaé, VII - Rio das Ostras, VIII -Casimiro de Abreu, IX - Armação de Búzios, X - Cabo Frio, XI - Arraial do Cabo. Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003.

Em relação ao número de profissionais podemos ressaltar que nos municípios do Litoral Norte Fluminense a concentração destes ocorre no município de Campos dos Goytacazes (Tabela II.5.3-35). Os Programas e Projetos que atualmente estão sendo desenvolvidos nos municípios do Litoral Norte Fluminense encontram-se citados na Tabela II.5.3-36.

Tabela II.5.3-35- Número de Profissionais por Especialidade - R.J.

PROFISSIONAIS	REGIÃO NORTE FLUMINENSE										
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
AGENTE COMUNITÁRIO	01	04	70	07	07	53	-	32	03	54	08
AGENTE DE SANEAMENTO	-	-	-	03	-	05	-	01	-	-	-
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-
ASSISTENTE SOCIAL	-	04	67	-	-	11	-	-	-	03	-
ATENDENTE DE ENFERMAGEM	-	17	20	-	-	01	-	-	-	01	-
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	04	57	917	20	01	95	01	25	02	101	12
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO PSF	-	-	11	01	-	12	-	-	-	07	-
CIRURGIÃO DENTISTA	01	10	258	02	01	44	-	-	-	30	-
ENFERMEIRO	-	05	100	-	02	19	-	-	-	16	01
ENFERMEIRO DO PACS	-	-	03	01	-	-	-	-	-	-	-
ENFERMEIRO DO PSF	-	01	19	-	-	06	-	-	-	02	-
FISIOTERAPEUTA	-	02	32	-	-	12	-	01	-	10	-
FONOAUDIÓLOGO	-	-	19	-	-	02	-	-	-	04	-
MÉDICOS DIVERSAS ESPECIALIDADES	02	37	1384	12	02	176	08	05	-	71	02
OUTROS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR	-	01	24	03	-	21	-	01	-	12	-

(Continua)

Tabela II.5.3-35- Número de Profissionais por Especialidade - R.J. (conclusão).

PROFISSIONAIS	REGIÃO NORTE FLUMINENSE										
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
OUTROS PROFISSIONAIS DE NIVEL TECNICO E MEDIO	01	31	121	15	01	76	06	17	-	32	08
PSICOLOGO	-	01	-	-	-	08	-	01	-	04	-
TECNICO DE ENFERMAGEM, EM GERAL	02	03	-	02	03	49	-	10	-	20	07
TECNICO DE ENFERMAGEM DO PSF	-	-	-	-	-	01	-	-	-	03	-
TOTAL	11	173	3047	66	17	591	15	93	05	370	38

Nota: Municípios: I - São Francisco do Itabapoana, II - São João da Barra, III - Campos dos Goytacazes, IV - Quissamã, V - Carapebus, VI - Macaé, VII - Rio das Ostras, VIII - Casimiro de Abreu, IX - Armação de Búzios, X - Cabo Frio, XI - Arraial do Cabo. Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003.

Tabela II.5.3-36- Programas e Projetos em Desenvolvimento - R.J.

PROGRAMAS E PROJETOS	MUNICÍPIOS										
	REGIÃO NORTE FLUMINENSE										
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional	X	X	X	-	-	X	X	-	-	-	-
Bolsa Alimentação	X	X	X	-	-	X	X	-	-	-	-
Programa de Humanização do Pré-natal	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Programa de Hanseníase	X	X	X	-	-	X	X	-	-	-	-
Programa de Tuberculose	X	X	X	-	-	X	X	-	-	-	-
Programa de Erradicação do Aedes Aegypti	X	-	X	-	-	X	X	-	X	-	-
Programa de Agente Comunitário de Saúde - PACS	-	X	X	-	-	X	X	-	X	-	-
Programa de Hipertensão Arterial e Diabetes -	-	X	X	-	-	X	X	-	-	-	-

(Continua)

Tabela II.5.3-36- Programas e Projetos em Desenvolvimento - R.J.

PROGRAMAS E PROJETOS	MUNICÍPIOS										
	REGIÃO NORTE FLUMINENSE										
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
Programa de Saúde da Mulher	-	X	-	-	-	X	X	-	-	-	-
Programa da Criança e do Adolescente	-	X	X	-	-	X	X	-	-	-	-
Programa Nascer e Viver	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Saúde Mental	-	X	X	-	-	X	X	-	-	-	-
Programa de Farmácia Básica	-	X	-	-	-	X	X	-	-	-	-
Cartão Nacional de Saúde	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde e Cidadania	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte para Atendimento em Saúde	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Pré-natal e Parto Humanizado	-	X	X	-	-	-	X	-	-	-	-
Programa de Saúde da Família - PSF	-	X	X	-	-	X	X	-	X	-	-
Centro de Atendimento Psicossocial	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Vacinação	-	X	-	-	-	X	X	-	-	-	-
Programa de Saúde Bucal	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Programas Especiais-renais	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa Colagenases	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa Anemia Falciforme	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa Nascer em Campos	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

Tabela II.5.3-36- Programas e Projetos em Desenvolvimento - R.J.(conclusão).

PROGRAMAS E PROJETOS	MUNICÍPIO										
	REGIÃO NORTE FLUMINENSE										
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
Programa de Atenção à 3ª Idade	-	-	X	-	-	X	X	-	-	-	-
Programa de Ostomizados	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa da Mulher	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa Curativo em Casa	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Nutrição	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Órtese e Prótese	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Controle de Zoonoses	-	-	X	-	-	X	X	-	-	-	-
Programa de Vigilância Sanitária	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-
Orientação Dietoterápica Individual	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Programa de educação em saúde	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Programa Renal Crônico	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Programa de Sangue e Hemoderivados	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Orientação Dietoterápica Individual	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Macaé											
Alimentando o Futuro	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Aleitamento Materno	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-

Nota: Municípios: I - São Francisco do Itabapoana, II - São João da Barra, III - Campos dos Goytacazes, IV - Quissamã, V - Carapebus, VI - Macaé, VII - Rio das Ostras, VIII - Casimiro de Abreu, IX - Armação de Búzios, X - Cabo Frio, XI - Arraial do Cabo. Fonte: Ministério da Saúde/Datasus - Cnes, 2003.

II.5.3.F.2 - Saneamento, Abastecimento e Energia Elétrica

II.5.3.F.2.1 - AID – Vitória, Vila Velha e Serra

Energia Elétrica

A ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, fornece energia elétrica aos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, que somaram 349.411 consumidores, e consumiram mais 2.957.947.711 KWh em 2002 (Tabela II.5.3-37). O número de consumidores não varia muito entre os municípios, contudo, no que tange ao consumo, verifica-se que Vitória é responsável por 67,7% de toda a energia consumida pelos três municípios juntos, o que em valor absoluto ultrapassa 2 bilhões de KWh em 2002.

Segundo o Guia do Investidor (Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade - NDE, 2002), a ESCELSA atende plenamente as necessidades da cidade de Vitória, com um consumo de aproximadamente 2,2 bilhões de KW, abrangendo cerca de 117 mil consumidores. Vitória é responsável pelo consumo de aproximadamente 33,4 % da energia total do Espírito Santo.

Tabela II.5.3-37- Consumidores e consumo de energia elétrica, 2002.

Municípios	Consumidores	(%)	Consumo (KWh)	(%)
Vitória	117.456	33,62	2.002.616.440	67,70
Vila Velha	128.349	36,73	463.793.454	15,68
Serra	103.606	29,65	491.537.817	16,62
Total	349.411	100,00	2.957.947.711	100,00

Fonte: ESCELSA/IPES.

Quanto ao percentual de pessoas vivendo em domicílios servidos com energia elétrica entre 1991 e 2000, observa-se que esse percentual é maior que 99,7% em todos os municípios em 2000. Destaca-se ainda que o município da Serra apresentou o melhor desempenho no período, tendo passado de 98,4% para 99,8%. Em Vitória e Vila Velha, a ampliação do atendimento foi menor, dado

que nesses municípios em 1991 a população moradora de domicílios atendidos com o serviço de energia elétrica ultrapassava 99,3% (Tabela II.5.3-38).

Tabela II.5.3-38- Percentual de Pessoas em Domicílios com Acesso aos Serviços de Energia Elétrica, 1991-2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	
	1991	2000
Serra	98,44	99,78
Vitória	99,45	99,83
Vila Velha	99,25	99,79

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Captação e Abastecimento de Água Potável

Em relação ao abastecimento de água aos municípios analisados, em termos absolutos, Vitória, Vila Velha e Serra somam 198.315 ligações e 322.832 economias de água. O município da Serra detém o maior número de ligações (78.550), mas aparece em último em número de economias, com 96.633 no total. Vitória concentra 49.152 ligações e 109.753 economias. No município de Vila Velha existem 70.613 ligações e 116.452 economias de água (Tabela II.5.3-39).

Tabela II.5.3-39- Ligações e Economias de água, por categoria, 2001.

Município/ Estado	Ligações				
	Residencial	Comercial	industrial	Pública	Total
Vitória	44.023	4.148	204	777	49.152
Vila Velha	65.630	3.911	294	778	70.613
Serra	74.958	2.556	231	805	78.550
Total	184.611	10.615	729	2.360	198.315
Município/ Estado	Economias				
	Residencial	Comercial	industrial	Pública	Total
Vitória	94.622	14.018	227	886	109.753
Vila Velha	108.405	6.864	327	856	116.452
Serra	92.121	3.398	250	864	96.633
Total	295.148	24.280	804	2.606	322.838

Fonte: CESAN/IPES.

Em relação às categorias, o município da Serra detém o maior percentual de ligações e economias residenciais entre os municípios, sendo que 95,4% das ligações e 95,3% das economias de água existentes no município são residenciais. O menor percentual está em Vitória, tendo 89,6% e 86,2% de ligações e economias residenciais, respectivamente. O quadro se inverte para a categoria comercial, aparecendo Serra em último lugar, tendo 3,3% de ligações e 3,5% de economias comerciais, enquanto em Vitória 8,4% das ligações são comerciais e 12,8% das economias de água pertencem as categorias comerciais. Em Vila Velha aproximadamente 93% de ligações e economias pertencem à categoria residencial, e aproximadamente 5,6% à categoria comercial.

Saneamento Básico

Em relação ao tratamento de água, segundo o diagnóstico de saneamento e meio ambiente da Prefeitura de Vila Velha, a CESAN está desenvolvendo um estudo de expansão do Sistema de Tratamento de Água para a Grande Vitória, e que portanto, abrangerá os municípios de Vila Velha, Vitória e Serra. O serviço de água tratada atende aproximadamente 98% das residências do município de Vitória, conforme o Guia do Investidor - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade-NDE, 2002.

No relatório da Prefeitura Municipal da Serra (Serra em Números - Indicadores Sociais e Econômicos do Município, 2003), consta que em 2000 cerca de 53 mil domicílios foram atendidos por rede de esgoto. De 1998 a abril de 2004 foram constatados um número de 10.160 ligações de esgoto em 75.106,61 metros de extensão. O Serra em Números também traz um comparativo entre os municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, quanto ao percentual de esgoto tratado nestes municípios no ano de 2000. Serra trata 55,9% do esgoto, um percentual superior a capital Vitória, onde o índice é de 36,4%. Em Vila Velha apenas 2,9% do esgoto é tratado.

A coleta de lixo em Vitória, além do serviço de coleta regular dispõe do serviço de coleta seletiva de lixo, que atende a 10% da cidade. Em Vila Velha, até o ano de 2001, o lixo era apenas coletado e destinado para um lixão. A partir deste ano, foi estabelecido um contrato emergencial com a empresa privada para

a execução dos serviços de coleta, tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos. Em Serra, a coleta de lixo na área urbana é realizada diariamente e na área rural semanalmente.

A evolução das condições de saneamento nos municípios pode ser verificada na Tabela II.5.3-40, que relaciona o percentual de pessoas em domicílios com água encanada, banheiro e água encanada, e serviço de coleta de lixo, entre 1991 e 2000.

Tabela II.5.3-40- Saneamento. Percentual de Pessoas em Domicílios com água encanada, banheiro e água encanada, e serviço de coleta de lixo, 1991-2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Vitória	90,03	97,44	88,13	95,73	87,50	99,63
Vila Velha	91,54	96,40	89,43	94,51	83,50	96,21
Serra	84,69	95,39	82,19	93,72	56,03	93,49

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

II.5.3.F.2.2 - AID –Litoral Norte do Espírito Santo

Energia Elétrica

Os municípios de Fundão, Aracruz, Linhares e São Mateus recebem energia elétrica fornecida pela ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. Fundão tem 5.520 consumidores, o que percentualmente representou 6,1% do total de consumidores da região. Em termos de consumo, o município respondeu apenas com 1,7% do consumo total. Linhares tem o maior número de consumidores, 34.927, o que corresponde a 38,6% do total, seguido por São Mateus, com 30,8% e Aracruz com 24,4%. Contudo, o maior consumo ocorre em Aracruz, que em 2002 consumiu aproximadamente 489 mil megawatts, o que representou 66,5% do total consumido nos quatro municípios. Linhares foi responsável por 21,1% do consumo, e São Mateus por 10,8% de toda energia consumida por estes municípios (Tabela II.5.3-41).

Tabela II.5.3-41- Consumidores e consumo de energia elétrica, 2002.

Municípios	Consumidores	(%)	Consumo (KWh)	(%)
Fundão	5.520	6,11	12.181.044	1,66
Aracruz	22.085	24,43	489.042.475	66,49
Linhares	34.927	38,63	154.841.216	21,05
São Mateus	27.881	30,84	79.461.735	10,80
Total	90.413	100,00	735.526.470	100,00

Fonte: ESCELSA/IPES.

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura de Linhares, em dezembro de 2000, considerando o total de ligações elétricas no município, 52,3% eram ligações residenciais, 41,0% de ligações comerciais e apenas 5,3% das ligações eram rurais. Em 2000 Aracruz possuía 20.995 consumidores, metade residente na sede do município. O total de ligações urbanas existentes é de 16.983, o que corresponde a 88,3% do total de ligações no município. Destas 80,1% pertenciam a classe de ligações residenciais e 7,8% ligações comerciais. A Tabela II.5.3-42 apresenta o percentual de pessoas em domicílios com acesso aos serviços de energia elétrica. Em 2000 os índices foram superiores a 97%. Comparativamente, entre 1991 e 2000, o município de São Mateus foi o que apresentou a maior variação, elevando-se de 86,9% e 1991 para 97,1% em 2000.

Tabela II.5.3-42- Percentual de Pessoas em Domicílios com Acesso aos Serviços de Energia Elétrica 1991-2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	
	1991	2000
Fundão	94,54	99,19
Aracruz	96,70	98,67
Linhares	94,46	98,40
São Mateus	86,88	97,08

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Captação e Abastecimento de Água Potável

A Tabela II.5.3-43 dispõe os valores absolutos de ligações e economias de água segundo categorias, bem como o total disponível para o município de

Fundão que é atendido pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN). Nos municípios de Aracruz, Linhares e São Mateus o abastecimento é realizado pelo SAAE, que não dispõe de dados quantitativos sobre o número de ligações e economias de água. Há em Fundão um total de 2.326 ligações e 2.784 economias de água. Em relação às categorias, o maior número de ligações e economias refere-se a categoria residencial, com 94% e 94,5%, respectivamente. Observa-se um número baixo de ligações e economias na categoria comercial que não atingem 0,1% do total do município.

Tabela II.5.3-43- Ligações e Economias de água, por categoria, no município de Fundão, 2001.

Categorias	Ligações	Economias
Residencial	2.195	2.632
Comercial	79	95
Industrial	2	2
Pública	50	55
Total	2.326	2.784

Fonte: Cesan/lpes.

Saneamento

Verifica-se através da Tabela II.5.3-44, que os municípios do litoral norte apresentaram melhores índices de condições de saneamento, comparativamente, entre 1991 e 2000. Fundão manteve de 1991 para 2000, os maiores índices de pessoas vivendo em domicílios com água encanada, que em 2000 atingiu 93,6%, e de pessoas vivendo em domicílios com banheiro e água encanada, que alcançou 91,1% em 2000. Embora São Mateus tenha apresentado melhoria para os índices pessoas em domicílios com água encanada, e pessoas em domicílios com banheiro e água encanada, no período, manteve os mais baixos índices do grupo. A população moradora de domicílios com água encanada aumentou, de 65,6% em 1991 para 84,8% em 2000, enquanto pessoas em domicílios com banheiro e água encanada passaram de 61,1% em 1991 para 81,8% em 2000.

Quanto ao percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo verifica-se que em Aracruz, em 2000, foi registrado o mais elevado índice, 97,1%. Fundão e São Mateus possuem em 2000, cerca de

94% de pessoas que vivem em domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo. Linhares aparece com o menor índice entre os municípios do litoral norte, 92,9%, que comparativamente ao resultado atingido em 1991, 64,5%, resulta na maior variação deste índice no grupo.

Tabela II.5.3-44- Saneamento. Percentual de Pessoas em Domicílios com água encanada, banheiro e água encanada, e serviço de coleta de lixo, 1991-2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Fundão	86,87	93,65	84,09	91,08	75,24	94,27
Aracruz	79,03	89,33	73,9	86,19	79,55	97,12
Linhares	71,62	87,1	67,87	83,64	64,47	92,86
São Mateus	65,62	84,82	61,13	81,75	85,57	94,08

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

II.5.3.F.2.3 - All –Litoral Sul do Espírito Santo

Energia Elétrica

O fornecimento de energia elétrica aos municípios do litoral sul capixaba é de responsabilidade da empresa Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA. Com base na Tabela II.5.3-45, apresenta o número absoluto de consumidores e o consumo em KWh, bem como o percentual de participação dos municípios em termos consumidores e consumo, comparativamente ao total disponível para a região litoral sul capixaba. Verifica-se que o município de Guarapari concentra mais da metade da demanda na região, tendo 48.157 consumidores e consumindo 114.432.196 KWh, o que representa cerca de 51,6% do total de consumidores e 56,2% do consumo total desses municípios. Já o município de Presidente Kennedy, contabiliza 2,5% dos consumidores e 2,6% da demanda por energia.

Tabela II.5.3-45- Consumidores e consumo de energia elétrica, 2002.

Municípios	Consumidores	(%)	Consumo (KWh)	(%)
Itapemirim	10.908	11,70	29.675.473	14,59
Marataízes	14.375	15,41	25.467.420	12,52
Piúma	9.949	10,67	18.970.604	9,33
Presidente Kennedy	2.368	2,54	5.400.730	2,65
Anchieta	7.512	8,05	9.481.106	4,66
Guarapari	48.157	51,63	114.432.196	56,25
Total	93.269	100,00	203.427.529	100,00

Fonte: ECELSA/IPES.

Os indicadores de domicílios servidos com energia elétrica entre 1991 e 2000 encontram-se dispostos na Tabela II.5.3-46.

Observa-se que em todos os municípios do litoral sul capixaba houve aumento no percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica. Embora o município de Presidente Kennedy seja, entre os demais, o que apresenta o menor percentual de população atendida com serviço de energia elétrica, ressalta-se que este município conseguiu a maior ampliação do serviço no período. Enquanto em 1991, 72,7% dos moradores do município viviam em domicílios com energia elétrica, em 2000 este número aumentou para 93,0% da população. Os números mais significativos em 2000 estão nos municípios de Piúma e Guarapari, onde aproximadamente 99,2% da população em dispõe de energia elétrica.

Tabela II.5.3-46- Percentual de Pessoas em Domicílios com Acesso aos Serviços de Energia Elétrica 1991-2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	
	1991	2000
Itapemirim	90,22	97,43
Marataizes	94,41	98,02
Piúma	96,92	99,21
Presidente Kennedy	72,65	93,04
Anchieta	92,99	99,45
Guarapari	96,11	99,20

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Captação e Abastecimento de Água Potável

A Tabela II.5.3-47 dispõe os valores absolutos de ligações e economias de água segundo categorias, bem como o total disponível para os municípios Piúma, Presidente Kennedy, Anchieta e Guarapari, que são atendidos pela Companhia Espírito Santense de Saneamento, CESAN. Os municípios de Itapemirim e Marataizes, onde o abastecimento é realizado pelo SAAE, não dispõe de dados sobre ligações e economias de água.

Em termos absolutos, o maior número de ligações e economias de água estão localizados no município de Guarapari, que detém 64,7% das ligações e 72,9% das economias, considerando o total disponível nos quatro municípios. Presidente Kennedy possui apenas 623 ligações e 710 economias, que em percentual não atinge 2% do total considerado.

Em relação às categorias, o município de Piúma detém o maior percentual de ligações e economias residenciais entre os municípios, sendo que 94,2% das ligações e 95,8% das economias de água existentes no município são residenciais. Em relação à categoria comercial, Guarapari possui o maior percentual de ligações. Em Guarapari, 0,5% das ligações e 0,3% das economias existente são industriais, o que representa o maior percentual entre os municípios.

Tabela II.5.3-47- Ligações e Economias de água, por categoria, 2001.

Município/ Estado	Ligações				
	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Total
Itapemirim	-	-	-	-	-
Marataízes	-	-	-	-	-
Piúma	5.854	279	18	65	6.216
Presidente Kennedy	582	16	-	25	623
Anchieta	4.395	204	7	98	4.704
Guarapari	19.714	1.135	100	197	21.146
Total	30.545	1.634	125	385	32.689
Município/ Estado	Economias				
	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Total
Itapemirim	-	-	-	-	-
Marataízes	-	-	-	-	-
Piúma	9.502	323	22	70	9.917
Presidente Kennedy	665	16	-	29	710
Anchieta	5.883	258	9	103	6.253
Guarapari	43.415	1.696	115	228	45.454
Total	59.465	2.293	146	430	62.334

Fonte: CESAN/IPES.

Saneamento Básico

A partir da Tabela II.5.3-48 é possível fazer um comparativo entre as condições de saneamento nos municípios, entre 1991 e 2000, considerando o percentual de pessoas em domicílios com água encanada, banheiro e água encanada, e serviço de coleta de lixo. Todos os municípios apresentaram melhoria no período, sendo que, com exceção de Presidente Kennedy, mais de 86% da população vive em domicílios com água encanada, e mais de 84% em domicílios que contam com água encanada e banheiro. Os aumentos mais expressivos no entanto, estão relacionados ao número de pessoas que vivem em domicílios com coleta de lixo. Verifica-se que em 1991 o maior índice de pessoas vivendo em domicílios com água encanada estava em Guarapari (86,0%) e o menor índice em Presidente Kennedy (52,7%). Em 2000, Guarapari e Anchieta ultrapassaram 96%. Presidente Kennedy permanece em última colocação, mas houve melhoria, atingindo 77,7%. Um número menor da população conta ao mesmo tempo com água encanada e banheiro.

Tabela II.5.3-48- Saneamento. Percentual de Pessoas em Domicílios com água encanada, banheiro e água encanada, e serviço de coleta de lixo, 1991-2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Itapemirim	70,60	86,46	65,64	84,54	61,76	85,78
Marataizes	78,63	92,11	76,00	90,6	52,19	88,94
Piúma	87,65	94,60	86,33	92,19	68,02	96,06
P. Kennedy	52,69	77,70	50,62	75,60	45,26	76,29
Anchieta	84,24	96,44	81,70	94,86	73,10	97,20
Guarapari	86,02	96,14	83,22	94,27	54,96	90,00

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

II.5.3.F.2.4 - All – Litoral Norte Fluminense

Energia Elétrica

O fornecimento de energia elétrica aos municípios considerados no presente estudo é realizado pela Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro, CERJ e pela CENF. A CERJ é responsável pelo fornecimento 96,4% da energia consumida no estado do Rio de Janeiro, atendendo a 95,8% dos consumidores cariocas, como pode ser observado na Tabela II.5.3-49.

Tabela II.5.3-49- Consumidores e Consumo de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, segundo concessionária e total, 2001.

Total		Empresa Concessionária			
		CERJ		CENF	
Consumidores	Consumo (MWh)	Consumidores	Consumo (MWh)	Consumidores	Consumo (MWh)
1.765.874	6.862.944	1.690.996	6.617.349	74.878	263.145

Fonte: CIDE.

A partir dos dados fornecidos nas Tabelas II.5.3-50 e II.5.3-51 é possível estimar o peso da demanda por energia elétrica nesses municípios, comparativamente ao total demandado no estado do Rio de Janeiro.

Os municípios de Campos, Cabo Frio e Macaé são os maiores consumidores de energia elétrica, entre os municípios cariocas considerados neste estudo. Os municípios de São Francisco de Itabapoana, Casimiro de Abreu, Quissamã e Carapebus, possuem cada um, menos de 3% dos consumidores e consomem menos que 3,3% da energia fornecida para a região considerada (Tabela II.5.3-50).

Tabela II.5.3-50- Fornecimento de energia elétrica pela CERJ. Consumidores e consumo de energia elétrica nos municípios, 2001.

Municípios	Consumidores	(%)	Consumo (MWh)	(%)
S. J. da Barra	16.010	4,69	35.611	3,20
S. F. Itabapoana	9.282	2,72	36.063	3,25
Campos	137.306	40,22	398.727	35,88
Quissamã	5.135	1,50	13.246	1,19
Carapebus	3.117	0,91	7.166	0,64
Macaé	49.499	14,50	270.667	24,36
Rio das Ostras	21.311	6,24	49.183	4,43
C. de Abreu	9.229	2,70	25.551	2,30
Arm. Búzios	10.925	3,20	54.745	4,93
Cabo Frio	68.090	19,95	177.740	16,00
Arraial do Cabo	11.483	3,36	42.477	3,82
Total	341.387	100,00	1.111.176	100,00

Fonte: CIDE.

A evolução do atendimento de energia elétrica nos municípios do norte fluminense pode ser verificada a partir da próxima Tabela, que dispõe do percentual de domicílios servidos com energia elétrica entre 1991 e 2000. Em 2000, com exceção de São Francisco de Itabapoana todos os municípios tem mais de 97% da população vivendo em domicílios atendidos com o serviço de energia elétrica. Ressalta-se que São Francisco apresentou a mais expressiva melhoria no período, passando de 65,7% para 92,6%. Os municípios de Carapebus e Quissamã também apresentaram melhoria acima dos demais municípios. Carapebus passou de 84,5% para 98,2%, e Quissamã de 91,9% para 98,7%. Nos demais municípios a melhoria não foi tão significativa, uma vez que em 1991 já apresentavam um índice superior a 94%, não sendo inferior a 97,4% em 2000 (Tabela II.5.3-51).

Tabela II.5.3-51- Percentual de Pessoas em Domicílios com Acesso aos Serviços de Energia Elétrica, 1991-2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	
	1991	2000
São João da Barra	95,34	97,45
São Francisco de Itabapoana	65,70	92,60
Campos dos Goytacazes	94,23	98,51
Quissamã	91,95	98,75
Carapebus	87,53	98,24
Macaé	96,76	99,45
Rio das Ostras	95,23	99,50
Casimiro de Abreu	95,88	97,99
Armação de Búzios	96,35	99,63
Cabo Frio	97,98	99,39
Arraial do Cabo	99,67	99,70

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Captação e Abastecimento de Água Potável

Na maioria dos municípios, o abastecimento de água é efetuado pela Companhia Estadual de Água e Esgoto – CEDAE, que gerencia todo o sistema, no que tange captação e distribuição, através de convênios feitos com as Prefeituras, sendo que em alguns municípios a gestão é realizada pelas mesmas. Além do CEDAE, existem outras duas empresas que atuam na região, a PROLAGOS, que abastece Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio e a Companhia Águas do Paraíba, que atende o município de Campos.

O sistema de abastecimento atende de forma deficitária muitos municípios, sendo inclusive ainda comum o uso de poços em algumas localidades nos municípios de São João da Barra, Campos e Rio das Ostras. No município de São João da Barra o abastecimento de água só atende aproximadamente 20% dos domicílios (Plano Estratégico de São João da Barra, 2000).

A Tabela II.5.3-52 dispõe os valores absolutos de ligações e economias de água nos municípios, bem como no estado do Rio de Janeiro, segundo categorias: residencial, comercial, industrial e pública. Em 2001, aproximadamente 8,3% de ligações e 6,5% das economias de água existentes no

estado do Rio de Janeiro, localizavam-se nos municípios considerados, o que corresponde a um total de 137.473 ligações e 207.942 economias. Em termos absolutos, verifica-se que o município de Campos é o que possui o maior número de ligações e economias de água. São Francisco de Itabapoana e Carapebus respondem com o menor número entre os municípios; somados representam menos de 1% de ligações e economias na região.

Em relação às categorias, nos municípios de São João da Barra, Quissamã, Carapebus, Rio das Ostras, Cabo Frio e Arraial do Cabo mais de 95% das ligações pertencem à categoria residencial. Nos quatro primeiros municípios mais de 95% das economias são residenciais, e em Cabo Frio o percentual é de 92,5% e em Arraial do Cabo de 93,4%. São Francisco de Itabapoana aparece em último colocado quanto ao percentual de ligações e economias residenciais, tendo 81,8% das ligações e 82,1% das economias de água na categoria residencial.

No geral a categoria comercial aparece em segundo lugar nos municípios. Em Campos verifica-se um expressivo número de economias e de ligações nesta categoria, onde 8,4% das ligações e 9,8% das economias são comerciais. Na seqüência estão os municípios de Macaé e Armação de Búzios com aproximadamente 6% de ligações e mais de 7% de economias comerciais. Em São João da Barra e Quissamã há menos de 3% de ligações e economias comerciais. A categoria industrial contém o menor percentual por município. Esta categoria é mais expressiva em Macaé, município que destina 1,8% de suas ligações e 1,4% de economias disponíveis no município para a categoria industrial.

Tabela II.5.3-52- Ligações e Economias de água, por categoria, 2001.

Município/Estado	Ligações				
	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Total
S.João da Barra	9.796	258	7	52	10.113
S.Fco.de Itabapoana	288	58	-	6	352
Campos dos Goytacazes	55.458	5.150	67	399	61.074
Quissamã	2.163	60	2	15	2.240
Carapebus	897	29	4	14	944
Macaé	22.814	1.538	451	134	24.937
Rio das Ostras	3.929	137	3	7	4.076
Casimiro de Abreu	-	-	-	-	-
Armação de Búzios	3.874	267	17	33	4.191
Cabo Frio	23.794	915	75	203	24.987
Arraial do Cabo	4.364	144	11	40	4.559
Total	127.377	8.556	637	903	137.473
Estado do Rio de Janeiro	1. 529. 600	121. 543	5. 954	8. 317	1. 665. 414
Município/Estado	Economias				
	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Total
S.João da Barra	10.055	284	7	52	10.398
S.Fco.de Itabapoana	316	63	-	6	385
Campos dos Goytacazes	80.708	8.841	67	774	90.390
Quissamã	2.325	68	2	15	2.410
Carapebus	953	31	4	14	1.002
Macaé	29.715	2.290	451	155	32.611
Rio das Ostras	4.854	177	10	8	5.049
Casimiro de Abreu	-	-	-	-	-
Armação de Búzios	7.991	1.311	12	41	9.355
Cabo Frio	44.732	3.342	39	228	48.341
Arraial do Cabo	7.475	472	7	47	8.001
Total	189.124	16.879	599	1.340	207.942
Estado do Rio de Janeiro	2 .945. 396	206. 945	5. 612	12. 637	3. 226. 704

Fonte: CIDE.

Saneamento Básico

As condições gerais de saneamento nos municípios que compõe o norte fluminense podem ser verificadas a partir da Tabela II.5.3-53. No que se refere a percentual de pessoas em domicílios com água encanada, e com banheiro e água, verifica-se uma piora nos indicadores dos municípios de São João da Barra,

Cabo Frio e Armação de Búzios. A queda mais significativa ocorreu em Armação de Búzios, onde em 1991, 85,9% da população residia em domicílios com água encanada e 84,1% com banheiro e água encanada, e em 2000 o número caiu para 78,2%, e 76,2% respectivamente. Macaé, Casemiro de Abreu e Arraial do Cabo detém os melhores índices, mantendo, desde 1991, mais de 90% da população vivendo em domicílios atendidos com água encanada, e mais 89% com banheiro e água encanada.

Um município que pode ser destacado por melhorias significativas nos indicadores é São Francisco do Itabapoana, fato que pode estar associado ao processo de emancipação ocorrido em 1995. Neste município o percentual de moradores de domicílios com água encanada passou de 48,5% em 1991 para 71,1% em 2000; com banheiro e água encanada passou de 46,8% para 69,6%; com serviço de coleta de lixo de 16,3% passou para 67,2%, resultando no avanço mais significativo. Com exceção de São Francisco do Itabapoana, mais de 90% da população desses municípios vive em domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo. Em Arraial do Cabo este número chega a 98,1%.

Tabela II.5.3-53- Saneamento. Percentual de Pessoas em Domicílios com água encanada, banheiro e água encanada, e serviço de coleta de lixo, 1991-2000.

Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
São João da Barra	86,49	85,61	85,87	84,61	80,89	94,56
S. F. Itabapoana	48,52	71,12	46,79	69,63	16,33	67,16
Campos	78,52	86,43	76,47	84,3	78,09	92,98
Quissamã	66,57	85,01	65,38	83,57	73,77	93,71
Carapebus	60,73	68,04	59,98	67,83	66,84	93,42
Macaé	90,68	95,11	89,03	94,05	86,25	96,52
Rio das Ostras	79,89	86,66	79,48	85,74	73,99	95,97
Casimiro de Abreu	90,14	96,48	89,39	94,42	83,81	98,64
Armação de Búzios	85,94	78,24	84,11	76,21	71,12	90,48
Cabo Frio	84,44	79,74	82,49	78,59	72,56	96,55
Arraial do Cabo	90,66	92,69	89,40	91,98	93,30	98,06

Fonte: IPEA: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

II.5.3.F.3 - Transportes e Telecomunicações

II.5.3.F.3.1 - AID – Vitória, Serra e Vila Velha

Telecomunicações

Vitória detém o maior número de empresas de comunicação do Espírito Santo. Existem 5 emissoras de TV, 14 emissoras de rádio, 17 jornais e 23 revistas, que veiculam informações locais, nacionais e internacionais, conforme os dados da Agência de Notícias do Espírito Santo.

Em Vila Velha existem 7 jornais, 2 emissoras de rádio e uma revista. Em Serra, funcionam 8 empresas de comunicação, sendo que 7 são jornais (Tabela II.5.3-54).

Tabela II.5.3-54- Empresa de comunicação – 2000.

Identificação	Vitória	Vila velha	Serra
Emissora de Rádio	14	2	1
Jornais	17	7	7
Revistas	23	1	-
Emissora de Televisão	5	-	-

Fonte: IPES/Agência de Notícias-ES.

No que tange os serviços de correios e telégrafos, funcionam em Vitória 120 unidades dos correios, 165 em Vila Velha e e Serra 152 agências e postos dos correios que oferecem os serviços de correio e telegrafo as comunidades (Tabela II.5.3-55).

Tabela II.5.3-55- Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2002.

Identificação	Vitória	Vila Velha	Serra
Agências de Correios Própria	5	3	5
Agências de Correios Comerciais- tipo1	1	2	-
Agências de Correios Franqueada	12	7	2
Agências de Correios Satélite	-	-	-
Agências de Correios Comunitária	-	-	-
Caixa de Coleta	70	97	55
Centro de Distribuição Domiciliária	4	3	2
Caixa Postal Comunitária	17	45	55
Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas	1	-	-
Posto dos Correios	-	-	-
Posto de Venda de Produtos	10	8	33
Total	120	165	152

Fonte: IPES/ Empresa de Correios e Telégrafos – ECT.

Transporte

- Rodoviário

A gerência do transporte coletivo municipal cabe as Prefeituras Municipais. Em Vitória, a frota municipal de coletivos, em junho/2000, era de 299 ônibus, conforme dados da Prefeitura Municipal.

No município de Vila Velha o transporte de massa, após a paralisação dos serviços do sistema aquaviário, restringiu-se ao transporte rodoviário. O transporte coletivo municipal atende uma demanda de 55.000 passageiros dia, num total de 63 linhas servidas por 127 coletivos, conforme dados da SEMUT (Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito).

No município da Serra existem 32 linhas de ônibus municipais que interligam bairros do município, e realizam um total de 1.851 viagens por dia, conforme dados do censo turístico da Serra, do ano de 1998.

- Ferroviário

A Estrada de Ferro Vitória-Minas, EFVM, pertence à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) sendo integrante do Corredor de Transporte Centroleste. É considerada uma das mais eficientes do mundo, tendo capacidade para

transportar 100 milhões de toneladas/ano, o que representa 40% de toda a movimentação brasileira de carga ferroviária.

Esta mesma ferrovia, através de ramal de ligação com o Porto de Tubarão, opera as cargas de minério de ferro que vem de Minas Gerais, além de outras cargas que retornam pela mesma via. A EFVM movimenta além de minério de Ferro, cargas em geral e grãos.

A Estrada Ferroviária Vitória-Minas, também atende a movimentação de passageiros, dispondo de troncos nas cidades capixabas e mineiras, localizadas ao longo das mediações da estrada de ferro que vai até Belo Horizonte. A estação central desta ferrovia, a Estação Pedro Nolasco, localiza-se no município de Cariacica a poucos metros da saída da ponte que liga Vitória-Cariacica.

As ferrovias Centro-Atlântica S/A, malha Centro-Leste, antiga Superintendência Regional de Campos (SR-8) da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) é ligada ao cais do Paul, sendo usada basicamente para o transporte de cargas. Esta via interliga o estado ao centro sul do país, através da linha tronco Rio de Janeiro-Vitória. Nesta via são transportados principalmente calcário, mármore, cimento e produtos siderúrgicos.

- Aéreo

Vitória possui um Aeroporto de cargas e passageiros que segundo dados da Infraero, realizou diariamente 78 vôos em 2001, com uma movimentação de cargas totalizando 10.250 toneladas e 944,7 mil passageiros. Neste momento o Aeroporto Eurico Sales está sendo expandido, em função das demandas, especialmente para exportação de produtos. As obras de ampliação deste terminal lhe concederão a categoria de aeroporto internacional de cargas e de passageiros.

Vila Velha tem um aeródromo situado no bairro Barra do Jucu com capacidade de uso somente para pequenas aeronaves.

- Marítimo

Os municípios de Vitória e Vila Velha dispõem de um porto, o Porto de Vitória, composto por 6 terminais, subdivididos em 13 berços de atracção, sendo que alguns estão localizados em Vila Velha:

- Cais Comercial de Vitória: é constituído por quatro berços que operaram especialmente bobina de papel, celulose, açúcar, granéis agrícolas e produtos siderúrgicos.

- Cais de Capuaba: É composto por dois terminais, o Terminal de Vila Velha (TVV), com dois berços de atracação, operando a movimentação de *containers*, mármore, granito e cargas em geral; e o Terminal Codesa, com dois berços que operam produtos agrícolas e cargas em geral.

- Cais de Paul: possui dois berços, sendo que atualmente um está arrendado a PEIÚ S/A para movimentação de granel sólido, e outro arrendado a CVRD, operando exclusivamente com ferro-gusa.

- Terminal da Flexibrás: este terminal é utilizado para movimentação de embarcações de apoio a plataforma de petróleo, especialmente tubos flexíveis. Tem capacidade para atracar navios de até 140 metros de comprimento.

- Terminal de Granéis Líquidos: operado pela Frannel e TA Distribuidoras de Petróleo, este terminal está destinado à movimentação de derivados de petróleo e álcool. Pode receber navios de até 162 metros de comprimento.

- Companhia Portuária Vila Velha (CPVV): opera com cargas da indústria de extração e refino de petróleo, cargas em geral e *containers*, podendo atracar navios de até 250 metros de comprimento.

O Porto de Tubarão localizado em Vitória é controlado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A estrutura deste porto é formada por dois piers para embarque de minério de ferro e *pellets*; um terminal de produtos diversos (TPD) para movimentação de *containers*, cargas em geral e granéis sólidos; um terminal para grãos; e um terminal para granéis líquidos.

Na divisa entre Vitória e Serra está localizado o Porto de Praia Mole, que fica próximo ao Porto de Tubarão, com dois terminais de uso exclusivo. No primeiro opera em condomínio entre a Companhia Siderúrgica de Tubarão, CST, USIMINAS e AÇOMINAS, para produtos siderúrgicos. O outro terminal é operado pela CVRD, para carvão mineral.

II.5.3.F.3.2 - AID - Litoral Norte do Espírito Santo

Telecomunicações

No município de Aracruz a única empresa de comunicação existente é uma emissora de rádio. Em Linhares estão localizados 9 jornais e 3 revistas, enquanto no município de São Mateus há uma diversidade de veículos de comunicação com 1 emissora de rádio, 4 jornais, 2 revistas e 1 emissora de TV. Fundão não possui nenhuma empresa de comunicação própria (Tabela II.5.3-56).

Tabela II.5.3-56- Empresa de comunicação – 2000.

Identificação	Fundão	Aracruz	Linhares	São Mateus
Emissora de Rádio	-	1	-	1
Jornais	-	-	9	4
Revistas	-	-	3	2
Emissora de Televisão	-	-	-	1

Fonte: IPES/Agência de Notícias-ES.

Os serviços de correios e telégrafos são prestados num total de 101 unidades considerando os quatro municípios, sendo que Linhares concentra o maior número de unidades dos correios e Fundão o menor número (Tabela II.5.3-57).

Tabela II.5.3-57- Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2002.

Identificação	Fundão	Aracruz	Linhares	São Mateus
Agências de Correios Própria	1	3	1	1
Agências de Correios Comerciais- tipo1	-	-	1	-
Agências de Correios Franqueada	-	-	1	1
Agências de Correios Satélite	-	-	-	-
Agências de Correios Comunitária	-	7	14	-
Caixa de Coleta	-	-	-	-
Centro de Distribuição Domiciliária	-	-	1	1
Caixa Postal Comunitária	4	10	16	9
Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas	-	-	-	-
Posto dos Correios	1	-	-	3
Posto de Venda de Produtos	-	4	11	11
Total	6	24	45	26

Fonte: IPES/ Empresa de Correios e Telégrafos – ECT.

Quanto aos serviços de telefonia nos municípios, em Linhares a informação da prefeitura é de que, em abril de 2001, existiam 840 telefones públicos instalados em todo o município, e 12.462 linhas telefônicas convencionais.

No município de Fundão a maior parte dos aparelhos convencionais e de telefones públicos está concentrada na sede municipal e no Balneário de Praia Grande, ficando os bairros mais afastados desprovidos deste serviço. Em Aracruz 10 localidades são atendidas pelo serviço de telefonia convencional no município, sendo que 100% das linhas telefônicas estão na área urbana. Vale ressaltar o crescimento significativo do número de linhas instaladas no município, que passou de 6.627 em 1999 para 13.498 em 2000.

No município de São Mateus uma das ações do Plano Verão 2004 para a infra-estrutura urbana se refere à telefonia, no sentido da ampliação do número de telefones públicos em Guriri e em Barra Nova.

Transporte

O elemento estruturante de referência na região é a Rodovia BR-101, que vincula os fluxos de rendas regionais com a Região Metropolitana, às economias ascendentes do Sul da Bahia. O município de Aracruz é cortado pela BR-101 norte, que atravessa os distritos de Guaraná e Jacupemba.

Outras rodovias devem ser consideradas pelo seu potencial de integração com outros municípios do norte do estado e mesmo do noroeste, que são:

- ❖ ES-315, que dá acesso a Boa Esperança, Pinheiros, Montanha e Mucurici;
- ❖ ES-318, que dá acesso a Nova Venécia;
- ❖ ES-010, corta o distrito de Praia Grande no município de Fundão;
- ❖ ES-261, liga Fundão ao município de Santa Teresa e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, espinha dorsal do Corredor de Transportes Centroleste que garante rápido acesso aos portos de Barra do Riacho, Tubarão, Praia Mole e Vitória.

- Transporte Ferroviário

No conjunto de municípios analisados apenas o município de Aracruz é servido por um ramal ferroviário. Este ramal, com extensão de 40km, liga a Estrada de Ferro Vitória-Minas ao Porto Especializado de Barra do Riacho, Portocel, servindo como apoio logístico às atividades da Aracruz Celulose.

Para o transporte de passageiros, a ligação mais próxima é a estrada de ferro Vitória a Minas, estações de Aricanga no município de Ibirapu/ES e João Neiva no município de João Neiva/ES, distantes respectivamente 11 e 20 Km da cidade de Aracruz.

- Transporte Aéreo

Em Linhares existe uma pista de pouso a menos de 10 Km do centro da cidade, com 1380 metros de extensão, para atender a aeronaves de médio porte.

No município de Aracruz o Aeródromo “Primo Bitti”, construído pela Aracruz Celulose S/A, foi inaugurado em 02 de agosto de 2002, para o atendimento pleno das necessidades de tráfego privado da ARCEL. A área de ocupação do empreendimento é de propriedade da empresa, estando situado a 2 Km da Fábrica de Celulose da ARCEL, na Barra do Riacho – Município de Aracruz. A infra-estrutura existente corresponde a uma pista de pouso/decolagem de aviões de pequeno e médio porte, tem extensão real de 1.600m, e equivalente a Básico de Pista de 1.357m com 30m de largura.

- Transporte Marítimo

O transporte marítimo é realizado como suporte às principais atividades produtivas da região: petróleo e gás e papel e celulose. Para isto foram construídos os terminais de Regência e de Barra do Riacho (PORTOCEL). Este último é um terminal especializado que movimenta cargas de celulose e sal para as empresas Aracruz Celulose S/A, sediada em Barra do Riacho e CENIBRA, sediada em Minas Gerais. Possui bacia de evolução com 180 metros de raio e calado de 12 metros e conta como acesso rodoferroviário. Em área anexa ao PORTOCEL, foi recentemente construído um terminal para receber as barcaças que transportam toras de eucaliptos do Sul da Bahia para a Fábrica de Celulose.

- Gasoduto

O transporte via dutos existente na região está representado pelo gasoduto que liga o município de São Mateus a Vitória, atravessando a orla do município Aracruz. Este gasoduto tem capacidade de 1 milhão m³/dia, e atende à demanda de várias empresas que se situam ao largo de seus dutos.

A Aracruz Celulose S/A utiliza o gás natural que é fornecido pela Petrobras, através do Gasoduto que corta as terras da empresa, passando junto à área da fábrica, de onde deriva uma linha de alimentação que o distribui para os pontos de consumo constituídos atualmente pelos fornos de cal A e B. Com a entrada da operação da Fabrica "C", além do acréscimo de consumo de gás natural no novo forno de cal, este produto também será utilizado nas caldeiras de força para geração da potência elétrica adicional prevista de 80 Mw, sem necessidade de aumento de consumo de casca de eucalipto. O aumento de consumo de gás natural se fará a uma taxa média de consumo de 166.000m³/d.

II.5.3.F.3.3 - All – Litoral Sul do Espírito Santo

Telecomunicações

Os municípios que compõem o litoral sul dispõem de informações produzidas por empresas de comunicação locais, além de imprensa escrita, televisiva e radiofônica captadas de emissoras de outros municípios do estado. A Tabela II.5.3-58 disponibiliza informações sobre o número de empresas de comunicação existentes nesses municípios separando-as em emissoras de rádio, emissoras de televisão, jornais e revistas.

Tabela II.5.3-58- Empresa de comunicação - 2000.

Identificação	Anchieta	Itapemirim	Marataízes	Piúma	P. Kennedy	Guarapari
Emissora de Rádio	-	-	1	-	-	1
Jornais	2	-	2	3	-	4
Revistas	1	-	-	-	-	2
Emissora de Televisão	-	-	-	-	-	1

Fonte: IPES/Agência de Notícias-ES.

Segundo dados da Empresa de Correios e Telégrafos, ECT, que constam na Tabela II.5.3-59, em 2002 existiam nos municípios do litoral sul um total de 127 agências de correios e postos de vendas de produtos. Em Guarapari localiza-se o maior número de unidades de atendimento de serviços de correios e telégrafos considerando os municípios do litoral sul capixaba.

A demanda por telefonia nos municípios do litoral sul é atendida especialmente pelo sistema de telefonia fixa rural e residencial, e telefones públicos.

Tabela II.5.3-59- Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2002.

Identificação	Anchieta	Itapemirim	Marataízes	Piúma	P. Kennedy	Guarapari
Agências de Correios Própria	1	1	1	1	1	1
Agências de Correios Comerciais-tipo1	-	-	-	-	-	-
Agências de Correios Franqueada	-	-	-	-	-	1
Agências de Correios Satélite	-	-	-	-	-	-
Agências de Correios Comunitária	5	3	4	-	-	3
Caixa de Coleta	1	1	1	1	1	25
Centro de Distribuição Domiciliária	-	-	-	-	-	1
Caixa Postal Comunitária	11	10	10	8	-	19
Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas	-	-	-	-	-	-
Posto dos Correios	-	1	2	2	-	11
Total	18	16	18	12	2	61

Fonte: IPES/ Empresa de Correios e Telégrafos – ECT.

Transporte

O acesso a esses municípios faz-se especialmente através da malha rodoviária constituída pela rodovia federal BR-101 e pela rodovia estadual ES-060 (Rodovia do Sol). Esta última integra o litoral sul à Região Metropolitana da Grande Vitória.

- Marítimo

Além de vários terminais pesqueiros localizados no litoral sul do Espírito Santo, em Anchieta está localizado o Porto de Ubu, componente da infra-estrutura

logística de transporte marítimo do estado. Os municípios do litoral sul dispõem de barcos de passeio que oferecem rotas turísticas ao longo da costa, além de possuírem um grande número de barcos pesqueiros, que se utilizam dos terminais pesqueiros existentes na região.

- Aéreo

Em termos de transporte aéreo o litoral sul do estado está servido pelo Aeroporto de Guarapari que funciona em decorrência do elevado movimento turístico neste município.

II.5.3.F.3.4 - All – Litoral Norte Fluminense

Os dados relativos à infra-estrutura dos municípios, considerando os setores de telecomunicações e transportes, foram levantados nas entrevistas realizadas em campo junto a prefeituras e secretarias municipais, nos materiais de divulgação disponibilizados em cada município e nos estudos e projetos realizados (Petrobras/Cepemar, 2005).

Telecomunicações

Em termos de comunicação, o município de Campos destaca-se entre os demais municípios do norte fluminense, sendo um pólo regional de comunicação, já que as informações veiculadas em canais de rádio e televisão próprios atendem aos municípios de São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras. Existem quatro emissoras de TV, além de oito emissoras de rádio. Os dois grandes jornais da cidade, A Folha da Manhã e o Diário, tem abrangência regional, veiculando por todo o Norte Fluminense. Além desses, também há os jornais A Notícia, A Cidade, Monitor Campista e O Dia (sucursal Campos). A exemplo de publicações de revistas cita-se a Revista Mania de Saúde e o Almanaque de Campos.

O município de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana são atendidos pelos mesmos canais abertos disponíveis em Campos. São João da Barra conta com a programação de nove emissoras de rádio e possui dois jornais.

Também funcionam dez rádios comunitárias de alcance somente nos distritos (Plano Estratégico São João da Barra, 2000). Em São Francisco de Itabapoana há duas publicações locais e mensais de pouca circulação, o Jornal São Francisco e o Jornal Acontece.

A Tabela II.5.3-60 apresenta o quantitativo de agências de correios e postos de vendas de produtos para estes municípios.

Tabela II.5.3-60- Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2001.

Municípios	Agências de correios, por tipo				Postos de Vendas	Total Geral
	Próprias	Franqueadas	Satélites	Comunitárias		
Campos Goytacazes	4	6	5	14	21	50
São Francisco de Itabapoana	1	-	-	12	-	13
São João da Barra	1	-	-	5	-	6

Fonte: CIDE/ Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, Gerência de Atendimento - Correios - DR/RJ.

O município de Campos possui serviços de telefonia convencional e telefonia celular. De acordo com as informações do Plano Estratégico de São João da Barra (2000), o sistema de telefonia fixa atende a aproximadamente 20% dos domicílios, e o sistema de telefonia móvel atende precariamente a demanda. O Município de São Francisco de Itabapoana vem recebendo investimentos no setor de telefonia pública. A Tabela II.5.3-61 indica o número de terminais telefônicos instalados e telefones públicos em 2000 nestes três municípios.

Tabela II.5.3-61- Terminais telefônicos instalados e telefones públicos, 2000.

Municípios	Terminais Telefônicos	Telefones Públicos
Campos dos Goytacazes	72. 978	2 .675
São Francisco de Itabapoana	2. 299	203
São João da Barra	3. 311	212
Estado do Rio de Janeiro	325.9566	89.202

Fonte: CIDE/ Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A - TELEMAR.

O município de Macaé é atendido pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que presta serviços de transmissão de dados, rádio e televisão, além de telefonia, telegrafia e telex.

Quanto ao números de agências e postos de vendas dos correios em Macaé somam um total de 14 unidades, distribuídas entre 9 agências e 5 postos de

venda. Carapebus e Quissamã possuem apenas 1 agência dos correios (Tabela II.5.3-62).

Tabela II.5.3-62- Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2001.

Municípios	Agências de correios, por tipo				Postos de Vendas	Total Geral
	Próprias	Franqueadas	Satélites	Comunitárias		
Carapebus	-	-	-	1	-	1
Macaé	1	2	5	1	5	14
Quissamã	1	-	-	-	-	1

Fonte: CIDE/ Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, Gerência de Atendimento - Correios - DR/RJ.

Na Tabela II.5.3-63 podemos observar o número de terminais telefônicos instalados e telefones públicos em 2000 nos municípios de Carapebus, Macaé e Quissamã.

Tabela II.5.3-63- Terminais telefônicos instalados e telefones públicos, 2000.

Municípios	Terminais Telefônicos	Telefones Públicos
Carapebus	447	49
Macaé	26.831	1.163
Quissamã	494	80
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	325.9566	89.202

Fonte: CIDE/ Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A - TELEMAR.

A Tabela II.5.3-64 indica o número de agências de correios e postos de vendas de produtos e a Tabela II.5.3-65 o quantitativo de terminais telefônicos instalados e telefones públicos para os municípios de Casimiro de Abreu e Rio das Ostras.

Tabela II.5.3-64- Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2001.

Municípios	Agências de correios, por tipo				Postos de Vendas	Total Geral
	Próprias	Franqueadas	Satélites	Comunitárias		
Casimiro de Abreu	2	-	-	2	-	4
Rio das Ostras	1	1	-	2	1	5

Fonte: CIDE/ Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, Gerência de Atendimento - Correios - DR/RJ.

Tabela II.5.3-65- Terminais telefônicos instalados e telefones públicos, 2000.

Municípios	Terminais Telefônicos	Telefones Públicos
Casimiro de Abreu	1. 033	164
Rio das Ostras	5. 280	413
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	325.9566	89.202

Fonte: CIDE/ Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A - TELEMAR.

Em Cabo Frio está a sede do jornal “O Litoral” o qual cobre, em termos de informação, toda a Região da Baixada Litorânea. Além deste, há outros periódicos de vários tipos e frequências. A Tabela II.5.3-66 mostra o número de agências de correios e postos de vendas de produtos em Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio.

Tabela II.5.3-66- Agências de correios e postos de vendas de produtos, por tipo, 2001.

Municípios	Agências de correios, por tipo				Postos de Vendas	Total Geral
	Próprias	Franqueadas	Satélites	Comunitárias		
Armação dos Búzios	1	-	-	-	1	2
Arraial do Cabo	1	-	-	-	-	1
Cabo Frio	1	3	-	-	10	14

Fonte: CIDE/ Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, Gerência de Atendimento - Correios - DR/RJ.

Em relação à telefonia, considerando os municípios do norte fluminense, Cabo Frio é o segundo maior em número de terminais telefônicos instalados e o terceiro em número de telefones públicos, distribuídos principalmente na área urbana e/ou de interesse turístico. Na Tabela II.5.3-67 podemos observar o número de terminais telefônicos instalados e telefones públicos em Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio, municípios que também contam com serviços de telefonia celular.

Tabela II.5.3-67- Terminais telefônicos instalados e telefones públicos, 2000.

Municípios	Terminais Telefônicos	Telefones Públicos
Armação dos Búzios	4. 934	168
Arraial do Cabo	2. 502	230
Cabo Frio	29. 928	1. 032
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	325.9566	89.202

Fonte: CIDE/ Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A - TELEMAR.

Transporte

- Transporte Rodoviário

O sistema rodoviário compreendido nestes municípios é formado pelas seguintes rodovias federais:

- BR-101: Corta os Municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos. Em Casimiro de Abreu, Macaé e Campos, são atravessadas as áreas urbanas das sedes municipais;
- BR-178: Comunica-se com a RJ-196 fazendo a ligação entre Macaé e os Municípios de Carapebus e Quissamã;
- BR-356: Faz ligação de São João da Barra a BR-101;

As principais rodovias estaduais são:

- RJ-106: É a Rodovia Amaral Peixoto, caminho obrigatório para a Região dos Lagos Fluminense. Na área considerada, esta rodovia atravessa os municípios de Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, indo até Macaé, onde acaba na sede municipal;
- RJ-168: Liga Macaé à BR-101, em entroncamento bem próximo a Casimiro de Abreu;
- RJ-196: Faz a ligação da Cidade de Quissamã com a BR-101;
- RJ-224: Faz ligação de São Francisco de Itabapoana a BR-101;
- RJ-216: Liga Campos ao litoral (Cabo e Farol de São Tomé).

- Transporte Ferroviário

A linha tronco Campos Elíseos-Campos dos Goytacazes atravessa os Municípios de Campos, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu transportando exclusivamente carga, especialmente derivados de petróleo.

Em Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, não há transporte ferroviário ou passagem de linhas ferroviárias. No município de Casimiro de Abreu a estação de trem foi desativada (no local funcionava a Casa da Cultura).

- Transporte Aéreo

Macaé dispõe de um aeroporto utilizado exclusivamente pela Petrobras que faz, em média, 70 vôos diários. O aeroporto tem uma pista de 1.500 m de extensão, pavimentada, e sistema de rádio-navegação, e dispõe de capacidade para receber aeronaves de médio porte.

No município de Campos há um aeroporto público, com pista de cerca de 900 m e com tráfego intenso. Na localidade de Farol de São Tomé existe uma pista de pouso não pavimentada com mais de 900 m e um heliporto particular, utilizado por empresas petrolíferas para apoio às plataformas oceânicas.

Cabo Frio possui Aeroporto Internacional funcionando desde 2001. É nesta base aérea que se recebe o maior número de turistas para a região.

O Aeroporto Humberto Modiano, localizado à 10 km do centro da sede municipal de Armação de Búzios atende a demandas turísticas, operando especialmente nas rotas Búzios-Cabo Frio (Aeroporto Internacional de Cabo Frio), São Paulo, Rio de Janeiro (Santos Dumont) e Belo Horizonte. Além de vôos convencionais este terminal aeroviário é utilizado por aeronaves particulares.

- Transporte Marítimo

O Porto de Macaé, localizado em Imbetiba é intensamente utilizado no transporte de passageiros e cargas, entre o continente e as plataformas petrolíferas. No município de Cabo Frio está localizado um dos principais portos de desembarque pesqueiro industrial do estado do Rio de Janeiro.

- Gasodutos

A região norte fluminense é bem servida da modal de transporte dutoviária. Esta região é atravessada pelo gasoduto Macaé-Campos (GASCAM) que atravessa os municípios de Quissamã e Carapebus; pelos gasodutos GASCABO e GASDUC que ligam Macaé a Arraial do Cabo e Duque de Caxias (REDUC), respectivamente, e pelo GASCAB I, que liga as instalações da Petrobras em Ponto A (Barra do Furado) à Estação de Cabiúnas. Dutos de transporte de gás da Petrobras também passam nos municípios de Rio das Ostras, Cabo Frio e Casimiro de Abreu.

II.5.3.G - Estrutura Produtiva

II.5.3.G.1 - Municípios da AID

II.5.3.G.1.1 - Vitória, Serra e Vila Velha

Comparativamente aos municípios componentes da área de influência do empreendimento localizados na porção sul do estado, os dados relativos ao IDM e seus respectivos indicadores-base (IDU, IDS, IFM, IDE e IGME) para Vila Velha, Serra e Vitória ressaltam a enorme distância, em termos de nível de crescimento econômico, urbano e social entre eles. Com relação ao IDM Vitória está em primeiro lugar no ranking estadual, Serra em terceiro e Vila Velha em quinto.

Vitória apresenta melhores indicadores de desenvolvimento urbano, social, financeiro, econômico e de infra-estrutura para atração de investimentos, conforme consta da Tabela II.5.3-68. Serra apresenta expressividade no IGME, apresentando-se como o território mais atrativo para investimentos na região da Grande Vitória. O índice de desenvolvimento social apresenta maior expressão em Vitória e Vila Velha.

Tabela II.5.3-68- Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), 2000.

Município	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	Posição no Ranking
Vitória	0,8346	0,6543	0,5694	0,7391	0,5419	0,6679	1º
Vila Velha	0,5604	0,6125	0,0673	0,1508	0,4875	0,3757	5º
Serra	0,4519	0,3485	0,1260	0,4807	0,6050	0,4024	3º

Fonte: IPES. Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES/2000, Índice de Desenvolvimento: Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para Grandes e Médios Empreendimentos.

Vitória, Vila Velha e Serra, conforme já salientado acima, apresentam indicadores de participação municipal expressiva com relação ao estado, especialmente a capital que, conforme será apresentado nas Tabelas II.5.3-69 e II.5.3-70, possui as mais destacadas posições nos indicadores analisados.

Analisando-se o produto bruto interno por setores, para o grupo de municípios localizados na região da Grande Vitória, Vitória apresenta a maior expressividade,

com R\$ 3.154.765 mil, representando 21,3% do PIB total do estado. Serra apresenta uma participação relativa de 16,5% do PIB estadual, tendo produzido, em 2000, R\$ 2.436.394 mil. Já o município de Vila Velha, com R\$ 1.241.131 mil representa 8,4% do total estadual. Os três municípios em conjunto aportam 46,1% do PIB total do estado.

Os setores que mais se destacam na participação do PIB, para este grupo de municípios, são a indústria e a atividade terciária. O setor industrial participa com 42,3% do resultado do PIB do grupo, com elevada participação do município da Serra e importante participação do município de Vitória. O terciário, que representa a maior contribuição no PIB do grupo, com 57,6% deste, demonstra relevância em todos os municípios, sobretudo em Vitória. A atividade primária é inexpressiva atingindo apenas 0,1% do PIB deste grupo.

Tabela II.5.3-69- Produto Interno Bruto por setores, a custo de fatores, 1998. Em R\$ 1.000,00.

Município/ Estado	PIB por Setores			
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	PIB Total
Vitória	-	931.422	2.223.343	3.154.765
Vila Velha	901	452.084	788.146	1.241.131
Serra	4.465	1.508.573	923.356	2.436.394
Total	5.366	2.892.079	3.934.845	6.832.290
Espírito Santo	1.305.520	5.189.541	8.313.129	14.808.190

Fonte: IPES.

No tocante à renda *per capita*, o município de Vitória apresenta a mais elevada do grupo, de R\$ 13.750,00. Serra apresenta uma renda *per capita* também elevada, de R\$ 9.770,00. O município de Vila Velha aparece com a menor renda *per capita* do grupo, com R\$ 4.670,00 menor que a renda estadual, de R\$ 5.770,00, conforme dados apresentados na Tabela II.5.3-70.

Tabela II.5.3-70- Renda Per Capita Municipal, 1998. Em R\$ 1.000,00.

Município/ Estado	PIB	População	Renda per Capta
Vitória	3.701.632	269.135	13,75
Vila Velha	1.456.276	312.059	4,67
Serra	2858734	292523	9,77
Espírito Santo	17.369.000	3.009.704*	5,77

Fonte: IBGE, IPES. *Pop. Estimada.

No mercado de trabalho, segundo dados de 2000, destaques para as atividades comerciais e de serviços, que aparecem como as maiores geradoras de emprego para ambos os municípios. Seguem-se a estas a atividade imobiliária, a indústria de transformação e a administração pública, especialmente na capital. Em Vila Velha e Serra todas as atividades citadas são relevantes incluindo a construção civil que possui expressiva participação (Tabela II.5.3-71).

O número de empregos gerados pelos municípios do grupo totalizou, em 2000, 393.380 postos de trabalho, indicando maior contribuição do município de Vila Velha, cuja parcela de absorção de empregos formais foi de 37,3%.

Tabela II.5.3-71- Mercado de trabalho. Emprego por setor de atividade econômica, 2000.

Atividade	Municípios		
	Vitória	Vila Velha	Serra
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração Florestal	865	1.496	2.145
Pesca	496	363	401
Indústrias extrativas	1.042	1.057	1.214
Indústrias de transformação	11.438	21.018	17.641
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	954	597	604
Construção	7.954	11.681	14.974
Comércio	22.852	32.705	24.252
Alojamento e alimentação	7.404	8.892	7.729
Transporte, armazenamento e comunicações	7.470	9.606	7.510
Intermediação financeira	3.706	2.689	815
Atividades imobiliárias, aluguéis e serv. Prestados às empresas	14.130	12.449	8.401
Administração pública, defesa e seguridade Social	11.468	9.628	5.706
Educação	10.084	9.159	5.941
Saúde e serviços sociais	8.875	6.848	4.205
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	16.942	18.628	19.349
Total	125.679	146.816	120.885

Fonte: IPES.

Os dados relativos ao mercado de trabalho de 2002, destacados na Tabela II.5.3-72, demonstram que, do total de empregos gerados nos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, o maior contribuinte foi o setor terciário, especialmente

o de serviços, que gerou 34,6% dos postos de trabalho. O comércio foi responsável por 18,0%, totalizando uma participação de 52,5% do terciário no total de empregos gerados, em 2002, nos três municípios analisados.

A administração pública também representa parcela considerável dos empregos formais nestes municípios, tendo absorvido, em 2002, 27,6%. A indústria de transformação aparece em terceiro lugar no ranking de empregos, tendo gerado 9,5% dos postos de trabalho. Participação expressiva também teve a indústria da construção civil, com a geração de 7,4% dos postos de trabalho nestes municípios, o que totaliza, junto à indústria de transformação, uma participação de 16,4% do setor industrial.

Tabela II.5.3-72- Mercado Formal de Trabalho – 2002.

	Serra	Vila Velha	Vitória	Total Geral
Extração Mineral	284	130	2.994	3.408
Ind. Transformação	12.733	8.826	5.256	26.815
Serv. Ind. Up.	1.162	621	1.434	3.217
Construção Civil	6.600	3.673	10.653	20.926
Comércio	10.400	16.424	23.969	50.793
Serviços	19.095	20.984	57.588	97.667
Administração Pública	7.422	5.257	65.361	78.040
Agropecuária	392	182	1.107	1.681
Outros/ign	0	0	0	0
Total Geral	58.088	56.097	168.362	282.547

Fonte: Rais-Dados preliminares – 2002.

Na participação de cada município no mercado formal de empregos do conjunto, verifica-se que o município de Vitória tem sido o maior contribuinte tendo absorvido 59,6% dos postos de trabalho gerados em 2002. Serra e Vila Velha responderam, respectivamente, por 20,6% e 19,8%.

Na capital, as maiores fontes geradoras de emprego em 2002, foram a administração pública, com uma parcela de 38,8% dos empregos; o setor terciário, com 48,4% (sendo 34,2% nos serviços e 14,3% no comércio) e a indústria da construção civil, com 6,3%.

Em Serra, tiveram expressiva contribuição no volume de empregos gerados em 2002 os setores terciário, cuja participação foi de 50,8% (32,9% devido aos

serviços e 17,9% ao comércio) e indústria de transformação, que aparece como a segunda fonte geradora de empregos, tendo contribuído com 21,9% destes. Também são relevantes as contribuições da indústria da construção civil, de 11,4% e da administração pública, de 12,8%.

Em Vila Velha as atividades relacionadas ao terciário são as maiores empregadoras, tendo gerado, em 2002, 66,7% dos postos de trabalho formais do município. A indústria de transformação é a segunda maior fonte, tendo respondido por 15,7% dos empregos formais, sendo seguido da administração pública, responsável por 9,4% destes e pela indústria da construção civil com participação de 6,5%.

II.5.3.G.2.2 – Litoral Norte do Espírito Santo

Dentre os municípios componentes da AID localizados no litoral norte do Espírito Santo verifica-se que o município de Aracruz aparece em segundo lugar no ranking estadual, destacado pela expressividade do IDE (1,00). Os demais municípios aparecem em 11º lugar (Linhares), 15º (São Mateus) e 24º (Fundão), detendo posições mais vantajosas que os municípios do litoral sul (Tabela II.5.3-73).

Tabela II.5.3-73- Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), 2000.

Município	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	Posição no Ranking
Fundão	0,3296	0,2735	0,1177	0,1127	0,2261	0,2119	15º
Aracruz	0,4255	0,3363	0,2323	1,0000	0,4128	0,4814	2º
Linhares	0,3910	0,2422	0,0800	0,1521	0,4810	0,2693	11º
São Mateus	0,2820	0,1986	0,0380	0,0855	0,3506	0,1909	24º

Fonte: IPES. Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES/2000, Índice de Desenvolvimento: Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para Grandes e Médios Empreendimentos, (IGME) e Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES (IDM-ES).

Estes municípios apresentam pequena participação no PIB estadual, embora se sobressaiam mais que os municípios localizados na região litorânea sul do estado. No seu conjunto estes municípios totalizaram, em 1998, 11,8% do PIB estadual, com expressividade no setor industrial e no terciário, conforme se

observa na Tabela II.5.3-74. A atividade primária, embora importante, teve a menor participação na geração do PIB estadual, comparativamente às demais.

Vale destacar que o município de Aracruz contribui com parte significativa na geração do PIB estadual, decorrente das atividades agroindustriais que nele se desenvolvem. Sua participação no PIB estadual, em 1998, foi de 6,1%, maior que a contribuição dos municípios do litoral sul no mesmo período. A participação no PIB do grupo analisado, foi de 61,1%.

Os setores que mais se destacam na participação do PIB, para este grupo de municípios, são a atividade industrial e a atividade terciária. O setor secundário participa com 51,1% do resultado do PIB do grupo, o terciário contribui com 39,1%, enquanto a atividade primária atinge 9,8% do PIB deste grupo.

Em Linhares a atividade terciária representa 68,1% do PIB gerado no município, em Fundão 67,6%, e em São Mateus 61,4% da riqueza dos respectivos municípios. O setor terciário em Aracruz tem menor participação na riqueza municipal comparativamente aos demais municípios, tendo sido responsável por apenas 22,1% do PIB total gerado no município. Por outro lado, Aracruz tem como base a produção industrial, que contribui com 72,3% do PIB municipal, destacando-se neste setor a Aracruz Celulose S.A.

Tabela II.5.3-74- Produto Interno Bruto por setores, a custo de fatores, 1998. (Em R\$ 1.000,00).

Município/ Estado	PIB por Setores			
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	PIB Total
Aracruz	58.509	769.457	235.580	1.063.547
Fundão	8.195	6.302	30.229	44.726
Linhares	50.870	74.578	267.233	392.681
São Mateus	53.738	38.684	146.834	239.257
Total Litoral Norte	171.312	889.021	679.876	1.740.211
Espírito Santo	1.305.520	5.189.541	8.313.129	14.808.190

Fonte: IPES.

Apenas o município de Aracruz possui renda *per capita* superior a do estado (R\$ 5,770,00), atingindo, segundo dados abaixo, o patamar de R\$ 19.860,00, sendo ultrapassado somente por Anchieta (R\$ 22.500,00). Para o conjunto dos

municípios a renda *per capita* é relativamente baixa, comparativamente à média do estado (Tabela II.5.3-75).

Tabela II.5.3-75- Renda per Capita Municipal – 1998. (Em R\$ 1.000,00).

Município/ Estado	PIB	População	Renda per Capita
Aracruz	1.247.908	62.833	19,86
Fundão	52.480	12.019	4,37
Linhares	460.751	105.308	4,38
São Mateus	280.731	86.631	3,24
Espírito Santo	17.369.000	3.009.704*	5,77

Fonte: IBGE, IPES. * Pop. Estimada.

As principais atividades geradoras de emprego e renda para estes municípios são, em primeiro lugar a agropecuária e a exploração florestal, ícones nesta região, e em segundo lugar a atividade comercial e de serviços. A indústria de transformação e a construção civil também surgem como atividades relevantes, especialmente em Aracruz, Linhares e São Mateus. Assim também merece expressividade a administração pública e a educação, fornecedoras e mantenedoras de muitos postos de trabalho nestes municípios.

O número de empregos gerados pelos municípios do grupo totalizou, em 2000, 113.140 postos de trabalho, indicando maior contribuição do município de Linhares, cuja parcela de absorção de empregos formais foi de 41,6%, apresentando um total de 47.040 postos de trabalho (Tabela II.5.3-76).

Tabela II.5.3-76- Mercado de trabalho. Emprego por setor de atividade econômica, 2000.

Atividade	Municípios			
	Fundão	Aracruz	Linhares	São Mateus
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1.347	4.249	10.225	10.698
Pesca	24	221	202	214
Indústrias extrativas	46	52	124	266
Indústrias de transformação	455	3.410	7.503	3.193
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3	102	271	215
Construção civil	539	1.763	2.871	2.404
Comércio	661	3.383	8.655	6.112
Alojamento e alimentação	300	1.025	2.171	1.650
Transporte, armazenamento e comunicações	210	1.349	2.040	1.345
Intermediação financeira	15	199	358	245
Atividades imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas	140	1.059	1.466	1.347
Administração pública, defesa e seguridade social	485	2.058	2.701	1.552
Educação	434	1.540	2.600	1.973
Saúde e serviços sociais	93	525	1.379	1.064
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	708	3.087	4.475	4.335
Total	5.462	24.024	47.040	36.614

Fonte:IPES.

Os dados relativos ao mercado de trabalho de 2002, destacados na Tabela II.5.3-77, demonstram que, do total de empregos gerados nos municípios o maior contribuinte foi o setor terciário. Somados os empregos nos serviços, que correspondem a 24,9% do total de empregos gerados e 17,7% gerados no comércio, o setor terciário foi responsável por 42,6% dos postos de trabalho em 2002. A administração pública também representa parcela considerável dos empregos formais nestes municípios, tendo absorvido, 18,1%. A indústria de transformação aparece em terceiro lugar no *ranking* de empregos, tendo gerado 16,3% dos postos de trabalho, especialmente em Linhares e Aracruz. A agropecuária absorveu 16,0% dos empregos formais nesses municípios em 2002.

Tabela II.5.3-77- Mercado Formal de Trabalho – Número de Empregos Gerados – 2002.

	Fundão	Aracruz	Linhares	São Mateus	Total Geral
Extração Mineral	-	109	346	577	1.032
Indústria de Transformação	62	2.717	5.662	850	9.291
Serv. Ind. Up.	5	131	113	149	398
Construção Civil	554	950	671	320	2.495
Comércio	313	1.928	4.821	2.991	10.053
Serviços	2719	4.661	3.704	3.073	14.157
Administração Pública	457	2.992	4.136	2.724	10.309
Agropecuária	155	1.824	5.088	2.030	9.097
Total Geral	4.265	15.312	24.541	12.714	56.832

Fonte: Rais.- Dados preliminares 2002.

Na participação de cada município no mercado formal de empregos do conjunto, verifica-se que o município de Linhares tem sido o maior contribuinte, tendo absorvido 43,2% dos postos de trabalho gerados em 2002. Aracruz, São Mateus e Fundão corresponderam, respectivamente, por 26,9%, 22,4% e 7,5%.

Em Linhares as maiores fontes geradoras de emprego em 2002, foram as atividades do setor terciário, com 34,7% (sendo 19,6% no comércio e 15,1% nos serviços); a indústria da transformação, com uma parcela de 23,1% dos empregos; a agropecuária com 20,7% e a administração pública, com 16,8%.

No município de Aracruz tiveram expressiva contribuição no volume de empregos gerados em 2002, os setores terciário, cuja participação foi de 43,0% (30,4% devida aos serviços e 12,6% ao comércio), a administração pública com 19,5% e a indústria de transformação que contribuiu com 17,7%.

São Mateus também tem nas atividades relacionadas ao setor terciário o maior percentual de empregos formais, 47,8%, sendo que 24,2% dos postos de trabalho são gerados nos serviços, e 23,5% no comércio. A administração pública é a segunda maior fonte, tendo respondido por 21,4% dos empregos formais, seguida da agropecuária, responsável por 16,0% destes.

Em Fundão os empregos são ainda mais concentrados em atividades do terciário, com uma participação de 71,1%, com destaque para os serviços que correspondem a 63,7% dos postos de trabalho do município, em 2002, o que revela a importância do turismo e das atividades a ele ligadas para a economia de Fundão. A construção civil aparece em segundo lugar respondendo por 13,0%, seguida da administração pública, com 10,7%.

Atividade Petrolífera

No município de São Mateus o setor industrial tem como destaque a indústria extrativa mineral, destacando-se a operação da Petrobras nas atividades de exploração, extração, purificação e transporte de petróleo e gás, sendo que o primeiro poço a apresentar óleo com possibilidade de produção industrial no estado foi o 01-SM-01-ES, descoberto no município em 1969 e com produção iniciada em 1975. De acordo com a ANP (2006), o município recebeu até o mês de outubro de 2006, um valor acumulado de R\$ 15.518.574,65 em *royalties*, sendo o segundo maior beneficiário do estado.

Vale destacar ainda a atividade petrolífera em Linhares, que a coloca como um dos municípios de maior concentração de jazidas ao norte do estado, tendo recebido até o mês de outubro de 2006, um valor acumulado de R\$ 17.611.453,92 em *royalties*, sendo o maior beneficiário do estado (ANP, 2006).

A produção de petróleo no município concentra-se no complexo petrolífero de Lagoa Parada/Petrobras, situada a 55 Km do centro de Linhares, no distrito de Regência. Em Regência encontram-se localizados, escritório, estação coletora e infra-estrutura para produção, refino e embarque e uma unidade de processamento de gás natural (UPGN). O GLP (gás de cozinha) é escoado em carretas para os engarrafadores. Do petróleo produzido no Espírito Santo 60% são processados ali, onde existe também o maior poço petrolífero do estado. A reserva estimada de gás natural no município de Linhares é de 1,25 bilhões de metros cúbicos.

Atividade Comercial e de Serviços

No município de Fundão a importância da atividade turística repercute na grande participação das atividades comerciais e de serviços para a economia do município, especialmente em torno das atividades realizadas no litoral. No Balneário de Praia Grande que ocupa toda a extensão litorânea do município estão instaladas grande parte dessas atividades, dispondo de uma pequena rede de serviços voltados, sobretudo para a atividade turística: hotéis, pousadas, camping, bares e restaurantes.

Em Aracruz as atividades comerciais e de serviços estão vinculadas não só à atividade turística desenvolvida no município, mas também às demandas da Aracruz Celulose, apresentando especial ênfase nas atividades de manutenção e reparos de determinadas peças e equipamentos, de alojamento, de alimentação, de serviços de limpeza, dentre outras de menor relevância.

O setor terciário em Linhares tem a mais ampla participação na economia do município. Assim como em Fundão as atividades de comércio e serviços estão intimamente ligadas ao desempenho da atividade turística no município. Segundo dados disponíveis pela Prefeitura Municipal existem aproximadamente 1.168 estabelecimentos comerciais, varejistas e atacadistas, 845 empresas de serviço.

Em São Mateus também destacam-se as atividades comerciais e os serviços, estes últimos sendo carreados pelas atividades de exploração petrolífera desenvolvida pela Petrobras no município, e pela atividade turística.

II.5.3.G.2 - Municípios da All

II.5.3.G.2.1 - Litoral Sul do Espírito Santo

Os dados relativos ao IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal para estes municípios os colocam em posições variadas no *ranking* estadual. Anchieta aparece em quarto lugar, com expressividade no IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico. Guarapari também está entre os 10 primeiros do estado, ficando em nono lugar. Piúma, por exemplo, está na 14^a colocação neste

ranking. Este indicador é de grande importância porque demonstra a diferença de padrão de desenvolvimento entre os municípios analisados, ainda que a maioria dos demais indicadores utilizados os coloque de forma semelhante (Tabela II.5.3-78).

Tabela II.5.3-78- Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), 2000.

Município	IDU	IDS	IFM	IDE	IGME	IDM-ES	Posição no Ranking
Marataízes	0,3562	0,2691	0,0121	0,0601	0,1028	0,1601	42°
Itapemirim	0,3177	0,2321	0,0412	0,1626	0,1257	0,1759	33°
Piúma	0,3882	0,4313	0,1290	0,0983	0,0743	0,2242	14°
Pres. Kennedy	0,2539	0,2493	0,0377	0,0761	0,0893	0,1412	55°
Anchieta	0,3463	0,3434	0,2176	0,7481	0,255	0,3821	4°
Guarapari	0,4058	0,3521	0,2075	0,1115	0,3077	0,2769	9°

Fonte: IPES. Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES/2000, Índice de Desenvolvimento: Urbano (IDU), Social (IDS), Finanças (IFM), Econômico (IDE), Infra-estrutura para Grandes e Médios Empreendimentos, (IGME) e Índice de Desenvolvimento dos Municípios do ES (IDM-ES).

Pode-se observar na Tabela II.5.3-79 que, no tocante ao Produto Interno Bruto (PIB) por setores na região litorânea sul, os municípios analisados apresentam, no geral, uma participação inexpressiva na geração do PIB estadual, à exceção de Guarapari e de Anchieta.

O conjunto dos municípios do litoral sul participaram em 1998 com 5,8% do PIB estadual, obtendo maior expressividade nos setores terciário e industrial. Do PIB da região, 56,5% decorre da atividade terciária, com ênfase especial ao turismo, 37,6% da atividade industrial e apenas 5,8% do setor agropecuário.

Do PIB industrial da região destacam-se os municípios de Anchieta, com 86,0%, o que se deve às atividades desenvolvidas pela planta industrial da Samarco Mineração S.A., e Itapemirim, com 11,0%, devido à produção da Usina Paineiras. O produto gerado pelo setor terciário, claramente vinculado à atividade turística, apresenta forte relevância nos municípios de Guarapari, com 52,6% do PIB terciário regional, seguido de Anchieta, Itapemirim e Marataízes. No setor agropecuário, destaques para os municípios de Itapemirim, base da agricultura canavieira, e de Presidente Kennedy.

De acordo com os dados apresentados na Tabela II.5.3-79 verifica-se que os municípios analisados apresentam pequena expressividade na geração do PIB Estadual, que varia de 2,4% em Anchieta a 0,2% em Presidente Kennedy.

Tabela II.5.3-79- Produto Interno Bruto por setores, a custo de fatores, 1998 (Em R\$ 1.000,00).

Município/ Estado	PIB por setores			
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	PIB Total
Itapemirim	12.126	35.363	49.952	97.441
Marataízes	7.184	460	58.375	66.019
Piúma	861	366	38.482	39.709
P. Kennedy	10.617	106	18.059	28.782
Anchieta	9.997	276.182	63.596	349.775
Guarapari	9.018	8.477	253.173	270.668
Total Litoral Sul	49.803	320.954	481.637	852.394
Espírito Santo	1.305.520	5.189.541	8.313.129	14.808.190

Fonte: IPES.

A partir da renda *per capita* do estado do Espírito Santo, indicada na Tabela II.5.3-80, que atinge o patamar de R\$ 5.771,00, observa-se que, nos municípios considerados na área litorânea sul, quem mais se aproxima desse valor são os municípios de Itapemirim, chegando aos R\$ 4.300,00 *per capita*, e de Guarapari, atingindo a casa dos R\$ 4.800,00. O município de Marataízes apresenta a mais baixa renda *per capita*, com R\$ 2.820,00. Destaca-se o município de Anchieta, que apresenta uma renda *per capita* muito superior, alcançando R\$ 22.500,00, o que decorre da pequena participação populacional defronte ao seu PIB, resultado de sua expressiva produção industrial vinculada à localização da planta industrial da Samarco Mineração S.A., conforme citado anteriormente.

Tabela II.5.3-80- Renda per Capta Municipal – 1998 (Em R\$ 1.000,00).

MUNICÍPIO/ ESTADO	PIB	POPULAÇÃO	RENDA PER CAPITA
Itapemirim	114.332	26.560	4,30
Marataízes	77.462	27.499	2,82
Piúma	46.592	12.960	3,60
P. Kennedy	33.772	9.699	3,48
Anchieta	410.407	18.240	22,50
Guarapari	317.587	7.776	4,08
Espírito Santo	17.369.000	3.009.704*	5,77

Fonte: IBGE, IPES. * Pop. Estimada.

Os dados abaixo sinalados revelam a dimensão produtiva da região, que apresenta, no geral, forte participação das atividades do terciário (comércio e serviços), da construção civil, da agropecuária e da pesca. Esta última possuindo forte expressão nos municípios de Itapemirim, devido à pesca industrial que se desenvolve neste município, e em Guarapari. A pesca apresenta menor expressão, comparativamente aos municípios anteriores, nos municípios de Piúma, Anchieta e Marataízes, porém não menos importante do ponto de vista da geração de emprego e renda.

Destaca-se dos dados fornecidos na Tabela II.5.3-81 que o município de Guarapari apresentou, em 2000, o maior número de empregos dentre os quatro municípios analisados, sendo destino de 35.791 postos de trabalho. O segundo neste item é o município de Marataízes com 11.547 empregos, seguido de Itapemirim, com 10.216 postos de trabalho, de Anchieta, com 8.107 postos, de Piúma com 5.963 empregos, e finalmente Presidente Kennedy com 3.518 empregos.

Tabela II.5.3-81- Mercado de trabalho. Emprego por setor de atividade econômica, 2000.

Atividade	Municípios					
	Itapemirim	Marataízes	Piúma	P. Kennedy	Anchieta	Guarapari
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	2.025	2.263	408	1.790	1.603	3.029
Pesca	1.068	897	330	106	602	729
Indústrias extrativas	39	-	44	5	201	340
Indústrias de transformação	1.418	678	570	205	487	2.332
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	147	81	45	22	66	194
Construção civil	822	972	864	94	627	4.466
Comércio	1.415	2.481	1.384	304	938	6.994
Alojamento e alimentação	476	508	369	97	579	2.992
Transporte, armazenamento e comunicações	355	362	180	80	323	1.402
Intermediação financeira	5	91	18	17	101	174
Atividades imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas	289	528	290	70	249	2.939
Administração pública, defesa e seguridade social	429	701	230	336	507	1.575
Educação	399	587	347	133	615	2.131
Saúde e serviços sociais	129	211	113	8	222	671
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1.200	1.186	770	251	986	5.823
TOTAL	10.216	11.547	5.963	3.518	8.107	35.791

Fonte:IPES.

A evolução do mercado de trabalho nestes municípios, em 2002, segundo consta dos dados da Tabela II.5.3-82, demonstra que o terciário tem se mantido como principal fonte de geração de emprego, tendo agregado, no conjunto dos municípios, 52,9% dos postos gerados neste ano. A indústria de transformação aparece como a segunda maior fonte empregatícia, absorvendo 7,6% do total. A agropecuária, em terceiro lugar no *ranking* de geração de empregos no litoral sul em 2002, contribuiu com 6,4% dos postos de trabalho gerados na região. Também tem mantido importante contribuição a indústria da construção civil, tendo absorvido, em 2002, 5,4% dos empregos formais no litoral sul.

Tabela II.5.3-82- Mercado Formal de Trabalho – Número de Empregos Gerados -2002.

	Anchieta	Guarapari	Itapemirim	Marataízes	Piúma	P. Kennedy	Total Geral
Extração Mineral	546	85	8	0	4	0	643
Indústria de Transformação	327	497	868	48	44	14	1.798
Serv. Ind. Up.	26	79	165	0	13	2	285
Construção Civil	195	1.003	10	5	38	17	1.268
Comércio	257	3.697	421	681	348	44	5.448
Serviços	723	5.289	298	498	204	21	7.033
Administração Pública	748	2.229	933	808	472	406	5.596
Agropecuária	133	261	866	41	19	180	1.500
Total Geral	2.955	13.140	3.569	2.081	1.142	684	23.571

Fonte: Rais.- Dados preliminares 2002.

Do total de empregos gerados em 2002, o município de Guarapari foi o que mais contribuiu, tendo absorvido, com 55,7% dos empregos na região. Itapemirim vem em segundo lugar, com uma contribuição de 15,1% do total, seguido de Anchieta, com 12,5%. A menor participação foi de Presidente Kennedy, gerando apenas 2,9% dos empregos formais da região.

Os setores de maior importância na geração de empregos em Guarapari foram o terciário, com uma parcela de 68,4% do total de empregos formais do município, seguido da administração pública, com 17,0%, e da construção civil, com 7,6%.

Em Itapemirim manifestou-se com grande expressividade a administração pública, maior empregador municipal, absorvendo 26,1% dos empregos formais. O setor agropecuário e a indústria de transformação estão em segundo lugar no *ranking* de geração de empregos no município, tendo absorvido, em 2002, cerca de 24% cada um deles.

O mesmo ocorre com Anchieta que tem tido na administração pública sua maior fonte empregatícia. Esta foi responsável, em 2002, 25,3% dos empregos

formais. As atividades de serviços e a extração mineral também tiveram elevada participação na empregabilidade municipal, contribuindo, respectivamente, com 24,5% e 18,5%.

Nos municípios de Piúma, Presidente Kennedy e Marataízes, a administração pública aparece como a segunda maior fonte geradora de empregos, dividindo importância com o terciário, principalmente com a atividade comercial. Apenas em Presidente Kennedy a atividade agropecuária tem maior expressão tendo gerado, em 2002, 26,3% dos postos de trabalho formais.

Atividade Industrial

No geral a atividade industrial é representativa no segmento de pequenas e médias empresas apresentando forte vinculação com o turismo e com a pesca, detendo a maior expressividade em termos de geração de empregos, conforme verificou-se em análise efetuada acima. Neste sentido são representativas as indústrias de alimentos, os frigoríficos, estaleiros, dentre outras pequenas indústrias. Entretanto o que destaca a região, especificamente os municípios de Anchieta e Itapemirim, no contexto da indústria estadual, são os empreendimentos de elevado porte instalados nestes municípios.

Ainda merece relevância a indústria da construção civil, especialmente no município de Guarapari, que é impulsionada pela forte presença da atividade turística neste município.

Outra atividade de destaque na indústria regional é o artesanato de conchas, desenvolvido com maior expressão no município de Piúma. Com matéria-prima abundante e mercado consumidor viabilizando-se pelo turismo, o artesanato em conchas consolida-se cada vez mais como atividade expressiva no município, perpetuando-se no tempo pelo ensinamento do ofício a cada nova geração. Em Piúma, famílias inteiras sobrevivem exclusivamente desta atividade, que é responsável por um número razoável de empregos diretos e indiretos (IPES, Litoral Sul, 2000).

II.5.3.G.2.2 - Litoral Norte Fluminense

Na Região Norte Fluminense os Municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé caracterizam-se como os principais pólos regionais. Nesta região a economia canavieira tradicional apresenta forte expressão, embora, na atualidade, a exploração petrolífera tenha se tornado a base do desenvolvimento local. Campos possui grande importância na história da economia açucareira do país, tendo sido fundamental na difusão do povoamento de todo o espaço geográfico das Regiões Norte e Noroeste Fluminenses. Macaé, desde a primeira metade do Século XIX é reconhecidamente expressivo em termos de economia canavieira, exercendo também a função de cidade comercial a partir do desenvolvimento do porto de Imbetiba em 1846. Nas últimas décadas, o Município vem despontando como centro regional em decorrência das atividades de extração de petróleo e gás natural na Bacia Campos (Petrobras/Cepemar, 2005).

A dinâmica econômica da Região das Baixadas Litorâneas, por sua vez, vinculava-se, até a década de 60, às atividades extrativistas do sal e da pesca artesanal, além da produção de laranjas e da criação de gado. A partir da década de 70, o turismo e lazer passaram a ser de grande importância para a região, tendo sido acompanhados pela indústria imobiliária, de característica especulativa, principalmente nas áreas litorâneas dos municípios. O município de Cabo Frio é o principal centro regional, liderando, como pólo de atração, o processo de crescimento/desenvolvimento desencadeado a partir da década de 70, principalmente pela indústria do turismo e da construção civil. Os antigos distritos cabo-frienses, hoje municípios de Arraial do Cabo e Armação de Búzios, fazem parte do bloco liderado por Cabo Frio. Já os Municípios de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, localizados na Bacia do São João, sofrem, desde a década de 80, forte influência de Macaé, apresentando estreita vinculação à atividade petrolífera desenvolvida na região.

A estrutura produtiva deste grupo de municípios encontra-se ancorada nas atividades tradicionais, especialmente na agroindústria canavieira e na pesca; no turismo, atividade incorporada apenas em meados do século anterior nestes

municípios, e mais recentemente na exploração de petróleo e gás natural ocorrida na Bacia de Campos.

A importância conferida à atividade de exploração petrolífera nesta região é tamanha que a maioria dos municípios tem manifestado sua dependência financeira dos *royalties*. Alguns têm, inclusive, buscado investir em infra-estrutura nas demais áreas onde detém vocação desenvolvimentista, visando reduzir a dependência dos recursos advindos da exploração petrolífera, inclusive como forma de se preparar para uma eventual redução da referida atividade na região.

Para a grande maioria destes municípios o mercado de trabalho encontra-se mais aquecido nas atividades vinculadas ao turismo como alojamento e alimentação, comércio, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. A administração pública também aparece como uma importante fonte geradora de empregos, assim como a atividade industrial.

Para o conjunto dos municípios verifica-se, pelos dados da Tabela II.5.3-83, que as atividades do terciário são as maiores geradoras de emprego da região. Neste sentido a atividade de serviços contribuiu com 33,5% dos postos de trabalho gerados em 2002, e o comércio com 21,9% destes. A terceira maior fonte de geração de empregos na região é a administração pública que absorveu, no período, 11,6% dos postos de trabalho, sendo seguida da indústria de transformação, com participação de 9,4% do total. A indústria extrativa mineral também é forte contribuinte da empregabilidade regional, tendo participado com 6,3% na geração de trabalho em 2002.

A participação dos municípios no mercado formal de trabalho mostra que Macaé responde por 38,6% dos postos de trabalho, seguido de Campos, cuja parcela foi de 34,3%. Ambos totalizam cerca de 73% dos postos de trabalho gerados na região. O terceiro município em geração de empregos da região é Cabo Frio, cuja participação, em 2002, atingiu 11,7%. Os demais contribuíram com 15,5% no mercado formal de trabalho do conjunto.

Tabela II.5.3-83- Mercado Formal de Trabalho – 2002.

Setores	Armação dos Búzios	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Carapebus	Campos	Casemiro de Abreu	Macaé	Quissamã	Rio das Ostras	S. F. Itabap.	S. J. Barra	Total Geral
Extração mineral	0	1	781	0	199	23	13.021	0	2	0	5	14.032
Indústria de transformação	84	756	1.270	3	9.315	296	7.921	6	491	125	710	20.977
Serv ind up	23	27	384	0	1.046	73	557	1	56	29	4	2.200
Construção civil	255	70	1.516	31	6.195	414	17.523	142	1.845	28	182	28.201
Comercio	1.518	768	8.247	71	22.357	1.027	11.665	155	1.763	416	969	48.956
Serviços	4.117	935	10.257	34	24.598	1.166	31.400	314	1.607	110	371	74.909
Administração pública	1.564	1.528	3.109	1.534	7.138	1.468	3.672	1.743	2.316	15	1.817	25.904
Agropecuária	41	4	529	14	5.910	296	511	261	83	372	529	8.550
Outros/ign	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Geral	7.602	4.089	26.093	1.687	76.758	4.763	86.270	2.622	8.163	1.095	4.587	223.729

Fonte: Rais.- Dados preliminares 2002.

No referente a cada município verifica-se, ainda pelos dados da RAIS, 2002, que em Campos o setor terciário respondeu pela maior parcela de empregos gerados, atingindo o patamar de 61,2%, confirmando a predominância das atividades do setor terciário na dinamização da economia local.

Elevada importância também é conferida ao setor terciário em Macaé. Este representa 49,9% dos empregos gerados no município, sendo 36,4% atribuídos ao setor de serviços e 13,5% ao comércio. A indústria da construção civil aparece em segundo lugar no *ranking* de empregabilidade, contribuindo com 20,3% dos postos de trabalho. A dinamização desta indústria indica um processo de franca expansão econômica e urbana. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Macaé o município tem crescido a taxas elevadas, atingindo, nas últimas 3 décadas, 14% a.a., frente a média nacional de 2% a.a.

O número de empresas instaladas em Macaé, entre 1999 e 2002 também, são forte indicativo de dinamismo da economia local. Foram 2.566 novos estabelecimentos instalados no período, segundo dados da Prefeitura Municipal. Contribuindo para tal dinamismo a indústria extrativa respondeu pela geração de 15,1% dos postos de trabalho neste município.

A atividade de serviços responde por 39,3% dos empregos gerados em Cabo Frio. Esta atividade está diretamente vinculada ao turismo, base econômica

municipal, assim como o comércio, que gerou, em 2002, 31,6% dos postos de trabalho.

Em Búzios o setor terciário, com forte vinculação no turismo, foi responsável por 74,7% dos empregos em 2002. Neste município a administração pública também aparece como importante geradora de empregos, tendo contribuído, neste ano, com uma parcela de 20,6%.

Em Arraial do Cabo, Quissamã, Carapebus e São João da Barra a maior fonte empregatícia é a administração pública, seguida das atividades comerciais e de serviços.

São Francisco de Itabapoana é, dentre os municípios da AII, o que menos gera emprego e que apresenta pequena participação da administração pública na empregabilidade municipal. A isto está associado o fato deste município ser o único da região a não receber *royalties* diretos.

Assim como a maioria dos municípios da AII, Casimiro de Abreu apresenta como base econômica a atividade terciária, que responde por 46,0% do mercado de trabalho formal do município. A administração pública é a segunda fonte de empregos tendo gerado, em 2002, 30,8% dos postos.

O mesmo ocorre com Rio das Ostras cuja participação das atividades do terciário no mercado de trabalho foi de 28,4% em 2002. A indústria da construção civil também teve elevada participação na geração de empregos em Rio das Ostras, sugerindo um período de forte desempenho econômico e expansão urbana, o que se confirma pelos dados da prefeitura municipal, inclusive com a realização de vários projetos de urbanização, segundo consta do item de Planos, Programas e Projetos Municipais.

Atividade Industrial, de Comércio e Serviços

A partir da década de 70, a região foi descoberta como principal fonte de produção de petróleo e gás do país. A partir de então a atividade petrolífera imprimiu mudanças significativas ao desenvolvimento regional, transformando-a de perfil agroindustrial para um perfil eminentemente industrial. As instalações da Petrobras em Macaé atraíram uma série de investidores, especialmente fornecedores de equipamento e prestadoras de serviço, além de um elevado

contingente populacional, através do aumento de demanda proporcionado, não apenas para o município, como também para toda sua circunvizinhança regional.

É visível o crescimento da região, especialmente das cidades de maior porte como Campos, Cabo Frio e Macaé, que tem crescido em patamares muito superiores ao da média nacional. A possibilidade de investimentos decorrentes de negócios realizados pela indústria petrolífera assim como da movimentação gerada pelo pagamento de tributos, especialmente de *royalties* tem alavancado o desenvolvimento da região.

Os dados relativos à Tabela II.5.3-84 mostram o crescimento do setor secundário da economia, com o surgimento de estabelecimentos industriais nos setores extrativista mineral, na indústria de transformação e na construção civil, entre 1995 e 1997, com especial destaque para Campos, Macaé e Cabo Frio.

Tabela II.5.3-84- Estabelecimentos Industriais, 1995-1997.

Município	Extração Mineral			Indústria Transformação			Serviço Indústria de Utilidade Pública			Construção Civil		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997
S. J. da Barra*	1	1	-	25	29	29	1	2	2	2	4	2
Macaé*	21	20	31	102	108	113	1	1	2	97	88	112
Quissamã	-	-	-	1	3	3	1	1	1	1	1	3
Campos	8	7	8	418	445	462	3	5	4	224	201	214
Arraial do Cabo	11	7	9	4	4	5	1	2	8	11	13	12
Cabo Frio*	14	10	9	69	84	96	3	2	4	120	116	107
Casimiro	1	-	1	17	18	15	2	3	4	3	5	9
Rio das Ostras	-	-	-	25	24	22	1	1	1	23	21	24

Fonte: Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. (*) O Município de Carapebus consta, ainda, como distrito de Macaé, o de Armação de Búzios como distrito de Cabo Frio e o de S. Fco. de Itabapoana, como distrito de S. João da Barra.

A atividade terciária foi a que mais ganhou expressão na região, estando associada, tanto ao *boom* gerado pela exploração petrolífera, quanto ao desempenho da atividade turística. Nos dados apresentados na Tabela II.5.3-85 se pode verificar o crescimento deste setor na região, entre os anos de 1995 e 1997, o que confirma a manutenção desta tendência de crescimento apresentada pelos dados da tabela relativa ao mercado de trabalho.

Os municípios de maior desempenho neste setor são os de Campos, de Macaé e de Cabo Frio. Os dois primeiros mais assentados na dinâmica imprimida pela indústria do petróleo e o segundo mais assentado no dinamismo da atividade turística.

Tabela II.5.3-85- Estabelecimentos Comerciais, 1995-1997.

Regiões de Governo	Comércio			Serviços		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997
S. J. da Barra*	101	117	129	51	52	56
Campos	1.996	2.123	2.259	1.250	1.425	1.512
Macaé*	791	827	871	632	716	765
Quissamã	27	36	30	11	15	14
Arraial do Cabo	67	67	72	116	119	140
Cabo Frio*	802	910	1.023	1.099	1.257	1.379
Casimiro de Abreu	60	80	102	46	50	60
	124	149	163	117	172	167

Fonte: Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. (*) O Município de Carapebus consta, ainda, como distrito de Macaé, o de Armação de Búzios como distrito de Cabo Frio e o de S. Fco. de Itabapoana, como distrito de S. João da Barra.

Apesar de sua forte base agropecuária em São João da Barra, o turismo local é uma importante fonte geradora de renda para o município, destacando-se o Sesc Mineiro de Grussaí. Localizado na praia do mesmo nome é um dos maiores parques temáticos do Sesc no país, e conta com boa oferta de leitos e excelente infra-estrutura.

Em São Francisco de Itabapoana, embora o turismo apareça como uma das principais atividades desenvolvidas no município, ainda carece de adequada infra-estrutura.

A economia de Casimiro de Abreu está baseada na atividade industrial e no comércio, desenvolvidos por estabelecimentos de pequeno e médio porte. O turismo também é uma destacada fonte de renda.

A atividade turística confere a maior importância à economia de Rio das Ostras. O município aparece como um dos principais atrativos turísticos do litoral norte fluminense, apresentando uma boa infra-estrutura de apoio à atividade, conforme se pode verificar no item “Lazer, Turismo e Cultura”. Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento, o recebimento de *royalties* é de grande

importância para o município, que tem crescido a taxas elevadas, atingindo 10% a.a.

Búzios destaca-se no roteiro turístico nacional e até mesmo no internacional. Apresentando-se como um dos principais pontos turísticos brasileiros este município tem recebido muitos investidores estrangeiros, que já compõem parte significativa da população do município. Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Armação de Búzios as atividades comerciais e de serviços agregam a maior parte dos estabelecimentos econômicos municipais. Os serviços de alojamento e alimentação agregam 36% destes estabelecimentos e o comércio outros 36%. A atividade pesqueira, carregada pelo desenvolvimento turístico, também é representativa, totalizando 2% dos estabelecimentos locais.

A pesca e o turismo são também a principal fonte de desenvolvimento da economia de Arraial do Cabo.

II.5.3.H - Educação

O Sistema Educacional compreendendo as modalidades: Creche; Pré-escola; Alfabetização; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos está presente em quase todos os municípios da Área de Influência Direta.

Destaca-se, entretanto, um reduzido volume de matrículas em Classes de Alfabetização nos municípios em geral, sendo que não houve registro em unidades públicas. Isso pode significar que alguns municípios estão adotando a mudança sugerida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a qual preconiza que a alfabetização seja incorporada à pré-escola.

II.5.3.H.1 - Municípios da AID

II.5.3.H.1.1 - Vitória, Serra e Vila Velha

Os municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, localizados na região da Grande Vitória dispõem de um Sistema Educacional bem estruturado (Tabela II.5.3-86).

Isto pode ser explicado por estar contida nesta região a capital do estado, por esta região ser economicamente desenvolvida e abrigar, isoladamente, 31% da população estadual.

A Educação Infantil apresentou os maiores registros de matrículas, em quase todas as modalidades, no município de Vitória. Entretanto, Vila Velha contabilizou o maior registro de matrículas em classes de alfabetização (50,0%), seguido de Vitória (30,0%) e Serra (20,0%), como também em turmas de Ensino Médio, especificamente, de 5^a a 8^a séries.

Quanto ao Ensino Fundamental (1º Grau Regular), Serra apresentou o maior percentual de matrículas da região com 36,3%, enquanto que Vila Velha apresentou 34,7% e Vitória 29,0% de registros. Em relação ao Ensino Médio, Vitória e Vila Velha contabilizaram os maiores percentuais com 41,7% e 32,2%, respectivamente. Em relação à Educação Especial, Vitória registrou o maior percentual com 46,7% seguido de Vila Velha (27%) e Serra (26,3%). Quanto à Educação de Jovens e Adultos (supletivo), Vila Velha apresentou os maiores números representando 22,5% do total, sendo que Vitória contabilizou 15,7% e Serra 61,8%.

Tabela II.5.3-86- Matrícula Segundo Dependência Administrativa por Município – Vitória, Vila Velha e Serra/ES.

Município	Depend. Adm.	Matrícula Inicial										
		Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabet.	Fundamental (1º Grau Regular)			Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Ed. Especial		Ed. Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
					Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
Vila Velha	Total	1.380	6.993	1.869	60.942	29.195	31.747	20.024	471	215	6.307	2.976
	Estadual	0	0	0	24.397	12.520	11.877	13.621	121	92	6.072	2.843
	Municipal	898	3.171	0	19.720	8.457	11.263	0	0	0	26	26
	Privada	482	3.822	1.869	16.825	8.218	8.607	6.403	350	123	209	107
	Total	6.382	12.485	1.115	50.841	23.012	27.829	25.862	817	272	4.380	894
Vitória	Estadual	0	0	0	3.973	2.037	1.936	15.765	178	142	2.219	347
	Federal	0	0	0	0	0	0	1.284	0	0	0	0
	Municipal	5.658	10.334	0	33.624	14.997	18.627	0	0	0	212	212
	Privada	724	2.151	1.115	13.244	5.978	7.266	8.813	639	130	1.949	335
Total	2.731	8.891	747	63.783	32.937	30.846	16.150	460	110	17.269	11.589	
Serra	Estadual	0	0	0	29.669	13.988	15.681	14.418	8	8	11.238	6.210
	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	2.564	7.070	0	26.356	14.811	11.545	0	0	0	5.012	5.012
	Privada	167	1.821	747	7.758	4.138	3.620	1.732	452	102	1.019	367

Fonte: INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2002.

Em decorrência do dinamismo desta região e de sua infra-estrutura educacional, que compreende uma Universidade Federal (UFES) e um Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFET-ES) situados na capital, muitos jovens do interior, incentivados por suas famílias, acabam optando por estudar em escolas (particulares, principalmente de Ensino Médio) desta região visando cursar uma faculdade ou mesmo fazer algum curso técnico.

Conforme descrito na Tabela II.5.3-87, a rede municipal de ensino possui o maior número de alunos matriculados representando 52,0% do total de matrículas ofertadas pelo Sistema Educacional de Vitória.

Destaca-se ainda, que o município de Vila Velha apresenta um elevado número de alunos matriculados na rede privada de ensino, em todas as modalidades. O município de Vitória apresenta o Sistema Educacional mais estruturado e completo da região. O município da Serra apresenta um maior número de estudantes matriculados na rede estadual de ensino (48,3%), em segundo na rede municipal (39,3%) e em terceiro na rede privada (12,5%).

Dados do Censo (IBGE, 2000) indicaram que em Vila Velha a taxa de alfabetização da população com 10 ou mais anos era de 94,9%, enquanto que Vitória apresentou a taxa mais elevada 95,7%. Serra apresentou a taxa mais baixa dentre os três municípios (92,2%), o que pode estar relacionado ao baixo poder aquisitivo do município (Tabela II.5.3-88).

Tabela II.5.3-87- Número de alunos matriculados por nível de ensino em Vila Velha, Vitória e Serra.

Localização	Número de Alunos Matriculados																
	Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
		Total	Infantil	Fundamental	Médio	Total	Infantil	Fundamental	Médio	Total	Infantil	Fundamental	Médio	Total	Infantil	Fundamental	Médio
Total	89.339	-	-	-	-	38.018	-	24.397	13.621	23.789	4.069	19.720	-	27.532	4.304	16.825	6.403
Rural	517	-	-	-	-	20	-	20	-	497	-	497	-	-	-	-	-
Urbana	88.822	-	-	-	-	37.998	-	24.377	13.621	23.292	4.069	19.223	-	27.532	4.304	16.825	6.403
Total	95.570	1.284	-	-	1284	19.738	-	3973	15765	49.616	15992	33624	-	24.932	2875	13244	8813
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	91.555	-	-	-	-	44.087	-	29.669	14.418	35.990	9.634	26.356	-	11.478	1.988	7.758	1.732
Rural	546	-	-	-	-	-	-	-	-	546	56	490	-	-	-	-	-
Urbana	91.009	-	-	-	-	44.087	-	29.669	14.418	35.444	9.578	25.866	-	11.478	1.988	7.758	1.732

Fonte: Secretaria Estadual de Educação - SEDU, Sinopse 2002.

Tabela II.5.3-88- Taxa de Alfabetização da População.

Município	População total	Taxa de alfabetização
Vila Velha	345.965	94,9%
Vitória	292.304	95,7%
Serra	321.181	92,2%

Fonte: IBGE, 2000.

Quanto à Educação Infantil, Vila Velha dispõe de poucas unidades escolares públicas representando apenas 23,7% do total de escolas que oferecem este serviço (Tabela II.5.3-89). A Agenda Metropolitana de Vila Velha aponta que a educação infantil é pouco expandida. São pequenas as taxas de cobertura, em 2000: de 3,3% para a faixa de 0 a 3 anos, e de 41,2% para a faixa de 4 a 6 anos. A cobertura total é de 19,7%. Em 2002, houve um crescimento com 4.069 crianças matriculadas na rede municipal e 6.173 na rede privada e filantrópica.

No município de Vitória, nota-se que não existe grande disparidade em relação ao número de estabelecimentos de Educação Infantil, se comparado a Vila Velha. O município dispõe de 43,1% das unidades escolares, sendo que 56,8% são da rede privada. Isto pode estar relacionado a uma prioridade da administração municipal em atender esta demanda.

Já em Serra, não há grande diferença entre as unidades municipais (52,4%) e particulares (47,6%) representando, respectivamente, 52,4% e 47,6%.

A Tabela II.5.3-90 demonstra que em Vila Velha há um elevado número de escolas da rede privada de ensino fundamental (50,0%), se comparado com as escolas públicas municipais (23,0%) e estaduais.

Em Vitória existe um maior número de estabelecimentos de Ensino Fundamental pertencentes à rede privada de ensino, representando 52,2%. Uma provável explicação para este dado, é por este município ser, atualmente, um dos principais centros econômicos do estado e sua população apresentar melhor poder aquisitivo, se comparado com a dos demais municípios.

Serra apresenta o maior número de escolas na zona rural (12 unidades), sendo que todas são gerenciadas pela administração municipal. Outra diferença é que em Serra há maior número de escolas de Ensino Fundamental, sob responsabilidade da municipalidade, em comparação com Vila Velha e Vitória.

Tabela II.5.3-89- Número de estabelecimentos – Educação Infantil em Vila Velha, Vitória e Serra.

Municípios	Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
	Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Vila Velha	114	-	114	-	-	-	-	-	-	27	-	27	87	-	87
Vitória	95	-	95	-	-	-	-	-	-	41	-	41	54	-	54
Serra	84	2	82	-	-	-	-	-	-	44	2	42	40	-	40

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Tabela II.5.3-90- Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental em Vila Velha, Vitória e Serra.

Municípios	Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
	Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Vila Velha	153	4	149	-	-	-	42	1	41	35	3	32	76	-	76
Vitória	113	-	113	-	-	-	15	-	15	39	-	39	59	-	59
Serra	137	12	125	-	-	-	47	-	47	52	12	40	38	-	38

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

De acordo com a Secretaria de Educação de Vila Velha os programas desenvolvidos são:

- Programa de Capacitação Docente com a criação do Centro Regional de Educação Aberta e à Distância – CREAD – Pólo Vila Velha;
- Programa de Capacitação de Alfabetizadores (PROFA);
- Programa de Educação Ambiental - Parâmetros e Ação de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - Capacitação para professores;
- Vila olímpica - escola do Vale Encantado - é administrada por meio de parceria entre a SEMED e o curso de Educação Física da Universidade de Vila Velha (UVV), num prenúncio das parcerias possíveis com os centros de estudos universitários existentes no município;
- Informática Educacional é outro programa implantado, prevendo a instalação de 22 micro-computadores por escola, com acesso à internet via rádio, buscando promover a inclusão digital.

O Ensino Médio no município de Vila Velha, assim como a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, apresenta um maior número de estabelecimentos da rede privada (Tabela II.5.3-91).

Tabela II.5.3-91- Número de Estabelecimentos – Ensino Médio em Vila Velha, Vitória e Serra.

Municípios	Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
	Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Vila Velha	39	-	39	-	-	-	14	-	14	-	-	-	25	-	25
Vitória	45	-	45	1	-	1	11	-	11	-	-	-	33	-	33
Serra	27	-	27	-	-	-	15	-	15	-	-	-	12	-	12

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Em Vila Velha, a taxa de escolarização no ensino médio, em 2000, foi de 45,6%, acima da média da Região Metropolitana que é de 43,2% e acima da média estadual que é de 38,1%, embora não tenha crescido nos últimos anos. A

maioria das vagas está na rede privada, com 68% em 2002. A rede pública estadual é pequena, o que exclui uma grande parcela dos jovens do acesso a “efetivações” e “capacidades” que a educação permite. A taxa de evasão é de 14,9% (Agenda Metropolitana de Vila Velha, 2003). De modo geral, a rede privada de ensino neste município apresenta um maior número de estabelecimentos, em todas as modalidades, o que pode estar relacionado ao próprio poder aquisitivo dos munícipes. Em Vila Velha, no ano de 2000, 85,8% dos jovens de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola.

Vitória, em função de suas características: inexistência de população rural; apresentar um setor de serviços desenvolvido e dispor de ampla rede comercial, faz com que a mão-de-obra a ser absorvida pelo mercado de trabalho possua uma qualificação profissional diversificada, para atender aos diversos ramos de serviços existentes no município. Isso pode justificar o número de estabelecimentos de Ensino Médio existentes em Vitória, que, semelhante a outros municípios, possui um número superior de estabelecimentos da rede privada. Este dado poder estar relacionado ainda, ao desejo dos jovens em cursar uma faculdade, pública ou privada, tendo em vista ser este um município com muitas opções de cursos profissionalizantes.

Conforme relato anterior, Vitória possui um Centro Federal de Formação Tecnológica, que atende a mais de 1.200 estudantes da Região Metropolitana e do interior do estado. Os jovens recém-formados neste Centro são facilmente contratados pelas indústrias e empresas da região.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), 86,5% dos jovens na faixa dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando a escola em Vitória.

Segundo informações disponíveis no *site* da Secretaria de Educação de Vitória, estão em desenvolvimento os seguintes programas: Educação Ampliada, Construindo o Saber com Qualidade, Organização e Fortalecimento da Gestão Colegiada, Formação Continuada dos Profissionais, Ampliação, Manutenção e Melhoria das Unidades Escolares, Descobrendo a Diversidade Humana e INFOVIT: Informática nas Unidades Escolares do Município de Vitória. Quanto ao desenvolvimento de projetos de educação ambiental, existem dois projetos sendo desenvolvidos, um em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e outro em parceria com a Companhia Siderúrgica Tubarão – CST.

Em Serra, o Ensino Médio conta com poucos estabelecimentos, tanto da rede pública (15 unidades escolares estaduais), quanto da rede privada (12 escolas) (Tabela II.5.3-91). De acordo com o documento Serra 21, o ensino médio constitui-se na principal atrofia do sistema educacional do município. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) 81,9% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola em 2000. Isso pode estar relacionado ao incremento populacional ocorrido recentemente, constituindo num nicho a ser explorado pelo setor privado, visto que este município constitui-se num dos mais importantes pólos industriais da região metropolitana, que necessita de mão-de-obra qualificada para contratação.

Quanto à educação profissional, não há oferta em Serra. Entretanto, está para entrar em funcionamento um Centro Avançado do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFET-ES), que possibilitará a formação profissional de mão-de-obra qualificada para a região, principalmente, na área industrial (Serra 21).

Em relação ao ensino superior, o município nos últimos anos apresentou um crescimento contabilizando atualmente 07 (sete) instituições do setor privado, que oferecem 14 cursos de graduação (Serra 21).

II.5.3.H.1.2 - Litoral Norte do Estado do Espírito Santo

Os municípios de Linhares e São Mateus são os que possuem o sistema educacional melhor estruturado, o que pode ser explicado pelo fato destes municípios serem os mais populosos da região norte litorânea, e conseqüentemente liderarem em números de matrículas na rede de ensino.

A Tabela II.5.3-92, demonstra o quantitativo de matrículas efetivadas nos municípios do Litoral Norte do Espírito Santo, segundo dados da Secretaria Estadual de Educação – SEDU, Sinopse – 2002.

Em relação à Educação Infantil, Linhares apresentou os maiores registros de matrículas, seguido dos municípios de São Mateus, Aracruz e Fundão. Nota-se, entretanto, que somente Aracruz e Linhares apresentaram registros em Classes de Alfabetização. Quanto ao Ensino Fundamental, Linhares também contabilizou o maior número de matrículas com 21.990, sendo que São Mateus registrou

19.947 e Aracruz 14.905 matrículas. Linhares ainda destaca-se com os maiores registros de matrículas de Ensino Médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

O município de Fundão apesar de apresentar um crescimento populacional nos últimos anos, principalmente, da população urbana, que em 1991 representava 73,8% da população e em 2000, era 83,0% (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000), atualmente dispõe de um sistema educacional pouco representativo, se comparado aos demais municípios do litoral norte. Nota-se que o setor privado de ensino é inexistente neste município e a partir dos dados da Tabela II.5.3-93, verifica-se que a maior concentração de inscrições concentra-se nas instituições de Ensino Fundamental estaduais e municipais.

Em Aracruz, as escolas municipais dispõem de 57,0% das matrículas no sistema educacional e diferentemente de Fundão, o setor privado de ensino disponibiliza unidades escolares em todas as modalidades de ensino representando 8,64% das matrículas.

O município de Linhares possui o sistema educacional com maior número de unidades, em todas as modalidades de ensino, dentre os municípios do litoral norte.

O Sistema Educacional de São Mateus é representado, principalmente, pelo setor público, sendo que a rede municipal apresenta os maiores números de matrículas (48,8%), já a rede privada de ensino ainda encontra-se subdesenvolvida representando apenas 9,3% das matrículas.

Tabela II.5.3-92- Matrícula Segundo Dependência Administrativa por Município – Litoral Norte do ES.

Município	Dependência Administrativa	Matrícula Inicial										
		Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Fundamental (1º Grau Regular)			Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Ed. Especial		Ed. Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
					Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
Fundão	Total	127	699	0	2.660	1.286	1.374	524	30	29	115	26
	Estadual	0	0	0	1.348	911	437	524	0	0	115	26
	Municipal	127	699	0	1.312	375	937	0	0	0	0	0
	Privada	0	0	0	0	0	0	0	30	29	0	0
Aracruz	Total	1.092	3.397	135	14.905	6.985	7.920	4.930	178	56	1.276	838
	Estadual	0	0	0	4.052	1.652	2.400	4.310	19	6	1.004	566
	Municipal	1.048	3.209	0	9.602	4.788	4.814	0	45	13	272	272
	Privada	44	188	135	1.251	545	706	620	114	37	0	0
Linhares	Total	1.435	5.418	116	21.990	11.776	10.214	5.616	267	198	3.322	1.706
	Estadual	0	0	0	12.827	6.298	6.529	4.941	33	32	3.277	1.686
	Municipal	1.326	5.178	0	7.098	4.561	2.537	0	6	6	20	20
	Privada	109	240	116	2.065	917	1.148	675	228	160	25	0
São Mateus	Total	877	4.428	0	19.947	11.131	8.816	3.952	160	54	3.748	2.639
	Estadual	0	0	0	8.884	4.526	4.358	3.371	24	14	2.296	1.348
	Municipal	726	3.963	0	9.551	5.947	3.604	0	0	0	1.452	1.291
	Privada	151	465	0	1.512	658	854	581	136	40	0	0

Fonte: INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2002.

Tabela II.5.3-93- Número de alunos matriculados por nível de ensino nos municípios do Litoral Norte Capixaba.

Municípios	Localização	Número de Alunos Matriculados																
		Total Geral	Federal				Estadual				Municipal				Privada			
			Total	Infantil	Fundam.	Médio	Total	Infantil	Fundam.	Médio	Total	Infantil	Fundam.	Médio	Total	Infantil	Fundam.	Médio
Fundão	Total	4.010	-	-	-	-	1.872	-	1.348	524	2.138	826	1.312	-	-	-	-	-
	Rural	97	-	-	-	-	49	-	49	-	48	-	48	-	-	-	-	-
	Urbana	3.913	-	-	-	-	1.823	-	1.299	524	2.090	826	1.264	-	-	-	-	-
Aracruz	Total	24.324	-	-	-	-	8.362	-	4.052	4.310	13.859	4.257	9.602	-	2.103	232	1.251	620
	Rural	2.787	-	-	-	-	859	-	859	-	1.928	612	1.316	-	-	-	-	-
	Urbana	21.537	-	-	-	-	7.503	-	3.193	4.310	11.931	3.645	8.286	-	2.103	232	1.251	620
Linhares	Total	34.459	-	-	-	-	17.768	-	12.827	4.941	13.602	6.504	7.098	-	3.089	349	2.065	675
	Rural	6.061	-	-	-	-	4.407	-	4.407	-	1.654	703	951	-	-	-	-	-
	Urbana	28.398	-	-	-	-	13.361	-	8.420	4.941	11.948	5.801	6.147	-	3.089	349	2.065	675
São Mateus	Total	29.204	-	-	-	-	12.255	-	8.884	3.371	14.240	4.689	9.551	-	2.709	616	1.512	581
	Rural	6.015	-	-	-	-	2.360	-	2.154	206	3.425	1.055	2.370	-	230	55	175	-
	Urbana	23.189	-	-	-	-	9.895	-	6.730	3.371	10.815	3.634	7.181	-	2.479	561	1.337	581

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

São Mateus apresentou a taxa de alfabetização mais baixa entre os municípios do litoral norte em 2000 (86,8%). Os municípios de Fundão e Linhares apresentaram taxas equivalentes com 87,8% e 87,5%, respectivamente. Aracruz apresentava em 2000 uma taxa de 90,3% de alfabetização, a mais alta entre os municípios do litoral norte (Tabela II.5.3-94).

Tabela II.5.3-94- Taxa de Alfabetização da população dos municípios do Litoral Norte do ES.

Município	População total	Taxa de alfabetização
Fundão	13.009	87,8%
Aracruz	64.637	90,3%
Linhares	112.617	87,5%
São Mateus	90.460	86,8%

Fonte: IBGE, 2000.

Em Fundão há uma concentração de matrículas na rede municipal, quanto à Educação Infantil. Apenas o setor público é responsável por esta modalidade de ensino, sendo que todas as unidades escolares estão situadas na região urbana (Tabela II.5.3-95).

Em Aracruz, embora o município disponha de apenas 15,7% de sua população residindo na zona rural (IBGE, 2000), praticamente metade das unidades escolares de Educação Infantil estão localizadas nesta região, segundo demonstram os dados.

Em relação à Educação Infantil em Linhares, esta é ofertada, em sua maioria, por estabelecimentos municipais 88,9% (40 unidades) e apenas 11,1% privada (05 unidades), sendo que 26,7% estão situadas na zona rural.

A Educação Infantil no município de São Mateus é disponibilizada, em sua maioria, por estabelecimentos públicos, da rede municipal, visto que a rede privada dispõe somente de 17,4% das unidades escolares.

Tabela II.5.3-95- Número de estabelecimentos – Educação Infantil nos municípios do Litoral Norte do ES.

Municípios	Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
	Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Fundão	5	-	5	-	-	-	-	-	-	5	-	5	-	-	-
Aracruz	46	15	31	-	-	-	-	-	-	42	15	27	4	-	4
Linhares	45	12	33	-	-	-	-	-	-	40	12	28	5	-	5
São Mateus	69	33	36	-	-	-	-	-	-	57	32	25	12	1	11

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Apesar de Fundão possuir apenas 17% de sua população residindo na zona rural (IBGE, 2000), o município dispõe de 3 (três) unidades de Ensino Fundamental e o estado 01 (uma) unidade para atender estes moradores (Tabela II.5.3-96).

Em Aracruz, a rede municipal possui o maior número de unidades de Ensino Fundamental, representando 75,5% do total. Os dados apontam também, que a rede municipal possui mais unidades na zona rural (22 escolas) do que na zona urbana (15 escolas).

Em Linhares há prevalência do número de unidades estaduais que oferecem Ensino Fundamental (69,4%). A rede privada de ensino dispõe de apenas 5,4%, sendo que 2,7% das escolas estão situadas na zona rural.

Em São Mateus, o Ensino Fundamental representa 75,4% dos estabelecimentos localizados na zona rural, onde residem 31,1% da população (IBGE, 2000). No geral, tanto a rede estadual, quanto a municipal equivalem quanto ao número de estabelecimentos de Ensino Fundamental.

O Ensino Médio em Fundão conta com apenas 01 (uma) unidade escolar estadual para atender aos jovens (Tabela II.5.3-97). Isto, provavelmente, pode ser justificado pela proximidade deste município com a Grande Vitória, o que estimula os jovens a continuarem seus estudos em municípios mais desenvolvidos economicamente. Há ainda, o maior número de opções de escolas como, por exemplos, o CEFET-ES em Vitória e as tradicionais escolas particulares existentes na Grande Vitória, que costumam apresentar elevadas porcentagens de aprovação em vestibulares da região.

Em Aracruz, o Ensino Médio é representado somente pela rede estadual (66,7%) e pela rede privada de ensino (33,3%), sendo que todas as unidades estão situadas em zona urbana. Em Linhares é ofertado somente por estabelecimentos da rede estadual de ensino 57,1% e pela rede privada com 42,9% das unidades escolares. Já em São Mateus, este é desenvolvido por instituições estaduais (05 unidades) e privadas (04 unidades).

Tabela II.5.3-96- Número de estabelecimentos – Ensino Fundamental nos municípios do Litoral Norte do ES.

Municípios	Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
	Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Fundão	11	4	7	-	-	-	5	1	4	6	3	3	-	-	-
Aracruz	49	23	26	-	-	-	7	1	6	37	22	15	5	-	5
Linhares	111	81	30	-	-	-	77	63	14	28	18	10	6	-	6
São Mateus	118	89	29	-	-	-	54	43	11	55	45	10	9	1	8

Tabela II.5.3-97- Número de Estabelecimentos – Ensino Médio nos municípios do Litoral Norte do ES.

Municípios	Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
	Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Fundão	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Aracruz	9	-	9	-	-	-	6	-	6	-	-	-	3	-	3
Linhares	7	-	7	-	-	-	4	-	4	-	-	-	3	-	3
São Mateus	9	1	8	-	-	-	5	1	4	-	-	-	4	-	4

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

Em relação ao Ensino Superior, em Aracruz existe apenas 01 (uma) instituição privada, a Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz – FACHA-ES, que oferece 11 cursos de graduação e 03 cursos de pós-graduação (especialização). Em Linhares, existem duas faculdades particulares: a Faculdade Norte Capixaba – FANORTE, que oferece 3 (três) cursos de graduação e a UNILINHARES, que possui 11 cursos de graduação e 5 (cinco) de pós-graduação, sob a modalidade de especialização.

A Prefeitura Municipal de Linhares disponibiliza em seu *site* muitas informações, como os projetos e programas educacionais desenvolvidos atualmente, tais como: Programa de Merenda Escola, Programa de Transporte Escolar, Projeto Reserva Natural de Linhares, Projeto Bolsa Escola, Censo Escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola, Programa de Aceleração de Aprendizagem, Toda Família na Escola, dentre outros. Quanto à Educação Ambiental, são desenvolvidos dois projetos: Projeto Vale Semear, realizado em parceria com a Fundação Vale do Rio Doce e o Projeto Plantando o Futuro, realizado em parceria com a Petrobras, desenvolvendo o plantio de hortas em algumas comunidades.

Relacionado ao Ensino Profissionalizante, São Mateus possui uma unidade do CEFET-ES, onde funciona os cursos Técnico em Manutenção em Equipamentos de Petróleo, em convênio com a Prefeitura de São Mateus, a Petrobras e empresas prestadoras de serviço e o curso de Automação, disponibilizado para funcionários das empresas ligadas à Petrobras e a comunidade em geral.

Quanto ao Ensino Superior existe no município a Faculdade São Mateus, que oferece 08 (oito) cursos de graduação, 01 (uma) especialização em Engenharia de Petróleo e 01 (um) mestrado em Educação. Há ainda, o pólo universitário – São Mateus (UFES) que oferece os cursos de Matemática, Educação Física, Pedagogia e Ensino à Distância.

De acordo com Secretaria de Educação de São Mateus, os programas e projetos educacionais desenvolvidos atualmente são: Domingo Cultural, Correção de Fluxo, Educação de Jovens e Adultos, Semana do Meio Ambiente em parceria com PETROBRAS e SAAE, Combate a Evasão Escolar, Controle de Alfabetização, dentre outros.

II.5.3.H.2 - Municípios da All

II.5.3.H.2.1 - Litoral Sul do Espírito Santo

Em relação ao litoral sul, os maiores números de registros na rede de ensino, em geral, ocorreram nos municípios de Guarapari e Itapemirim. Estes municípios possuem potencialidades turísticas, que os tornam referência na região.

Segundo os dados apontados na Tabela II.5.3-98, o município de Guarapari e Anchieta são os municípios com os maiores números de matrículas no total, bem como em escolas da rede privada, em todas as modalidades de ensino.

Em relação à Educação Infantil, Guarapari apresentou os maiores números de matrículas nas modalidades Creche e Pré-escola. Destaca-se, todavia, que somente o município de Marataízes registrou matrículas em Classes de Alfabetização. Quanto ao Ensino Fundamental os municípios com maiores números de matrículas foram Guarapari (17.985), Marataízes (5.511) e Itapemirim (5.428).

A exemplo das modalidades de ensino, Guarapari se sobressai dentre os demais municípios, quanto aos registros no Ensino Médio com 51,0% do total.

Destaca-se também que Piúma e Itapemirim não apresentaram registros de matrículas para Educação Especial. Somente o município de Guarapari desenvolve esta modalidade em âmbito Estadual, Municipal e Privado.

Quanto à Educação de Jovens e Adultos (Supletivo), de acordo com a Tabela II.5.3-98, Guarapari é o município que contabiliza o maior número de matrículas, seguido de Marataízes e Itapemirim, respectivamente.

Tabela II.5.3-98- Matrícula Segundo Dependência Administrativa por Município – Litoral Sul do ES.

Município	Dependência Administrativa	Matrícula Inicial										
		Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Fundamental (1º Grau Regular)			Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Ed. Especial		Ed. Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
					Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
Guarapari	Total	690	4.077	0	17.985	9.176	8.809	4.497	393	127	3.324	2.258
	Estadual	0	0	0	5.463	2.220	3.243	3.731	33	33	1.496	430
	Municipal	576	3.404	0	10.508	5.961	4.547	0	12	12	1.828	1.828
	Privada	114	673	0	2.014	995	1.019	766	348	82	0	0
Anchieta	Total	233	1.084	0	3.794	1.895	1.899	861	60	45	326	275
	Estadual	0	0	0	712	439	273	687	0	0	215	171
	Municipal	87	986	0	2.984	1.456	1.528	50	0	0	111	104
	Privada	146	98	0	98	0	98	124	60	45	0	0
Piuma	Total	152	517	0	3.151	1.541	1.610	849	36	0	499	195
	Estadual	0	0	0	1.962	886	1.076	849	0	0	479	175
	Municipal	152	517	0	1.189	655	534	0	0	0	20	20
	Privada	0	0	0	0	0	0	0	36	0	0	0
Itapemirim	Total	170	1.176	0	5.428	3.236	2.192	1.077	41	0	894	548
	Estadual	0	0	0	3.075	916	2.159	1.077	0	0	894	548
	Municipal	170	1.116	0	2.265	2.265	0	0	0	0	0	0
	Privada	0	60	0	88	55	33	0	41	0	0	0
Marataizes	Total	130	972	65	5.511	3.190	2.321	906	73	18	865	710
	Estadual	0	0	0	3.619	1.673	1.946	709	0	0	847	692

(Continua)

Tabela II.5.3-98- Matrícula Segundo Dependência Administrativa por Município – Litoral Sul do ES (Conclusão)

Município	Dependência Administrativa	Matrícula Inicial										
		Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Fundamental (1º Grau Regular)			Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Ed. Especial		Ed. Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
					Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
Presidente Kennedy	Total	78	323	0	2.063	1.108	955	615	32	30	318	285
	Estadual	0	0	0	815	308	507	615	0	0	202	169
	Municipal	78	323	0	1.248	800	448	0	0	0	116	116
	Privada	0	0	0	0	0	0	0	32	30	0	0

Fonte: INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2002.

A Tabela II.5.3-99 apresenta um panorama das matrículas no Sistema Educacional nos municípios do Litoral Sul do Espírito Santo.

O Sistema de Ensino de Guarapari configura-se como um dos mais importantes do litoral sul, por ser o município com maior número de habitantes da região, o que também pode estar relacionado com sua proximidade com a Grande Vitória.

Do total de matrículas registradas no setor privado, em Guarapari, o número é relativamente baixo, apenas 13% se comparado com um município vizinho; Vila Velha apresenta uma porcentagem de 30,81%.

O município de Anchieta apresenta, como características em seu Sistema Educacional, maiores números de matrículas nos estabelecimentos de Ensino Fundamental da rede municipal e estadual. Já o setor privado não é bem desenvolvido e representa apenas 7,80% do número de alunos matriculados.

O município de Piúma apresenta um Sistema Educacional muito pequeno, talvez, devido ao número de habitantes (14.987) (IBGE, 2000) e ao baixo desenvolvimento econômico. Além disso, o setor privado de ensino é inexistente neste município, podendo constituir-se num importante setor de investimentos.

O Sistema Educacional de Itapemirim apresenta maior volume de matrículas, em unidades de ensino do poder estadual, com exceção da Educação Infantil que é assumida pela administração municipal e assim como em outros municípios, o setor privado de ensino é pouco desenvolvido.

Em Marataízes os maiores registros de matrículas concentram-se nas turmas de Ensino Fundamental administradas pelo Estado e pelo Município. Neste município também, a rede privada de ensino que representa 16,21% do número total de registros de matrículas.

Em Presidente Kennedy são poucos os registros de matrículas no Sistema Educacional. Os maiores números concentram-se no Ensino Fundamental das escolas estaduais e municipais.

Quanto às taxas de alfabetização da população com 10 anos ou mais, as maiores taxas foram apresentadas pelos municípios Guarapari (91,5%) e Piúma (90,2%), enquanto Presidente Kennedy apresentou a mais baixa, 77,2% (Tabela II.5.3-100).

Tabela II.5.3-100- Taxa de Alfabetização da População nos municípios do Litoral Sul do ES.

Município	População total	Taxa de alfabetização
Guarapari	88.400	91,5%
Anchieta	19.176	89,4%
Piúma	14.987	90,2%
Marataízes	30.603	87,8%
Itapemirim	28.121	85,7%
Presidente Kennedy	9.555	77,2%

Fonte: IBGE, 2000.

Quanto à Educação Infantil em Guarapari, a principal rede é a municipal com 39 unidades escolares, sendo que 16 unidades estão na zona rural. Já o setor privado dispõe de apenas 11 (onze) escolas representando 22% das unidades escolares de Educação Infantil (Tabela II.5.3-101).

A Educação Infantil em Anchieta dispõe, em sua maioria, de escolas na zona rural correspondendo a 79,3% das escolas. Destaca-se que neste município a população residente na zona rural totaliza 31,10% (IBGE, 2000).

A Educação Infantil no município de Piúma é assumida somente pelo setor municipal, que possui 10 estabelecimentos, sendo que 90% do total de unidades escolares desta modalidade estão situadas em zona urbana.

Em Itapemirim, os estabelecimentos de Educação Infantil encontram-se, em sua maioria, na zona rural (66,7%). Isso se justifica porque 42,6% de sua população está concentrada no interior.

Marataízes, conta com poucos estabelecimentos de Educação Infantil, sendo apenas 9 (nove) do setor municipal de ensino e 5 (cinco) do setor privado. Enquanto que Presidente Kennedy contabiliza 13 escolas municipais, sendo que 8 (oito) estão situadas na zona rural.

Tabela II.5.3-101- Número de estabelecimentos – Educação Infantil nos municípios do Litoral Sul do ES.

Municípios	Número de Estabelecimentos que Ministram Educação Infantil														
	Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Guarapari	50	16	34	-	-	-	-	-	-	39	16	23	11	-	10
Anchieta	29	23	6	-	-	-	-	-	-	25	21	4	4	2	2
Piúma	10	1	9	-	-	-	-	-	-	10	1	9	-	-	-
Itapemirim	24	16	8	-	-	-	-	-	-	23	16	7	1	-	1
Marataízes	14	4	10	-	-	-	-	-	-	9	4		5	-	4
Pres.Kenn.	13	8	5	-	-	-	-	-	-	13	8		-	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002.

O Ensino Fundamental em Guarapari apresenta, assim como na Educação Infantil, um maior número de escolas sob administração municipal. Entretanto, diferente dos municípios já analisados, neste há prevalência do número de escolas municipais, de Ensino Fundamental, na zona rural (67%) (Tabela II.5.3-102).

Os projetos desenvolvidos no município são: Projeto de capacitação para Professores, serventes e merendeiras; Projeto de Desporto para os alunos do Ensino Fundamental; Vôlei na Praia; Jogos Recreativos; Jogos Escolares; Nadando na Praia; Jogos Recreativos; Arte e Cultura na Educação; Capacitação de professores de artes; Projeto A Gazeta na sala de aula; Programa Censo escolar; Bolsa escola; Horta escolar; Projeto Capoeira nas Escola; PCN'S - Parâmetros Curriculares Nacional; PROFA - Programação de Formação de Professores Alfabetizadores; Programa Nacional do Livro Didático; Programa Nacional da Biblioteca na Escola; Programa Nacional Dicionário na Escola; e Programa de Educação Ambiental - Parâmetros e Ação de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - Capacitação para professores.

Em Anchieta, o Ensino Fundamental é oferecido à população por meio de estabelecimentos municipais (23 unidades) e estaduais (20 unidades). Contudo, do mesmo modo que a Educação Infantil, em Anchieta os estabelecimentos de Ensino Fundamental situados na zona rural prevalecem (88,6%).

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os projetos de educação realizados são: Ferveção (programação de verão); PCN'S - Parâmetros Curriculares Nacional; PROFA - Programação de Formação de Professores Alfabetizadores; A Gazeta na Sala de Aula; Programa Nacional do Livro Didático; Programa Nacional da Biblioteca na Escola; Programa Nacional Dicionário na Escola; Projeto - Todos Podem Ler; Encontro das Tribos (programação de verão); e Projeto Artes na Praça (programação de verão e férias).

Tabela II.5.3-102- Número de Estabelecimentos – Ensino Fundamental no Litoral Sul do ES.

Municípios	Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Fundamental														
	Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Guarapari	76	45	31	-	-	-	26	16	10	43	29	14	7	-	7
Anchieta	44	39	5	-	-	-	20	19	1	23	19	4	1	1	-
Piúma	11	4	7	-	-	-	9	4	5	2	-	2	-	-	-
Itapemirim	46	37	9	-	-	-	6	1	5	39	36	3	1	-	1
Marataízes	35	24	11	-	-	-	14	8	6	17	16	1	4	-	4
Pres.Kenn.	19	18	1	-	-	-	1	-	1	18	18	-	-	-	-

Fonte: SEDU, Sinopse 2002

Já em Piúma as unidades escolares de Ensino Fundamental são, essencialmente, de responsabilidade da administração municipal (81,8%) e estadual (18,2%) (Tabela II.5.3-102).

O Ensino Fundamental em Itapemirim, assim como em Piúma, possui maior número de estabelecimentos gerenciados pela administração municipal e totaliza 84,8% das unidades escolares, sendo que 78,3% estão localizadas na zona rural.

Quanto ao número de estabelecimentos de Ensino Fundamental em Marataízes, há a seguinte distribuição: 48,58% são do setor municipal; 40,0% do setor estadual e 11,4% do setor privado, conforme tabela acima.

Em Presidente Kennedy o Ensino Fundamental é desenvolvido pela rede municipal e pela estadual. Destaca-se a prevalência do número de estabelecimentos na zona urbana, devido às características rurais do município.

Analisando o número de estabelecimentos de Ensino Médio em Guarapari, nota-se que este segmento conta com pouquíssimos estabelecimentos, apenas 10 (05 estabelecimentos estaduais e 05 privados).

De acordo com o documento Atlas do Desenvolvimento Humano, em 2000, 77,9% dos jovens na faixa dos 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola, em Guarapari. A hipótese mais provável para esse fato, é por estar o município situado nas proximidades da Grande Vitória, que oferece um Sistema Educacional mais amplo, com mais opções para qualificação de jovens nesta faixa etária.

O estabelecimentos de Ensino Médio são quase inexistentes em Anchieta (apenas 3 unidades), o que deve motivar a saída de muitos jovens para outros municípios para concluírem seus estudos (Tabela II.5.3-103). Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), apontam que em 2000 apenas 69,7% dos jovens de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola em Anchieta.

O Ensino Médio em Piúma também é pouco expressivo, assim como em Anchieta, pois existe apenas 01 (uma) escola para os moradores. Em 2000 apenas 68,9% dos jovens da faixa etária de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000).

Tabela II.5.3-103- Número de Estabelecimentos – Ensino Médio nos municípios do Litoral Sul do ES.

Municípios	Número de Estabelecimentos que Ministram Ensino Médio														
	Total Geral			Federal			Estadual			Municipal			Privada		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Guarapari	10	1	9	-	-	-	5	1	4	-	-	-	5	-	5
Anchieta	3	1	2	-	-	-	1	-	1	1	-	1	1	1	-
Piúma	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Itapemirim	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Marataízes	4	-	4	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-
Pres.Kenn.	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-

A rede municipal em Piúma conta com 67 professores de ensino fundamental e 35 de educação infantil e que o índice de alfabetização gira em torno de 90% da população (Secretaria de Educação de Piúma).

Os Projetos e Programas desenvolvidos por esta secretaria são: Planejamento Unificado; Capacitação de professores: Programa PROFA e PCN; Capacitação com Inclusão; Programa do Livro Didático; TV Escola; Projeto Drogas; Projeto Educação Tributária; dentre outros.

Existe, assim como em outros municípios, uma grande expectativa de investimentos com os recursos dos *royalties* na infra-estrutura do município (Petrobras/Cepemar, 2005).

Neste município está situada a Escola de Pesca de Piúma. A escola foi criada em 1986 pelo governo estadual, com o objetivo de atender as comunidades pesqueiras da região do município de Guarapari até Marataízes. Na escola são oferecidas disciplinas ligadas ao setor pesqueiro como: construção naval; mecânica naval; tecnologia do pescado; legislação pesqueira; arte da pesca; navegação e captura.

Em Itapemirim, os estabelecimentos de Ensino Médio são quase inexistentes contabilizando apenas 01 (uma) unidade (Tabela II.5.3-103). Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) apontam que em 2000, 56,2% dos jovens de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola em Itapemirim.

Os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação de Itapemirim são: PROFA: Programação de Formação Continuada de Professores; PCN: formação continuada; Saber Saúde; A Gazeta na sala de aula; Projeto Político-Pedagógico.

Em Marataízes, os estabelecimentos de Ensino Médio são poucos, sendo que 3 (três) são da rede privada e apenas 01 (um) é administrada pelo estado. Todos os estabelecimentos estão localizados na zona urbana do município. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) indicavam que em 2000 68,5% dos jovens na faixa dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando a escola neste município.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Marataízes, foi informado que o município não possuiu ensino profissionalizante, porém fornece transporte para a Escola de Pesca de Piúma.

Os projetos em desenvolvimento pela Secretaria de Educação são: Programa de Formação Continuada de Professores; Educação infantil; Ensino fundamental; palestras abordando assuntos do Meio Ambiente, Agricultura, Saneamento Básico. Palestras realizadas em parceria com o Incaper, Idaf, SAAE, Ibama, para os alunos e seus pais; Projeto de Conscientização de Limpeza da Lagoa de Boa Vista; Projeto Praia Limpa; dentre outros.

Em Presidente Kennedy os estabelecimentos de Ensino Médio concentram-se, em sua maioria, na zona rural 94,7%. Isto se deve ao fato de Presidente Kennedy configurar-se como um município eminentemente rural, pois 73,5% (IBGE, 2000) de seus moradores residem no interior. Segundo dados levantados com profissionais da área educacional de Presidente Kennedy os projetos em desenvolvimento são: PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Bolsa-escola; PROFA – programação de formação continuada de professores; PCN – formação continuada.

Este município conta com apenas 01 (um) estabelecimento de Ensino Médio, como em Itapemirim e Piúma. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) indicou que o município apresentava uma porcentagem de 63,1% de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos freqüentando a escola. No tocante ao ensino superior, não há cursos técnicos, pré-vestibulares, faculdades ou universidades em Presidente Kennedy. No entanto, a Prefeitura disponibiliza,

gratuitamente, o transporte diário dos alunos para o Município de Cachoeiro de Itapemirim. Estes, em geral, são estudantes de cursos técnicos de contabilidade e enfermagem ou cursos de graduação em Direito, Administração, História, Geografia e Letras em faculdades do município vizinho (Petrobras/Cepemar, 2005).

II.5.3.H.2.2 - Litoral Norte Fluminense

A população residente no litoral norte fluminense dispõe de um sistema de ensino composto por todos os níveis, sendo que o ensino de nível superior está presente nos municípios de Campos e Macaé.

Com base nos dados do INEP (2002), verifica-se que, em relação ao número inicial de matrículas, os maiores números concentram-se em escolas da administração municipal, tanto na educação infantil, quanto no ensino fundamental. Contudo nos municípios de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Campos dos Goytacazes prevaleceu o número de matrículas em escolas de ensino médio sob responsabilidade da administração estadual (Tabela II.5.3-104).

Quanto ao percentual de matrículas em escolas particulares de Educação Infantil a Tabela aponta que as creches contavam com 16,5% e a pré-escola com 25,2% das matrículas. O município de Carapebus é o único que não dispõe de rede particular de ensino, o que acaba por motivar a efetivação de matrículas em escolas particulares dos municípios vizinhos.

Destaca-se que em todos os municípios o número de matrículas em escolas de 1ª a 4ª série (Ensino Fundamental) foi superior ao número de matrículas em escolas de 5ª a 8ª série (Ensino Fundamental), representando 57,6% das inscrições.

Quanto ao Ensino Médio, as escolas estaduais receberam os maiores números de matrículas. A Educação Especial entendida enquanto modalidade de educação escolar para portadores de necessidades especiais, apresentou matrículas em quase todos os municípios, com exceção de São Francisco do Itabapoana e Carapebus.

Já Campos e Macaé apresentaram um número elevado de matrículas em escolas da rede pública e da rede particular de ensino; enquanto que os municípios Armação dos Búzios e Arraial do Cabo apresentaram matrículas apenas na rede particular de ensino. Sobre as matrículas para a Educação de Jovens e Adultos (Supletivos) nota-se que os maiores números concentram-se nos 3 (três) municípios mais populosos: Campos dos Goytacazes com 413.445 habitantes; Macaé com 140.466 e Cabo Frio com 137.863 habitantes.

Tabela II.5.3-104- Matrículas segundo Dependência Administrativa por município - Litoral Norte do RJ.

Município	Dependência Administrativa	Matrícula Inicial										
		Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Fundamental (1º Grau Regular)			Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Ed. Especial		Ed. Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
					Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
S. F. Itabapoana	Total	239	1.885	46	9.342	5.923	3.419	1.401	0	0	1.191	1.191
	Estadual	0	250	0	5.203	2.555	2.648	1.358	0	0	539	539
	Municipal	239	1.540	0	3.879	3.216	663	0	0	0	652	652
	Privada	0	95	46	260	152	108	43	0	0	0	0
S. J. da Barra	Total	426	1.377	56	6.388	3.673	2.715	801	222	37	181	177
	Estadual	0	191	0	3.651	1.415	2.236	760	6	0	156	156
	Municipal	390	1.044	0	2.473	2.108	365	0	125	14	25	21
	Privada	36	142	56	264	150	114	41	91	23	0	0
C. dos Goytacazes	Total	3.347	14.191	1.995	83.046	46.821	36.225	23.845	562	146	7.541	7.207
	Estadual	91	3.282	0	41.432	18.422	23.010	18.976	123	89	3.705	3.705
	Federal	0	0	0	0	0	0	1.558	0	0	0	0
	Municipal	2.971	6.224	0	27.759	20.543	7.216	792	0	0	3.390	3.390
	Privada	285	4.685	1.995	13.855	7.856	5.999	2.519	439	57	446	112

(Continua)

Tabela II.5.3-104- Matrículas segundo Dependência Administrativa por município - Litoral Norte do RJ.

Município	Dependência Administrativa	Matrícula Inicial										
		Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Fundamental (1º Grau Regular)			Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Ed. Especial		Ed. Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
					Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
Carapebus	Total	0	514	0	2.025	1.333	692	617	0	0	266	266
	Estadual	0	0	0	370	87	283	403	0	0	145	145
	Municipal	0	514	0	1.655	1.246	409	214	0	0	121	121
Macaé	Total	1.233	7.513	589	26.572	14.987	11.585	8.287	342	67	3.857	3.195
	Estadual	0	0	0	4.337	1.082	3.255	6.349	43	11	2.594	2.493
	Federal	0	0	0	0	0	0	403	0	0	0	0
	Municipal	1.101	6.068	0	18.356	11.963	6.393	216	42	23	627	627
Quissamã	Privada	132	1.445	589	3.879	1.942	1.937	1.319	257	33	636	75
	Total	282	632	32	3.128	1.916	1.212	665	21	19	637	608
	Estadual	0	0	0	511	166	345	553	0	0	95	95
	Municipal	278	567	0	2.469	1.650	819	0	21	19	542	513
	Privada	4	65	32	148	100	48	112	0	0	0	0

(Continua)

Tabela II.5.3-104- Matrículas segundo Dependência Administrativa por município - Litoral Norte do RJ.

Município	Dependência Administrativa	Matrícula Inicial										
		Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Fundamental (1º Grau Regular)			Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Ed. Especial		Ed. Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
					Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
Casimiro de Abreu	Total	496	982	100	6.325	3.256	3.069	1.783	67	67	715	715
	Estadual	0	0	0	1.595	474	1.121	1.698	0	0	460	460
	Municipal	437	781	0	4.214	2.487	1.727	0	67	67	255	255
	Privada	59	201	100	516	295	221	85	0	0	0	0
	Total	50	1.838	108	9.221	5.374	3.847	2.106	18	18	273	273
Rio das Ostras	Estadual	0	0	0	1.663	583	1.080	1.735	0	0	273	273
	Municipal	50	1.563	0	6.558	4.286	2.272	0	18	18	0	0
	Privada	0	275	108	1.000	505	495	371	0	0	0	0
	Total	6	727	0	4.687	2.865	1.822	1.057	35	19	995	945
Armação dos Búzios	Estadual	0	0	0	144	0	144	868	0	0	0	0
	Municipal	0	588	0	4.111	2.607	1.504	180	0	0	945	945
	Privada	6	139	0	432	258	174	9	35	19	50	0

(Continua)

Tabela II.5.3-104- Matrículas segundo Dependência Administrativa por município - Litoral Norte do RJ (conclusão).

Município	Dependência Administrativa	Matrícula Inicial										
		Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Fundamental (1º Grau Regular)			Ensino Médio (2º Grau Regular) Curso Normal	Ed. Especial		Ed. Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
					Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
Cabo Frio	Total	1.033	4.806	6	27.471	16.645	10.826	6.650	244	220	2.763	2.359
	Estadual	0	0	0	5.278	2.040	3.238	4.978	0	0	2.288	2.288
	Municipal	469	3.145	0	18.726	12.605	6.121	838	169	157	0	0
	Privada	564	1.661	6	3.467	2.000	1.467	834	75	63	475	71
Arraial do Cabo	Total	106	1.132	0	4.635	2.584	2.051	1.259	35	15	216	216
	Estadual	0	0	0	1.098	440	658	576	0	0	216	216
	Municipal	0	856	0	2.922	1.730	1.192	659	0	0	0	0
	Privada	106	276	0	615	414	201	24	35	15	0	0

Fonte: INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2002.

O Ensino Superior está presente apenas nos municípios de Campos e Macaé. Isto pode ser explicado, pelo fato destes dois municípios constituírem pólos empregadores, que necessitam de mão de obra qualificada. A Tabela II.5.3-105 demonstra a infra-estrutura existente nestes municípios referente ao Ensino Superior.

Existem duas universidades públicas, na Região: a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) em Campos e a Universidade Federal Fluminense (UFF), em Macaé. Estes dois estabelecimentos, atraem o maior número de estudantes em relação aos demais.

Tabela II.5.3-105- Instituições de ensino superior por natureza de instituição.

Região de Governo e Municípios	Instituições de Ensino Superior					
	Total	Universidades	Centros Universitários	Centro de Educ. Tecnol.	Faculdades integradas	Estabelec. Isolados
Região Norte Fluminense	07	01	-	01	-	05
Campos dos Goytacazes	06	01	-	01	-	04
Macaé	01	-	-	-	-	01
Região das Baixadas Litorâneas	01	-	-	-	-	01
Cabo Frio	01	-	-	-	-	01

Fonte: MEC/INEP, 2000.

Dados do último Censo (IBGE 2000) indicaram que em Carapebus a taxa de alfabetização da população era de 88,2%, enquanto que em Quissamã a taxa de alfabetização era de 85,8% (Tabela II.5.3-106).

Tabela II.5.3-106- Taxa de Alfabetização da População de Carapebus e Quissamã.

Município	População Total	Taxa de Alfabetização
Carapebus	8.666	88,2%
Quissamã	13.674	85,8%

Fonte: IBGE, 2000.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) indicaram que 82,5% dos jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando a escola, enquanto que 78,3% dos jovens de Carapebus também estavam freqüentando a escola e em Macaé a porcentagem de era de 78,9%.

As prefeituras locais preocupadas com a formação de novos profissionais e com a requalificação profissional têm empreendido esforços com a oferta de cursos para atender, principalmente, a demanda por profissionais da indústria petrolífera, em função Bacia de Campos. As prefeituras que mais têm desenvolvido estas atividades são as de Carapebus e Quissamã. Os principais cursos oferecidos são nas áreas de soldas industriais, pinturas, mecânica, dentre outros, visando desenvolver atividades *offshore* e *onshore*.

O turismo é outra importante vocação da área de influência. Por isso, alguns cursos técnicos estão sendo implementados, para formação de mão-de-obra para o setor. Contudo, a elevada defasagem escolar dos jovens destes municípios tem preocupado as autoridades competentes, pois requer que as prefeituras locais atendam a esta clientela por meio de “programas de aceleração” visando dar uma resposta rápida e eficaz.

Segundo o último Censo do IBGE (2000) o município de Macaé possuía uma taxa de alfabetização de 92,7%, conforme Tabela II.5.3-107.

Tabela II.5.3-107- Taxa de Alfabetização da População de Macaé.

Município	População Total	Taxa de Alfabetização
Macaé	132.461	92,7%

Fonte: IBGE, 2000.

Há ainda, instalada em Macaé a Escola Brasileira de Cinema e Televisão – CBCT, ligada à Universidade Estadual Norte Fluminense e o Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – NUPEM. Este realiza cursos de reciclagem nas áreas de Educação Ambiental e Ecologia, para os professores dos municípios.

No município de Macaé são desenvolvidos os seguintes programas e projetos: Projeto Encontro da Partilha, Programa Escola Qualificação para o Trabalho - Geração de Renda, Programa Criança da Petrobras - Integrando Empresa-População; Grupo de Contadores de História - Cultura e Diversão, Projeto de Merenda Escolar - Reforço alimentar, Projeto Botinho - Conhecendo o

Mar, Projeto Depois da Escola, Programa Bolsa Escola, Programa Saúde do Escolar, Programa Escola de Pescadores de Macaé, dentre outros.

O município de Campos dos Goytacazes contava em 2000 com 155 escolas da rede pública municipal, 109 escolas da rede estadual e 110 escolas particulares regularizadas. A educação de jovens e adultos inclui a participação de idosos nos programas regulares de alfabetização, que são escolarizados à noite e totalizavam em 2000, 2.924 alunos. De acordo com o censo (IBGE 2000) o município apresentava uma taxa de alfabetização de 90,5% (Tabela II.5.3-108). Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), 75,4% dos jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando a escola em 2000.

Tabela II.5.3-108- Taxa de Alfabetização da População de Campos dos Goytacazes.

Município	População Total	Taxa de Alfabetização
Campos dos Goytacazes	406.989	90,5%

Fonte: IBGE, 2000.

Em relação aos Ensino Médio e Superior, o Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/Campos constitui-se num centro de referência para a realização de importantes pesquisas das regiões norte e noroeste fluminense. A educação básica é desenvolvida, segundo o programa de ensino médio e oferece aos alunos diversos cursos nas áreas de: indústria; telecomunicações; informática; construção civil; química; saúde e meio ambiente. Oferta também cursos para a comunidade como de informática, línguas estrangeiras, dentre outros e dispõe ainda de uma unidade móvel, que realiza cursos básicos em comunidades carentes.

O CEFET ainda oferece cursos de ensino superior em três áreas de concentração: industrial, informática e licenciatura em Ciências da Natureza e desenvolve pesquisa científica através de seus núcleos de estudos, como o NEED - Núcleo de Estudos em Estratégia e Desenvolvimento.

O município, em relação ao nível superior, apresenta-se como um dos principais centros universitários do estado do RJ, contando inclusive, com diversas faculdades particulares. Isto motiva a migração de muitos estudantes de municípios vizinhos a freqüentarem os cursos de ensino superior em Campos.

A Secretaria de Educação e Cultura de São João da Barra atualmente vem implementando ações junto aos representantes das escolas a fim de conscientizar e mobilizar toda a comunidade para o desenvolvimento sustentável.

Por isso, um dos principais programas desenvolvidos por este município atualmente é o Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável – PEDS, que tem por finalidade o desenvolvimento sustentável da região mediado pela educação. Este programa será executado por meio do Projeto “Defendendo a vida com Educação” em parceria com a Petrobras, segundo dados da Prefeitura.

Em 1991, 30% da população com mais de 15 anos de idade era analfabeta. Dados do Censo 2000 (IBGE) indicaram que o município, neste ano, apresentava uma taxa de 87,2% de alfabetização da população (Tabela II.5.3-109). Além disso, informações do Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) indicaram que 56,9% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola em 2000.

Tabela II.5.3-109- Taxa de Alfabetização da População de São João da Barra.

Município	População Total	Taxa de Alfabetização
São João da Barra	27.682	87,2%

Fonte: IBGE, 2000.

No município de São Francisco de Itabapoana foram contabilizadas 70 escolas municipais que atendiam cerca de 6.800 crianças e adolescentes, desde a educação infantil até a 8ª série (Petrobras/Cepemar, 2005). Além disso, gradativamente as escolas menores estavam em processo de municipalização e, no geral, as escolas são distribuídas pela zona rural do município, já que sua população concentra-se na zona rural. A taxa de alfabetização da população em São Francisco do Itabapoana era de 77,4% em 2000, segundo o censo realizado pelo IBGE (2000). Esta é uma das taxas mais baixas do litoral norte fluminense (Tabela II.5.3-110).

Tabela II.5.3-110- Taxa de Alfabetização da População de São Francisco do Itabapoana.

Município	População Total	Taxa de Alfabetização
São Francisco do Itabapoana	41.145	77,4%

Fonte: IBGE, 2000.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) 54,9% dos alunos na faixa etária de 15 a 17 anos estavam freqüentando a escola em 2000. O ensino superior no município ainda não é desenvolvido fazendo com que os universitários se dirijam, principalmente, para Campos, onde existem várias universidades.

Em 2000, Casimiro de Abreu contava com 19 escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, um prédio onde funciona o Núcleo de Atendimento ao Educando (NAE), e outro prédio onde funciona o Núcleo de Atendimento ao Profissional da Educação (NAPE). O município possui 19 unidades escolares municipais, 09 unidades escolares estaduais e 07 unidades particulares. Na zona rural existiam 08 escolas (07 municipais e 01 estadual) e na zona urbana existiam 20 escolas (12 municipais e 08 estaduais). A Tabela II.5.3-111 mostra o número de alunos atendidos pela rede municipal no município. (Petrobras/Cepemar, 2005).

Alguns alunos do município estudam em Campos, na escola técnica e estes, como em outros municípios, recebem auxílio da Prefeitura no que diz respeito ao transporte para o outro município. Em sua maioria, todos os alunos estudam em Casimiro de Abreu ou em Barra de São João, sempre próximos as suas residências.

Tabela II.5.3-111- Alunos atendidos pela Rede Municipal de Casimiro de Abreu.

ALUNOS ATENDIDOS	MUNICIPAL
Educação Infantil	633
Ensino Fundamental	3.417
Ensino Especial (aceleração)	31
Educação de Jovens e Adultos	218
Ensino Médio	-
TOTAL	4.229

Fonte: Petrobras/Cepemar (2005).

Em 2000 o município apresentou uma taxa de alfabetização de 88,6% (Tabela II.5.3-112). Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) 76,6% dos jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando a escola em 2000.

Tabela II.5.3-112- Taxa de Alfabetização da População de Casimiro de Abreu.

Município	População Total	Taxa de Alfabetização
Casimiro de Abreu	22.152	88,6%

Fonte: IBGE, 2000.

A municipalidade em Rio das Ostras responde pela formação do ensino infantil e fundamental, contando com escolas municipais e municipalizadas. A cidade conta também com a rede particular que trabalha com o Ensino Infantil, Fundamental e Médio. A taxa de alfabetização, segundo o censo (IBGE, 2000) é de 90,3% (Tabela II.5.3-113). De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), em Rio das Ostras 79,8% dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos freqüentavam a escola.

Tabela II.5.3-113- Taxa de Alfabetização da População de Rio das Ostras.

Município	População Total	Taxa de Alfabetização
Rio das Ostras	36.419	90,3%

Fonte: IBGE, 2000.

Dentre estes municípios, Cabo Frio é o que possui maior volume de matrículas em todas as séries escolares. Além disso, possui uma rede privada de ensino estruturada, representando 14,6% do volume de matrículas. Quanto à taxa de alfabetização da população, de acordo com o censo do IBGE (2000), Cabo Frio e Arraial do Cabo apresentaram as seguintes taxas (Tabela II.5.3-114):

Tabela II.5.3-114- Taxa de Alfabetização da População de Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Município	População Total	Taxa de Alfabetização
Cabo Frio	126.828	92,1%
Arraial do Cabo	23.877	93,3%

Fonte: IBGE, 2000.

O município de Armação dos Búzios não registra *déficit* de vagas para a população em idade escolar, contudo vem registrando uma demanda adicional de 100 alunos/ano, segundo consta do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios (Prefeitura Municipal de Armação de Búzios, 2003). Segundo o último Censo do IBGE (2000) este município apresentou a taxa de 93,1% de população alfabetizada (Tabela II.5.3-115).

Tabela II.5.3-115- Taxa de Alfabetização da População de Armação dos Búzios.

Município	População Total	Taxa de Alfabetização
Armação de Búzios	18.204	93,1%

Fonte: IBGE, 2000.

Nota-se que Cabo Frio mesmo dispondo do maior Sistema Educacional, dentre os 3 municípios apresentou um percentual menor de taxa de alfabetização. Isto pode estar relacionado ao número populacional, em que Cabo Frio possui 126.828 moradores, Arraial do Cabo 23.877 e Armação dos Búzios 18.204 (IBGE, 2000).

A Tabela II.5.3-116 demonstra que o ensino público fundamental é administrado, principalmente, pelo poder municipal, destacando-se que em Arraial do Cabo o setor privado dispõe de mais estabelecimentos que o setor público de ensino.

Tabela II.5.3-116 - Estabelecimentos de Ensino Fundamental por dependência administrativa – Rio de Janeiro.

Regiões de Governo e Municípios	Estabelecimentos de Ensino				
	Total	Dependência administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Região das Baixadas Litorâneas	542	-	100	332	110
Armação dos Búzios	16	-	1	10	5
Arraial do Cabo	16	-	3	6	7
Cabo Frio	83	-	10	46	27
Casimiro de Abreu	26	-	6	15	5
Rio das Ostras	26	-	5	18	3
Região Norte Fluminense	700	-	181	393	126
Campos dos Goytacazes	332	-	103	139	90
Carapebus	15	-	01	14	-
Macaé	100	-	11	66	23
Quissamã	19	-	06	12	01
São Francisco de Itabapoana	87	-	23	62	02
São João da Barra	42	-	14	25	03

Fonte: CIDE – 2001.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) em Arraial do Cabo 86,3% dos jovens na faixa dos 15 aos 17 anos estavam freqüentando à escola, em Armação dos Búzios a porcentagem era de 68,8% e em Cabo Frio 74,2%. Quanto à taxa de Alfabetização, segundo do último censo do IBGE (2000) o município apresentou a taxa de 93,3% (Tabela II.5.3-117).

Tabela II.5.3-117 - Taxa de Alfabetização da População de Arraial do Cabo.

Município	População Total	Taxa de Alfabetização
Arraial do Cabo	23.877	93,3%

Fonte: IBGE, 2000.

Em Armação dos Búzios, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (2003), não existem estabelecimentos de ensino superior no município e a grande maioria dos jovens faz os seus cursos universitários em Cabo Frio.

Dentre os municípios da região norte fluminense, destaca-se que os municípios de Campos e Macaé possuem os melhores sistemas educacionais, com destaque para a rede municipal. Há ainda uma maior concentração de escolas privadas de ensino fundamental em Campos representando 71,4% do total, o que pode estar relacionado ao fato deste município ser um importante pólo econômico, devido, principalmente, a exploração petrolífera (Tabela II.5.3.8.2-16).

II.5.3.1 - Lazer, Turismo e Cultura

Serão destacados neste item os principais aspectos que caracterizam o turismo, a cultura e o lazer nos municípios da área de influência do empreendimento. No que tange aos programas e projetos para o turismo e cultura será feita uma breve abordagem destes para os municípios considerados na AID e AII.

II.5.3.1.1 - Municípios da AID

II.5.3.1.1.1 - Vitória, Vila Velha e Serra

Para a AID, vale ressaltar a existência dos seguintes Projetos Intermunicipais/Interestaduais:

Projeto Rota do Sol e da Moqueca

É um convênio entre as prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra e Guarapari, com o objetivo de promover e divulgar o turismo nesses municípios. Um roteiro turístico oferecido pela Rota do Sol e da Moqueca tem cerca de 100 km de praias (mais de 30 praias), bares, restaurantes, hotéis e parques.

Consórcio Costa Verde Corais

Formado pelos municípios da Serra, Fundão e Aracruz, com o objetivo de desenvolver ação para promover o turismo. O Projeto ainda está na fase de estruturação política. Vitória é rica em atributos naturais, sendo que sua configuração geográfica oferece uma variedade paisagística composta por montanhas, morros, cinco praias, enseadas, ilhas, rios, canais e estuários (Figura II.5.3-17). A presença de monumentos cênicos dos municípios vizinhos como o Mestre Álvaro, o Penedo e o Moxuara, realçam esse patrimônio natural.



Figura II.5.3-17 - Vista da Ilha de Vitória.

Os pontos mais elevados são: Morro da Fonte Grande, onde se localizam as torres de comunicação, com altitude de aproximadamente 308m, a Pedra dos Olhos, com altitude de 296m e o Morro de São Benedito com 194m. A cobertura vegetal é formada por remanescentes de Mata Atlântica nas encostas, extensos mangues na região dos estuários e restingas nas planícies costeiras.

Outros atrativos são as riquezas culturais, que podem ser observadas em monumentos arquitetônicos e em visitas a museus. Os atrativos arquitetônicos a serem incluídos no roteiro do visitante são: o Palácio Anchieta (século XVI), sede do Governo do Estado do Espírito Santo desde o século XVIII; o Palácio Domingos Martins (1606); o Palácio Municipal Jerônimo Monteiro (Prefeitura); Teatro Carlos Gomes (1927), a Praça Costa Pereira, a Escola de Arte FAFI (1927), onde atualmente funciona a Escola Livre de Artes e Atividades Culturais do Centro de Vitória; o Mercado da Capixaba (1926); o Forte São João; o Arquivo Público Estadual (1920), tombado como Patrimônio Histórico, Artístico Estadual pelo Conselho Estadual de Cultura em 1983; a Escola Maria Ortiz, ao lado do Palácio Anchieta, doação de uma rica família vitoriense; a Escola Municipal São Vicente de Paulo (século XIX); e os Casarios Antigos da Cidade Alta.

A arquitetura religiosa pode ser contemplada visitando-se a Catedral Metropolitana de Vitória; a Capela de Santa Luzia (século XVI), a mais antiga edificação de Vitória; a Igreja de São Gonçalo (século XVIII), tombada pelo Patrimônio Histórico em 1948; o Convento São Francisco; a Igreja do Rosário (1765); a Capela Nossa Senhora das Neves; o túmulo do Padre José de Anchieta; e o Santuário de Santo Antônio, fiel imitação da Igreja Bramanesca de Nossa Senhora da Consolação, um templo do século XVI construído na cidade de Todi, Itália.

A cidade possui quatro museus – o Museu de Artes do ES, Museu Solar Monjadim (século XVIII), o Museu da Imigração Italiana e o Museu do Porto/CODESA – e nove bibliotecas públicas que podem dispor de informações sobre a história e cultura local. Além de opções de programação nos teatros e cinemas da cidade, a agenda cultural conta com a amostra de cinema e vídeo “Vitória Cine Vídeo”, a Feira do Verde, e a Programação cultural “Vitória Cidade Sol”, que acontece durante todo o mês de janeiro, em um palco montado na Praia de Camburi com atividades artísticas e culturais, músicas variadas, danças,

oficinas p/ crianças e apresentações de filmes. Há também os eventos populares como o Vital (carnaval fora de época de Vitória), o Vitória Music Festival, e rodeios.

A programação religiosa inclui entre as festividades a Romaria dos Homens, Mulheres (Festa da Penha), a Caminhada Passos de Anchieta, a Festa e Procissão Marítima de São Pedro, a Festa e Procissão de São Benedito, a Puxada do Mastro de São Benedito, e o Concerto de Natal.

A agenda esportiva de Vitória é bastante variada oferecendo campeonatos e torneios, além de etapas de competições nacionais. Entre os esportes marítimos acontecem na cidade: a Regata Eldorado Brasilis, a etapa do Campeonato Capixaba de Aquatlo, a Volta da Taputera-Regata de Vela, o Brasileiro R. C. de Vela, o Campeonato Sudeste de Latismo, o Trófeu Brasil de Remo-Baía de Vitória, a Taça Cidade de Vitória de Vela, e o Campeonato Brasileiro de Windsurf. Também se destacam os campeonatos de pesca como o Torneio Costa Brasil de Marlin Azul, o Torneio de Pesca de Peixe de Fundo, o Torneio de Abertura da Temporada de Pesca Oceânica, e o Torneio de Pesca de Peixe de Bico.

O turista pode hospedar-se em um dos 37 hotéis, que oferecem aproximadamente 6 mil leitos, entre outros meios de hospedagem. São mais de 120 restaurantes, além de bares, pizzarias, sorveterias e lanchonetes prestando serviços de alimentação, de acordo com os dados do inventário turístico de Vitória de 2003, fornecido pela Prefeitura Municipal (Petrobras/Cepemar, 2005).

O serviço de informações é oferecido em Postos de Informação Turística, que funcionam durante todo o ano, em pontos estratégicos como Aeroporto de Vitória, Shopping Vitória e Cais do Hidroviário. No verão o número de postos geralmente é incrementado.

O lazer tem espaço em praças: Praça dos Namorados, Praça dos Desejos, Praça da Ciência e Planetário de Vitória (no Campus da UFES), bem como nas praças existentes nas áreas de proteção ambiental, como o Parque Municipal Gruta da Onça, o Parque Pedra da Cebola, o Parque Municipal Horto de Maruípe, o Parque Municipal de Tabuazeiro, o Parque Municipal Mata da Praia, o Parque da Fonte Grande e o Parque Moscoso. Além dessas áreas existem outras áreas de conservação ambiental (duas reservas ecológicas, duas áreas de proteção e

uma estação ecológica) na cidade e que também fazem parte dos atrativos naturais de Vitória.

O planejamento para o setor de turismo é uma realidade em Vitória. Em 2000 foi lançado o Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo, e atualmente a cidade possui uma Legislação Turística, incluída na Lei Orgânica Municipal, um Conselho Municipal de Turismo, e um Fundo de Turismo. Outra ação importante do poder público municipal é a participação do município no PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo da EMBRATUR.

Um dos resultados dessas iniciativas é a participação de Vitória no projeto Rota do Sol e da Moqueca, um convênio entre as prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra e Guarapari, com o objetivo de promover e divulgar o turismo nesses municípios. Um roteiro turístico oferecido pela Rota do Sol e da Moqueca tem cerca de 100 km de praias (mais de 30 praias), bares, restaurantes, hotéis e parques.

A Prefeitura Municipal reconhece a necessidade de investir na capacitação de mão-de-obra para trabalhadores do setor. Hoje há quatro faculdades que oferecem graduação na área de turismo, capacitando profissionais para atuarem nos setores de planejamento turístico, hotelaria, agência de viagem/turismo, organização de eventos e guia de turismo.

O município de Vila Velha possui um litoral de 32 quilômetros recortado de praias. A mais visitada é a Praia da Costa, que chama atenção pela moderna urbanização. O balneário de Ponta da Fruta é outro local muito visitado e oferece ao turista três praias, três lagoas, o Parque Estadual Paulo Vinha e o Morro do Cruzeiro, de onde se tem uma vista panorâmica do litoral do balneário. O agroturismo é praticado nas Dunas do Lê, uma área de quatro mil metros quadrados com Pesque-Pague, e no Rio Jucu (Figura II.5.3-18).



Figura II.5.3-18 - Vista aérea de Vila Velha (Praia da Costa e Praia de Itapuã).

Os morros também fazem parte dos atrativos naturais de Vila Velha, locais que permitem uma vista panorâmica da cidade, como o Morro do Moreno, Morro do Convento e o Morro do Penedo.

O município possui muitas áreas naturais protegidas: um Parque Municipal, uma Reserva Ecológica Estadual, dois Parques Ecológicos (o Parque Ecológico Morro do Penedo é tombado pelo Conselho Estadual de Cultura como Monumento Natural integrante do Patrimônio Paisagístico Estadual), e cinco Áreas de Preservação Permanente, sendo que na Área de Preservação Permanente da Lagoa de Cocal, está sendo implantado um Parque Urbano visando proporcionar o lazer e atividades culturais a população e turistas de Vila Velha.

Além disso, florestas e demais formas de vegetação natural situadas nos morros, no entorno de lagoas, nas matas de aluvião do Rio Jucu, os manguezais do Rio Aribiri e do Rio Jucu, as Ilhas Itatiaia, Ilha dos Pacotes e Ilha das Garças constituem Áreas de Preservação Permanente, e Áreas de Interesse Paisagístico e Cultural de Vila Velha.

A colonização do Espírito Santo começou por Vila Velha, e por isso sua história e cultura estão extremamente ligadas à própria História do estado. Seu patrimônio cultural inclui monumentos religiosos, entre os quais estão a Igreja Nossa Senhora do Rosário (1573), que é a mais antiga do Estado; a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes (1945) localizada No Morro do Cruzeiro; e o Convento

da Penha (construído entre 1570 e 1644 pelo Frei Pedro Palácios), o mais antigo santuário mariano do país, é o maior ponto turístico-religioso do estado, atraindo fiéis que participam de missas diárias. Do local pode-se avistar Vila Velha, Vitória e arredores.

Outros atrativos culturais são: Farol de Santa Luzia (1870), Gruta do Frei Pedro Palácios – a primeira residência do Frei no estado, situada no Morro do Convento – e, Sítio Histórico da Prainha formado pela Praia da Prainha, Forte Piratininga, Museu Etnográfico, Museu Homero Massena, obelisco a Vasco Fernandes Coutinho e ao Frei Pedro Palácios e a Praça da Bandeira.

Há disponíveis 4.318 leitos nos 38 estabelecimentos de hospedagem da cidade. São 15 hotéis com 1.738 leitos, 16 pousadas com 1.122 leitos, dois flats com 521 leitos, dois apart hotéis com um total de 714 leitos, um chalé para temporada com 62 leitos, um albergue com 96 leitos. Há um camping com capacidade para 500 barracas e 50 trailers, além de uma pousada camping com 20 leitos, segundo consta do inventário turístico realizado pela Prefeitura Municipal em 2003. Com base na mesma fonte verifica-se que os serviços de alimentação são oferecidos em 279 restaurantes e bares da cidade. Os serviços bancários podem ser efetuados nas 21 unidades bancárias ou nos cinco postos de auto-atendimento.

O lazer para o turista e moradores de Vila Velha conta com nove espaços de entretenimento, entre parques aquáticos e centro de lazer e esporte.

Em janeiro de 2002 o Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal realizou uma pesquisa de caracterização do turismo receptivo na alta temporada em Vila Velha. Os resultados mostraram que a origem da maioria dos visitantes é Minas Gerais (32%), seguido do Rio de Janeiro (19%), outros municípios do Espírito Santo (15%), São Paulo e Distrito Federal empatados (10%). O lazer é o principal motivo das viagens para 72% dos turistas, sendo que 60% consideram os atrativos naturais como os principais oferecidos na região, enquanto que os atrativos históricos foram considerados por 21% dos turistas. O tempo de permanência é de 3 a 7 dias para 28,3% dos entrevistados, e de 8 a 14 dias para 25,7%. Os meios de hospedagem mais utilizados são os hotéis (32%) e a casa de parentes (26%). As pousadas são a hospedagem de 7% dos turistas. Já o meio de transporte mais utilizado é para realizar a viagem é o automóvel (65%). 18%

dos turistas são funcionários públicos, e 17% são autônomos. A renda mensal familiar da maioria está em torno de R\$1.500,00 a R\$ 3.000,00, já a renda mensal individual é de até R\$ 900,00 para 24% dos entrevistados e de R\$ 1.500,00 a R\$3.000,00 para 20%.

As localidades de Nova Almeida, Jacaraípe, Manguinhos, Carapebus e Bicanga são considerados os núcleos turísticos receptores do município da Serra, e especialmente do turismo de lazer, pois essas regiões oferecem muitos atrativos naturais entre eles seis praias, lagoas, cachoeiras, etc. O Monte Mestre Álvaro é o principal monumento natural do município, e é Área de Proteção Ambiental, Parque Florestal e Reserva Biológica Estadual. O conjunto de morros de 200 a 427m (Morro Vigilante) existente no município abriga restingas, mangues, lagoas e planícies que constituem refugio para fauna e flora nativas.

Embora o turismo de lazer seja o principal tipo de atividade turística realizada na cidade, há um grande potencial turístico baseado nos atrativos culturais que se apresentam como um diferencial para o município, devido a forte identidade cultural do povo serrano.

Esse potencial para o turismo cultural é justificado pelo patrimônio arquitetônico formado por casas e sobrados antigos na sede do município, a Casa do Congo e o prédio da Secretaria Municipal de Turismo, entre outros, além de obras de caráter religioso, como a Igreja dos Reis Magos (1580) tombada pelo SPHAN (Figura II.5.3-19); a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (século XVIII); a Igreja São João de Carapina (1562); e a Igreja de São José do Queimado (Ruínas) (1849).



Figura II.5.3-19 - Igreja dos Reis Magos, Nova Almeida, município da Serra.

As principais manifestações folclóricas e religiosas são a Folia de Reis, Bandas de Congo, capoeira e Boi Graúna. As festas religiosas que marcam o calendário da cidade são a Festa de São Benedito e Festa de São Sebastião, entre outras.

A Serra possui um planejamento para o setor turístico, o Plano de Turismo, elaborado em 1997, e o Conselho Municipal da Cultura, criado em 1996.

A valorização da cultura e o patrimônio histórico fazem parte das estratégias do município no que se refere ao turismo. Neste sentido, 18 edificações, obras e monumentos foram identificados e declarados pelo PDU (Plano Diretor Urbano Municipal) de interesse de preservação municipal em 1998. Em 1999 foram criadas a Lei Municipal de Incentivo ao Folclore e a Lei Municipal de Incentivo à Arte, além do Projeto Cultural Chico Prego.

A promoção do turismo é o objetivo do Consórcio Costa Verde Corais, formado pela Serra, Fundão e Aracruz, que ainda está na fase de estruturação política. A Serra também faz parte da Rota do Sol e da Moqueca.

Outras ações em prol do turismo são a qualificação de profissionais do seguimento e a realização de Feiras e Eventos, além de veiculação de campanhas em TV e jornal para divulgar o turismo.

A rede hoteleira concentra-se na faixa litorânea, dispondo de uma oferta aproximada de 2.000 leitos, distribuídos em 11 hotéis, 12 pousadas, 1 colônia de férias e 5 áreas de camping. O serviço de alimentação da Serra dispõe de 52 restaurantes, 54 bares e lanchonetes. Durante o verão o turista dispõe de Postos

de Informações. Outras opções de lazer oferecidas no município são o parque aquático Yahoo Family Park, com uma área de 180 mil m². A implantação do Autódromo Serra- Circuito José Sampaio e do Kartódromo Internacional da Serra permitem que a cidade possa realizar eventos esportivos de maior projeção.

Uma pesquisa de caracterização turística realizada pela Prefeitura Municipal durante a alta temporada do verão 2003, verificou que a maioria dos turistas recebidos na cidade são mineiros (60,7%), seguidos de outros capixabas (13,2%), paulistas e cariocas (ambos 8,5%), baianos (2,9%) e da capital federal (2,3%). Outro aspecto relevante é que geralmente os turistas vêm com toda a família (72,1%). A maioria dos turistas situa-se na faixa etária de 25 a 29 anos (24%) e na faixa etária de 30 a 39 anos (23,5%). O principal motivo das viagens é o lazer (65,8%) e os meios de hospedagem mais utilizados são as casa de parentes e amigos (80,4%). O tempo médio de permanência é 12 dias.

A pesquisa estimou que o gasto total dos turistas de alta temporada chega a R\$ 11, 7 milhões. Os turistas capixabas têm o maior gasto médio diário individual, R\$ 36,00, seguidos pelos turistas do Distrito Federal, R\$ 28,69. Já os mineiros têm o menor gasto médio diário individual, R\$ 14,40.

Programas e Projetos - Turismo e Cultura

No município de Vitória, estão incluídos dentro do Plano Plurianual de Vitória, 2002-2005, vários programas para o turismo e cultura, que aparece em destaque na Tabela abaixo:

PROGRAMA	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Programas Finalísticos			
Casa porto das Artes Plásticas	Ampliar o acesso da população ao fazer e ao fruir artístico/cultural, especialmente no campo das artes plásticas	População em geral	Secretaria Municipal da Cultura
Divulgação Turística de Vitória	Divulgar a cidade de Vitória	Operadores e agentes; imprensa nacional; turista; representante de cruzeiros marítimos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Educação para o Trânsito	Educar e Conscientizar a população visando comportamento seguro no trânsito	Pedestres, motoristas, alunos e professores	Secretaria Municipal de Transporte e Infra-estrutura Urbana
Educação para o Turismo	Conscientizar e capacitar toda a cadeia de prestação de serviços turísticos	Lideranças comunitárias, estudantes, imprensa, cadeia do setor e políticos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Escola de Teatro de Dança Fafi	Contribuir para o desenvolvimento das artes, especialmente as artes cênicas, por meio da oferta de qualificação profissional e de cursos livres a comunidade e da ampliação da oferta de bens culturais à população	População em geral	Secretaria Municipal da Cultura
Fazendo Arte na Cidade	Proporcionar o acesso à população de Vitória, especialmente a de menor renda, à produção cultural e artística	População (especialmente a de menor renda)	Secretaria Municipal da Cultura
Fomento de atividades Artísticas e Culturais	Contribuir para o fomento das atividades artístico-culturais, promovendo a geração de emprego e renda e ampliando a oferta de bens simbólicos produzidos em Vitória	Artistas, produtores e população em geral	Secretaria Municipal da Cultura
Programas de Gestão Políticas Públicas			
Gestão de Políticas Públicas da Área de Cultura	Prover a cidade de informações acerca das atividades artístico-culturais e desenvolver o trabalho de planejamento e acompanhamento das ações públicas no setor em parceria com a sociedade por meio do Conselho Municipal de Cultura	Artistas, produtores, sociedade civil organizada	Secretaria Municipal de Cultura

A Secretaria de Turismo realiza o Programa de Desenvolvimento do Turismo Náutico de Vitória. Os projetos sugeridos em destaque são: Implantação de Estação de passageiros (para navios de passageiros); Melhoria do Projeto-Boas Vindas (para receptivo de navios de passageiros); Marina de uso público;

Implantação de Infra-estrutura em algumas Ilhas de Vitória; Resgatar o Sistema de Transporte Aquaviário; Rota Manguezal; Captação de escalas de Cruzeiros; Valorização dos Eventos Náuticos (pesca e vela); Capacitação de Mão-de-obra para o turismo náutico; Implantação do PNDPA- Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora.

O Município da Serra dispõe do Plano Estratégico de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer do município da Serra – Serra 21, que traz como projetos para essas áreas:

Projeto Parque Esportivo Olímpico
Incentivo e fomento à criação do Parque Esportivo Olímpico no Barródromo, que contemple: Estádio de Futebol para 40.000 pessoas, Ginásio Poliesportivo para 5.000 pessoas, pista de atletismo, campo de golfe e beisebol, alojamento para atletas, restaurante e lanchonete, auditório e espaço cultural esportivo;
Projeto Escolas Esportivas Municipais interbairros
Implantação de Escolas Esportivas Municipais inter-bairros;
Projeto Museu da Serra
Transformação do espaço hoje, da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer na Serra/ES sede, em Museu;
Projeto Centro Cultural Municipal em Laranjeiras
Incentivo e fomento a criação do Centro Cultural Municipal da Serra/ES, em Laranjeiras que contemple os seguintes equipamentos: teatro, cinema, lanchonete, espaço para exposição fixa e itinerante;
Projeto Parque Turístico Cultural de São João de Carapina
Fomento, Planejamento, Organização e Revitalização de edificações tombadas do Sítio Histórico de São João de Carapina, através da Criação do Parque Turístico Cultural, que contenha os seguintes equipamentos turísticos e de apoio: museu, espaço para apresentação das manifestações folclóricas da Serra/ES, lanchonete e banheiros, espaço para realização de oficinas artesanais e comercialização dos mesmos e alojamento para o policiamento permanente da PM;
Projeto Centro de Feiras e Eventos
Arrendamento das antigas instalações da Atlantic Venner, para a criação de um Centro de Feiras e Eventos que ofereça: meio de hospedagem, estacionamento, restaurante e outros equipamentos, e também a transferência da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer para este mesmo local;
Projeto Bolsa de Negócios Turísticos
Realização de Bolsa de Negócios Turísticos (captação de novos empreendimentos: hotéis, restaurantes, parques, cinemas, teatros e shoppings);
Projeto Programas de Qualificação Profissional
Qualificação da mão-de-obra local (hotelaria, guias turísticos, bares e restaurantes, eventos, artesãos, artistas, produtores culturais, esportistas, dentre outros), preparando a comunidade e o trade turístico para o desenvolvimento do turismo;
Projeto Campanhas de Conscientização Turística
Desenvolver Programas de Conscientização Turística para a comunidade e o trade turístico;
Projeto Iniciação ao Turismo nas Escolas
Implementação do projeto de Iniciação ao Turismo nas Escolas;

Projeto Novos Roteiros Turísticos
Criação de novos roteiros turísticos, como forma de incremento ao turismo no município da Serra/ES;
Projeto Fundo Municipal de Turismo
Implantação do Fundo Municipal de Turismo do município da Serra/ES.
Projeto Pesquisa de Potencial
Realização de Pesquisas de Potencial (Inventário da oferta turística incluindo Propriedades para a prática do agroturismo e ecoturismo);
Projeto Pesquisa de Demanda e Fluxo
Realização de Pesquisas de Mercado (Fluxo turístico);
Projeto Pesquisa de Mercado
Realização de Pesquisas de Mercado (características do mercado emissor);.
Projeto Acompanhamento Sistemático e Mídia
Acompanhamento e suporte técnico da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Laser no desenvolvimento das ações propostas neste plano e inserção na mídia publicitária e Editorial.
Projeto Promoção de Eventos
Incremento de incentivos para a dinamização da área cultural e esportiva e promoção de eventos em geral, visando o aumento do fluxo turístico e o fortalecimento do mercado de trabalho;
Projeto Famtours
Promoção de Famtours (jornalistas, guias, agências de viagem e demais profissionais que venham a divulgar o potencial turístico da Serra/ES, para os principais pólos emissores de turistas)

II.5.3.1.1.2 - Litoral Norte do Espírito Santo

O turismo em Fundão é uma atividade primordial, e acontece especialmente na região litorânea do município que é formada pelo distrito de Praia Grande. O balneário de Praia Grande possui 8,5 km de extensão e está localizado nas proximidades de Nova Almeida, sendo um dos mais movimentados do litoral norte capixaba. Em Praia Grande existem 9 praias: Praia Grande, Direção, Rio Preto, Enseada das Garças, Iriri, Mirante da Praia, Vila Tongo, Murilo Praia, Morro da Lagoa.

Em Fundão os meios de hospedagem são 4 hotéis, 7 pousadas e 2 Campings, sendo que a maior parte dessa estrutura localiza-se em Praia Grande, onde também existem locadoras de imóveis para turistas.

Os serviços de alimentação, disponíveis em Praia Grande, são encontrados nos bares e restaurantes. Os principais estabelecimentos comerciais, lojas,

supermercados, padarias, farmácias, pousadas e outros serviços, estão concentrados ao longo da avenida Tancredo Neves, principal via do balneário.

Alguns atrativos existentes no interior do município são ainda pouco difundidos e utilizados pelo turismo. Destacam-se entre o patrimônio natural do município a Cachoeira de Fundão e o rio Reis Magos, que deságua no mar e é formado pela união dos rios Fundão, Piabas e Timbuí, expondo uma bela vegetação nativa e com uma extensa área de manguezal.

As áreas de conservação também fazem parte dos atrativos turísticos sendo os destaques para o Parque Municipal de Goiapaba-Açu e o Horto Florestal Augusto Ruschi, o primeiro do estado a ser criado e a entrar em funcionamento.

As igrejas, por sua riqueza arquitetônica e cultural, também constituem patrimônio do município de Fundão, merecendo destaque as seguintes construções: Igreja Matriz São José, localizada no alto da escadaria Chrysanto Jesus Rocha; Capela de Nossa Senhora da Vitória, construída em 1878 por moradores locais; Igreja São João Batista, erguida em 1900, a segunda mais antiga do município; Igreja Sagrado Coração de Maria, construída em 1908; Igreja Nossa Senhora da Penha, templo edificado em 1912; Igreja Nossa Senhora da Penha, construída em 1958; e Igreja Bom Jesus da Lapa, edificada em 1921.

A cultura em Fundão conta com o espaço da Casa da Cultura, que funciona no mesmo casario que a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes. O prédio da Casa da Cultura foi construído em 1882, sendo a antiga residência da Família Agostini, foi tombado como patrimônio histórico em 1985. Outro espaço para a cultura é a Biblioteca Municipal, inaugurada em 1999, dispendo de um acervo composto por mais de 3 mil volumes.

Aracruz recebe um fluxo turístico mais intenso na alta temporada, quando a população nos balneários é praticamente duplicada, estimulando o movimento dos negócios na atividade. O turismo é uma atividade importante para o município, respondendo por um volume significativo de emprego e renda.

O turismo de lazer é favorecido pelas inúmeras praias, lagoas e manguezais, parques e reservas ecológicas existentes no município. As praias existentes em Aracruz são:

Praia Formosa - localiza-se no Distrito de Santa Cruz, Rodovia ES-010 e possui 5 km de extensão. O lazer no local também é proporcionado através do

Centro de Turismo de Praia Formosa do SESC, uma das colônias de férias mais bem equipadas do estado, com clube aquático para lazer, hospedagem, restaurante e bar.

Praia de Coqueiral - localizada no Distrito de Santa Cruz, Rodovia ES-010 e possui aproximadamente 1 km de extensão. A infra-estrutura local é composta por hotel, pousadas, uma área de camping e restaurante. Na alta temporada os turistas também utilizam o sistema extra-hoteleiro de casas de veraneio alugadas.

Praia da Barra do Sahy - é a mais badalada do município, sendo famosa pelas festas do verão e do tradicional carnaval à moda baiana com trios elétricos, shows, esportes e *reveillon*. Possui 3 km de extensão e localiza-se no balneário de Barra do Sahy no distrito de Santa Cruz. Dispõe de serviços de hospedagem e alimentação, tendo pousadas, hotel, áreas de camping, pequenos restaurantes que funcionam, normalmente, na época de veraneio, além de bares e quiosques. Também há, no balneário, casas de veraneio e colônias de férias de categorias profissionais como magistrados e bancários.

Praia dos Padres - localizada no balneário com o mesmo nome, no distrito de Santa Cruz. É muito visitada por surfistas, sendo uma das mais procuradas no verão devido às fortes ondas. Possui ao longo de sua orla quiosques, restaurantes, e meios de hospedagem como pousadas e um camping. Também há várias casas de veraneio para disponíveis para locação.

Praia do Sauê - também é freqüentada para pesca. Possui pousadas, restaurantes entre outros serviços de apoio ao turismo, além de casas de veraneio. Localiza-se no distrito de Santa Cruz, Rodovia ES-010, e destaca-se pela formação em suas areias da Lagoa do rio Sauê, margeado por vegetação de aroeiras.

Praia de Putiri - localizada no Distrito de Santa Cruz, na Rodovia ES 010, é margeada por vestígios da Mata Atlântica que abrigam várias espécies de pássaros e pequenos animais.

Praia da Sauna - também situada em Santa Cruz possui um quilômetro de extensão. Nesta praia ocorrem eventos musicais e festas populares ao longo de todo o ano.

Praia da Barra do Riacho - tem ondas agitadas, sendo ideal para a pesca de linha.

Praia Mar Azul - possui 1 km de extensão e agrada sobretudo crianças devido suas ondas fracas. Está localizada no distrito de Santa Cruz, Rodovia ES-010.

Os atrativos naturais que também merecem destaque, entre eles a Lagoa do Aguiar, considerada a 2ª maior lagoa do estado, formada pelos rios do Norte, o Francês e o São José. Possui uma praia com areia fina e de cor branca e vegetação constituída por aguapés e mata de restinga. A lagoa está localizada no distrito de Santa Cruz, onde também localizam-se o manguezal do rio Piraque-Açú, o Monte Serrat e a Fonte do Caju.

O Manguezal do rio Piraque-Açú é o 5º maior da América do Sul. É formado na junção dos rios Piraqueaçú e Piraquemirim, cobre uma área de 1.651 hectares. Navegável em quase toda sua extensão, por barcos e por escunas, além de ser rico em espécies como robalo, tainha, vermelho, sirioba e carapeba.

O Monte Serrat com altitude de aproximadamente 700 metros possui vista para o mar e vale verdejante que circunda com muitas propriedades rurais. No alto do penhasco encontra-se a pequenina Igreja do Monte Serrat, construída em 1931, que comporta em seu interior apenas cinco pessoas.

A Fonte do Caju é muito procurada por grande número de turistas e moradores da orla marítima que visitam o balneário. A fonte está cercada por pequenos trechos de mata atlântica e sua água tem alto teor de acidez. Parte deste patrimônio natural já foi transformada nas Unidades de Conservação: Reserva Biológica de Comboios, Reserva Ecológica dos Rios Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim, Reserva Florestal de Aricanga e Estação de Biologia Marinha.

Destaca-se ainda o Projeto CERFIAS ou Centro de Estudos para Reintrodução de Animais Selvagens, fundado pela Aracruz Celulose S.A. em 1993, com a finalidade de reintroduzir em seu habitat os animais silvestres aprendidos pela fiscalização, dando condições de tratamento, com espaço físico adequado, atendimento veterinário e alimentação apropriada. O CERFIAS está instalado no distrito de Barra do Riacho e ocupa uma área de 11,5 hectares. O CERFIAS é mantido por um convênio que envolve o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Aracruz Celulose e 20 empreiteiras que prestam serviços para esta.

O turismo histórico-cultural tem como principais atrativos as edificações localizadas no balneário de Santa Cruz: Igreja Católica de Santa Cruz ou Igreja de

Nossa Senhora da Penha, Igreja do Mont Serrat, Igreja Nossa Senhora da Penha, Igreja São Benedito do Rosário, Igreja São João Batista, Antiga Câmara Municipal de Santa Cruz e a Usina de Santa Maria. O turista também conta com outras opções de entretenimento em Aracruz como o Centro de Turismo de Praia Formosa, pertencente ao SESC (Serviço Social do Comércio).

Os adeptos do turismo ecológico contam ainda com a Trilha dos Câmaras, aberta em 1993 pela Aracruz Celulose, e tem como finalidade favorecer a prática da Educação Ambiental, além de permitir um contato direto com a natureza. Possui uma extensão de 600 metros, cercada por espécies vegetais, especialmente câmaras, que deram nome trilha: bromélias, peroba, braúna, palmeiras, cipós, além de diversos tipos de animais. Outra opção é a trilha no Morro do Aricanga, com 3 km de extensão até o topo. Também é possível realizar passeios de escuna promovidos no percurso dos rios Piraqueaçu e Piraquemirim.

Segundo um estudo realizado sobre o turismo no município, no ano de 1995, o turismo realizado em Aracruz caracteriza-se por um turismo de baixa renda, dado que os meios mais utilizados para hospedagem (cerca de 70%) são aqueles oferecidos pela rede extra-hoteleira como casas alugadas, campings, colônias de férias e casas de parentes ou amigos. Muitos dos atrativos turísticos existentes são pouco explorados, especialmente por apresentar ainda carência de infraestrutura e de investimentos no setor, além da atividade ter ampla ligação com a atividade pesqueira.

Quanto aos equipamentos de turismo, os dados mais atuais disponíveis pela Secretaria de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer em Aracruz são do ano 2000. A rede hoteleira do município conta com 7 hotéis (5 no centro, 1 no bairro Coqueiral, e 1 em Santa Cruz), 14 pousadas (4 em Barra do Sahy, 4 na praia dos Padres, 2 em Santa Cruz, 2 em Coqueiral e 2 na Praia do Sauê) e um centro do SESC na praia Formosa, além de 6 áreas de camping. Os serviços de alimentação são oferecidos em 34 restaurantes e 2 bares, além de pizzarias, churrascarias e quiosque. Aracruz também dispõe de uma casa de shows com capacidade para 3.500 pessoas e uma área ao ar livre com 500 m.

Os eventos religiosos comemorados em Aracruz são a Festa de São João Batista, a Festa de Nossa Senhora da Penha, a Festa de São Cristóvão, a Festa de São Sebastião e a Festa de São Benedito. Outras festas populares realizadas

no município são o carnaval, nos balneários de Barra do Sahy e Santa Cruz; a Festa do Verde, no distrito de Jacupemba; a Festa da AVACA, no distrito de Guaraná e a Festa dos Produtores Rurais e Pecuaristas em Santa Rosa.

O município tem uma cultura extremamente rica em função da diversidade de povos que ali vivem. Essa riqueza cultural é preservada por grupos existentes no município, como a Associação Cultural Confraria do Ébano, de cultura negra, e o grupo de Congo São Benedito do Rosário. Também destaca-se o grupo folclórico Grupo Tertúlia Danças Gaúchas e Flamencas.

A cultura indígena é reconhecida pelo rico artesanato que estes povos comercializam, não só nas aldeias, mas também na orla e em eventos estaduais e nacionais. Os Tupiniquins produzem cestos e peneiras em taquara, objetos utilitários em madeira, cordões, brincos e pulseiras com penas e sementes, objetos decorativos em penas, como cocares e roupas típicas, além de casacas para conquistas. Os guaranis confeccionam cestos, bolsas e objetos decorativos em taquara e palha, coloridos com corantes naturais e artificiais, cordões, brincos e pulseiras com penas e sementes.

As atividades culturais no município concentram-se na Casa da Cultura “Francisco Correia de Amorim”, inaugurada em junho de 2000. A casa da Cultura foi criada com o objetivo de preservar a memória do município, desenvolvendo a arte, o artesanato, a música e a dança, além de oferecer espaços para a exposição de arte em geral e para formação e treinamento nas áreas afins.

Outros espaços destinados a cultura no município são a Biblioteca Pública Municipal “Eugênio Antonio Bitti”, (com um acervo de 12.320 obras), 2 museus, cinema, teatro, oficina de artes, galeria de arte, a Escola de Música e Arte, e a Escola de Dança.

O município de Linhares possui o maior litoral do estado do Espírito Santo, formado por reserva florestal, praias, lagoas e rios, sendo conhecido como a “Cidade das Lagoas”. Possui 64 lagoas, sendo que a principal é a Juparanã, considerada a segunda maior do Brasil em volume de água (Figura II.5.3-20). Localizada a 300 metros da BR-101 e a 10 km da sede do município, a Juparanã possui contornos sinuosos, dezenas de praias e área para camping. As praias que recebem maior fluxo turístico são as de Três Pontas, Floresta, Praia do Caju, e Praia do Minotauro. A Lagoa Juparanã também é ideal para pesca.



Figura II.5.3-20 - Lagoa Juparanã.

Ao norte da lagoa Juparanã está situada a Ilha do Imperador, outra atração. Foi visitada pelo Imperador D. Pedro II em 1860 e por Getúlio Vargas, em 1954. O acesso é feito por barco (Figura II.5.3-21).



Figura II.5.3-21 - Ilha do Imperador.

A Lagoa Nova está localizada a 10 km da sede de Linhares, onde se praticam esportes aquáticos. Tanto a Lagoa Nova quanto Juparanã dispõe de praias com estacionamento para automóveis, rampa para embarque e desembarque de lanchas e outras embarcações menores, além de serviços de restaurante.

São dois os rios que concentram a atração turística fluvial do município de Linhares: o rio Doce, de maior volume em território capixaba, e o rio Pequeno, rio

de ligação entre a lagoa Juparanã e o rio Doce, e que se encontra protegido pela criação de uma APA.

As belezas naturais de Linhares também incluem 5 praias. As praias de Regência e de Povoação são uma opção para a prática do surf, e fazem parte de eventos estaduais. A praia de Pontal do Ipiranga, que possui ótima infra-estrutura, recebe banhistas e turistas de todo país, especialmente na alta temporada. A praia de Urusuquara é mais freqüentada por famílias e praticantes de pesca. A praia de Barra Seca é a única praia de naturismo do Espírito Santo. Incluída oficialmente no guia naturista, sendo o acesso feito apenas por barco, o que oferece privacidade e segurança.

O patrimônio natural do município é protegido pelas unidades de conservação ali existentes: Reserva Biológica de Comboios, Reserva Biológica de Sooretama, Reserva Florestal da Vale do Rio Doce, Floresta Nacional de Goitacazes, Parque Ecológico da Cachoeira de São Rafael e o Parque Ecológico das Orquídeas, Bromélias e Veredas.

A Reserva Florestal da Vale do Rio Doce, área florestal administrada pela Companhia Vale do Rio Doce, possui cerca de 22 mil ha. Pelo seu estado de preservação, conservação e características ecossistêmicas, a reserva recebeu, em dezembro de 1999, da UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) o reconhecimento como Sítio do Patrimônio Mundial Natural da Costa do Descobrimento.

A Reserva Biológica de Comboios está localizada em Regência, e tem aproximadamente 836,39 ha. No local encontra-se a principal estação do Projeto Tamar no Espírito Santo, sendo o maior centro de desova de tartarugas do Brasil.

O Parque Ecológico da Cachoeira de São Rafael, que se localiza na região montanhosa de Linhares, a 700 m sobre o nível do mar e a 60 km da sede municipal, onde se praticam esportes radicais. O Parque Ecológico das Orquídeas, Bromélias e Veredas, situado na localidade de Degredo no distrito de Regência, possui cerca de 14 km de extensão.

O centro da cidade oferece ao turista um misto de lazer e cultura, como a Praça 22 de Agosto. Localiza-se ali o Acervo Histórico Municipal, a Velha Igreja e a visão do encontro do rio Pequeno com o rio Doce. Às margens do rio Pequeno, há o acesso ao antigo Cais do Porto do rio Doce, utilizado para transportar

remédios e alimentos para a população que viveu, outrora, às margens do rio Doce. O rio Doce, que corta Linhares do oeste ao litoral, desemboca no povoado de Regência. O encontro do rio com o Oceano Atlântico é uma das grandes atrações da pequena "aldeia de pescadores" (Figura II.5.3-22).



Figura II.5.3-22 - Vista do rio Doce.

Os patrimônios históricos do município de Linhares de maior destaque são: Antiga Casa da Câmara, Casa de Joaquim Calmon, Igrejinha Velha, Busto de Bronze de Caboclo Bernardo, Praça Nestor Gomes, Ponte Getulio Vargas, Museu Lorenzutti.

A cultura do município é bastante expressiva, especialmente através do folclore, merecendo destaque as manifestações folclóricas dos distritos de Regência e Povoação. Em Regência está o congo mirim "Caboclo Bernardo", e vários grupos de teatros. Em Povoação se encontra o congo São Benedito, que conta com 16 instrumentos. O congo está sempre presente nas festividades de São Brás, São Benedito, festas juninas, São Cosme e Damião, Santa Catarina e Caboclo Bernardo. Quanto à Folia de Reis de Povoação, é sempre cantada em 6 de janeiro e 3 de fevereiro. Seus integrantes cantam "reis", vestidos a caráter: belos chapéus enfeitados, "animais" estilizados à moda de "reis" e muitos instrumentos como a sanfona, violão, pandeiro, chocalho, etc.

A capoeira, praticada em Linhares desde a década de 70, e o artesanato local, também compõem a diversidade cultural do município. O artesanato é variado, e geralmente é produzido por artesãos com pequenos ateliês próprios,

comercializam produções como: porcelanas pintadas; vidros trabalhados com pintura; blocos de papel para recados dispostos em espiral e pintados; tapeçaria; pinturas em variados tecidos; caixas de madeira para costura; porta-jóias; trabalhados em pirografia; artesanato com espinha de peixe, conchas, durepox e outros.

O município oferece opções de lazer ao turista, conforme o calendário cultural divulgado anualmente pela Prefeitura Municipal, para informar sobre os eventos, festas e manifestações culturais do município.

As festividades populares começam desde janeiro, com a Festa de Iemanjá em Pontal do Ipiranga, a Folia de Reis em Povoação e a Festa de São Sebastião em Regência. Em julho acontece o carnaval fora de época de Linhares, o Micafolia. A festa do pescador em Regência no mês de abril e a Festa do Cacau em outubro também são destaques entre as atrações do município.

O Circuito Nacional de Rodeio também passa por Linhares, acontecendo em meados de agosto, quando ocorre a Exposição Agropecuária de Linhares. Este circuito gera negócios e oportunidade para empresas e produtores rurais de todo norte do estado.

A cultura também tem espaço na agenda de eventos da cidade. Em janeiro no distrito de Pontal do Ipiranga é realizada a Semana Cultural. Em abril, na Casa da Cultura, acontece a Exposição de Artes. No mês de maio acontecem o Festival de Música, o encontro de Bandas de Congo do Estado e a feira do livro, ambos em Regência. Em Setembro a cultura é comemorada através do evento "Eu Amo a Cultura de Linhares". O Festival de Teatro Amador e o Encontro Infantil de Grupos Folclóricos do Espírito Santo são realizados em outubro.

O lazer também é proporcionado nos 6 clubes recreativos espalhados pela cidade, em 2 pesque-pagues e em 7 casas noturnas.

A infra-estrutura turística conta com 12 hotéis, com um total de 736 leitos, e um total de 36 estabelecimentos prestadores de serviços de alimentação com bares, restaurantes e lanchonetes conforme dados disponibilizados pela prefeitura de Linhares.

O Plano Verão 2004 direciona para o turismo as seguintes ações no município: implantação de 2 Postos de Informações Turísticas, localizados no Centro e na Praia do Pontal; implantação de postos de atendimento ao turista

vítima de roubo ou acidente de trânsito, em parceria com Polícia Militar, nas principais estradas de acesso dos balneários; viabilização de áreas de estacionamento para ônibus de turismo, nas praias e nas lagoas; capacitação de profissionais de hotéis, bares, restaurantes e quiosques, em parceria com SEDETUR, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo, e o Banco do Nordeste; distribuição de *folder* do município contendo informações turísticas.

O município de São Mateus possui 42 km de costa, com praias, rios, cachoeiras e manguezais que somado a seu patrimônio histórico resultam em grande potencialidade turística. Existe ainda duas unidades de conservação no município, a Reserva Ecológica do Córrego do Jacarandá e Estação Ecológica de Barra Nova, ambas municipais.

A começar pelo patrimônio natural, formado por suas praias, as mais visitadas são: a praia de Guriri, a praia de Urussuquara, a praia de Campo Grande e a praia de Barra Nova. A praia de Guriri possui boa infra-estrutura contando com hotéis, pousadas, restaurantes e bares. Além disso, existe uma base do projeto Tamar, aberta a visitas. A praia de Urussuquara é bastante freqüentada por surfistas e turistas em busca de tranquilidade, sendo que no local há uma área de camping, uma pousada e um bar. A praia de Campo Grande abriga uma área de restinga bem preservada e a praia de Barra Nova, destaca-se pela farta produção de sururu em função da existência de pedras.

Os rios do município também são bastante visitados, especialmente o rio Preto, que dispõe de águas escuras com propriedades medicinais que atraem os turistas. Em sua margem há bares e área de camping. Outros rios são o rio Cricaré ou rio São Mateus e o rio Mariricu. O turista também pode desfrutar de banhos de cachoeira nas Cachoeiras do Cravo, Jararaca e do Inferno ou ainda passear pelo bosque da Praia.

O turismo histórico e cultural pode ser realizado conhecendo o patrimônio cultural da cidade: Casario Colonial, Igreja Velha, Igreja São Benedito, Igreja Matriz, Casa da Estrada de Ferro, Biquinha e Museu de São Mateus. Em setembro de 2002 foi inaugurado o Museu Diocesano de Arte Sacra, pertencente a Diocese de São Mateus, mas administrado pela Prefeitura. O museu expõe

imagens sacras dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, outros objetos sacros, além de fotos que retratam a Catedral de São Mateus e os municípios do norte capixaba.

Outra opção de lazer para o turista é conhecer o trabalho desenvolvido pelo Projeto Tamar no município.

O município de São Mateus dispõe de um calendário de eventos entre os quais destacam-se as festividades populares do Dia de Reis, o Carnaval, a Liras (Encontro de Bandas), rodeios, cavalgadas. Em julho acontece o Guriri Folia, carnaval fora de época de São Mateus e a VIII Festa do Peão de Boiadeiro.

A religiosidade é celebrada na Festa de São José, na Celebração da Paixão de Cristo, na Festa de Nossa Senhora da Penha, e na Festa de São Benedito entre outras. No dia 23 de março é a vez dos evangélicos do município festejarem.

O Festival do Carangueiro e a Festa do Camarão são os eventos gastronômicos que promovem a cidade. O meio ambiente tem espaço na agenda através da Corrida Ecológica, em Guriri e da Exposição de Orquídeas.

A cultura também é representada nos diversos grupos de capoeira e jongo (espécie de samba de roda sob o ritmo dos tambores e reco-recos confeccionados artesanalmente pelos integrantes do grupo) do município.

Segundo informações da Secretaria de Turismo de São Mateus, as principais áreas de receptividade turística são: Guriri, que recebe turismo de massa, especialmente no carnaval, possuindo boa programação no verão; Barra Nova, onde o turismo começa a crescer; a sede, com Turismo cultural; e as localidades de Barra Nova, Pedra D'água, Guriri (tamar), Campo Grande e Urussuguará, com Turismo natural (Petrobras/Cepemar, 2005).

Segundo a Secretaria de Turismo, o município está incluído no PRODETUR II, Consórcio Pólo Turístico da Costa do Marlim, cujo objetivo é a recuperação de áreas urbanas degradadas, treinamento, infra-estrutura, dentre outros, visando o desenvolvimento do turismo. Nesse sentido, a primeira ação foi elaborar o PDU para São Mateus.

O Projeto de Núcleo de Produção de Artesanato tem como base contratar profissionais locais para ministrar cursos de artesanato, estimulando o associativismo nas comunidades para desenvolver o artesanato e apoiando o desenvolvimento do artesanato cultural e típico nas famílias de baixa renda

(pescadores, catadores, etc). A secretaria também tem um projeto para realização de oficinas nos grupos folclóricos a fim de profissionalizar o folclore do município.

Outra ação é a estruturação de Passeios Ecológicos nas comunidades locais de Barra Nova, Campo Grande e Pedra D'água, e a formação de Condutores mirins para Sítio Histórico do Porto de São Mateus.

Programas e Projetos - Turismo e Cultura

Além de projetos que compõem a agenda do Plano Verão, os municípios desenvolvem outros projetos e programas direcionados especialmente ao turismo.

Em Fundão a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes promove os seguintes projetos: informática na escola; programas de capacitação de professores; projovem – Projeto de Desenvolvimento da Juventude – tem como objetivo aliar educação à geração de empregos para alunos da rede pública municipal.

No município de São Mateus a Secretaria de Turismo executa os seguintes planos, programas e projetos: projeto para estender os cursos de treinamento em Guriri – gerenciamento, recepcionista de hotel e garçon; projeto de núcleo de produção de artesanato (nas comunidades locais), com o objetivo de estimular o associativismo nas comunidades para desenvolver o artesanato e apoiar o desenvolvimento do artesanato cultural e típico nas famílias de baixa renda (pescadores, catadores, etc); estruturação de passeios ecológicos nas comunidades locais (Barra Nova, Campo Grande e Pedra d'Água); formação de condutores mirins para sítio histórico; oficinas nos grupos folclóricos, dentre outros.

II.5.3.1.2 - Municípios da All

II.5.3.1.2.1 - Litoral Sul do Espírito Santo

Para os municípios do Litoral Sul do Espírito Santo, vale destacar os seguintes projetos intermunicipais:

Projeto Rota Sul

É uma iniciativa do governo estadual, que estabeleceu um convênio entre os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Mimoso e Muqui, com objetivo de aumentar o turismo aos pontos turísticos dessas localidades, sendo que Marataízes quer se integrar ao projeto.

Projeto a Rota dos Vales e do Café

É um projeto para incentivar o turismo cultural, através da divulgação e um roteiro histórico-cultural composto pelos atrativos dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Mimoso do Sul e Muqui.

Rota do Litoral

A Rota do Litoral é um projeto para o turismo de lazer. O roteiro inclui os municípios litorâneos desde Piúma até Presidente Kennedy.

O turismo em Guarapari é uma atividade de grande relevância, sendo o município considerado o maior pólo turístico do estado do Espírito Santo, servido por vasta rede hoteleira, que engloba 63 estabelecimentos, bons restaurantes e agitada vida noturna, especialmente durante a temporada de férias. As belezas naturais da cidade são os principais atrativos para os 500 a 700 mil turistas que visitam Guarapari na alta temporada, resultando na quadruplicação de sua população no verão (Figura II.5.3-23).

As praias de Guarapari oferecem um atrativo a mais para o turista. O fato de que as areias monazíticas e o índice de radioatividade de Guarapari possuírem propriedades terapêuticas, passaram a atrair pesquisadores e visitantes com esperança de cura, passando o município a ser conhecido como “Cidade Saúde”, o que o projetou no cenário turístico internacional.



Figura II.5.3-23 - Vista aérea do centro de Guarapari e suas praias.

Além das 53 praias há muitas lagoas, rios, cachoeiras, ilhas e montanhas de até 900 m, cercadas por uma vegetação rasteira repleta de bromélias. Entre as praias mais visitadas estão a Praia das Castanheiras, a Praia dos Namorados e a Praia da Areia Preta. Esta última é a mais famosa de Guarapari, devido o poder medicinal de sua areia rica em monazita.

Outras praias bastante freqüentadas são a Praia do Morro; a Praia de Setiba, que contorna a Reserva de Setiba e suas três lagoas; e a Praia de Setibão, sede de alguns campeonatos de Surf; a Praia da Enseada Azul, onde são praticados esportes aquáticos e de mergulho; e a Praia de Meaípe, recortada por recifes e famosa por sua gastronomia típica. Existem quatro roteiros para passeios de escuna, que levam o turista a vislumbrar os atrativos da costa, o que também pode ser feito locando-se barcos à vela.

A prática de mergulho em Guarapari pode ser realizada em oito pontos de mergulho, dos quais podem ser observadas as belezas naturais da região, bem como os restos de cargueiros submersos (Cargueiros Bellucia, Faria Lemos, Bepo, Rebocador e Victory 8B).

A visita à cidade também pode se estender a um dos 4 parques aquáticos, e a programação noturna com boates, bares e restaurantes. Os passeios pela orla e pelo centro da cidade oferecem muitas opções de artesanato para o turista, em

conchas, bordados, renda de bilro, trabalhos em madeira, em vidro, panelas de barro, etc. A Prefeitura Municipal de Guarapari desenvolve o Programa de Diversificação da Oferta Turística e o Programa de Marketing Turístico, com o objetivo de apoiar e desenvolver a atividade turística na cidade.

O turismo de lazer é o principal realizado em Anchieta na alta temporada, especialmente nos balneários de Iriri, Ponta dos Castelhanos, e Ubu (onde funciona a Mineradora Samarco Mineração S/A, e o Porto de Ubu, que atende a empresa), devido às belezas naturais e boa estrutura hoteleira. A Vila de Parati também é muito visitada por turistas que preferem locais sossegados para prática de pesca de arremesso e windsurf. Parati não dispõe de estrutura hoteleira e os meios de hospedagem utilizados são as casas de aluguel (Figura II.5.3-24).



Figura II.5.3-24 - Praia de Parati, Município de Anchieta.

São 30 Km de extensão litorânea recortada por enseadas, cabos, falésias e manguezais. Há 19 praias, em destaque a Praia de Ubu, a Praia dos Castelhanos, Praia da Areia Preta (areia monazítica), lagoas, Cachoeiras e o rio Benevente (Figura II.5.3-25). Na divisa com Guarapari está o ponto culminante da região, o Pico da Independência, que tem 723 m, situado na Serra da Garganta Robalo.



Figura II.5.3-25 - Foz e manguezais do rio Benevente, município de Anchieta.

A Praia de Guanabara apresenta grande incidência de desova de tartarugas da espécie *Caretta Caretta*, sendo um importante ponto turístico. A praia é fiscalizada permanentemente, além de estar em negociação para tornar-se base do Projeto Tamar.

Em Anchieta os atrativos culturais estão especialmente ligados à religiosidade do local em que viveu o Padre José de Anchieta, a citar os poços que fazem parte do caminho trilhado pelo padre, e o Santuário Nacional de Anchieta, um monumento histórico construído pelos índios catequizados pelo Padre Anchieta, que é composto por três monumentos: a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, o Museu Nacional de Anchieta e a Cela, onde o Padre morreu.

Essa influência permanece até hoje, uma prova é a caminhada “Os Passos de Anchieta”, iniciada em 1998, que atrai fiéis até de outros estados. Partindo da Catedral Metropolitana de Vitória, no centro de Vitória, os fiéis seguem com destino ao município de Anchieta, percorrendo o mesmo trajeto que fazia o jesuíta, passando por várias praias e pontos turísticos que permitem conhecer um pouco da história e da cultura da região.

A Casa da Cultura (1927), o Colégio Maria Mattos (1932), e as Ruínas do rio Salinas – um conjunto de 32 colunas, redondas e quadradas, que se acredita ter sido uma salina clandestina – também fazem parte do patrimônio cultural do município.

A religiosidade é festejada na Festa Nacional do Beato José de Anchieta, na Festa de São Sebastião e na Festa de Nossa Senhora da Assunção. Entre os

eventos populares e culturais que acontecem na cidade a Festa da Folia de Reis e o Festival Capixaba dos Frutos do Mar, em Iriri, são atrativos para os visitantes.

Todos esses atrativos movimentam um fluxo turístico de 40.000 a 60.000 turistas na alta temporada, o que representa um aumento da população fixa em até 4 vezes. O turismo praticado no verão anchietense é basicamente de lazer, enquanto que o turismo verificado na baixa temporada se caracteriza em ser turismo de negócios e de eventos.

Os meios de hospedagem do município de Anchieta incluem 17 hotéis e 16 pousadas, que ofertam um total de 2.030 leitos. Os dois campings da cidade têm capacidade para 75 barracas, além de haver um sistema extra-hoteleiro de casas de aluguel, que oferecem aproximadamente 13.750 leitos, segundo dados do Relatório de Informações Municipais realizado pela Secretaria Municipal de Turismo e Desporto. Segundo a mesma fonte, a oferta de alimentação conta com 67 estabelecimentos, com capacidade para 4.667 lugares, distribuídos entre bares, restaurantes, pizzarias e lanchonetes.

No município funcionam 4 organizações oficiais não governamentais que atuam em prol do desenvolvimento do turismo como uma atividade constante, dada o fato de ser maior na alta temporada: COMTUR (Conselho Municipal de Turismo); AGETUR (Associação Comércio e Turismo de Iriri); AHEMTUR (Associação de Hotéis e Meios de Turismo de Anchieta); e PNMT (Monitores Municipais de Turismo). Um outro órgão importante na promoção turística é a Agetur (Associação do Comércio e Turismo de Iriri), criada em 1998, com o intuito de alavancar o turismo do município de Anchieta. Segundo esta entidade o balneário de Iriri conta com 28 hotéis e pousadas, totalizando aproximadamente 1.000 leitos disponíveis.

O fluxo turístico de alta temporada é originário, principalmente, de MG, RJ, SP e da Grande Vitória. Na baixa temporada, com maior visitação nos fins-de-semana, a origem dos turistas é a Grande Vitória.

Nos picos turísticos representados por as festas de passagem de ano e de carnaval, a população flutuante pode chegar a 35.000 pessoas. No verão, em geral, esta população situa-se por volta de 25.000 pessoas. Um outro aspecto destacado foi que o balneário se caracteriza por ser um destino bastante procurado para turismo de negócios.

O município de Marataízes em seus 25 km extensão tem uma riqueza natural que abriga treze praias, sendo que algumas possuem areia monazítica, falésias, lagoas, brejos, mangues, córregos e o rio Itapemirim que corta o município. As principais praias são a dos Caçães, do Centro e do Siri (Figura II.5.3-26). Existem três ilhas em Marataízes, e uma delas, a Ilha dos Ovos, é área de proteção ambiental.



Figura II.5.3-26 – Praia de Siri, município de Marataízes.

Marataízes possui algumas Reservas Ambientais: a Reserva Estadual Guanandi (parte da área está situada no município de Piúma), e as Áreas de Proteção Ambiental criadas pela Lei Municipal de Proteção das Águas (Lei nº 267/99) que inclui todos os mangues, onze lagoas, cinco ilhas, nove brejos e córregos, todas as restingas e nascentes. O município possui um mapeamento geográfico (Mapa Geo M1), com fotografias via satélite que foram feitas em parceria com a Escelsa.

Os Monumentos Históricos em Marataízes são a Oficina Ferroviária (1937) e Estação Ferroviária (início do século XX), este último é hoje um terminal

rodoviário. O artesanato local em madeira, conchas, embira, cipó, palha e argila são atrativos da cidade, e pode ser encontrado em toda a orla.

Entre as festas religiosas e populares que acontecem no município estão a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a Procissão Marítima das Canoas (Divino Espírito Santo), a Festa de Nossa Senhora da Penha, a Festa de São Judas Tadeu, a Festa de Corpus Christi, o Marataízes Fest Gospel, a Festa do Caipira, a Festa do Peroá. No *reveillon* acontece show pirotécnico e apresentação de trios elétricos.

O turismo é uma atividade maior durante a alta temporada, quando a cidade recebe turistas especialmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais, e até de outros países como Argentina, Estados Unidos e Itália. A estrutura comercial é de porte médio, mas capaz de sustentar um número de turistas cinco vezes maior que o da população fixa, na alta temporada. Para tanto, dispõe de hotéis, pousadas, chalés, restaurantes, bares e casas noturnas.

De acordo com a Associação de Hotéis, Pousadas e Similares de Marataízes, criada em 1995, a estrutura hoteleira conta com 10 hotéis e pousadas de grande porte (que fazem parte da associação), e 20 pequenos meios de hospedagem, além de 1 camping. Os estabelecimentos associados possuem boa infraestrutura, inclusive uma das pousadas possui um heliporto, e empregam aproximadamente 100 pessoas na baixa temporada e 500 pessoas na alta temporada. Os estabelecimentos não associados empregam juntos em torno de 50 pessoas na baixa temporada e 2.000 pessoas na alta temporada. As estimativas da associação é que a cidade receba cerca de 10 mil pessoas durante todo o verão. O setor hoteleiro registra também um grande movimento nos dias de realização da Feira do Mármore e granito de Cachoeiro de Itapemirim.

Piúma é conhecida como a Cidade das Conchas, pela diversidade lá encontrada, inclusive espécies de conchas exóticas. Na Praia do Aghá é encontrada a concha mais rara do mundo, a “oliva zelindea”. As conchas são uma atração incorporada ao artesanato da cidade, constituindo o produto cultural mais expressivo de Piúma.

Às belezas naturais em 8 km de faixa litorânea, com praias, costões rochosos e manguezais, somam-se a exuberante fauna e flora, constituindo atrativos para turistas e objeto de estudos e pesquisas científicas.

Também fazem parte do patrimônio natural de Piúma o conjunto de ilhas (Ilha do Gambá, Ilha do Meio e Ilha dos Cabritos) e o Monte Aghá, ambos tombados pelo patrimônio público; a Área de Preservação Permanente Guanandy; a Bacia do rio Novo; a Bacia do rio Benevente, registrada junto a SEAMA, e atualmente em processo a escolha dos membros do Comitê da Bacia; e o Sítio Arqueológico do Vale do Orobó, que está em fase de registro, mas já existem várias peças catalogadas, algumas com até 1.200 anos, que comprovam a existência do sítio.

A cidade possui uma localização privilegiada no que se refere ao fluxo turístico, devido à proximidade de Vitória e da região norte fluminense. Na alta temporada, Piúma recebe cerca de 3 mil turistas, segundo a secretaria de cultura do município.

O patrimônio cultural e arquitetônico do município é constituído pela Igreja Nossa Senhora da Conceição (século XIX) e a Capela de São Pedro (Figura II.5.3-27). Embora com um acervo pequeno a Biblioteca Gebo Miranda é a única da cidade.



Figura II.5.3-27 - Capela de São Pedro, sede de Piúma.

O folclore e as manifestações populares são resgatados pelas instituições culturais da cidade: Associações Carnavalescas, Grupos de Teatro, Escolas de Música, Bandas de Música e o Grupo Folclórico “As Pastoras”. O Grupo Quixabá apresenta encenações teatrais nas ruas.

No verão há shows nos bares e restaurantes, feiras de artesanato e show pirotécnico no *reveillon*. Em maio acontece o Tour Caminho das Águas e o Torneio de Pesca da Amizade. De agosto a outubro é realizado o encontro de turismo. Também há festas religiosas de São Sebastião, São Pedro, De Santa Rosa de Lima, e Nossa Senhora da Conceição.

Embora o turismo seja uma das principais atividades geradoras de renda para o município, a prefeitura municipal afirmou que a atividade atualmente tem se mostrado em decadência, no sentido que o número de visitantes tem sido cada vez maior de turistas de baixa renda.

A estrutura hoteleira tem mais de 20 hotéis e pousadas. A cidade dispõe de 21 restaurantes, além de bares, que oferecem serviços de alimentação, segundo informações da Diretoria Municipal de Turismo.

Dois segmentos do turismo estão despontando como os mais fortes no município de Piúma, o Turismo Educacional e Científico e o Ecoturismo.

A Secretaria de Turismo, em parceria com outras entidades, vem desenvolvendo ações para dinamizar os diversos segmentos turísticos no município, que buscam profissionalizar o ecoturismo e o agroturismo; incentivar o turismo de diversão e lazer através da realização de eventos esportivos; e incentivar o turismo educacional e científico, promovendo visitas de escolas, faculdades e universidades com caráter educacional e científico, especialmente nas ilhas, que além de movimentar o comércio, disponibiliza estudos, pesquisas e teses para o município.

Atualmente o ecoturismo é pouco desenvolvido no município, realizado através das pousadas e hotéis. Realizado no Vale do Orobó, Monte Aghá, mangue e ilhas, e nos municípios vizinhos, Iconha (artesanato), Alfredo Chaves (Cachoeira de Matilde), Anchieta (praias virgens, ruínas, museu) e Itapemirim (APA Guanandy).

O Turismo de Negócios embora não seja forte, possui um grande potencial. Para que futuramente esse potencial possa ser explorado a secretaria está buscando junto a empresas a realização de congressos, eventos e feiras setoriais para incentivar o investimento na infra-estrutura do município, para uma futura consolidação desse segmento no município.

Em Itapemirim os principais atrativos turísticos são representados pelas praias de Martim Moreira, Gamboa, Itaipaiva e Itacoca. Também aparecem como importantes atrativos a Lagoa Guanandy, Área de Proteção Ambiental; a Ilha dos Franceses, onde se localiza um farol para localização das embarcações, sendo muito procurada por turistas para mergulho; e o rio Itapemirim, um dos maiores mananciais do sul do estado.

Dentre os atrativos naturais destacam-se o Monte Aghá, área de grande importância arqueológica e a Reserva Florestal de Paineiras, além de áreas com florestas naturais. Os atrativos culturais estão representados pelos casarios construídos na época do auge da cultura canavieira, estando representados, no município, pelo Palácio das Águias e pelo Trapiche, que compõem as antigas instalações do porto de Itapemirim, referência estadual até início do século passado (Figuras II.5.3-28 e II.5.3 -29).



Figura II.5.3-28 - Palácio das Águias, município de Itapemirim.



Figura II.5.3-29 - Trapiche, Município de Itapemirim.

As manifestações culturais de maior expressão são os festejos juninos de São Pedro, a festa do jongo realizada na comunidade de Santo Antônio, o evento religioso de Corpus Christi e a tradicional festa de emancipação do município. Também são importantes formas de manifestação da cultura local, os corais das igrejas, e os grupos musicais existentes no município.

A Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy não tem um projeto específico para o turismo. No levantamentos de campo realizado (Petrobras/Cepemar, 2005), verificou-se um enorme potencial turístico no município, especialmente na orla marítima que possui paisagens ainda pouco exploradas, e praias de baixa atração turística, comparativamente às demais praias do litoral sul do estado. Apenas a Praia das Neves apresenta-se como balneário turístico do município (Figura II.5.3-30).

Marobá e Boa Vista são outros núcleos urbanos localizados na costa de Presidente Kennedy, mas ainda carecem de infra-estrutura turística, sendo mais caracterizados como aldeias de pescadores.



Figura II.5.3-30 - Praia das Neves, município de Presidente Kennedy.

Presidente Kennedy não se apresenta com função turística até mesmo pelas condições infra-estruturais deficientes, especialmente no tocante ao fornecimento de água. O turismo na localidade de Boa Vista é pequeno, existindo algumas casas de veranistas que recebem turistas do RJ, MG, e sul do ES (Petrobras/Cepemar, 2005).

Conforme a Lei Orgânica municipal a Mata do Pau Bonito e Mata Santa Lucia são reservas ecológicas. As Áreas de Preservação Ambiental são: Brejo do Criador, Barragem de Santa Lúcia, Sítio Histórico de Guarulhos, Lagoa Monte Alegre, Pico da Serrinha, Pico do Serrote, Morro da Serra e Cachoeira Caucela. Ambos são potenciais atrativos turísticos do município.

Os patrimônios históricos são o Santuário da Neves e o Sítio Histórico de Guarulhos (construído na época dos jesuítas). No dia 05 de agosto comemora-se a Festa das Neves no Santuário das Neves, quando aproximadamente 5.000 pessoas vindas do RJ pagam promessas.

Programas e Projetos – Turismo e Cultura

No município de Guarapari destacam-se entre os programas e projetos direcionados ao turismo o Programa de Diversificação da Oferta Turística e o Programa de Marketing Turístico.

Segundo a Secretaria de Municipal de Turismo de Anchieta os projetos são: programa de capacitação para segmentos que trabalham com atendimento ao turista; turista nossa riqueza em parceria com a Samarco; projeto de sinalização turística padrão da Embratur; programação de verão: com shows, competições esportivas e atividades culturais; projeto paisagístico para recuperação da orla na sede e foz do rio Benevente; projeto de visitação as ruínas com a construção de um centro de visitação; recepcionista mirim; festival de frutos do mar em outubro; festival do sururu em janeiro; projeto esportivo trabalhando o esporte nas comunidades e escolas; festival de animais exóticos em fevereiro. Ainda destacam-se os projetos dos hoteleiros de Anchieta: arborização e paisagísticos das áreas turísticas; instalação de placas identificatórias e de sinalização adequada.

Dentre os projetos da Secretaria de Turismo de Piúma, citam-se alguns relacionados à valorização das belezas naturais da cidade, como o projeto para a Ilha dos Cabritos e Ilha dos Franceses (o último em parceria com o município de Itapemirim); incentivo à maricultura que já é desenvolvida na ilha; projeto Parque Ecológico do Monte Aghá; projeto para a criação de um museu de Malacologia; projeto para a criação de um mini museu das espécies da fauna e da flora do município; e um projeto para levantamento biológico do morcego pescador, que está em extinção.

Também há projetos na área cultural, como a construção de um centro de artesanato e a criação de um mini museu para exibição da história da colonização inglesa no município, “Projeto Colonização Inglesa”. Outros projetos de infraestrutura turística e incentivo ao turismo são: construção de dois mirantes; um píer para mergulho; três píers para atracação; uma guarita; um play ground e um restaurante típico; recuperação do farol; revitalização da avenida beira mar; abertura de trilhas (incentivando o ecoturismo e o turismo educacional e científico); incentivo à prática de esportes radicais; colocação de portais da cidade nas vias de acesso ao município, juntamente com postos de informações turísticas; e um projeto para os telefones públicos do município, onde todas as cabines teriam o formato de uma concha.

Os projetos para as áreas de cultura, esporte e lazer citados pela Diretoria de Cultura de Piúma são: projeto Trilhas na Ilha do Gambá, de incentivo ao Treking;

projeto de criação da Casa da Cultura; e projeto para profissionalização do ecoturismo no Monte Aghá, prevendo a criação de trilhas e incentivando esportes radiais, rapel, asa delta, escalada, etc.

Os programas e projetos da Secretaria de Turismo e Meio ambiente de Itapemirim são: PROFA (programação de formação continuada de professores); PCN (formação continuada); Saber Saúde; a Gazeta na sala de aula; e projeto político-pedagógico, desenvolvido com diretores de escolas, tem com objetivo caracterizar a escola no meio físico que ela esta inserida, levando em consideração os aspectos sociais e culturais de cada comunidade. A secretaria não possui nenhum projeto relacionado ao meio ambiente, embora o tema seja constantemente abordado nas escolas.

A Secretaria de Turismo de Marataízes tem como projeto a inclusão do município em dois outros roteiros turísticos: a Rota dos Vales e do Café, um roteiro histórico-cultural, e a Rota do Litoral, um roteiro para turismo de lazer. A primeira inclui os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Mimoso do Sul, Muqui, e a segunda os municípios litorâneos desde Piúma até Presidente Kennedy.

São projetos da Associação de hotéis, pousadas e similares de Marataízes: projeto turismo receptivo; projeto de sinalização turística; projeto de eventos em datas festivas e na alta temporada; projeto de adoção de praças; projeto de fiscalização sanitária. Outra realização importante da Associação é o apoio para integrar Marataízes ao Projeto Rota Sul, uma iniciativa do governo estadual, que tem como objetivo aumentar o turismo aos pontos turísticos dos municípios componentes (Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta, Mimoso e Muqui).

II.5.3.1.2.2 - Litoral Norte Fluminense

Os dados relativos à atividade turística, de lazer e cultural nesses municípios foram levantados nas entrevistas realizadas em campo junto à prefeituras e secretarias municipais, nos materiais de divulgação disponibilizados em cada município e nos estudos e projetos realizados, também disponibilizados (Petrobras/Cepemar, 2005).

O turismo não é uma atividade de destaque no município de Campos. Os principais pontos turísticos na região litorânea são o Farol de São Tomé e a sua praia, única da cidade e que atrai anualmente mais de 500 mil visitantes.

Na localidade do Farol de São Tomé existem alguns centros de cultura, vinculados, inclusive a cultura da pesca. O ecoturismo é uma atividade em potencial, especialmente na Lagoa de Cima, na Cachoeira do Imbé, localizada no Parque Paraíso Ecológico do Imbé e na região de Rio Preto, onde se localizam o Pico São Mateus e a Cachoeira Pedra Rasa, além de muitas piscinas naturais.

Há um bom potencial para o turismo cultural e arquitetônico, pois a cidade possui construções históricas importantes, como o Liceu de Humanidades, o Fórum Nilo Peçanha, a Catedral São Salvador e a Casa da Cultura Villa Maria.

A Fundação Cultural Jornalista Osvaldo Lima é o principal responsável pelo resgate e manutenção das atividades culturais da cidade, apoiando atividades ligadas à cultura regional e disseminando informações referentes aos principais personagens da cidade. A entidade mantém a Biblioteca Central que funciona na sede da Fundação. É gerida com recursos da Prefeitura, além de desenvolver parceria e convênios com Governo Estadual e Federal.

Dentre os projetos desenvolvidos podem ser citados: Viva Melhor, Viva a Música; Projeto "Jardim in Concert" e Biblioteca Beira-Mar/Farol de São Tomé.

O turismo em São João da Barra corresponde a 16,3% do setor terciário do município, segundo dados do RINTUR (Roteiro de Informações Turísticas, 2000) sendo uma atividade com grande potencial de exploração. Os atrativos turísticos da cidade incluem quatro praias litorâneas, quatro praias fluviais, o rio Paraíba do Sul, o delta do rio, quatro lagoas, cinco manguezais, três ilhas, uma duna e duas Unidades de Conservação municipais.

O município possui como importante atrativo turístico, o SESC Mineiro de Grussaí, que possui uma extensa área incluindo setores residenciais de diversos padrões e vários parques temáticos (ferroviário, cultural, dos sonhos, das nações), além de amplas áreas de estacionamento. O Ecoturismo possui grande potencial no município devido às inúmeras riquezas naturais, como as belas praias, os manguezais e o próprio delta do Rio Paraíba do Sul.

Quanto ao turismo cultural e arquitetônico pode-se citar o Prédio da Antiga Cadeia Pública e Câmara de Vereadores, construído em 1797 e tombado pelo

Patrimônio Histórico; o Fórum Municipal; o Antigo Mercado Municipal, onde funciona atualmente o Centro Cultural Narcisa Amália; o Antigo Cassino Atafona; a Casa do Disco Voador; e o Solar do Barão de Barcelos, construção do final do século XVIII. A arquitetura religiosa é representada pela Igreja Matriz São João Batista, A Igreja Nossa Senhora da Penha entre outras. As ruínas do Pelourinho são uma das quatro ruínas que se destacam entre os atrativos culturais da região, bem como a arquitetura militar do prédio da Capitania dos Portos e o Canhão da Rainha.

A cultura também é disseminada através das três bibliotecas, e dos eventos que acontecem nos oito Centros de Convenções e Exposições da cidade.

O município recebe um expressivo número de turistas não só na alta temporada, mas também nos diversos eventos que são realizados ao longo do ano. A Festa da Penha é o evento religioso que mais recebe turistas. O carnaval de São João é considerado o melhor do interior do estado do Rio de Janeiro.

O acesso à cidade por ser realizado pela Rodovia BR-356, que liga o município a Campos dos Goytacazes, através do Transporte Hidroviário ou pelo Heliporto na Praia de Atafona.

Existem 23 meios de hospedagem e aproximadamente 2.000 leitos, distribuídos entre as 20 pousadas, 2 hospedarias e 1 hotel lazer (SESC – Grussaí), que hospeda cerca de 80% dos turistas recebidos em São João da Barra. No alto verão há uma grande procura pelas casas de veraneio existentes em toda a extensão litorânea do município. O serviço de alimentação é formado por 30 restaurantes, 200 bares e 100 quiosques.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo, foca a geração de emprego e renda para o município, partindo da estratégia de buscar soluções alternativas que possam incrementar o turismo de forma ordenada, assegurando o desenvolvimento local integrado e sustentado. Neste sentido, são desenvolvidas ações para aumentar a participação da sociedade através do Conselho Municipal de Turismo. A expansão do setor também é favorecida pelos incentivos municipais oferecidos pela Prefeitura.

O município de São Francisco de Itabapoana possui belas praias, rios, lagoas e mangues, contudo, o turismo é apenas potencial. Segundo a Prefeitura Municipal, não há projetos e investimentos para promoção e desenvolvimento do

setor, bem como investimentos em infra-estrutura. O município ainda não dispõe de dados sistematizados sobre o número de pousadas, hotéis, restaurantes ou serviços em geral.

A cidade possui 19 praias e recebe na alta temporada em torno de 1.500 turistas, e de 400 a 500 pessoas por fim de semana na baixa temporada, que se hospedam em casas de veraneio ou pequenas pousadas. Geralmente a origem dos turistas é Minas Gerais.

A atividade turística no município de Macaé se caracteriza principalmente pelo turismo de negócios, em função da indústria do petróleo. Após a implantação do terminal de apoio a Petrobras, na década de 70, os hotéis passaram a ter ocupação plena o ano inteiro. Dessa forma, há uma grande necessidade de investir em infra-estrutura como forma de garantir o crescimento do turismo de negócios de escala nacional e internacional. Para atender a essa demanda foi construído o Centro Municipal de Convenções, que ocupa 110.000 m² e tem um estacionamento para 1.500 veículos, sendo o segundo maior centro de convenções do Rio de Janeiro.

Um estudo realizado pela Macaé Tur, em 2003, (Prefeitura de Macaé, 2003) mostrou que o turismo já corresponde a 15% do PIB municipal. A Embratur premiou Macaé com o Selo de Ouro do Turismo, sendo que apenas quatro das 94 cidades cariocas receberam este prêmio.

Algumas medidas estão sendo adotadas para transformar os atrativos naturais e culturais em produtos turísticos que possam estimular o turismo receptivo. A natureza oferece em Macaé 40 km de costa, com oito praias (cita-se a Praia de Imbetiba, a Praia dos Cavaleiros e a Praia do Pecado), ilhas, duas lagoas, dois rios, além de quatro cachoeiras e corredeiras na região serrana da cidade, onde são localizados o Pico do Frade, o Pico da Bicuda Grande e o Pico de Peito de Pomba. Também há santuários ecológicos como o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, o Parque Ecológico Fazenda do Atalaia e o Sítio Científico do Arquipélago de Sant'Ana.

O turismo cultural e arquitetônico pode ser explorado em visitas pelas Ruínas do Farol de Imbetiba/Farol Velho, ao Obelisco do Centenário, a Casa de Caridade de Macaé, ao Castelo Monte Elísio (Solar), a Sociedade Musical Lyra dos Conspiradores, ao Palácio do Legislativo, ao Palácio dos Urubus, ao Forte

Marechal Hermes, ao Solar dos Melos (Fundação Macaé de Cultura), entre outras edificações. A Igreja de Sant'Ana e a Igreja São João Batista são atrativos religiosos.

A cada dois anos é realizada na cidade a Feira Brasil *Offshore*, um evento internacional da área de petróleo, que recebe um público de aproximadamente 25 mil participantes. Também acontecem a Exposição Agropecuária Industrial e Turística de Macaé (Expo Macaé), e o Encontro de Motociclistas, que reúne os maiores esportistas do país, e o Fest Verão, com grandes músicos nacionais.

Entre os eventos religiosos que acontecem na cidade, estão a Via Sacra Macaé, a Festa da Igreja Nossa Senhora de Fátima Macaé, a Festa de Santo Antônio Glicério e a Festa de São Pedro.

A Prefeitura de Macaé está estruturando projetos para o desenvolvimento do turismo e lazer, dentre estes: a construção de um Caís Turístico, com restaurante panorâmico e Museu da Pesca; a construção de um Ginásio Poliesportivo com capacidade para sediar eventos regionais e nacionais; a urbanização da Orla Pecado/Lagoa com a padronização de bares e restaurantes, estacionamento, mirantes, ciclovia, nova iluminação e replantio da vegetação costeira de restinga; e a construção de uma Área de Lazer e Esportes e do Núcleo de Pesquisas Ecológico de Macaé (com auditório, área de exposição e laboratório) no Parque Ecológico da Lagoa de Imboassica.

O município de Carapebus não apresenta um setor turístico relevante. As iniciativas para criação de eventos refletem a demanda por parte da população local por lazer no município, portanto, não tem comprometimento com nenhum projeto turístico.

Os atrativos naturais da cidade são o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, a Praia de Carapebus e a Lagoa de Carapebus. A arquitetura e a cultura local podem ser observadas na Igreja do Caxanga, na Igreja matriz Nossa Senhora da Glória, no Cine de Carapebus, na Estação de Carapebus e na Sede da Fazenda São Domingos.

As festividades religiosas que acontecem na cidade são a Via Sacra, a Festa de São Sebastião e a Cavalgada de Páscoa. Também são realizados eventos como o Enduro de velocidade de Motocross e a Gincana de Pesca, anualmente

em janeiro, a Cavalgada Festiva, e a Festa de Aniversário da Cidade no dia 13 de março.

O município de Quissamã já recebeu o selo de potencialmente turístico da Embratur, e recebe investimentos para desenvolver o potencial histórico, cultural e ecológico do município. O turismo atrai, especialmente amigos e familiares na época de férias e/ou eventos.

Há cinco praias em destaque a Praia do Piriri (João Francisco), local em que a prefeitura realiza o Projeto Q`Verão em janeiro e fevereiro, sendo o principal centro de veraneio da cidade; a Praia da Barra do Furado, onde acontecem competições náuticas; e a Praia da Lagoa Feia, a segunda maior lagoa de água doce do Brasil, tem sido utilizada para a prática de esportes aquáticos como windsurf. Além das praias, a hidrografia da região é formada por canais, lagoas e cinco rios. O município é abrangido pelo Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

O patrimônio arquitetônico de Quissamã inclui diversas casas antigas em fazendas, o conjunto da Casa, Capela e Senzala da Fazenda Machadinho, as construções no centro da cidade como o Centro Administrativo (1870-1995), o Coreto, construído em 1915, a Vila Evelina, a Casa da Família Silva, construída em 1920, entre outros. A arquitetura religiosa pode ser contemplada na Igreja Matriz de N.S. do Desterro, construída em 1924, e pelas fazendas da região que abrigam mais de dez capelas (a mais antiga é a Capela da Machadinho - N.S. do Patrocínio, 1833) e seis de Oratórios, o mais antigo é o Oratório da Fazenda Mato de Pipa - São Francisco de Paula e Sant Ana, de 1795.

O entretenimento é promovido no Clube Recreativo de Quissamã, no Estádio Municipal Antônio Carneiro da Silva, e no Parque de Exposições Renato Queirós Carneiro da Silva, onde acontece a Exposição Agropecuária, Turística e Industrial e a Copa do Cavalo Quarto de Milha, com provas hípicas e shows. Em novembro é realizada a Festa da Água de Coco, um evento que inclui palestras, exposições e shows. A religiosidade é celebrada na Festa Nossa Senhora da Penha, Festa de São Cristóvão e Nossa Senhora do Desterro, Festa da Nossa Senhora Aparecida.

Embora Rio das Ostras tenha apenas onze anos de emancipação política, a administração municipal já definiu de forma consistente a estratégia para o

desenvolvimento econômico local, a partir da expansão do setor turístico. Tal escolha é justificada por ser o turismo a atividade que emprega a maior parte da população, e por que seu crescimento nos últimos anos resultou na duplicação das receitas do município.

O trabalho realizado pela prefeitura para expandir o setor é baseado em melhoramentos em infra-estrutura e numa maciça divulgação da cidade. Entre os projetos a serem realizados citam-se a revitalização da orla e a construção do aquário municipal com 18 tanques, num terreno a beira mar, que será o maior aquário marinho da América Latina.

A Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio tem como preocupação primordial a qualidade no atendimento ao turista, e por isso oferece em parceria com a iniciativa privada, cursos, palestras e seminários para capacitação de profissionais do setor.

Com a expectativa de incrementar o Turismo de Negócios e diversificar a economia, está sendo criada em Rio das Ostras uma Zona Especial de Negócios, numa área de 1 milhão de m², a cinco minutos da Base Operacional da Bacia de Campos, e terá infra-estrutura para atrair grandes negócios, segundo informações da secretaria de planejamento de Rio das Ostras (Petrobras/Cepemar, 2005).

O Turismo de Lazer é predominante em Rio das Ostras, dinamizado por seus atrativos naturais dispostos nos 28 km de costa, que incluem treze praias, duas ilhas, restingas, manguezais e a Lagoa de Iriry. O ecoturismo tem um cenário propiciado pelos paraísos ecológicos como o Parque Municipal de Rio das Ostras, inaugurado em 1997, a Área de Proteção Ambiental Lagoa de Iriry, e as Áreas de Relevante Interesse Ecológicos (ARIE), criadas pela prefeitura em 2002: (ARIE Itapebussus, ARIE Monumento Natural dos Costões Rochosos, e ARIE Parque Municipal dos Pássaros).

Como atividades e espaços culturais em Rio das Ostras, citam-se: Fundação Rio das Ostras de Cultura; Casa da Cultura; Casa da Música Geraldo Carneiro; Museu do Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba; Biblioteca Municipal; Escola Municipal de Dança Helba Nogueira e Companhia de Teatro de Rio das Ostras.

O turismo arquitetônico pode ser prestigiado nas seguintes edificações: Casa da Cultura; Casa da Farinha; e Centro Ferroviário de Cultura de Rocha Leão.

Há um Calendário Permanente de Eventos, com realização de campeonatos esportivos, como o Campeonato de Motocross, a Travessia de Natação o Encontro Anual dos Motociclistas; festividades culturais e gastronômicas; shows com atrações especiais para turistas. A Festa da Cidade e Feira de Indústria e Comércio de Rio das Ostras, FICRO, acontecem em abril. As comemorações religiosas promovidas na cidade são a Via Sacra, a Festa de São Pedro e a Festa de Nossa Senhora da Conceição.

Desde janeiro de 2002, a prefeitura realiza o projeto “Rio das Ostras Instrumental”, com apresentações de músicos instrumentais renomados, na Praia do Remoso, um vez por mês. A Música Popular Brasileira tem espaço no calendário de shows que oferece apresentações de grandes artistas brasileiros.

O Projeto “Cinema na Rua” desenvolvido pela Secretaria Municipal de Comunicação Social leva lazer e cultura para comunidades e turistas, exibindo nos bairros filmes do cinema nacional e internacional.

O entretenimento também é garantido através de passeios de escunas e de barco, pesca amadora, pesque e pague, parque temático “Tocolândia”.

Rio das Ostras oferece uma ampla rede hoteleira com mais de 60 meios de hospedagem, constituída por 8 hotéis, 6 hotéis clubes, 47 Pousadas e um camping, proporcionando uma oferta de mais de 6.000 leitos. Há mais de 260 estabelecimentos de alimentação, sendo aproximadamente 100 restaurantes e lanchonetes, e 76 quiosques.

O esporte é promovido por projetos realizados nas comunidades como o projeto “Criança no Esporte” e “Escola do Desporto”, além de escolinhas de karatê, vela, capoeira, vôlei, basquete, handball e futebol, que atendem mais de 2 mil jovens de seis a dezessete anos. Para a Terceira Idade o projeto “Bom dia” oferece aulas de ginástica, hidroginástica e peteca nas praias de Costazul, Praia do Centro de Praia do Bosque.

O Turismo Cultural é destaque em Casimiro de Abreu. A riqueza cultural pode ser desvendada visitando-se a localidade de Beira Rio, próximo à Barra de São João, onde existem inúmeros casarios antigos, construídos no século XIX e tombados pelo município; a Capela de São Batista, datada do século XVII e a casa onde nasceu o poeta Casimiro de Abreu, ambos tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional. A Casa de Casimiro de Abreu, um imóvel do início do século

XIX, foi transformada, em 1957, em Museu Casa de Casimiro de Abreu. O local é hoje sede da unidade da FEMURJ (Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro) tombada pelo IPHAN. O museu dispõe de um acervo com cerca de 15 edições de livros de Casimiro de Abreu, cópias de fotos e cartas, objetos que figuravam em seu túmulo, vigas e telhas da casa antes da reforma, e sua pequena biblioteca.

Outro patrimônio cultural da cidade é a Casa de Cultura Estação Casimiro de Abreu, criada em 1996 no prédio da antiga estação ferroviária. Lá funcionam a Fundação Casa de Cultura Estação Casimiro de Abreu e a Biblioteca Pública Municipal Tiradentes, criada em 1978. A Fundação tem que tem como objetivo desenvolver as atividades culturais no município e administrar a Biblioteca Municipal.

Em 1996 foi criada a segunda biblioteca na cidade, a Biblioteca Municipal Farias Brito, que ocupa duas amplas salas da estação da RFFSA em Rio Dourado. Seu acervo é formado por obras e documentos que retratam a vida do filósofo Raimundo de Farias Brito precursor do existencialismo no Brasil.

Um outro espaço importante para a cultura é a Casa das Oficinas, localizada no centro de Casimiro de Abreu, onde são desenvolvidos cursos ligados à arte, cultura e educação. O espaço desta casa está dividido em salas de oficinas, sala de projeção e sala do acervo de som e imagem (vídeos, CD's, discos de vinil e publicações sobre música e cinema).

O turismo rural vem sendo desenvolvido em fazendas e através de apoio ao artesanato local, graças ao projeto realizado pela Secretaria de Turismo com apoio da Secretaria de Agricultura, e em parceria com TurisRio e o Sebrae. A região serrana do município tem recebido empresas que começam a explorar o turismo de aventura, oferecendo atividades de cavalgada, *rafting*, trilhas, entre outras.

Casimiro de Abreu recebe, na alta temporada, turistas que chegam ao município para participar de festas religiosas e da festa de aniversário da cidade. A prefeitura realiza eventos principalmente no verão, promovendo shows, atividades esportivas e uma programação de carnaval incluídos no "Projeto Verão". A tradicional Gincana de Pesca, que aparece no calendário oficial da Confederação Brasileira de Pesca, promove a doação de todo o pescado

arrecadado à comunidades carentes do Praião, de Barra de São João. Trilhas e boiagem no Rio São João, e música nos bares situados na Praça Feliciano Sodré são outras opções de entretenimento.

Da preocupação em profissionalizar o turismo surgiu o “Programa Nacional do Desenvolvimento da Pesca”, uma proposta da Embratur, em parceria com a Secretaria de Turismo, Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Para tanto, propõe-se oferecer cursos sobre os fundamentos básicos da pesca turística às famílias de pescadores gratuitamente.

O projeto Turismo Escolar, desenvolvido pela Secretaria do Turismo, incluiu o turismo como disciplina ofertada nas 6^a, 7^a e 8^a séries das escolas municipais de ensino fundamental. É um projeto realizado em poucos municípios brasileiros, e tem como objetivo ensinar aos jovens a importância do turismo para o desenvolvimento da cidade, mostrar os pontos turísticos do município e, despertar a consciência de preservação desses espaços.

Cabo Frio é uma cidade de fluxo turístico estadual, nacional e internacional. O turismo é especialmente o de lazer, o que se justifica devido às próprias características naturais de Cabo Frio, no que se refere à localização geográfica e história estarem diretamente ligadas ao mar.

Como parte de sua destacada infra-estrutura turística, Cabo Frio possui um aeroporto internacional que prevê a construção de nova pista de pouso, para recepção de aeronaves de carga, e de um terminal de cargas como base para helicópteros e suporte para operações *offshore*.

Na alta temporada a cidade recebe um incremento populacional de quase 1 milhão de pessoas. Contudo, há uma tendência de uma maior exploração do turismo cultural, o que pode permitir que o turismo seja uma atividade constante no ano inteiro, gerando uma maior oferta de emprego e de renda para o município.

Além dos atrativos naturais, como praias, dunas e ilhas, o turismo tem um grande potencial cultural. A história e cultura locais podem ser reconhecidos nas edificações da Igreja Matriz de N.Sra. da Assunção (1660), Pelourinho (1660), Forte São Mateus (1620), Fazenda Campos Novos (1690), Conjunto Arquitetônico N. Sra. dos Anjos (1696), Igreja de São Benedito (Século XVII), Capela N. Sra. da Guia (1740), Largo de São Benedito (Casario Antigo), Charitas (1837), Fonte do

Itajurú (1847), Ponte Feliciano Sodré (1893/1926), Monumento do Anjo Caído (Início do século XX), Monumento ao Salineiro (1981) e Mirante do Morro da Guia (1998).

Além disso, há eventos culturais realizados durante todo o ano como o Encontro Nacional de Corais, o Festival Gastronômico, a encenação de Corpus Christi e as feiras de artesanato. Entre as festividades religiosas acontece a Festa de São Pedro da Gamboa, a Festa de São Cristóvão e a Festa de Nossa Senhora de Assunção.

Todo este potencial pode ser utilizado para diversificar o turismo e promover o desenvolvimento sustentável desta atividade. O poder público reconhece este potencial e através da Secretaria Municipal de Turismo começa a dar passos importantes para a implantação de uma política de turismo. Em 2003, a Secretaria Municipal de Turismo criou o Selo de Qualidade, destinado a identificar estabelecimentos comerciais e hoteleiros que se distinguem pela boa qualidade dos serviços oferecidos. A estrutura hoteleira oferece mais de 6.000 leitos, distribuídos entre 22 hotéis, sendo que 10 possuem selo de qualidade, 53 pousadas, das quais 15 tem selo de qualidade, 3 albergues e 5 campings, conforme dados descritos no Guia de Serviços de Cabo Frio, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Turismo nos locais de informações turísticas.

O setor de alimentação comporta mais de 500 estabelecimentos, entre restaurantes, bares, pizzarias e lanchonetes, em toda a cidade, sendo que a maioria concentra-se na orla. Dez restaurantes possuem o selo de qualidade. O lazer noturno é garantido pelas casas noturnas existentes na cidade.

A Secretaria Municipal de Turismo também promove atividades gratuitas nas vias públicas durante o verão e o carnaval. Nas praias e bares da orla, acontecem shows com música ao vivo todas as noites, e nos fins de semana há apresentações no Teatro Municipal. Outros eventos incluídos na agenda local são o Cabofolia (Carnaval fora de época na Praia do Forte), o Setembrofest (Festival de cerveja e frutos do mar, na Praia do Forte), o Rodeio Show e o Encontro Nacional de Motos.

Uma parceria entre as Secretarias Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Educação viabilizou a implantação de um curso de educação ambiental nas escolas públicas e particulares, com objetivo de conscientizar os alunos sobre a

importância da preservação do meio ambiente, deste para o desenvolvimento da cidade, através do turismo. Uma outra parceria entre as Secretarias de Turismo e Educação oferece um curso de conscientização turística para os alunos de Cabo Frio, que no final do ano letivo organizam uma feira onde expõem os trabalhos.

Armação de Búzios representa o ícone do turismo da região litorânea norte do estado do Rio de Janeiro. O município possui inúmeros atrativos naturais formados por mais de 20 praias, ilhas, costões rochosos, brejos, lagoas, bancos de corais e manguezais. Essa riqueza natural é objeto de proteção ambiental, conforme consta do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação de Búzios, realizado pela Prefeitura Municipal em 2003.

Aproximadamente 50% do território de Búzios é classificado como APP (Áreas de Proteção Permanente), incluindo toda a orla, fragmentos de Mata Atlântica e a Vegetação típica de Búzios (estepe arbórea aberta), e outras coberturas vegetais que abrigam algumas espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, além de brejos e lagoas.

Há duas Áreas de Proteção Ambiental (APA): a APA Municipal da Azeda/Azedinha, criada em 1988, e a APA Estadual do Pau-Brasil, criada em 2000. Além disso, parte do território da Reserva Ecológica de Tauá, situa-se no município, o que desperta um grande interesse turístico por seu valor histórico e arqueológico. A riqueza patrimonial de Armação de Búzios também inclui 22 sítios arqueológicos registrados no IPHAN (Instituto do Patrimônio, Histórico, Artístico Nacional).

O turismo é a principal atividade e seu desenvolvimento está diretamente ligado à manutenção de todo esse patrimônio ambiental. Na alta temporada a ocupação dos meios de hospedagem chega a 95%, e na baixa temporada a 30%.

Em Búzios também está instalado um aeroporto, o Umberto Modiano, que atende, no geral, à demanda turística, fazendo ponte com o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, com o Santos Dumont no Rio de Janeiro e com aeroportos de São Paulo e de Belo Horizonte.

Um outro fator que acrescenta o potencial turístico do município é a diversidade cultural, realizada através de manifestações da cultura local, como o Reis-Bois (auto encenado no mês de agosto, com diversas apresentações), ou eventos já tradicionais nas áreas de teatro, cinema e música. Como exemplo,

citam-se a Mostra de Teatro; o Festival Anual do Cinema, que exhibe filmes nacionais e internacionais gratuitamente; e o Festival de Jazz & Blues, que traz solistas e grupos nacionais e internacionais.

Sob a proteção do poder público, como patrimônio histórico e cultural do município, estão os Casarios Antigos, a Casa do Sino, o Solar do Peixe Vivo, a Colônia dos Pescadores, a Igreja de Santana (início Século XVIII), a Igreja Metodista (1928), a Igreja Metodista de Manguinhos (1933) e as Esculturas em bronze na Orla Bardot. A igreja de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, a única do mundo em homenagem a esta santa, foi inaugurada em 2001, mas já se tornou atração turística, tendo recebido mais de 120 mil fiéis.

Os Mirantes de João Fernandes e da Praia Brava são atrações turísticas de parada obrigatória, locais que permitem uma vista de praticamente toda a cidade e da orla.

Os locais de movimentação cultural na cidade são: a Casa da Cultura de Búzios, a Feirarte (Centro de Exposições e Comercialização de artesanato e produtos artísticos, criado e mantido por artistas autônomos), a Pérgula da Praça Santos Dumont, onde acontece exposições de artistas plásticos; quatro Bibliotecas com um acervo total de 19 mil títulos. A Secretaria da Cultura atua na promoção de atividades culturais voltadas ao teatro, além de oferecer na Casa da Cultura oficinas de artes e prática de capoeira.

A cidade comporta estrutura para atender turismo de lazer, negócios, cultural e ecológico durante todo o ano, sendo considerado um município que atende turismo de todas as categorias (estadual, regional, nacional e internacional).

Os meios de hospedagem existentes ofertam aproximadamente 10.000 leitos, distribuídos entre 17 hotéis, 225 pousadas, 4 apart hotéis e 1 albergue. O setor de serviços de alimentação é constituído por mais de 100 restaurantes e 31 lanchonetes que atendem a população local e aos turistas.

A vida noturna é agitada na Rua das Pedras que reúne além de boutiques famosas, bares exóticos, restaurante de gastronomia variada. Há 2 centros de informações turísticas e uma linha 0800 que funciona 24 horas por dia – única no estado. A cidade também dispõe de um Centro de Convenções.

O esporte pode ser praticado nas 4 quadras poliesportivas públicas e 1 particular, nos 8 campos de futebol, nas 4 quadras de tênis, nos 3 campos de

areia para futebol, nos 2 clubes, no late Clube e no Golf Club. A cidade também realiza eventos esportivos a citar o encontro de pára-quedistas, e etapas de campeonatos de golf, vela, tênis e Rally Mitsubishi.

No município de Arraial do Cabo predomina o turismo de lazer. Mas, há um grande potencial para o desenvolvimento do turismo ecológico, devido a existência de grandes áreas de restinga e de proteção ambiental, sendo que o mar em torno de Arraial, a atividade pesqueira artesanal e de mergulho esportivo são protegidas pela Reserva Extrativista Marinha do Brasil (a primeira reserva de proteção da Marinha).

A Secretaria de Turismo tem investido na capacitação de guias locais. Além disto, a valorização ao meio ambiente e sua importância para o turismo é uma preocupação do poder público local, que inclui na agenda de eventos da cidade uma campanha de conscientização ambiental intitulada “Campanha de Limpeza das Praias”.

O patrimônio natural de Arraial do Cabo é composto por oito praias, Restinga de Massambaba, Gruta Azul e Gruta do Oratório, Morro do Pontal do Atalaia (172 m de altura, é o ponto mais elevado do município, local em que situa-se as Ruínas do Telégrafo), e a Ilha de Cabo Frio/do Farol.

A Ilha de Cabo Frio/do Farol, ainda preserva grande parte de sua área coberta por Mata Atlântica fechada, definindo-se como o topo de uma montanha submersa, possuindo apenas uma praia. No local situa-se o Farol Novo, a Rocha de Nossa Senhora, Saco do Inglês e as Ruínas do Farol Velho. Entre a ilha e a Enseada dos Anjos, estão os “Baixios”, área com extensão aproximada de 1,2 km de largura, que identifica-se como uma grande banco de areia coberto pelo mar.

O turista pode conhecer um pouco da cultura de Arraial do Cabo visitando a Igreja de N. Sra. dos Remédios, uma das primeiras construções portuguesas no Brasil (1506); as Ruínas dos Telégrafos (1814) e Ruínas do Farol Velho (1836), locais em que avista-se toda a cidade; o Museu Castorina Regina Martins e o Museu Oceanográfico do IEAPM (1981), onde há uma exposição que relata o estudo do Fenômeno da Ressurgência que ocorre em Arraial do Cabo; a Companhia Nacional de Ácalis (1943), que abrange uma área de 400 mil m²; e o Centro Cultural Manoel Camargo, constituído de Museu Regional, sala de exposições, anfiteatro e biblioteca.

O Centro Cultural Manoel Camargo é a instituição responsável pelo incentivo as atividades culturais da região. A cultura também é promovida na agenda de eventos da cidade, da qual faz parte a Semana da Cultura, o Festival de Escultura na Areia, os festivais gastronômicos da Lula e o Festival do Mexilhão.

A religiosidade é comemorada na Festa de São Pedro, Corpus Christi, Festa de N. Sra. dos Remédios, Festa de Santa Terezinha, Festa Religiosa do Divino Espírito Santo, Festa do Sagrado Coração de Jesus e Festa da Padroeira de Arraial do Cabo – N. Sra. dos Remédios.

A cidade promove uma série de eventos esportivos: Campeonato Brasileiro de Caça Submarina, Campeonato de Futebol de Praia, vôlei de Praia futevôlei, de Skate, Tênis, Tênis de Mesa, Surf, Bodyboard, Jiu-Jitsu, Atletismo, Ciclismo e Natação, Basquete e Handball. Esportes radicais como o Rapel também são praticados na cidade, além de acontecerem diversos campeonatos de pesca.

Arraial do Cabo oferece aproximadamente 40 estabelecimentos para hospedagem, sendo aproximadamente seis hotéis e vinte pousadas. Quanto aos serviços alimentares da cidade, a Secretaria de Turismo possui um cadastro com cerca de 35 estabelecimentos entre restaurantes, bares e lanchonetes.

No município de Cabo Frio os programas e projetos direcionados ao turismo desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Turismo são: atividades gratuitas nas vias públicas durante o verão e o Carnaval; shows com música ao vivo todas as noites nas praias e bares da orla; e apresentações nos fins de semana no Teatro Municipal; cursos de educação ambiental nas escolas públicas e particulares, com objetivo de conscientizar os alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente, deste para o desenvolvimento da cidade, através do turismo (parceria com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Educação); cursos de conscientização turística para os alunos de Cabo Frio (parceria com a Secretaria de Educação).

A Prefeitura Municipal de Campos dispõe dos projetos Academia para todos e Na Praça o Esporte é de Graça.

A Prefeitura Municipal do Rio das Ostras promove os seguintes projetos para o turismo e cultura no município: Urbanização Turística; Projeto para a construção do Aquário Municipal com 18 tanques; Projeto de revitalização urbano-ambiental para a Praia das Tartarugas; Projeto de reurbanização da Rodovia Amaral

Peixoto; Projeto de revitalização da Lagoa de Iriry; Projeto para revitalização urbano-ambiental da orla de Costazul; Projeto de construção da Praça da Baleia; Projeto de revitalização urbano-ambiental para os costões rochosos; Projeto de revitalização do Beira Rio; Projeto de ordenação urbanística de Boca da Barra; Projeto de revitalização da Orla do Centro. O Projeto de Recuperação de Sambaquis já tem sítios cadastrados (Fundação Rio das Ostras de Cultura – Casa da Cultura, Casa de Música Geraldo Carneiro e Escola de Dança).

Quanto à Cultura e Lazer pode-se citar a realização do projeto “Rio das Ostras Instrumental”, desde janeiro de 2002, com apresentações de músicos instrumentais renomados na Praia do Remoso; realização de shows com artistas da música popular; projetos realizados pela Secretaria de Esporte e Lazer, como escolinhas de futebol, de velas, de skate, de tennis, de Handball, prática de esportes na praia e prática de esportes nas repartições públicas após o expediente. A Secretaria de Comunicação desenvolve o Projeto “Cinema na Rua”, exibindo filmes, documentários, informações para os bairros.

Em Macaé o Turismo de Negócios apresenta-se como o foco para a realização de programas e projetos no município. A feira *offshore* reúne fornecedores de equipamentos e prestadores de serviços brasileiros.

A Prefeitura Municipal de Macaé através da Secretaria Municipal de Esporte e lazer promove os seguintes projetos e programas para o desenvolvimento do turismo no município: Programa de Iniciação Desportiva (PIDES); Projeto Macaé Futsal; Projeto Macaé Basquetebol; Projeto Macaé na Luta; Projeto Macaé Tênis Para Todos; Projeto Macaé Voleibol; Projeto Academia da Cidade; Projeto Movimentando sua Manhã; dentre outros. Vale ressaltar o Projeto Art Luz, um projeto direcionado a cultura, desenvolvido pela Fundação Macaé de Cultura.

O município de São Francisco de Itabapoana, realiza uma programação para promover o turismo na cidade a partir da realização de eventos promocionais de verão de dezembro a março.

Em São João da Barra destacam-se os programas inseridos no Programa de Desenvolvimentos do Turismo -Plano Estratégico de São João da Barra- 2000: Programa Direcionado à Capacitação – cursos para guias turísticos; Programa Direcionado para Atrativos Turísticos – Projeto para restauração e conservação dos patrimônios históricos; Projetos para Investimentos para as Lagoas de

Grussaí e Iquipari; Projeto para a construção do Clube da Terceira Idade; Projeto de instalação de Quiosques; organização de uma área para preservação da memória do Pontal; Programa Direcionado para Ação Comunitária; Campanhas de conscientização de preservação da natureza; Campanha de conscientização da importância do turismo junto a comunidade; Projeto para urbanização da Lagoa de Grussaí; Divulgar calendário de eventos esportivos, culturais e religiosos; Plano de divulgação das atrações e atrativos turísticos; dentre outros.

Em Quissamã, os projetos realizados em prol do turismo são: Iniciação esportiva; Domingo na Praça; Gincana da 3ª Idade; Colônia de Férias; Projeto Q`Verão em janeiro e fevereiro, realizado na Praia do Piriri (João Francisco).

Em Casemiro de Abreu acontece o Projeto “Turismo Escolar”, que incluiu o turismo como disciplina ofertada nas 6ª, 7ª e 8ª séries das escolas municipais de ensino fundamental.

II.5.3.J - Controle e Fiscalização Ambiental

Pela inter-relação existente entre as diversas instituições encarregadas de realizar o controle e fiscalização ambiental na área de influência do empreendimento, neste item são abordados os órgãos divididos apenas por estados e não por área de influência. Desta maneira, os municípios do litoral sul do estado do Espírito Santo que compõem a área de influência indireta, serão abordados conjuntamente com os municípios de Vitória, Serra, Vila Velha e os do litoral norte capixaba, que compõem a AID do empreendimento.

II.5.3.J.1 - Municípios do Estado do Espírito Santo

O IBAMA, Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, está sediado em Vitória, atendendo aos municípios de Guarapari, Anchieta, Vila Velha, Serra, Fundão, Aracruz, São Mateus além da capital Vitória. Em Linhares o IBAMA destacou um funcionário para a Reserva Biológica de Comboios.

O município de Piúma é atendido pela gerência Vitória, além de Rio Novo do Sul. Marataizes, Itapemirim e Presidente Kennedy são atendidos por Mimoso do

Sul. O município de Linhares possui um funcionário na Flona de Goytacazes e um escritório na Reserva de Sooretama.

O IEMA, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, funciona em Cariacica sendo a instância que atende aos treze municípios localizados na faixa litorânea da área de influência: Marataízes, Itapemirim, Presidente Kennedy, Piúma, Anchieta, Guarapari, Vitória, Vila Velha, Serra, Fundão, Aracruz, São Mateus e Linhares.

O INCAPER atende aos municípios de Piúma, Anchieta, Guarapari, Vitória, Vila Velha, Linhares. Os municípios de Vitória, Vila Velha e Guarapari são atendidos pela unidade do INCAPER em Vitória. Piúma, Anchieta e Linhares possuem unidades locais.

O INCRA possui uma unidade em Vila Velha, que atende a capital e os municípios de Piúma e Anchieta. Também possui unidades locais em Guarapari e Vila Velha. No município de Fundão o serviço é realizado pela prefeitura municipal.

O IDAF possui unidades em todos os municípios do estado do Espírito Santo que formam parte da AID e da AII.

Quanto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, vale ressaltar, que nem todos os municípios da área de influência do empreendimento o possuem, a saber: Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy.

Em Guarapari foi criado recentemente o CONSEMAG, Conselho Municipal de Meio Ambiente de Guarapari, que é composto por órgãos do poder público e sociedade civil. Em Anchieta houve uma tentativa para a criação do conselho através da criação da Lei Municipal nº 206/1997, a qual prevê a criação, contudo esta lei foi vetada. Piúma possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual foi instituído através da Lei Municipal nº 460, de 01 de julho de 1991, sendo composto por representantes do poder público e sociedade civil.

Na AID, no litoral norte, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Aracruz, COMMA, foi criado pelo Decreto nº 8.917, de 25 de novembro de 1999. Os municípios de Linhares, São Mateus e Fundão também possuem Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Os municípios de Vitória, Vila Velha e Serra possuem Conselho Municipal de Meio Ambiente. Em Vitória o conselho foi criado pela Lei Municipal nº 3.625, de 08

de novembro de 1989, em Vila Velha existe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (CONDUMA), composto por órgãos do poder público e sociedade civil e, na Serra, o conselho foi instituído pela Lei Municipal nº 2199/99.

A Polícia Ambiental possui destacamentos nos municípios de Vitória, São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim e Cariacica, que prestam atendimentos aos municípios localizados na área de influência do empreendimento, exceto ao município da Serra. Os municípios de Vitória, Anchieta, Linhares, Fundão e Aracruz são atendidos pelo destacamento de Vitória, sendo que Anchieta também recebe atendimento de Cachoeiro de Itapemirim.

Em Aracruz existe ainda o Projeto CEREIAS na Vila do Riacho que dispõe de um funcionário da Polícia Ambiental para atendimento local. O município de São Mateus tem um destacamento local.

Vila Velha conta com o destacamento de Cariacica, o qual também atende ao município de Piúma. Em Piúma existe também a possibilidade de recorrer a Polícia Ambiental localizada em Cachoeiro de Itapemirim, que atende aos municípios de Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy e Anchieta.

O Ministério Público tem uma atuação importante nos municípios em que está presente: Aracruz, São Mateus e Itapemirim.

As Secretarias Municipais de Meio Ambiente fazem parte da administração dos municípios de Guarapari, Piúma, Anchieta, Presidente Kennedy, Marataízes, Vitória, Vila Velha, Aracruz, Fundão, São Mateus e Linhares.

Outras instituições atuantes na área de influência pertencente ao estado do Espírito Santo são: a Gerência de Meio Ambiente, no município de Linhares; o Departamento Municipal de Meio Ambiente, no município de Marataízes; a GRPU, no município de Vitória, que também atende a São Mateus; FUNAI, que dispõe de dois funcionários na aldeia de Caieiras Velha, no município de Aracruz.

Convênio, Consórcios Ambientais e demais formas de cooperação inter-institucional

Os municípios do litoral sul capixaba de Marataízes, Itapemirim, Piúma, Presidente Kennedy, Anchieta e Guarapari não possuem convênio ou acordo de cooperação para realização do controle e fiscalização ambiental na AII.

Segundo a Coordenadoria de Controle Ambiental no município de Linhares, existe um projeto na Câmara para a Gerência de Meio Ambiente para concentrar a realização do licenciamento ambiental no município (Petrobras/Cepemar, 2005).

Linhares possui os seguintes convênios com o Fundo Nacional do Meio Ambiente: projeto de recuperação das áreas degradadas da Lagoa Juparanã e projeto Fotossíntese.

O município de Aracruz participa do consórcio intermunicipal para recuperação e conservação da bacia hidrográfica do rio Piraquê-Açú – Santa Tereza, João Neiva, Ibiraçu e Aracruz, em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente.

São Mateus possui um convênio com o IEMA para questões de licenciamento ambiental. O município também realiza convênio com a UFES no projeto Caranguejo. Esta ação está sendo realizada em conjunto com Ministério do trabalho e INSS, e objetiva a inclusão social dos catadores.

O município de Fundão possui um convênio com a UFES para se montar um observatório no parque municipal de Goiapaba Açú.

Segundo a fiscalização ambiental da Serra, está para ser assinado um convênio com a Polícia Ambiental, sendo aguardada a finalização da montagem do Destacamento da Polícia Ambiental, DPA, na sede do município. Atualmente, a prefeitura tem um convênio com o IDAF para que a liberação de qualquer desmatamento passe a ser concomitantemente liberada pelos dois órgãos. A Serra tem um Comitê da Bacia hidrográfica do rio Jacaraípe.

Em Vila Velha a prefeitura possui um convênio através da Secretaria de Meio Ambiente com a CVRD para preservação da Lagoa do Cocal.

No município de Vitória não há nenhum convênio ou acordo para fiscalização ambiental.

II.5.3.J.2 - Municípios do Litoral Norte Fluminense

Na All pertencente aos municípios do litoral norte fluminense, o IBAMA, Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis atua especialmente através de seus escritórios regionais de Cabo Frio e Campos. O escritório regional localizado em Cabo Frio atende a este município, bem como a Macaé, Rio das Ostras, Armação dos Búzios, e Arraial do Cabo, sendo que este último também conta com um escritório local na Reserva Extrativista de Arraial do Cabo. O Escritório Regional Campos atende respectivamente aos municípios de Campos, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Quissamã. A Administração do Parque Jurubatiba, localizado em Macaé, atua nos municípios de Quissamã e Carapebus. Em Casemiro de Abreu há o Escritório na Reserva Biológica de Poço das Antas, além de haver funcionários do IBAMA atuando na Reserva Biológica União e na APA da Bacia do Rio São João (Mico Leão Dourado).

A Superintendência Estadual de Rio e Lagos, SERLA, possui uma Agência regional norte em Campos dos Goytacazes, que atua nos municípios de Campos, Quissamã, Carapebus, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Macaé.

O escritório da SERLA no município de Araruama atua nos municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Rio das Ostras, Casemiro de Abreu e Armação dos Búzios.

A Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente, FEEMA, realiza sua atividade através da Agência Regional Norte, localizada em Campos, que atende este município, bem como aos municípios de Quissamã, Arraial do Cabo e Carapebus. O Escritório da FEEMA, no município de Araruama, atende aos municípios de Cabo Frio, Rio das Ostras, Casemiro de Abreu e Armação dos Búzios. Macaé conta com o atendimento realizado pelo escritório do FEEMA no município do Rio de Janeiro.

O Instituto Estadual das Florestas, IEF, possui uma Agência Regional no município de Macaé, que atende este município, mas também a Armação dos Búzios, Carapebus e Quissamã.

O Escritório Regional e Fiscalização do IEF localizado em Campos presta atendimento, a este município e a São Francisco de Itabapoana. Arraial do Cabo conta com o escritório do IEF no município do Rio de Janeiro.

A EMATER possui unidade em Cabo Frio, que atende a este município. O município de Armação dos Búzios conta com o atendimento da unidade da EMATER em Cabo Frio, mas também com uma unidade localizada em Araruama.

No que tange as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, estão presentes nos seguintes municípios do Litoral Norte Fluminense: Carapebus, Macaé, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Casemiro de Abreu, Armação dos Búzios, Rio das Ostras (SEMAP- Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca), Cabo Frio (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca), Campos (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca) e Quissamã (SEEMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca) (Petrobras/Cepemar (2005).

Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente no litoral norte fluminense estão presentes na maioria dos municípios, com exceção a Carapebus, Quissamã e Macaé. Embora Campos possua conselho, este encontra-se atualmente desativado.

Em São Francisco de Itabapoana o Conselho Municipal do Meio Ambiente foi instituído pela Lei nº 12, de 7 de maio de 2002. A linha de atuação deste conselho é deliberativa, sendo que nas reuniões que se desenvolvem periodicamente, tratam-se as questões ambientais do município, para posterior transmissão dos resultados das mesmas ao poder público local.

No município de Casemiro de Abreu, também há Conselho Municipal de Meio Ambiente. De constituição paritária, metade do conselho é integrada por órgãos públicos e metade pela sociedade civil organizada, sua linha de atuação encontra-se sinalada pela deliberação sobre as diretrizes ambientais que deve seguir o município, assim como a de elemento de consulta perante as decisões que devem ser tomadas pelas autoridades municipais.

Em São João da Barra o Conselho Municipal de Meio Ambiente foi criado pela Lei nº 011/1999. Na criação, tinha representação de 22 instituições (sociedade civil organizada, órgãos federais, estaduais e municipais). Atualmente, 12 instituições têm representação no conselho. O conselho está em pleno

funcionamento, acontecem reuniões mensais, onde são discutidas estratégias para resolução dos problemas ambientais (Petrobras/Cepemar (2005)).

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Arraial do Cabo foi criado pela Lei nº 1262/2002. A Lei nº 1320/2003 insere modificações na Lei nº 1262/2002. O regimento interno do Conselho foi homologado pelo Decreto nº 1227/2003. O conselho desenvolve tarefas deliberativas visando a solução das eventuais situações de conflito originadas em hipotéticos cenários, assim como também situar-se como órgão de consulta por parte do poder executivo municipal, frente à tomada de decisões no rumo da política ambiental local.

No município de Armação dos Búzios há um Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente que se direciona na deliberação sobre as tendências que deve seguir o município, especificamente na expansão do uso do solo, em sintonia com a conservação dos espaços ambientais. De tal forma, o caráter deliberativo, junto com o aspecto consultivo pelo poder público local, constituem a linha de atuação do conselho.

Em Cabo Frio existe o Conselho de Defesa do Meio Ambiente, órgão criado pela Lei Municipal nº 1675/2003, que tem conformação paritária (50% órgão públicos, 50% de sociedade civil) e atua de forma deliberativa e consultiva, sendo que a Secretaria do Meio Ambiente e o Executivo, tem poder de veto.

O município de Rio das Ostras possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, composto por sociedade civil organizada e poder público. A Grade do Conselho de Meio Ambiente é formada por entidades técnicas (CREA, IBAMA e EMATER), e por representantes da sociedade civil organizada (AERO – Associação de Engenheiros e Arquitetos de Rio das Ostras, MERO – Movimento Ecológico de Rio das Ostras, ACUCA – Associação Coral Amadeus, AMANORTE, RENASCER e AMACAMPOMAR).

A inter-relação das entidades técnicas com as instituições da sociedade civil organizada tem por finalidade a de deliberar sobre as questões ambientais que se apresentem no município de Rio das Ostras, sugerindo soluções e caminhos ao poder executivo municipal. Possui ainda as características de disponibilizar-se, como órgão de consulta, por parte da administração municipal.

Destaca-se ainda o desempenho da Comissão de Estudos Ambientais de Rio das Ostras, ligada a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, nomeada

através da Portaria 071/2002, com a finalidade de elaborar estudos e relatórios, visando a definição do uso do solo urbano do Município de Rio das Ostras, objetivando a proteção do meio ambiente.

A Defesa Civil também tem contribuído para o controle e fiscalização ambiental nos municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

O Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente, BPFMA, 3ª Companhia de Polícia Florestal de Campos presta atendimento aos municípios de Campos, Macaé, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Esse Batalhão possui um destacamento em Quissamã, que atende a este município e a Carapebus.

Os municípios Arraial do Cabo, Casemiro de Abreu e Armação dos Búzios recebem atendimento do Batalhão Florestal da Polícia Militar da localidade de Praia Seca, município de Araruama, e segundo informações locais, o combustível é fornecido pela prefeitura. O município de Casemiro de Abreu também é atendido pelo Batalhão de Conceição de Macaú.

O Ministério Público possui unidades nos municípios de São João da Barra, Arraial do Cabo, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana e Casemiro de Abreu.

Outras instituições de destaque na fiscalização ambiental na região litoral norte fluminense são: Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, localizada no município de Niterói, a qual atende a Arraial do Cabo; Fundação Municipal de Meio Ambiente, no município de Arraial do Cabo; Departamento de Meio Ambiente Pesca e Fiscalização e Departamento de Unidades de Conservação em Rio das Ostras; e DRM/RJ - Departamento de Recursos Minerais, localizada em Niterói, a qual atende ao município de Quissamã; e a Guarda Marítima e Ambiental de Cabo Frio, que atua no município de Cabo Frio.

Convênio, Consórcios Ambientais e demais formas de cooperação inter-institucional

Em Carapebus o IBAMA, a SERLA, a FEEMA e o Batalhão da Polícia Florestal e Meio Ambiente (Posto Quissamã- subordinado a Campos) são órgãos que atuam de forma integrada com a secretaria municipal, porém sem acordo formalizado. Já o IEF (Agência Regional – Macaé) atua isoladamente.

O município não dispõe de nenhum convênio ou qualquer outro tipo de cooperação inter-institucional com o objetivo de controle e fiscalização ambiental. Existe um projeto, que ainda não foi formalizado, para criação de convênio com o Fundo Nacional de Meio Ambiente com o objetivo de implantar a Agenda 21.

Carapebus participa do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica da Macroregião Ambiental 5.

No município de São João da Barra, a Secretaria de Meio Ambiente atua na fiscalização e no licenciamento ambiental (na zona rural em parceria com o IBAMA) com 2 técnicos, 2 fiscais e 1 estagiário.

Em Arraial do Cabo a Fundação Municipal de Meio Ambiente atua em ações conjuntas com os demais órgãos de fiscalização. Quanto aos convênios, está em fase de formalização o convênio entre a Fundação Municipal de Meio Ambiente e IBAMA, para que a fiscalização da Reserva Extrativista passe a ser feita pela Fundação.

Rio das Ostras participa de dois consórcios ambientais, o Consórcio Ambiental Lagos São João - Macro Região 4 e Consórcio Intermunicipal da Macro Região Ambiental 5, segundo informações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca (Petrobras/Cepemar, 2005).

Macaé possui convênio com o Fundo Nacional de Meio Ambiente para a implantação da Agenda 21. Também foi realizado um convênio com a SERLA para demarcação de faixa marginal no município, e outro convênio com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente com IEF/RJ para reflorestamento de mata ciliar – parte financiada por medida compensatória das termoeletricas.

O município de Macaé dispõe de 16 fiscais de controle ambiental. Além disso, existem fiscais que atuam permanentemente no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e na Reserva Biológica União.

No município de Casemiro de Abreu, com a conformação do Conselho de Meio Ambiente, será possível assinar convênio com o Fundo Nacional de Meio Ambiente. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o IBAMA tem atuado no município em parceria com os fiscais municipais, com funcionários da Reserva Biológica União e da APA da Bacia do rio São João.

No município de Armação dos Búzios existe um convênio com a SERLA para a demarcação das margens das lagoas, e outro convênio com o Ministério do

Meio Ambiente para tornar as unidades marinhas para o município. Vale ressaltar, ainda, o Projeto Orla em parceria com o Ministério do Planejamento e Meio Ambiente.

No município de Campos, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil informou que não existem convênios, acordos ou outras formas de cooperação inter-institucional no âmbito do controle e fiscalização ambiental. A situação é a mesma para os municípios de Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Cabo Frio (Petrobras/Cepemar, 2005).

Vale ressaltar que o município de Cabo Frio participa do Consórcio Ambiental Lagos São João – sediado em Araruama.

II.5.3.K - Instrumentos de Gestão Ambiental

Legislação

Sendo a legislação estadual instrumento de competência tanto na AID integrada pelos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha e do litoral norte do ES quanto pela All dentro do estado do ES, integrada pelos municípios do litoral sul do ES, serão abordados inicialmente estes instrumentos estaduais de maneira conjunta para posteriormente serem descritos os instrumentos municipais, diferenciando-os por área de influência.

Âmbito Estadual

Constituição do Estado do Espírito Santo: promulgada em 1989 dispõe sobre o direito de toda a população a um meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, impondo-se ao estado e aos municípios, o dever de zelar por sua preservação, conservação e recuperação em benefício das gerações atuais e futuras.

Lei Estadual nº 3.384/1980: dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no estado do Espírito Santo.

Lei Estadual nº 3.582/1983: dispõe sobre as medidas de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente no estado do Espírito Santo, tendo

sido alterada pela Lei Estadual nº 4.126/1988. As disposições que ainda permanecem com vigência referem-se à concessão de incentivos e financiamentos aos projetos que considerarem o disposto na lei em tela e às infrações e penalidades para o descumprimento do seu conteúdo.

Lei Estadual nº 4.126/1988: dispõe sobre a política estadual de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente pelo Sistema Estadual do Meio Ambiente.

Lei Estadual nº 5.377/1997: regulamenta o artigo 187, § 3º, da Constituição Estadual, segundo o qual a análise do relatório de impacto ambiental relativa a projetos de grande porte será realizada pelo órgão público competente e submetida à apreciação da comissão permanente e específica da Assembléia Legislativa, devendo ser custeada pelo interessado, proibida a participação de pessoas físicas ou jurídicas que atuaram na sua elaboração.

Lei Estadual nº 5.816/1998: institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo (PEGC/ES), que tem por objetivos: orientar e estabelecer a ocupação do solo e a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira; promover a melhoria da qualidade de vida das populações locais; conservar os ecossistemas costeiros, em condições que assegurem a qualidade ambiental; determinar as potencialidades e vulnerabilidades da Zona Costeira; estabelecer o processo de gestão das atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de forma integrada, descentralizada e participativa, com a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural; assegurar o controle sobre os agentes que possam causar poluição ou degradação ambiental, em quaisquer de suas formas, que afetem a Zona Costeira; assegurar a mitigação dos impactos ambientais sobre a Zona Costeira e a recuperação de áreas degradadas; assegurar a interação harmônica da Zona Costeira com as demais regiões que a influenciam ou que por ela sejam influenciadas; implantar programas de Educação Ambiental com as comunidades costeiras; definir a capacidade de suporte ambiental das áreas passíveis de ocupação, de forma a estabelecer níveis de utilização dos recursos renováveis e não renováveis; e estabelecer normas referentes ao controle e manutenção da qualidade do ambiente costeiro.

Importante destacar a instituição de instrumentos, no âmbito do PEGC, como o Zoneamento Ecológico - Econômico Costeiro (ZEEC), instrumento básico de

planejamento que estabelece, após discussão pública de suas recomendações técnicas, a nível estadual e municipal, as normas de uso, ocupação do solo e de manejo dos recursos naturais da costa, em zonas específicas, definidas a partir de suas características ecológicas e socioeconômicas.

Lei Complementar Estadual nº 152/1999: cria o Fundo de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente (FUNDEMA), o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) e os Conselhos Regionais do Meio Ambiente. Dentre os seus recursos, o FUNDEMA recebe dotações orçamentárias dos municípios, sendo consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros em projetos e empreendimentos nas seguintes áreas: unidades de conservação; pesquisa e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental; recomposição florestal e recuperação de áreas degradadas; desenvolvimento de infra-estrutura institucional; gerenciamento, controle e fiscalização ambiental; aproveitamento econômico sustentável da flora e fauna nativas.

O CONSEMA é órgão colegiado de deliberação superior, com atuação de âmbito estadual, com o objetivo de dirimir conflitos entre os Conselhos Regionais de Meio Ambiente. Estes são órgãos colegiados de deliberação superior, de atuação regional e com jurisdição restrita às seguintes bacias hidrográficas: Bacias Hidrográficas dos Rios Itaúnas, São Mateus e Cricaré (Conselho Regional I), Sub-Bacias da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Doce (Conselho Regional II), Sub-Bacias da Bacia Hidrográfica do Baixo Rio Doce e Bacia do Sahy e Reis Magos (Conselho Regional III), Bacias Hidrográficas dos Rios Itabapoana, Itapeminirm, Benevente e Rio Novo (Conselho Regional IV), Bacias Hidrográficas dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória e a Região Metropolitana da Grande Vitória (Conselho Regional V).

II.5.3.K.1 - Municípios da AID

II.5.3.K.1.1 - Vitória, Vila Velha e Serra

Âmbito Municipal

- Município de Vitória

Código Municipal de Meio Ambiente: instituído pela Lei Municipal nº 4.438/1997.

Decreto Municipal nº 7.283/1986: estabelece o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Decreto Municipal nº 10.023/1997: regulamenta o Poder de Polícia Ambiental, estabelecido na Lei nº 4438/97, que instituiu o Código do Meio Ambiente.

Decreto Municipal nº 11.068/2002: estabelece os procedimentos do licenciamento ambiental no município de Vitória, instituído pela Lei 5.131/00.

Decreto Municipal nº 11.622/2003: acrescenta o Art. 45 ao Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 9.924/96.

Lei Municipal nº 3.502/1987: dispõe sobre a Política de Proteção, Controle e da Conservação do Meio Ambiente. Institui o Fundo Municipal de Proteção Ambiental, a ser aplicado obrigatoriamente em projetos de melhoria da qualidade do meio ambiente no município.

Lei Municipal nº 3.625/1989: cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA. Regulamentada pelo Decreto nº 8.208/1990.

Lei Municipal nº 3.731/1991: cria as brigadas ecológicas no âmbito do município de Vitória e da outras providências.

Lei Municipal nº 3.3968/1993: dispõe sobre Auditorias Ambientais.

Lei Municipal nº 4.176/1995: altera a estrutura organizacional das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Transportes e Educação.

Lei Municipal nº 5.131/2000: regulamenta o licenciamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais e o cadastro ambiental nos termos da Lei Municipal nº 4.438/1997 (Código de Meio Ambiente. Alterada pela Lei nº 5.442-01. A Lei nº 5443/01 cria infrações e penalidades a esta Lei.

Lei Municipal nº 5.391/2001: autoriza o município a instituir a Política Municipal de Educação Ambiental.

Lei Municipal nº 5.440/2001: regulamenta o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUNDAMBIENTAL, instituído através do Art. 174 da Lei Orgânica do Município de Vitória e do Art. 72 da Lei nº 4.438/97, que passa a operar de acordo com as diretrizes e normas estabelecidas por esta Lei.

Decreto Municipal nº 7.234/1986: declara como preservação permanente a vegetação natural situada nas ilhas do Pato, das Pombas, dos Itaitis e outros. Proíbe a suspensão total ou parcial desta vegetação.

Decreto Municipal nº 7.767/1988: cria a Reserva Ecológica Pedra dos Olhos.

Decreto Municipal nº 7.920/1988: cria a Área de Proteção Ambiental da Ilha do Frade.

Decreto Municipal nº 8.054/1989: cria a Reserva Ecológica Municipal das Ilhas Oceânicas de Trindade e Arquipélago de Martins Vaz.

Decreto Municipal nº 8.263/1990: declara de Preservação Permanente a vegetação natural no Morro Guajuru e parte da Chácara Von Schilgen.

Decreto Municipal nº 8.905/1992: cria a Reserva Ecológica Municipal do Morro da Gamela, com Área de 295.340,00 m².

Decreto Municipal nº 8.906/1992: cria a Reserva Ecológica Municipal do Morro do Itapenambi, com Área de 109.198,00 m².

Decreto Municipal nº 8.911/1992: institui a Área de Proteção Ambiental do Maciço Central, ora denominada APA do Maciço Central, com área de 1.100 ha.

Decreto Municipal nº 9.753/1995: cria o Parque Municipal de Tabuazeiro com área de 50.140,30 m², em propriedade do município de Vitória, com cobertura vegetal frutíferas e remanescente da Mata Atlântica, localizado em Tabuazeiro.

Decreto Municipal nº 9.754/1995: dispõe sobre a criação de Áreas Verdes Especiais no Município de Vitória.

Decreto Municipal nº 10.024/1997: dispõe sobre as Áreas Verdes Especiais – AVE.

Decreto Municipal nº 10.025/1997: cria o Parque Municipal São Benedito com a área de 96.082,05 m².

Decreto Municipal nº 10.026/1997: cria a Reserva Ecológica Municipal São José, com a área de 23.638,13m², localizado no bairro Joana D'Arc.

Decreto Municipal nº 10.027/1997: cria o Parque Municipal Mata da Praia, com a área de 44.921,05m².

Decreto Municipal nº 10.028/1997: cria a Reserva Ecológica Municipal Mata Paludosa.

Decreto Municipal nº 10.029/1997: cria a Reserva Ecológica Municipal Mata de Goiabeiras, no mesmo bairro.

Decreto Municipal nº 10.030/1997: define os limites do Parque Municipal Gruta da Onça, criado pela Lei 3564/88.

Decreto Municipal nº 10.179/1998: cria o Parque Municipal da Baía Noroeste de Vitória, com a área de 638.858,90m², em área de propriedade do município e da união, localizado nos bairros Resistência, Nova Palestina e Redenção.

Decreto Municipal nº 10.180/1998: cria o Parque Municipal de Barreiros, com a área de 46.106,15m², de propriedade do município de Vitória, localizado entre os bairros Joana D'Arc e São Cristóvão.

Lei Orgânica do município de Vitória: o capítulo IV trata do Meio Ambiente: Art. 170 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se a todos, e em especial ao Poder Público Municipal, o dever de defendê-lo e preservá-lo em benefício das gerações atuais e futuras.

- Município de Vila Velha

Em Vila Velha o Projeto para o Código Municipal de Meio Ambiente está na Câmara aguardando aprovação.

- Município da Serra

Código Municipal de Meio Ambiente: instituído pela Lei Municipal nº nº 2.199/1999.

Decreto Municipal nº 1.163/2001: autoriza a secretaria a fazer o serviço de licenciamento ambiental.

Decreto Municipal nº 1.266R/2004: aumenta o número de atividades a serem licenciadas pela secretaria.

Lei Estadual nº 4.507/1991: criação da APA Estadual do Mestre Álvaro.

Lei Municipal nº 2.135/998: criação da APA Municipal da Lagoa Jacunem.

Decreto Municipal nº 3.002-N/1994: criação da APA Estadual de Praia Mole.

Lei Municipal nº 2.235/1999: criação da APA Municipal Morro do Vigilante.

II.5.3.K.1.2 - Litoral Norte do Espírito Santo

Âmbito Municipal

- Município de Aracruz

Decreto Municipal nº 8.917/1999: institui o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMMA.

Lei Municipal nº 2.436/2001: criação do Código Municipal de Proteção do Meio Ambiente.

Lei Municipal nº 2.666/2003: nova estrutura Organizacional da SEMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Lei Municipal nº 1994/1997: criação do Parque Municipal de Aricanga.

Decreto Municipal nº 6.144/1995: criação da Reserva Florestal “David Victor Farina”.

Lei Municipal nº 994/1986: criação da Reserva Ecológica dos manguezais Piraquê- Açú e Piraquê-Mirim.

- Município de Linhares

Código Municipal de Meio Ambiente: instituído pela Lei Municipal nº nº 2.322/2002.

Lei Municipal nº 2.075/1998: dispõe sobre o regulamento do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (SLAP) ou degradadoras do meio ambiente.

- Municípios de Fundão e São Mateus

Estes municípios não dispõem de legislação municipal para o meio ambiente, portanto, utiliza para fins de gestão ambiental a legislação estadual e federal.

Planos de Manejo e Zoneamento Econômico-Ecológico

Estes instrumentos de gestão ambiental tem sido cada vez mais utilizados, e envolvem a participação afetiva dos municípios, onde estão localizados estas áreas. Vale ressaltar que este também é um importante elemento de vinculação da comunidade às decisões relativas à gestão ambiental ao nível municipal. A participação da comunidade na execução destes instrumentos é fundamental, incorrendo, caso esta não se integre aos projetos propostos, na sua não efetivação.

Entre os municípios do litoral sul capixaba, somente Guarapari está elaborando um plano de manejo, que irá gerir a APA Três Ilhas. Os demais municípios não possuem e não estão elaborando nenhum plano de manejo ou zoneamento econômico-ecológico.

Para os municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, destaca-se a elaboração do plano de manejo para a APA Estadual de Praia Mole, localizada no município da Serra. Contudo, não existe plano de manejo para as demais Unidades de Conservação do município. No município de Vila Velha foi realizado o Zoneamento Econômico-Ecológico da área da Reserva Ecológica de Jacaranema. Em Vitória a APA do Maciço Central e o Parque da Fonte Grande possuem Plano de Manejo.

Quanto aos municípios pertencentes ao litoral norte do Espírito Santo, verifica-se a inexistência de Plano de Manejo e Zoneamento Econômico-Ecológico para as Unidades de Conservação existentes no município de Aracruz.

No município de Fundão o Parque Municipal do Gioapaba-Açu possui Plano de Manejo.

Em Linhares existe Plano de Manejo nas seguintes UC's: Reserva Biológica de Comboios, Reserva de Sooretama e Reserva CVRD (Reserva Florestal de Rancho Alto). O Plano de Manejo para a Flona de Goytacazes está sendo elaborado.

II.5.3.K.2 - Municípios da All

II.5.3.K.2.1 - Litoral Sul do Espírito Santo

Âmbito Municipal

- Município de Itapemirim

Lei Complementar nº 06/1991: Lei de Parcelamento do Solo. No Capítulo V, seção II, estão definidas itens relativos à preservação ambiental.

- Município de Marataízes

Lei Municipal nº 047/1997: dispõe sobre a criação de Área de Preservação Ambiental situada nas imediações da antiga Estação Ferroviária de Marataízes até as proximidades da “subida dos cancelo” e dá outras providências.

Lei Municipal nº 267/1999: institui a política municipal de recursos hídricos, estabelece normas e diretrizes para a conservação e preservação dos recursos hídricos e cria o sistema municipal de gerenciamento dos recursos hídricos.

- Município de Piúma

Código Municipal de Meio Ambiente: inserido na Lei Orgânica.

- Município de Presidente Kennedy

Lei Municipal nº 532/2000: cria o Conselho do Meio ambiente e o Fundo Municipal de Conservação ambiental.

Lei Orgânica: Art 12º - São áreas de preservação ambiental e se constituem em patrimônio da municipalidade: O Brejo do Ciador, a Barragem de Santa Lúcia, Sítio histórico de Guarulhos, a Lagoa Monte Alegre, o Pico da Serrinha, o Pico do Serrote, o Morro da Serra e a Cachoeira Cancela.

- Município de Anchieta

Código Municipal de Meio Ambiente: instituído pela Lei Municipal nº 060/2000. Existe um anteprojeto de lei do Conselho Municipal de Meio Ambiente de 2004, que trará algumas alterações ao código atual.

- Município de Guarapari

Decreto Municipal nº 243/1994: regulamenta a política para o meio ambiente.

Lei nº 2974/1974: criação da Área do Morro do Cruzeiro.

Decreto nº 3747/1994: institui a APA do Arquipélago das 3 Ilhas.

Lei nº 1673/1997: criação do Parque Municipal de Guarapari (Morro da Pescaria).

II.5.3.K.2.2 - Litoral Norte Fluminense

Âmbito Estadual

Disposições Gerais sobre o meio ambiente

Decreto-Lei nº 30/1975: institui a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), como órgão técnico executor, e a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), como órgão normativo.

Decreto-Lei nº 39 e Decreto-Lei nº 134/1975: estabelecem atribuições ao CECA.

Lei nº 6.513/1977: dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico, na qual, por intermédio do artigo 1º-1, fica declarado que os bens de valor histórico, artístico e arqueológico ou pré-histórico encontram-se protegidos por legislação específica.

Decreto nº 9.991/1987: cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA).

Decreto nº 10.334/1987: altera o Decreto nº 9.991/87.

Deliberação CECA nº 2.117/1990 e Deliberação CECA nº 3.586/1996: estabelecem alterações para a DZ-041.

Recursos Hídricos

Constituição do Estado do Rio de Janeiro: determina que o Poder Público deverá adotar as áreas das bacias e sub-bacias hidrográficas como unidades de planejamento e execução de planos, programas e projetos e dá outras providências.

Lei nº 650/1983: estabelecimento da política estadual e proteção das bacias fluviais e lacustres do estado do Rio de Janeiro.

Flora

Constituição do Estado do Rio de Janeiro: o Artigo 265° estabelece que os manguezais, as faixas marginais de proteção de água superficiais) e as áreas que abriguem exemplares ameaçados de extinção, raros ou vulneráveis da flora (e fauna), bem como aquelas que sirvam de procriação, são considerados de preservação permanente e, desse modo, sujeitos ao controle do Código Florestal. Pelo Artigo 266°, as coberturas florestais nativas assim como a zona costeira ficam sob a proteção da lei na forma de ARIE's (Áreas de Relevante Interesse Ecológico), cuja utilização dependerá da autorização dos órgãos competentes.

Fauna e Flora

Constituição do Estado do Rio de Janeiro: estabele a necessidade de se proteger e preservar a fauna e a flora, em particular as espécies ameaçadas de extinção, vulneráveis e/ou raras.

Unidades de Conservação

Decreto-Lei nº 134/1975: estabelece a demarcação da faixa marginal de proteção dos cursos d'água, na largura mínima estabelecida no Artigo 14 do Decreto nº 24.643/34.

Lei nº 784/1984: estabelece normas para a concessão prévia pelo estado aos projetos de parcelamento do solo urbano nas áreas declaradas de interesse especial à proteção ambiental.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro: estabelece, como uma das obrigações do Poder Público, a implantação de um sistema de unidades de conservação que seja representativo dos ecossistemas originais de espaço territorial do estado. A Constituição estabelece, adicionalmente, que são áreas de preservação permanente os manguezais, lagos, lagoas e áreas estuarinas, as praias, vegetação de restingas, dunas, costões rochosos e cavidades naturais subterrâneas - cavernas, as nascentes e as faixas marginais de proteção de águas superficiais, as áreas que abrigam exemplares ameaçados de extinção, raros, vulneráveis ou menos conhecidos, na fauna e na flora, bem como aqueles que sirvam de local de pouso, alimentação ou reprodução e as áreas de interesse paisagístico, entre outras.

Âmbito Regional

Mapeamento de Riscos Ambientais da Macroregião Ambiental 5 (MRA-5): além das legislações federais, estaduais e municipais utilizadas, no campo do ordenamento do solo e das políticas relacionadas à gestão ambiental também estão sendo utilizados, como instrumentos de apoio à gestão pública nos municípios analisados, planos de ação, de contexto regional, como o MRA-5.

Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ): formalmente instituído em 17 de dezembro de 1999, com o objetivo de apoiar a gestão ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São-João e Zona Costeira. É uma associação civil sem fins lucrativos, sediada no município de Araruama. Abrange as bacias dos Rios Jaconé, Saquarema, Araruama e outras menores, como a do Rio Uma, São João e Rio das Ostras e a região costeira adjacente.

As prefeituras dos municípios que abrangem as bacias dos rios Macaé e Macabú, Lagoa Feia e região costeira, e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro estão desenvolvendo projetos para a criação e implantação de um consórcio intermunicipal de gerenciamento das respectivas bacias hidrográficas. O consórcio representa um instrumento jurídico e de decisão

para a solução dos problemas relativos à proteção e recuperação dos recursos hídricos da região. Conta, no geral, com a efetiva participação da comunidade, abrindo espaço para que ela se manifeste e acompanhe suas atividades.

Consórcio Intermunicipal da Bacia da Foz do Paraíba: tem como objetivo cuidar da preservação e recuperação do rio. Em agosto de 2003, o município de São João da Barra firmou oficialmente a participação no Consórcio através da Lei Municipal nº 13/2003. Outros quatro municípios já estão integrados ao Consórcio, faltando somente a participação ser oficializada. As comunidades, através de seus representantes legais, de ONG's e de outras entidades civis, cumprem papel importante neste processo.

Âmbito Municipal

Os instrumentos de gestão ambiental utilizados pelos municípios são, geralmente, baseados em instrumentos estaduais ou adotados por outros municípios, sendo adaptados à realidade local. Destacam-se, dentre eles: o Código de Meio Ambiente e as leis que visam o ordenamento do uso e da ocupação do solo. Normalmente a comunidade não tem uma participação pró-ativa nas deliberações relacionadas a estes instrumentos. Destaca-se, no entanto, a principal via de participação da comunidade frente às questões ambientais que são os Conselhos de meio Ambiente, presentes em praticamente todos os municípios analisados, os quais contam com uma efetiva e ativa participação da comunidade.

- Município de Campos dos Goytacazes

Código de Meio Ambiente: em fase de atualização.

Lei Municipal nº 5.394/1992: criação da Área de Proteção Ambiental - APA da Lagoa de Cima.

Lei Municipal nº 5.418/1993: criação da Área de Proteção Ambiental – APA do Lagomar.

Lei Municipal nº 5.419/1993: dispõe sobre o Sistema Municipal de Fiscalização do Meio Ambiente.

Decreto Municipal nº 75/1993: dispõe sobre as atribuições da fiscalização do meio ambiente.

Lei Municipal nº 5.509/1993: cria a Lei dos Mutirões (de fiscalização ambiental). Esta Lei objetiva a participação da população na fiscalização de Reservas Ecológicas, públicas ou privadas, Áreas de Proteção Ambiental, Estações Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, outras unidades de conservação e demais áreas protegidas.

Lei Municipal nº 5.569/1993: dispõe sobre o Código de Arborização do município e dá outras providências.

Lei Municipal nº 5.664/1994: institui o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo e dá outras providências. Através deste Conselho a comunidade possui representação nas ações e definições relacionadas à questão ambiental, no município.

Lei Municipal nº 6.314/1997: dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil, e cria as Secretarias Municipais de Controle Geral; de Indústria, Comércio e Turismo.

Decreto Municipal nº 139/1997: dispõe sobre a regulamentação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil.

Lei Municipal nº 7.282/2002: determina a realização de Zoneamento Agro-Ecológico no município, condicionando o plantio industrial de eucalipto as regras e dá outras providências.

No âmbito municipal há outros instrumentos que possuem dispositivos relacionados ao meio ambiente, e portanto, dão respaldo a gestão ambiental no município de Campos:

Lei Municipal nº 5.251/1991: institui o Plano Diretor do município.

Lei Municipal nº 6.691/1998: Lei de Zoneamento do município.

Lei Municipal nº 6.690/1998: Lei de Parcelamento do solo.

Lei Orgânica: dispõe, dentre outras providências, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente sadio e equilibrado, bem de uso comum e essencial à qualidade de vida, cabendo à sociedade e, em especial o governo, o dever de recuperá-lo e protegê-lo em benefício das presentes e futuras gerações, que devem recebê-lo enriquecido.

- Município de Carapebus

Está sendo elaborada em parceria com os órgãos ambientais federais e estaduais, a lei que tratará da fiscalização ambiental no município, não sendo informada previsão de conclusão e aprovação da lei (Petrobras/Cepemar, 2005). A praia de Carapebus está recebendo um tratamento diferenciado por ser considerada uma área de interesse especial do município, devido à proximidade ao Parque de Jurubatiba.

Processo nº 07/160.021/00, de 10 de julho de 2002: refere-se ao processo em tramitação, para a aprovação da demarcação das margens do Córrego da Maricota, pela SERLA – Superintendência Estadual de Rios e Lagos, através do Decreto estadual nº 2330/1979.

Leis Complementares nº 07, 01 e 09/2001: dispõem de resoluções que permitem sua utilização como outros instrumentos na gestão ambiental no município de Carapebus:

Lei Complementar nº 07/2001: Política de Desenvolvimento Urbano e normas de uso e ocupação do solo.

Lei Complementar nº 08/2001: Código de Obras e Edificações. Através deste instrumento a comunidade tem expressiva participação apresentando suas inquietações quanto aos empreendimentos propostos, exigindo explicações, sugerindo e cobrando medidas de redução de impactos negativos e de potencialização de impactos positivos decorrentes do empreendimento proposto.

O Poder Executivo Municipal, no exercício do seu poder de polícia, atuará como integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA), nos termos do artigo 6º da Lei Federal no 6.938/1981 e da legislação estadual pertinente, conforme estabelecido no Art. 42º desta Lei.

- Município de Macaé

Código Municipal de Meio Ambiente: instituído pela Lei Complementar nº 027/2001.

Lei Municipal nº 1947/99: autoriza a participação do município no Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental, MRA-5, das Bacias do Rio Macaé e Macabu, da Lagoa Feia e Zona costeira.

- Município de Rio das Ostras

Decreto Municipal nº 038/2002: criação da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Itapebussus e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 054/2002: criação do Monumento Natural dos Costões Rochosos e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 091/2002: cria o Parque Municipal dos Pássaros e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 064/2003: declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação por interesse público, os lotes 09 a 18 da quadra 14 e 09 a 18 da quadra 15 do Loteamento “Jardim Mariléia”, na zona urbana de Rio das Ostras. Tais lotes passam a fazer parte da unidade de conservação do Parque Municipal dos Pássaros.

Lei Municipal nº 740/2003: cria a Área de Proteção Ambiental - APA Lagoa de Iriry, a regulamentação e dá outras providências.

Também está sendo elaborado um projeto para apoiar as ações de cunho ambiental no município, o qual foi delineado no relatório relativo ao “Estudos Ambientais Rio das Ostras”, 2003, que propõe a identificação de áreas de interesse ambiental, definidas em normas legais, fornecendo subsídios técnicos para proposta de gestão territorial. Essa proposta de planejamento ambiental tem como primeiro passo a identificação das áreas de preservação permanente, especificamente o que trata o Art. 268, da Constituição Estadual, no qual as florestas e demais formas de vegetação não podem sofrer qualquer tipo de degradação. O estudo também se compromete em delimitar as bacias hidrográficas. Ao final do documento foram identificadas 31 áreas de interesse ambiental no município, algumas das quais foram incluídas em propostas de criação de unidades de conservação e corredores ecológicos.

Lei Orgânica, de 11/2001: incumbe ao Governo Municipal, respeitando as orientações dos Governo Federal e Estadual ou colaborando com eles e com a participação da sociedade, através de seus organismos representativos, proceder ao zoneamento do território do município.

- Município de São Francisco de Itabapoana

Lei Municipal nº 091/2001: institui o Sistema Municipal de Fiscalização do Meio Ambiente, baseado na Lei Orgânica do Município.

Lei Municipal nº 120/2002: Institui o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMNA) como órgão consultivo e deliberativo do sistema Municipal do Meio Ambiente. Este conta com a efetiva participação da comunidade que o integra.

Lei Orgânica/1999: incumbe ao Governo Municipal, respeitando as orientações dos Governo Federal e Estadual ou colaborando com eles e com a participação da sociedade, através de seus organismos representativos, proceder ao zoneamento do território do município.

- Município de São João da Barra

O município possui um Código de Ajustamento de Conduta, que foi elaborado em conjunto com o IBAMA e a SERLA (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas), visando dar suporte ao gerenciamento ambiental no município. O ajustamento iniciou-se com um cadastramento dos habitantes que residem próximo da Lagoa de Grussaí, realizado em parceria com o CEFET Campos que identificou 331 residências nas proximidades da lagoa. A partir daí iniciou-se um controle de poluição, expansão populacional e exploração nas áreas próximas à lagoa. A pesca é liberada para a população, excetuado o período de defeso, e a pesquisa científica, nenhuma outra forma de exploração é permitida.

O município de São João da Barra foi o primeiro a firmar oficialmente a participação no Consórcio Intermunicipal da Bacia da Foz do Paraíba, legalmente possibilitada pela Lei Municipal nº 13/2003. Neste consórcio verifica-se a presença ativa da comunidade local, que nele, possui assento.

São resoluções relativas ao meio ambiente, na legislação municipal:

Lei Municipal nº 35, de 23/1991 (Plano Diretor): criação do Fundo Municipal de Conservação Ambiental, por parte do Poder Executivo.

Lei Municipal nº 34/1991: dispõe sobre o zoneamento uso e ocupação do solo.

- Município de Armação dos Búzios

Além da legislação referente ao meio ambiente, nos âmbitos estadual e municipal, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do município, tem servido de referência na atual gestão. Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios, o município enviou propostas para o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla). Este projeto visa disciplinar os usos da orla marítima brasileira, considerando interesses políticos, sociais, econômicos e ambientais, com base na Lei nº 7.661/1998, que criou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e na Lei nº 9.636/1998 que dispõe dos recursos financeiros para a política ambiental, a partir da destinação de bens imóveis da União. Entre as propostas estão incluídas: a intervenção para o trecho prioritário para a criação de um parque municipal “Parque de Lagoinha”; a implantação de uma base permanente do Projeto Tamar; o mapeamento e a delimitação das áreas de preservação e das trilhas.

Lei Municipal nº 738/1987: define impacto ambiental em função da construção civil.

- Município de Quissamã

O município de Quissamã não dispõe de legislação para o meio ambiente, utilizando, como amparo para as ações na área, as legislações estadual e federal.

- Município de Arraial do Cabo

O município está elaborando o gerenciamento costeiro, já prevendo mudanças no Plano Diretor. Quanto à legislação ambiental em vigor no município de Arraial do Cabo temos:

Lei Municipal nº 1263/2002: institui a Fundação Municipal de Meio Ambiente. O Decreto nº 1228/2003, dispõe novas redações a esta Lei.

Decreto Municipal nº 1.162/2002: institui as unidades de conservação Reserva Biológica das Orquídeas e Reserva Biológica do Brejo.

A legislação de Arraial do Cabo, tem-se respaldo para a política de Meio Ambiente, nos seguintes instrumentos: Lei Orgânica Municipal (1990), Lei Municipal nº 602/1992 (Plano Diretor) e Lei Municipal nº 602-A/1992: de uso e ocupação do solo, inserida no Plano Diretor.

- Município de Cabo Frio

Em entrevista na Secretaria Municipal de Meio Ambiente foi enfatizado o uso da Legislação Federal por parte do município, especialmente aquela relativa ao Código Florestal e ao Código de Pesca – Lei nº 9.650, bem como da legislação estadual Lei nº 750, que dispõe sobre a Mata Atlântica. O Código de Proteção Ambiental está na Câmara para ser aprovado (Petrobras/Cepemar, 2005).

- Município de Casimiro de Abreu

O município não possui legislação de fiscalização ambiental, sendo a fiscalização realizada com base na legislação estadual e federal. Casemiro de Abreu é o único município do Brasil que possui talonário de fiscalização em conjunto com o IBAMA, através de Convênio (Petrobras/Cepemar, 2005).

Plano de Manejo e Zoneamento Econômico-Ecológico

No Município **Campos dos Goytacazes** nenhuma das Unidades de Conservação existentes possuem Plano de Manejo (Petrobras/Cepemar, 2005).

Em Carapebus, o Plano de Manejo para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba está sendo elaborado, conforme informado na Secretaria Municipal do Meio Ambiente. As “zonas especiais de interesse ambiental”, definidas na Lei Complementar Nº 07/2001, também não possuem plano de manejo.

No município de **Macaé** o Plano de manejo para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba está sendo elaborado. Para a Área de Proteção Ambiental – APA do SANA, o Plano de manejo está sendo elaborado pelo conselho gestor da APA do SANA (SANAP), que é presidido pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente. O Parque Municipal do Atalaia já possui plano de manejo. Em 2003, a prefeitura passou a implantar as estruturas previstas no plano de manejo do parque.

Vale destacar em Macaé, que o assentamento na comunidade de Cachoeiras “Assentamento BEMDIZIA”, possui um plano de desenvolvimento do assentamento, PDA.

Em **Rio das Ostras**, os Planos de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico- ARIE de Itapebussus e da Área de Proteção Ambiental- APA Lagoa do Iriry estão em fase de licitação.

O plano de manejo para a Reserva Biológica União, em Rio das Ostras, está em fase de elaboração. Para as unidades de conservação, Parque Natural Municipal de Pássaros e Monumento Natural dos Costões Rochosos, os respectivos planos de manejo estão sendo elaborados.

Em **Armação de Búzios** já foi elaborado o plano de manejo para a Área de Proteção Ambiental - APA da Azeda/Azedinha pelo Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN), da Universidade de Viçosa. Atualmente o plano de manejo está em fase de análise, juntamente com o zoneamento, pelo Conselho Gestor da APA, formado pelos representantes do governo, ONG's, grupos ambientalistas e sociedade civil.

A Área de Proteção Ambiental - APA do Pau-Brasil possui plano de manejo, embora haja contradições entre os zoneamentos definidos no plano e o estabelecido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Em **Quissamã** o Plano de Manejo para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba está em fase de elaboração por uma ONG de Macaé, que também está realizando o levantamento batimétrico e o mapeamento da Lagoa Feia.

No município de **Arraial do Cabo** a Área de Proteção Ambiental - APA de Massambaba possui plano de manejo. O Conselho gestor da APA é integrado pela sociedade civil organizada.

A Reserva Extrativista de Arraial do Cabo tem plano de uso estipulado por decreto. Está sendo formado um conselho gestor, encarregado de elaborar um plano de manejo, através da Marinha, Prefeitura e IBAMA.

Nos municípios de **Casimiro de Abreu, Cabo Frio e São Francisco de Itabapoana** nenhuma das Unidades de Conservação possui plano de manejo ou zoneamento econômico-ecológico. **São João da Barra** não possui Unidades de Conservação ambiental.

II.5.3.L - Principais Recursos Naturais utilizados e sua importância no contexto socioeconômico

Para análise dos principais recursos naturais existentes dentro da área de influência do empreendimento, e visando a sua inter-relação com a dinâmica socioeconômica, foram consideradas as principais áreas de manguezais, os recursos hídricos significativos, as diferentes áreas de preservação permanente, áreas de proteção ambiental e espaços verdes, monumentos naturais, parques e outras unidades existentes nos municípios que compõem a área de influência.

A importância destes recursos para a socioeconomia regional verifica-se na sua disponibilização como recurso produtivo, como atrativo turístico, como instrumento de preservação do meio ambiente ou como referência histórico e cultural.

Como recurso produtivo, os manguezais, os rios, as praias, e todos os demais recursos naturais existentes na região analisada, contribuem para a geração de renda e para a manutenção de famílias, através da exploração dos recursos de forma produtiva, especialmente por parte dos pescadores (distribuídos por toda a faixa litorânea e ribeirinha da área de influência), dos artesãos que se utilizam dos recursos marinhos e outras modalidades, e da maioria da população costeira, que, de alguma forma tem no turismo e na pesca a base de sua subsistência.

No tocante à importância para a atividade turística, estes recursos, além de disporem materiais produtivos, são fortes atrativos na medida em que também expressam o grau de conservação e de preservação da natureza, de sua história e cultura, estes últimos representados nos ativos patrimoniais de referência. Neste sentido, tanto a disponibilização/utilização de matérias primas, quanto o grau de preservação dos ativos naturais e de seu patrimônio histórico são fatores que determinam o nível da atividade turística da região, refletindo sobre sua importância e impacto socioeconômico.

Em tal sentido, e mantendo a regionalização realizada para os fins deste estudo, segue a descrição dos recursos naturais dividida nas seguintes regiões: Vitória, Serra e Vila Velha; Litoral Norte do ES; Litoral Sul do ES; e municípios litorâneos do Norte Fluminense.

II.5.3.L.1 - Municípios da AID

II.5.3.L.1.1 - Vitória, Serra e Vila Velha

Estes três municípios integrantes da região metropolitana da Grande Vitória, ao mesmo tempo que constituem a área central do desenvolvimento urbano, e conseqüentemente, a região de maior densidade habitacional e industrial do estado, possui um considerável número de recursos naturais preservados e de utilização pela comunidade, dentro dos parâmetros delimitados pela lei.

No município de Vitória, citam-se os seguintes parques: Parque Municipal Gruta da Onça, Parque Municipal Horto de Maruipé, Parque Pedra da Cebola, Parque Moscoso, Parque Estadual da Fonte Grande, Parque Municipal de Tabuazeiro, Parque Municipal Mata da Praia, Parque Municipal de Barreiros, Parque Municipal São Benedito, Parque Baía Noroeste de Vitória.

As praias existentes no município de Vitória, resultando os recursos naturais de maior aproveitamento pela comunidade local e pelos turistas que a visitam, são a Praia de Camburi, a Praia do Canto, a Curva da Jurema e as praias da Ilha do Boi. Ainda no município de Vitória, localizam-se o Horto Florestal Municipal Artur Dias Martins Filho e a Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão.

Na plataforma continental pertencente ao município de Vitória localizam-se as Reservas Ecológicas Municipais das Ilhas Oceânicas da Trindade e Arquipélago Martin Vaz. Em área continental de Vitória encontram as seguintes Reservas Ecológicas: Reserva Ecológica Municipal Pedra dos Olhos, Reserva Ecológica Municipal Restinga de Camburi, Reserva Ecológica Municipal Morro da Gamela, Reserva Ecológica Municipal Morro do Itapenambi, Reserva Ecológica Municipal Mata Paludosa, Reserva Ecológica Municipal São José, Reserva Ecológica Municipal Mata de Goiabeiras.

As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) existentes dentro do município de Vitória são: Área de Proteção Ambiental Ilha do Frade e a Área de Proteção Ambiental do Maciço Central. No tocante às Áreas de Proteção Permanente (APP) no município de Vitória, temos: as Ilhas Costeiras, o Morro do Guajuru, a Vegetação Natural do Cortume Capixaba.

As Áreas Verdes Especiais (AVE) regulamentadas no município de Vitória são a AVE do Morro de Jucutuquara, a AVE do Morro do Suá, a AVE do Morro do Cruzamento e a AVE do Morro de Bento Ferreira.

As áreas tombadas dentro do perímetro municipal de Vitória são as Ilhas Costeiras: ilhas Cal, Pólvora, Urubu, Cobras, Bode, Baleia, Galhetas, Fato, Rasa, Socó e Pombas.

Os Monumentos Naturais no município de Vitória são a Pedra dos Olhos e a Pedra da Cebola. O único recurso hídrico com que conta o município de Vitória e que serve para abastecer de água aos moradores é o Rio Santa Maria da Vitória.

Os parques existentes no município de Vila Velha são o Parque Municipal Morro da Manteigueira, o Parque Ecológico Morro do Penedo, o Parque Ecológico Jabaeté e o Parque Natural Municipal de Jacarenema.

Já as Áreas de Preservação Permanente do município de Vila Velha são a APP do Morro do Moreno, a APP do Morro do Jaburuna, APP da Lagoa Grande e a APP da Lagoa de Cocal (e Chácara Boa Vista).

As praias do município de Vila Velha de grande aproveitamento turístico, são: a Praia da Costa, a Praia de Itapuã, a Praia de Coqueiral, a Praia da Barra do Jucu, a Praia da Sereia, a Praia do Lé, a Praia da Ponta da Fruta.

As praias de Itapuã, praia da Costa e praia de Coqueiral, mesmo que vizinhas as de Vitória, por serem de mar aberto e não de enseadas, resultam sempre em melhores condições de balneabilidade. Destaca-se, porém, como referido no item infra-estrutura, que o município de Vila Velha apresenta um sistema absolutamente deficiente de tratamento dos esgotos domiciliares, o que condiciona a qualidade das águas das praias.

Já as praias frente ao Parque Natural Municipal de Jacarenema e as da Barra do Jucu encontram-se impactadas pelo esgoto jogado no próprio rio Jucu através do canal de Garanhuns, que despeja todo o esgoto *in natura* no rio, na altura da Rodovia do Sol, proveniente de grande parte da sede do município; e também do canal do Congo, que despeja todo o esgoto da Grande Terra Vermelha no rio Jucu, dentro da Barra.

No município de Vila Velha existem áreas protegidas como as florestas e demais formas de vegetação natural situadas no Morro de Paul, no Morro do Penedo, no entorno da Penitenciária, no Morro do Jaburuna, no Morro do Moreno,

no Morro do Convento da Penha, no Morro do Aribiri e no Sítio Correia. Somam-se a estas áreas as do entorno da Lagoa de Jabaeté, as matas de aluvião do Rio Jucu, o entorno da Lagoa Encantada e ao longo do Rio Aribiri e as capoeiras altas ao sul do rio Jucu. Deve se acrescentar também às Ilhas Itatiaia, dos Pacotes e das Garças e os manguezais do Rio Aribiri e Rio Jucu.

As bacias que compõem a paisagem hidrográfica do município são as dos rios Guarapari e Jucu, destacando-se como principais rios o Jucu e o Una. Outros recursos hídricos a serem mencionados são a lagoa de Jabaeté, a lagoa Encantada, a lagoa Grande e o rio Aribiri.

O Morro da Penha, onde no seu cume está edificada desde o século XVI o Convento da Penha, é considerado Monumento Natural do município de Vila Velha.

As Áreas de Proteção Ambiental no município da Serra são a Área de Proteção Ambiental Estadual do Mestre Álvaro, o Parque Florestal e a Reserva Ecológica Mestre Álvaro, a Área de Proteção Ambiental Estadual de Praia Mole, a Área de Proteção Ambiental Municipal da Lagoa Jacunem e a Área de Proteção Ambiental Municipal do Morro do Vigilante.

Ainda no município da Serra, são reconhecidas também como áreas de proteção a Bacia Hidrográfica da Lagoa de Carapebus, a Área da Pedreira e Mata Paludosa da Bacia do Córrego Manguinhos em Bicanga, as Lagoas Jacunem e Capuaba, a Restinga dos Reis Magos, as Remanescentes da Mata Atlântica da região de Caçaroca, o Manguezal da Baía de Vitória e a Restinga de Capuaba.

No município da Serra, as praias que compõem parte significativa dos recursos naturais aproveitados pela atividade turística são: a Praia de Manguinhos, a Praia de Jacaraípe, a Praia de Nova Almeida, a Praia de Carapebus, a Praia de Bicanga e a Praia Mole.

II.5.3.L.1.2 - Litoral Norte do Espírito Santo

As bacias hidrográficas existentes na região composta pelos municípios de Fundão, Aracruz, Linhares e São Mateus é formada pelos seguintes rios: Riacho, com a contribuição à bacia do município de Aracruz; Reis Magos, com a contribuição à bacia do município de Fundão; Doce, com a contribuição à bacia

dos municípios de Linhares e São Mateus; Itaúnas, com a contribuição à bacia do município de São Mateus; São Mateus, com a contribuição à bacia do município de São Mateus.

As praias existentes no município de Fundão são: Praia Grande, Praia da Direção, Praia do Rio Preto, Enseada das Garças, Iriri, Mirante da Praia, Praia da Vila Tongo, Murilo Praia, Praia do Morro da Lagoa.

As praias existentes no município de Aracruz são: a Praia Formosa; a Praia de Coqueiral; a Praia da Barra do Sahy; a Praia dos Padres; a Praia do Sauê; a Praia de Putiri; a Praia da Sauna; a Praia Mar Azul; a Praia Barra do Riacho.

As praias do município de Linhares são: Praia de Regência, Praia de Povoação, Praia de Pontal do Ipiranga, Praia de Urrusuquara e a Praia de Barra Seca. Também há as praias existentes nas margens da Lagoa Juparanã destaca-se a Praia de Três Pontas, Floresta, Praia do Caju, e Praia do Minotauro.

As praias no município de São Mateus são: Praia de Guriri, Praia de Urrusuquara, Praia de Campo Grande e Praia de Barra Nova. Há outras praias inexploradas no município.

No tocante às unidades de conservação da região, localizam-se neste conjunto de municípios as seguintes reservas: Reserva Biológica dos Comboios, nos municípios de Aracruz e Linhares; Reserva Biológica de Sooretama, Reserva Florestal de Linhares (CVRD) e Floresta Nacional de Goytacazes, no município de Linhares; Reserva Florestal de Aricanga no município de Aracruz; Reserva Ecológica do Córrego do Jacarandá no município de São Mateus; Reserva Ecológica dos Rios Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim no município de Aracruz.

As Áreas de Proteção Ambiental e Preservação Permanente existentes são: a APA de Goiapaba-Açú no município de Fundão e a APP da Fazenda de Goitacazes no município de Linhares. As Estações Ecológicas são: a Estação Ecológica de Barra Nova no município de São Mateus e a Estação de Biologia Marinha no município de Aracruz. Em Fundão encontra-se ainda o Horto Florestal Augusto Ruschi.

No município de Linhares localizam-se o Parque Ecológico da Cachoeira de São Rafael e o Parque Ecológico das Orquídeas, Bromélias e Veredas.

Outras áreas de proteção são: a Lagoa do Aguiar, no município de Aracruz; o Manguezal do rio Piraquê-Açú no município de Aracruz; Fonte do Caju no

município de Aracruz; Monte Serrat (Morro do Pelado ou Mont Serrat) no município de Aracruz; o Vale do Suruaca no município de Linhares; os rios Doce e Pequeno no município de Linhares; a Lagoa Nova e a Lagoa Juparanã com dezenas de praias (algumas: Praia de Três Pontas, Floresta, Praia do Caju, e Praia do Minotauro; e a Ilha do Imperador) no município de Linhares; o rio Reis Magos, no município de Fundão; o Rio Preto, no município de São Mateus; o rio Cricaré (ou rio São Mateus), no município de São Mateus; o rio Mariricu; no município de São Mateus; as Cachoeiras do Cravo, Jararaca e do Inferno, no município de São Mateus.

II.5.3.L.2 - Municípios da All

II.5.3.L.2.1 - Litoral Sul do Espírito Santo

Para objeto deste estudo, foi considerada a região do litoral sul capixaba como o conjunto de municípios composto por Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy. As bacias hidrográficas da região estão compostas pelos rios: Itabapoana, com a contribuição à bacia dos municípios de Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy; Itapemirim, com a contribuição à bacia dos municípios de Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy; Jucu, com a contribuição à bacia do município de Guarapari; Benevente, com a contribuição à bacia dos municípios de Anchieta, Guarapari e Piúma; Novo, com a contribuição à bacia dos municípios de Piúma e Itapemirim; e, Guarapari, com a contribuição à bacia do município de Guarapari.

As praias existentes no município de Marataízes são: Praia Bacia das Turcas, Praia da Areia Preta, Praia da Barra, Praia da Boa Vista, Praia da Cidade Nova, Praia da Cruz, Praia da Lagoa D'antas, Praia da Lagoa Funda, Praia das Arraias, Praia do Pontal, Praia do Siri, Praia dos Cações e a Praia Principal.

São muitas as praias existentes e exploradas pelo turismo no município de Guarapari, destacando-se as abaixo nominadas em suas respectivas localizações (na região central do município-sede, ao sul e ao norte do mesmo).

As praias localizadas no centro são: Praia dos Namorados, Praia das Virtudes, Praia das Castanheiras, Praia do Meio, Praia Areia Preta, Praia da

Fonte, Praia do Valadão, Praia Arrebentação, Praia das Pelotas. Ao norte do município encontram-se: Praia Muquiçaba, Praia do Morro, Praia da Cerca, Praias do Morro da Pescaria (Praia Vermelha, Praia da Raposa e Praia das Conchas), Três Praias (Praia Leontina, Praia de Mateus Lopes e Praia dos Adventistas), Praias da Aldeia (Praia dos Capixabas, Praia dos Campistas, Praia do Cais ou da Gaiola, Praia do Noturno), Praia de Santa Mônica, Praia de Setiba, Praia de Setiba Pina, Praia do Camping de Setiba, Praia Setibão, Praia do Sol, Praias do Morro da Una (Praia dos Corais, Praia das Pedras, Praia dos Eduardos e Praia da Uma), Praia de Perocão, Praia do Boião, Praia da Onça, Praia Recanto da Sereia. Ao sul são destaques: Praia do Riacho, Praia Ipiranga, Praia Gracaí, Praias da Enseada Azul (Praia Guairuba, Praia Bairrista, Praia Mucunã e Praia Bacutia), Praia dos Padres, Praia de Meaípe, Praia do Porto Grande, Praia do Urubu, Praia do José Seccin.

As praias do município de Anchieta são: Praia de Mãe-Bá, Praia do Além, Praia de Tiquiçaba, Praia de Ubu, Praia de Parati, Praia de Guanabara, Praia dos Castelhanos, Praia de Anchieta, Praia de Quitiba, Praia do Coqueiro, Praia do Balanço, Praia de Mar Vila, Praia dos Namorados, Praia Costa Azul, Praia da Areia Preta, Praia de Santa Helena, Praia de Inhaúma, Praia Juca da Mata, Praia do Sapê.

As praias no município de Itapemirim são: Praia de Martim Moreira, Praia de Gamboa, Praia de Itaipava e Praia de Itaoca.

As praias do município de Piúma são: Praia Boca da Barra, Praia Acaiaca ou do Coqueiral, Praia do Corujão, Praia Maria Neném, Praia do Aghá e a Praia do Pau Grande.

As praias do município de Presidente Kennedy são: Praia das Neves, Praia de Marobá, e a Praia de Boa Vista.

No tocante às áreas protegidas da região do litoral sul, localizam-se neste conjunto de municípios a Área de Preservação Ambiental de Setiba, em Guarapari; a Área de Preservação Ambiental de Guanandy, em Itapemirim e Piúma; o Parque Estadual Paulo César Vinha, em Guarapari; a Estação Ecológica Municipal do Papagaio, em Anchieta; o Parque Municipal de Guarapari – Morro da Pescaria, em Guarapari.

Outras áreas de proteção são: o Morro do Ramiro, o Vale do Orobó e os manguezais do rio Piúma, todas em Piúma.

Os bens tombados no âmbito da região do litoral sul são: bem natural integrante da cadeia de ilhas do Meio, de Fora e dos Franceses e as Ilhas do Gambá e do Cabrito, no município de Piúma; a mata atlântica e seus ecossistemas associados em todos os municípios integrantes da região; o Monte Aghá, nos municípios de Piúma e Itapemirim; o Morro do Cruzeiro, no município de Guarapari; o Frade e a Freira, nos municípios de Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim.

II.5.3.L.2.2 - Litoral Norte Fluminense

As unidades de proteção integral existentes dentro da área que compreende aos municípios litorâneos do norte fluminense são: a Reserva Biológica União, em terras dos municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Macaé; o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, englobando parte dos municípios de Carapebus, Macaé e Quissamã; o Parque Estadual do Desengano, ocupando parcialmente o município de Campos dos Goytacazes, além dos de São Fidelis e Santa Maria Madalena.

As unidades de uso sustentável existentes na região são a Área de Proteção Ambiental de Massambaba, no município de Arraial do Cabo, além dos municípios de Saquarema e Araruama; e a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, no município homônimo.

As áreas tombadas nos municípios que compõem a região acima delimitada são: As Dunas de Cabo Frio, desde a Praia do Forte, no município de Cabo Frio ate a Praia do Pontal, junto ao Morro do Forno, no município de Arraial do Cabo; o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, composto pelo Morro do Telégrafo, o Morro Guia e a Praia do Forte; Litoral Fluminense, Foz do Rio Paraíba do Sul, incluindo-se o manguezal bem como a Ilha da Convivência e as outras vizinhas, no município de São João da Barra.

As praias do município de São João da Barra, no Norte Fluminense são: Praia Atafona, Praia Grussaí, Praia Iquipari e Praia Barra do Açú.

O município de Campos dos Goytacazes conta com a Praia do Farol de São Tomé.

No município de Armação dos Búzios localizam-se as seguintes praias: Praia Rasa, Praia de Manguinhos, Praia da Tartaruga, Praia do Canto, Praia dos Ossos, Praia Azeda, Praia João Fernandes, Praia Brava, Praia do Forno, Praia da Ferradura, Praia da Ferradurinha, Praia de Geribá, Praia de Tucuns, Praia da Foca, Praia das Virgens, Praia Olho de Boi, Praia dos Amores, Praia de José Gonçalves, Praia das Caravelas e Praia da Armação.

No município de Rio das Ostras situam-se as praias de: Praia do Abricó ou Brava, Praia das Tartarugas, Praia do Bosque, Praia de Rio das Ostras, Praia Boca da Barra, Praia da Joana, Praia Virgem ou Costão, Praia das Areias Negras, Praia do Remanso, Praia Costazul, Praia do Mar do Norte, Praia da Enseada das Gaivotas e Praia de Itapebussus.

No município de Macaé encontram-se as seguintes praias: Praia de Imbetiba, Praia do Pecado, Praia dos Cavaleiros, Praia Campista, Praia da Barra, Praia do Côco, Praia de São José do Barreto e Praia do Forte.

No município de Carapebus cita-se a Praia de Carapebus.

No município de Quissamã encontram-se as praias de: Praia do Piriri (João Francisco), Praia da Barra do Furado, Praia da Lagoa Feia, Praia do Visgueiro e a Praia Paulista.

Em Arraial do Cabo localizam-se oito praias, a saber: Praia Brava, Praia do Forno, Praia Grande, Praia de Massambaba, Praia do Pontal, Praia do Pontal de Atalaia, Praia do Sudoeste, a Prainha e a Praia da Ilha de Cabo Frio/do Farol.

O município de São Francisco de Itabapoana possui 19 praias.

No município de Cabo Frio as praias são: Praia das Conchas, Praia do Perú e Praia do Forte de São Mateus.

Em Armação dos Búzios localiza-se a Reserva Ecológica de Tauá ou Reserva Ecológica de Cabo Frio, sendo que parte da reserva está situada em Búzios e parte em Cabo Frio.

Ainda no município de Armação dos Búzios encontram-se as seguintes Áreas de Proteção Ambiental: a APA Estadual do Pau-Brasil e a APA Municipal da Azeda/Azedinha. Destaca-se também que, em termos de áreas de preservação permanente, aproximadamente 50% do território do município de Armação dos

Búzios inclui fragmentos de Mata Atlântica, vegetação rara e típica de Búzios (estepe arbórea aberta), e outras coberturas vegetais que abrigam algumas espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, além de brejos e lagoas.

No município de Rio das Ostras encontra-se o Parque Municipal de Rio das Ostras e as Áreas de Proteção Ambiental Lagoa do Iriry assim como as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE): ARIE de Itapebussus, ARIE do Monumento Natural dos Costões e a ARIE do Parque Municipal dos Pássaros.

II.5.3.M - Qualidade da Paisagem Natural

Como descrito nos itens anteriores, e para facilitar a análise da qualidade da paisagem natural em função das características intrínsecas aos municípios que compõem a área de influência do empreendimento, neste item também será considerada a divisão em quatro regiões: municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, litoral norte capixaba, litoral norte fluminense e litoral sul capixaba. Apesar das diferenças e características próprias em cada município, o traçado histórico e as características individuais e coletivas dos seus desenvolvimentos, habilitam a realização da análise segundo esta divisão.

II.5.3.M.1 - Municípios da AID

II.5.3.M.1.1 - Vitória, Serra e Vila Velha

Dos municípios componentes da Grande Vitória que são alvo deste estudo, Vitória, Vila Velha e Serra são os que possuem as áreas de preservação mais preservadas, devido à existência de melhor e maior infra-estrutura de apoio à fiscalização e conservação, principalmente por parte dos municípios, através das secretarias de meio ambiente e de grupos ambientalistas constituídos. Entretanto, a forte pressão antrópica nestes municípios é um fator que interfere de forma intensa na qualidade das belezas naturais neles existentes.

As praias do município de Vila Velha, à exceção do balneário de Ponta da Fruta, são todas de mar aberto, com fortes ondas, águas frias e límpidas. O

balneário de Ponta da Fruta possui uma enseada com proteção de rochas fazendo dela uma praia apta para famílias. A praia da Barra do Jucu é cenário habitual de competições de bodyboard e surf. Resulta de especial beleza a praia em frente ao Parque Natural Municipal de Jacarenema, a maior área de restinga preservada da Grande Vitória, com grande diversidade de bromélias, orquídeas e fauna característica da restinga. As praias de Itaparica, Itapuã e praia da Costa têm sofrido grande pressão urbana fazendo com que a construção de enormes prédios tenham se convertido na paisagem “natural” da beira mar.

O município de Vitória, capital do estado do ES, destaca-se pela beleza do relevo, a preservação de alguns morros e sua vegetação, o cuidado dos seus parques e passeios e das suas praias. Na capital capixaba destacam-se o Parque Municipal Gruta da Onça, Parque Municipal Horto de Maruípe, Parque Pedra da Cebola, Parque Estadual da Fonte Grande, Parque Municipal de Tabuazeiro, Parque Municipal Mata da Praia e o Parque Baía Noroeste de Vitória.

As praias da capital encontram-se permanentemente monitoradas nas suas condições de balneabilidade pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM). Muitas vezes as praias são impróprias para banho, originado no lançamento de esgoto ao mar e pela insuficiente capacidade no tratamento do mesmo, sobretudo a praia do Canto, Curva da Jurema e a praia de Camburi. Atualmente, há uma continuidade do programa de despoluição Prodespol, com o intuito de melhorar as condições do tratamento do esgoto e seu lançamento nas águas do mar, evitando o risco de contaminação ambiental. Na Praia do Canto soma-se a existência do late Clube que mesmo com os controles ambientais, acaba poluindo as águas.

No município da Serra, as belezas naturais apresentam-se de grande variedade, devido aos cuidados na preservação destes recursos. Mesmo em se tratando de um município com nata vocação industrial, nos últimos anos tem se percebido uma clara intenção pela conservação das belezas naturais e a destinação destas para captação do tradicional fluxo turístico receptivo do estado do Espírito Santo. Em tal sentido, os visitantes do município da Serra inclinam-se pela beleza das suas praias, fundamentalmente as de Manguinhos (com mata ciliar preservada na beira da praia, essencialmente pela vocação e consciência dos moradores locais), assim como as praias de Jacaraípe e Nova Almeida. As

praias de Carapebus e praia Mole, já pela proximidade à área industrial das companhias Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica de Tubarão, encontram-se ainda mais pressionadas urbanamente, tendo quase desaparecido todo vestígio da vegetação original.

Resultam também de particular beleza a Área de Proteção Ambiental Estadual do Mestre Álvaro, o Parque Florestal e a Reserva Ecológica Mestre Álvaro e a Área de Proteção Ambiental Municipal da Lagoa Jacunem.

II.5.3.M.1.2 - Litoral Norte do Espírito Santo

Os municípios que constituem a zona litoral norte capixaba apresentam aspectos bastante heterogêneos no tocante a sua beleza cênica natural, devido a uma substancial mudança topográfica do relevo nos limites do estado, na faixa compreendida entre os municípios de Aracruz e Linhares. Além disto, o tardio desenvolvimento experimentado no norte capixaba faz com que atividades turísticas não tenham o peso dos municípios do sul do estado. Ainda nos municípios de Fundão e de Aracruz, as atividades turísticas fazem com que o aproveitamento do litoral marítimo, por parte de turistas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e do próprio estado, determine uma significativa fonte de renda. Com isto, a antropização das praias se manifesta por meio da pressão urbana e da demanda por infra-estrutura que nem sempre atende às necessidades. Como consequência disto, a presença de lixo, nas praias e nas encostas, acabam degradando o meio ambiente.

Fundão apresenta um litoral marítimo pequeno, se comparado com os outros municípios componentes desta região. Pela proximidade da região montanhosa das praias, este município pretende interligá-las com uma estrada que facilite o traslado dos turistas para a Praia Grande, principal referência turística do litoral do município. Enseada de grande extensão, esta praia recebe grande quantidade de turistas no período do verão. Sua beleza se complementa com a vista dominante da Igreja dos Reis Magos, verdadeiro cartão postal da região.

Outras praias do município de Fundão são a Praia da Direção, Praia do Rio Preto, Enseada das Garças, Iriri, Mirante da Praia, Praia da Vila Tongo, Murilo Praia, Praia do Morro da Lagoa. Estas praias, mais isoladas e com menor fluxo

turístico, se encontram mais preservadas e limpas. Nessas quase não se encontram barracas de venda, o que permite que se mantenham quase no estado original, realçando a beleza do local. Caracterizam-se ainda pela presença de corais que formam pequenas enseadas, sendo ricas em pequenos animais marinhos nas pequenas piscinas naturais que se formam.

No tocante à região montanhosa do município de Fundão, recentemente foi criado o Parque Municipal de Goiapaba Açú. Este parque, com centro numa pedra de 810 m de altura com forma de baleia, apresenta uma exuberante mata atlântica preservada que, dada à proximidade da Reserva Biológica Augusto Ruschi, não se descarta que possa ser integrada num corredor ecológico.

O município de Aracruz é, dentre os municípios que compõem esta zona Litoral Norte, o que apresenta maior número de praias oferecidas aos turistas. Dentre estas destacam-se a praia da Barra do Sahy, praia de mar aberto e ondas acentuadas; a Praia dos Padres, a Praia de Coqueiral e a Praia de Putiri, praias com recifes de corais, que formam pequenas enseadas e resultam mais protegidas com mar agitado. Outras praias como a Formosa e a praia Barra do Riacho são utilizadas, em maior grau, como lazer de moradores locais.

No município de Linhares, as praias são todas de mar aberto, com ondas fortes, dado a predominância de vento nordeste na região. Destacam-se praias como a de Regência, com uma das melhores infra-estruturas turísticas do município, que conta também com a possibilidade de visita ao centro de divulgação do Projeto Tamar, próximo da localidade de Regência. A praia de Pontal de Ipiranga, com traçado urbano bastante simples, se constitui num recanto turístico ideal para quem deseje se isolar. Próximo a essa, a Praia de Barra Seca é destinada à prática de nudismo, muito visitada. A praia de Povoação, separada da de Regência pela foz do rio Doce, conserva o bucolismo de uma típica vila de pescadores. Também há as praias existentes nas margens da maior lagoa existente no estado, a Lagoa Juparanã.

O município de São Mateus não apresenta um mercado desenvolvimento turístico, podendo-se citar as praias de Barra Nova, de difícil acesso, e a de Guriri, de mar aberto, que possui uma orla movimentada, com alguns hotéis e restaurantes que acabam se constituindo na vida noturna do povoado.

II.5.3.M.2 - Municípios da All

II.5.3.M.2.1 - Litoral Sul do Espírito Santo

Dentre os municípios do sul do estado do ES, os que apresentam melhor desempenho na atividade turística tendem a ser mais conservacionistas, por entender que a preservação dos recursos naturais é fator determinante para atração dos turistas. No entanto, comparativamente aos municípios do litoral fluminense, a comunidade litorânea do sul capixaba, a exceção de municípios com forte base no turismo como Guarapari, ainda não se mostra atenta à relação preservação da beleza natural x atração turística. Fora as áreas de preservação, o lixo nas praias e encostas, assim como o desmatamento e o avanço da ocupação de baixa renda, são perceptíveis. Mesmo em áreas de preservação, como o Parque Natural Municipal de Jacarenema, no município de Vila Velha, ou nos manguezais do rio Guarapari ou do rio Piúma, ou nas inúmeras lagoas do município de Marataízes próximas a praia, assim como na lagoa de Mãe-bá, nos municípios de Anchieta e Guarapari ou no rio Meaipe no município de Guarapari, os problemas de invasão e de poluição dos recursos hídricos e naturais, assim como a extração predatória de recursos, é constante. A poluição dos recursos hídricos se manifesta pela interferência na qualidade das águas para uso de lazer e pesca realizada próxima à costa.

O município de Presidente Kennedy, o mais austral do estado, carece de um desenvolvimento voltado ao turismo. Porém, possui belezas naturais com potencialidade para o desenvolvimento sustentável da atividade, como é o caso da Praia das Neves, a praia de Marobá e a Praia de Boa Vista, na divisa com o município de Marataízes. Tratam-se de praias oceânicas de grande extensão, ideais para prática de esportes aquáticos.

No município de Marataízes, os cenários naturais preferidos pelos turistas, se misturam entre as praias oceânicas e as lagoas de água doce. As praias mais importantes são a praia Principal ou praia do Centro, a praia da Cidade Nova, a praia da Barra e a praia do Siri. Esta última é o mais contundente exemplo de mistura de cenários pois encontra-se a metros da lagoa do Siri, e é nesta união de cenários naturais onde fica o maior e melhor infra-estruturado centro de camping

do estado. Além da lagoa do Siri, no município se destacam a lagoa D´antas e a lagoa Funda.

No município de Itapemirim merecem destaque as praias de Martim Moreira, Praia de Gamboa, Praia de Itaipava e Praia de Itaoca.

No município de Piúma, as belezas naturais que resultam em atrativo turístico são as praias e o mangue da foz do rio Piúma. As praias mais freqüentadas pelos turistas são a Praia do Corujão, Praia Maria Neném, Praia do Aghá e a Praia do Pau Grande. São motivo de visitação também as ilhas do Meio, de Fora e dos Franceses e as Ilhas do Gambá e do Cabrito, todas pertencentes ao município de Piúma.

O município de Anchieta conta também com belas praias e o rio Benevente, que atravessa a sede municipal e na desembocadura transforma-se em porto de embarcações de pesca e, somado aos manguezais, morada natural das garças brancas. As praias do município são: Praia de Mãe-Bá, Praia do Além, Praia de Tiquiçaba, Praia de Ubu, Praia de Parati, Praia de Guanabara, Praia dos Castelhanos, Praia de Anchieta, Praia de Quitiba, Praia do Coqueiro, Praia do Balanço, Praia de Mar Vila, Praia dos Namorados, Praia Costa Azul, Praia da Areia Preta, Praia de Santa Helena, Praia de Inhaúma, Praia Juca da Mata e Praia do Sapê. A maioria das praias do município caracteriza-se por ser de enseadas, com águas calmas, especiais para lazer. Porém, existem algumas praias de mar aberto, como a praia de Mãe-bá ou praia de Santa Helena, com ondas, ideais para prática de surf. Nas praia dos Castelhanos, Parati e Ubu, se encontram recifes de coral que acabam aprisionando água e formando pequenas piscinas, tornando-se as águas mornas, ideais para banho de crianças.

O município de Guarapari, o mais desenvolvido desde o ponto de vista turístico da região do sul do estado, tem por principais belezas naturais as praias, podendo se dividir em três regiões, uma ao norte, outra no centro do município, coincidindo com a sede municipal e uma terceira região ao sul, onde aparecem os núcleos turísticos de Nova Guarapari e Meaípe como áreas urbanas de destaque.

A sede do município é conhecida como “Cidade Saúde”, pela existência de areias monazíticas nas suas praias, tendo neste fato sua popularidade entre moradores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília e do próprio estado do ES.

Na região norte do município, se destacam as praias de Muquiçaba, Praia do Morro, Praias do Morro da Pescaria, Três Praias, Praia de Santa Mônica, Praia de Setiba, e Praia Recanto da Sereia. Nesta região se apresenta grande diversidade paisagística: por um lado, praias de mar aberto e fortes ondas, como na praia Recanto da Sereia, grande atrativo de surfistas e bodyboard, por outro lado, como em Três Praias, mistura de praias de enseada de águas calmas e praias de mar agitado. A praia de Setiba, com águas muito transparentes e frias se destaca na região norte do município. No centro citam-se a Praia dos Namorados, Praia das Virtude, Praia das Castanheiras, Praia do Meio, Praia Areia Preta, Praia Arrebentação e Praia das Pelotas. Na região sul, a Praia do Riacho, Praia Ipiranga, Praia Gracaí, Praias da Enseada Azul (Praia Guairuba, Praia Bairrista, Praia Mucunã e Praia Bacutia), Praia dos Padres, Praia de Meaípe, Praia do Porto Grande, Praia do Urubu e Praia do José Sechin. A APA de Setiba e o parque Municipal de Guarapari são objeto de visitação por parte dos turistas que veraneiam na cidade. No tocante à APA de Setiba, o plano de manejo da área encontra-se em fase de elaboração.

II.5.3.M.2.2 - Litoral Norte Fluminense

A qualidade da paisagem natural encontra-se intimamente ligada à preservação e conservação dos recursos naturais. Quanto mais extensas as diferentes áreas de preservação, nas suas diferentes expressões legais (Área de Preservação Ambiental, Reserva Extrativista Marinha, Parque Municipal Natural, Parque Estadual, dentre outros), há uma tendência na melhoria da qualidade dos recursos e da paisagem natural.

Nos municípios do estado do RJ, que fazem parte da AII do empreendimento, existem diversos fatores que contribuem marcadamente na qualidade da paisagem natural, como: a existência de um expressivo número de reservas legais e a consciência da população frente à necessidade de preservar, que está vinculada aos atrativos turísticos da região, os quais são de essencial importância para a geração de emprego e renda.

Os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo podem ser avaliados dentro de uma sub-área em função da incidência das atividades

turísticas como fonte de recursos para os moradores locais. Estes municípios, detentores de grandes atrativos e beleza natural, têm encaminhado seu perfil socioeconômico em direção ao turismo.

No município de Cabo Frio devem destacar-se as Dunas de Cabo Frio, desde a Praia do Forte, no município de Cabo Frio até a Praia do Pontal, junto ao Morro do Forno, no município de Arraial do Cabo, que tem se constituído em objeto de tombamento. A beleza das suas praias (praia das Conchas, praia do Perú, praia do Forte), com águas transparentes e areia branca, são um convite irrecusável para os turistas.

O município de Armação dos Búzios apresenta grande variedade de paisagens, com seus morros separando diferentes tipos de praias: calmas enseadas ou ondas pronunciadas, utilizadas na prática de esportes aquáticos. Destacam-se a praia da Tartaruga, a praia Rasa, a praia de Geribá, a praia da Ferradurinha, a praia da Ferradura, as praias João Fernandes e João Fernandinho, as praias Azeda e Azedinha e a APA Municipal da Azeda/Azedinha. Destaca-se que, aproximadamente 50% do município de Armação dos Búzios é constituído por APPs, fator relevante na hora de avaliar as belezas naturais do município e sua conseqüente qualidade, motivadora de atração no turismo de alta renda.

Dentre as belezas naturais do município de Arraial do Cabo, destacam-se: a praia Brava, com aproximadamente 300 m de extensão e vegetação de restinga, apta para a prática do surf. A ilha do Francês integra a paisagem, vista desde a praia; a praia Grande, oceânica com 1300 m de extensão e longa faixa de praia, parcialmente ocupada por dunas e integrada pelo Morro da Miranda e pela Restinga de Massambaba; praia do Forno, localizada ao fundo do Morro do Forno, destacando-se a ilha do Farol em frente. Área com grande presença de corais, é utilizada para pesquisa marinha e cultivo de ostras e mariscos, vendidos no local para moradores e turistas; praia da Ilha de Cabo Frio ou do Farol, aproximadamente 1000 m de extensão com pequenas dunas recobertas por restinga; praia de Massambaba, de grande extensão, sendo 25 km dentro do município de Arraial do Cabo. Apresenta uma faixa de restinga, a restinga de Massambaba, separando a praia da lagoa de Araruama. Possui dunas de pequena e média altura. Na restinga há grande variedade de cactos, orquídeas e

bromélias; ilha do Farol ou de Cabo Frio, com picos de até 390 m de altura e vegetação de mata atlântica quase integralmente preservada. Entre esta ilha e a Enseada dos Anjos encontram-se os “Baixios”, uma área de aproximadamente 1,2 km de largura e reconhecida como uma grande banco de areia coberto pelo mar; as grutas do Oratório e a Azul.

O município de Rio das Ostras, mesmo sendo um município relativamente novo, possui uma vocação inata para a exploração turística, sendo que a beleza das suas praias é um dos pilares do desenvolvimento turístico do município.

As áreas de Relevante Interesse Ecológico recentemente criadas como a de Itapebussus, a do Monumento Natural dos Costões e a do Parque Municipal dos Pássaros, demonstram a preocupação do município na proteção das belezas naturais, podendo se verificar também, APA Lagoa de Iriry e o Parque Municipal de Rio das Ostras.

O município de Casimiro de Abreu caracteriza-se pela combinação de praias e rios como alvo turístico, motivado na particular beleza destes. A Praia de São João, mais conhecida como Praião, com extensão em torno de 4 km, faz parte da longa faixa de praias (9 km). Possui águas verdes, com maior índice de transparência nos meses de verão, e areias com granulação média e tonalidade amarelada, coloração típica das areias monazíticas das praias da região. Em termos fluviais, o Poço do Pai João, com duas principais quedas de 3 e 5m e águas frias, límpidas e transparentes, forma várias piscinas naturais. Na vegetação densa há trilhas ecológicas, passando por cachoeiras pouco exploradas. Além disto, o Rio Macaé pelo seu grande volume de água e suas enormes corredeiras é um excelente lugar para a prática de *rafting*.

No município de Macaé merecem destaque a beleza do parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, o Parque Ecológico Fazenda do Atalaia e o Arquipélago de Sant’Anna. Com um extenso litoral, as praias dos Cavaleiros, de Imbetiba e do Pecado são todas ideais para banho. As praias da Barra, do Lagomar, de São José do Barreto e do Forte são especiais para a pesca. Em referência às águas internas do município, destacam-se as lagoas de Imboassica e de Jurubatiba, assim como as cachoeiras de Glicério, de Crubiexas, de Bicuda e a Cachoeira 22. As serras da Bicuda Grande e Pequena, assim como a Serra da Cruz são belezas naturais de destaque do município.

No município de Carapebus, compartilham com os municípios de Macaé e de Quissamã, o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Resultam atrativos turísticos a Praia de Carapebus e a Lagoa de Carapebus.

No município de Quissamã, como citado acima, o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, pelas características próprias, resulta em atrativo turístico. As lagoas Ribeira, Preta, Paulista e Feia, em especial esta última, a segunda maior lagoa de água doce do Brasil, são um convite para a prática de esportes aquáticos, destacando-se, na lagoa Feia, a prática de torneios de wind surf. As praias do município são a do Piripiri, de 14 km de extensão e destino principal dos moradores do município com intuito de lazer; a praia da Barra do Furado, ponto principal da atividade pesqueira e competições náuticas do município; a praia do Visgueiro, praticamente deserta, com pouquíssimas construções e o especial atrativo da Lagoa do Visgueiro, ideal para prática de esportes aquáticos e pesca; e a Praia do Paulista, na divisa com o município de Carapebus, onde é possível tomar tanto banho em água doce e água salgada.

No município de Campos dos Goytacazes merecem menção as cachoeiras do Imbê, onde se concentram cachoeiras como Tombo D'água e a Maracanã. A primeira fica na fazenda Mocotó e tem queda d'água de 70 m ficando a 250 m a cima do nível do mar. Suas águas formam uma piscina de águas muito límpidas. Já a Maracanã, bem próxima a outra, tem como diferencial as formas rochosas de seu entorno. Ao norte do Imbé, há outra importante cachoeira, a Bela Joana, que tem duas quedas d' águas que chegam a 15 m de altura. A praia do Farol de São Tomé é conhecida como pólo exportador para todo o Brasil e também para o exterior devido à riqueza e variedade de peixes. Dezenas de quiosques se espalham pelos 40 Km de orla oferecendo um grande complexo de serviços. A Lagoa de Cima utilizada para esportes náuticos, banho, pesca e lazer, conta com toda infra-estrutura de serviços além de área de camping. Céu azul, o verde da Mata Atlântica preservada e a água limpa despejada pelos rios Urubu e Imbé, que descem do alto da APA do Imbé, é a combinação oferecida pelo local.

No município de São João da Barra as belezas naturais com enfoque turístico são praias, lagoas, delta e dunas. As praias do município são a de Atafona, de Iquipari, do Chapéu de Sol, de Açú e de Grussaí. As lagoas com destino ao

turismo de aventuras é a lagoa de Iquipari, assim como o Delta do Rio Paraíba do Sul e as Dunas da praia de Atafona.

O município de São Francisco de Itabapoana não se caracteriza por possuir grande desenvolvimento turístico.

II.5.3.N - Caracterização da Atividade Pesqueira

A atividade pesqueira foi caracterizada em suas diferentes modalidades, abordando-se a pesca de subsistência (exercida com o objetivo de obtenção de alimento, sem finalidade comercial e praticada com técnicas rudimentares), a pesca artesanal (que contempla tanto as capturas com objetivo comercial associado à obtenção de alimento das famílias participantes, quanto as capturas com objetivo essencialmente comercial), e a pesca empresarial/industrial (desenvolvida por armadores de pesca, que delegam o processo produtivo ao mestre da embarcação, ou por indústrias, nas quais a empresa é proprietária tanto das embarcações quanto dos petrechos de pesca). A classificação das diversas modalidades de pesca seguiu o documento GEO BRASIL (2002).

A atividade pesqueira realizada nos municípios do Espírito Santo foi caracterizada com base no documento Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo (Incaper, 2005⁴), o qual igualmente adota as definições apontadas no documento GEO BRASIL (op. cit.) .

Neste documento foram levantadas informações como infra-estruturas específicas, logística de captura e distribuição, demanda e oferta de insumos básicos e os principais entraves assim como número de pescadores ativos, embarcações, e outros, afim de se conhecer de que forma as comunidades vivem hoje para que possam exercer sua atividade econômica.

Observou-se que o número de embarcações à remo ou vela, totaliza 34% do total de embarcações registradas no estado, caracterizando que a pesca no Espírito Santo é, em grande parte, de base familiar e artesanal, mas que se revela

4 Este relatório é parte integrante do projeto de Macrozoneamento da Pesca e Aqüicultura no Estado do Espírito Santo, concebido por uma parceria público privada, envolvendo o Governo do Estado, a Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca e a Aracruz Celulose S.A.

com potencial para a pesca empresarial e industrial, necessitando de investimentos e capacitação dos principais atores desta atividade, os pescadores.

Observa-se também que um grande número de espécies capturadas no estado são destinadas à exportação, sendo esta feita por empresas do ramo que compram o pescado nos barcos e procede as etapas subsequentes.

As informações referentes aos tipos de petrecho, profundidades de captura e espécies-alvo, apresentadas a seguir para as Colônias, Associações de Pescadores e Cooperativas inseridos nos municípios da Área de Influência – ES encontram-se consolidadas nos mapas de pesca (Mapas II.5.3 -1 a II.5.3 -8), ao final desta seção.

II.5.3.N.1 - AID - Vitória, Vila Velha e Serra

COMUNIDADES PESQUEIRAS

Caracteriza-se como uma região onde a atividade pesqueira tem relevância, localizada no maior centro consumidor do estado, a Grande Vitória. Existem hoje nesta região pouco mais de 2.300 pescadores operando diretamente na pesca, contando com aproximadamente 600 embarcações motorizadas de diversos tamanhos e autonomias e cerca de 480 embarcações à remos ou vela. Por estes aspectos, a atividade na região se revela como artesanal/profissional com tendências a pesca empresarial/industrial.

Estes pescadores estão organizados em duas Colônias de Pescadores, duas Associações de classe e duas Cooperativas, uma de pesca e outra de desfiadeiras de siri, que se caracteriza como pesca artesanal familiar, direcionada à mulheres.

De acordo com Incaper (2005) estas comunidades pesquisadas estão em vias de diminuir de volume e atores envolvidos frente ao desenvolvimento desordenado que vem ocorrendo nos locais onde residem. Na grande Vitória, estes pescadores já estão em avançado estágio de marginalização em regiões de baixa renda, com diversos problemas de ordem socioeconômica. Diante disto sugere-se a tomada de medidas que sejam eficientes na reorganização e capacitação dos pescadores envolvidos, envolvendo-os em projetos que tenham

na iniciativa endógena e participativa com ações de reintegração na atividade com consciência e comprometimento.

II.5.3.N.1.1 - Município de Vitória

A comunidade pesqueira residente na capital organiza-se através de sua colônia, a Z-5, também conhecida como Colônia Maria Ortiz e através de quatro associações de pescadores (Associação de Pesca de Santo Antônio, Associação de Pesca Ilha das Caieiras, Associação de Pesca da Praia do Canto, Associação de Pesca de Goiabeiras e Associação de Pesca da Praia do Suá). Merece destaque ainda a organização das mulheres que vivem da extração/comercialização de siri e de mariscos, representadas pela Cooperativa de Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras.

A comercialização do pescado, por parte dos pescadores locais, tende a ser facilitada devido à elevada demanda existente na capital por restaurantes e bares, assim como nos municípios vizinhos, e pela proximidade ao mercado consumidor, o que possibilita a venda no próprio local onde o pescado é desembarcado ou nas suas proximidades. Neste sentido pode-se eliminar ou reduzir a participação do “atravessador” na comercialização do pescado, embora esse esteja atuando na região.

Colônia de Pesca Z - 5 - Maria Ortiz - Praia do Suá

A colônia Z-5 - “Maria Ortiz” representa junto ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento todas as associações de pescadores do município de Vitória. Sua sede é própria e se localiza na Praia do Suá. Neste local existe uma peixaria, pertencente à colônia, que fica aberta ao público diariamente, no período da manhã e comercializa preferencialmente os pescados de seus associados.

Tem, atualmente, aproximadamente 5.600 associados sendo que cerca de 60% são pescadores ativos, e abrange pescadores residentes em vários municípios como: Vila Velha, Guarapari, Serra, Aracruz, Linhares, Conceição da Barra, Colatina, Baixo Guandu e Aimorés no estado de Minas Gerais.

O número de embarcações cadastradas na Colônia é de aproximadamente 200 barcos com motor, rádio e telefone celular. Alguns têm equipamentos mais

sofisticados como sonda e GPS. O tamanho das embarcações varia entre 10 e 14 metros em sua maioria. Utilizam como petrechos:

- Rede de espera a uma distância de até 3 milhas da costa a uma profundidade de 15 metros para pesca de corvina, pescada, lagosta, anchova, xixarro e pescadinha;
- Espinhel de superfície a uma distância entre 12 e 15 milhas da costa, a uma profundidade até 60 metros para pesca de realito, pargo, papa terra, dentão e dourado;
- Espinhel de fundo para pesca de cação e badejo;
- Balão, para pesca de camarão.

Os barcos de pequeno porte utilizam como petrecho a linha com anzol. O volume de pesca comercializado no posto de venda da Colônia é de aproximadamente: 64 toneladas/mês de pesca de anzol (8 barcos); 25 toneladas/mês de rede de espera (20 a 25 barcos); e 6 toneladas/mês de camarão.

No tocante à comercialização do pescado, 80% do total do município de Vitória é adquirido por um grande atravessador da região. No bairro existem aproximadamente 15 máquinas particulares de descascar camarões. Nas proximidades existem 3 estaleiros: Edgar Alvarenga, Manuel Vareta e um comunitário construído pela Prefeitura Municipal de Vitória.

É de interesse dos pescadores, saber da possibilidade de acontecer derramamento de óleo nas atividades de produção de petróleo e de como um acidente destas características pode vir afetar as atividades dos pescadores. Outros tipos de acidentes preocupam os entrevistados, como navios que possam vir colidir com embarcações pesqueiras (Incaper, 2005).

A pesca mais comum no município é a pesca de arrasto para camarão, chamada pelos pescadores de arrastão, realizada com o balão. Com esta prática, além do camarão são pescadas outras espécies. Outro tipo de pesca realizado na capital é a pesca esportiva, especialmente para captura do marlim azul. Tem sido inclusive, realizados torneios de pesca da espécie com o apoio da Prefeitura Municipal de Vitória.

A comercialização do pescado garante uma renda mensal em torno de R\$ 500,00 /mês, realizada, ou diretamente na própria colônia, ou via atravessadores

que compram o pescado no local. Em função do grande mercado na qual se localiza a colônia, o mercado da capital, toda a produção é passível de venda na própria região e municípios vizinhos.

A colônia, além de desenvolver suas atividades, também assiste outras associações existentes no município, com as quais possui estreito relacionamento, que são: Associação de Pesca de Santo Antonio; Associação de Pesca Ilha das Caieiras; Associação de Pesca da Praia do Canto; Associação de Pesca de Goiabeiras; Associação de Pesca da Praia do Suá.

Com relação ao apoio do poder público local, a Prefeitura de Vitória tem assistido, na medida do possível, a colônia. Foi dado apoio para a reforma da colônia, para a aquisição de um barco de grande porte. Hoje a Colônia dispõe de um estaleiro para reforma e construção que já opera, além de dois estaleiros particulares em funcionamento no município.

Os problemas que mais afetam os pescadores, de acordo com o representante da colônia, são:

- A poluição da baía de Vitória, assim como de seus mangues, locais de desova de peixes e outras espécies marinhas;
- A pesca submarina com arpão e compressor feita por pescadores não profissionais, que afastam os cardumes;
- O tratamento discriminado da fiscalização, por parte da Capitânia dos Portos, no que tange aos limites de pesca, que é mais exigente, para os que vivem da atividade pesqueira.

No tocante às áreas de pesca, foi informado que as embarcações menores praticam a atividade fora de Tubarão e da Praia da Costa. Algumas embarcações de grande porte se aproximam das Ilhas Martin Vaz e da Trindade.

A colônia possui uma embarcação que pratica arrasto para captura de camarão rosa na região de São Mateus. As embarcações que se dirigem para as Ilhas Martim Vaz e Trindade praticam, na viagem que tem uma duração de 5 dias de ida 5 dias de volta, pesca com currico, ou seja, linhas com anzóis na popa da embarcação, atuando durante a travessia. Foi levantada a presença de traineiras de outras regiões, principalmente do estado de Santa Catarina, que praticam pesca predatória.

Os membros que compõem a Colônia se utilizam do píer já existente na praia do Suá como atracadouro de suas embarcações. Para conserto ou reforma das embarcações, os membros da colônia contam com a possibilidade de levar as mesmas para o estaleiro que funciona dentro da área da colônia.

Associação de Pescadores da Praia do Canto

A localidade da Praia do Canto compreende cerca de 80 pescadores e possuem no local 60 embarcações motorizadas e mais 70 à remo. Utilizam a área do mar de Vitória até 30 milhas a leste da costa. Nesta área capturam camarão, badejo, garoupa, cherne, namorado, papa-terra, olho de boi, pargo, xixarro, baiacu e corvina. Para estas pescarias utilizam a linha com anzol, balão e rede de espera. Comercializam seu produto para a peixaria da associação e diretamente ao consumidor final e atravessadores da região.

Possui uma sede provisória da entidade. O gelo da associação é proveniente de Campo Grande em Cariacica. Estaleiro em condições precárias onde os barcos são consertados na areia da borda do canal. A renda média dos pescadores não ultrapassa dois salários mínimos mensais.

Comunidade de Pescadores do Bairro Grande Vitória

A comunidade de pescadores do Bairro Grande Vitória se apresenta com características artesanais e de subsistência. Apresenta cerca de 20 pescadores ativos, sendo que apenas 50% se encontram devidamente registrado à Colônia Z-5. Utilizam para sua atividade em torno de dez barcos motorizados (4 a 8m) e trinta embarcações a remo.

A área de atuação destes pescadores se estende do mar de Vitória, defronte a cidade, toda baía de Vitória e o canal de Vitória. Nesta área são normais a captura de camarão, robalo, siri e tainha, e são utilizadas a rede de espera, o balão, o gereréu e a linha individual.

Na residência de um pescador funciona uma modesta unidade de beneficiamento utilizada por sua família para manipular, embalar e armazenar o pescado. A renda média dos pescadores da comunidade não ultrapassa três salários mínimos mensais.

Associação de Pescadores e Desfiadeiras de Siri de Ilha das Caieiras

A comunidade de Ilha das Caieiras se caracteriza como uma comunidade de pescadores artesanais semi-organizados. Existe na comunidade uma associação de pescadores e uma cooperativa de desfiadeiras de siri que congregam mulheres que trabalham no processamento do siri capturado na região. A localidade é conhecida regionalmente como referência na captura deste recurso e divulga sua aptidão em feiras e festivais da região.

Existem na comunidade cerca de 130 pescadores ativos que utilizam vinte barcos motorizados e trinta à remo. Na região utilizada para a pesca, que vai do mar de Vitória até o canal de Vitória, é freqüente a captura de camarão, siri, robalo, tainha, sirioba, carapeba, caratinga, vermelho, virote, corvina e arraia, capturados com balão, rede de espera, gereréu e espinhel boieiro.

Existe também na comunidade uma peixaria comunitária usada pelos pescadores para manipular e armazenar o pescado antes da venda. O local foi construído com recursos da Prefeitura e outros parceiros. A renda média da comunidade de pescadores é, de aproximadamente dois salários mínimos mensais.

Comunidade de Pescadores de Santo Antônio

A comunidade de pescadores de Santo Antônio se apresenta com características artesanais e de subsistência. Apresenta cerca de dez pescadores ativos registrados e mais ou menos oitenta sem registro que pescam por oportunidade de agregação de renda.

Utilizam para sua atividade em torno de seis barcos motorizados (4 a 8m) e 50 embarcações à remo. A área de atuação destes pescadores se estende do mar de Vitória, defronte a cidade, toda baía de Vitória e o canal de Vitória. Nesta área são normais as capturas de camarão, tainha, pargo, corvina, carapeba e baiacú, e são utilizadas a rede de espera, o balão, e a linha individual.

Existe na localidade apenas uma peixaria particular. A renda média dos pescadores da comunidade não ultrapassa três salários mínimos mensais.

As principais demandas da comunidade são:

- Câmara frigorífica para armazenamento do pescado;
- Estaleiros/mecânicas navais;

- Coibir a pesca de arrasto e pesca predatória por barcos de outras regiões - recifes artificiais;
- Vigilância sanitária e fiscalização de pescadores não registrados;
- Cooperativa de pesca com SIF e terminal;
- Escola de pesca com simulador de navegação;
- Saneamento/despoluição do canal de Vitória;
- Estudo de viabilidade para implantação de uma estação de depuração de moluscos;
- Cursos de capacitação e educação ambiental para as comunidades;
- Projeto salva-mar nas comunidades;
- Desburocratização na liberação da documentação dos pescadores perante os órgãos competentes;
- Cursos de capacitação dos pescadores nas comunidades;
- Necessidade de maior número de fábricas de gelo;
- Furto de óleo diesel;
- Sistema de comunicação eficiente;
- Locais adequados para abrigo das embarcações nas comunidades;
- Adequação das pontes de Camburi e Florentino Ávidos (05 Pontes), permitindo desta forma o tráfego de embarcações de médio e grande porte.

Cooperativa de Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras

Os principais mariscos comercializados pela cooperativa são: siri, camarão, caranguejo, sururu, ostra do mangue e ameixa. Os produtos se diversificam em preço e disponibilidade dependendo da época. O mais comercial dos mariscos é o siri, que além da venda na própria cooperativa, também é vendida para restaurantes, bares, para atravessadores e outros comerciantes. A compra é efetuada em kg ou por caixa fechada do marisco. A negociação não é difícil de ser feita visto que existem compradores em potencial.

A Ilha das Caieiras é favorecida por ser uma região que propicia a coleta de mariscos, participando da cata (e usando como profissão), aproximadamente 60 pessoas. O material utilizado pelos catadores de mariscos da região geralmente é composto por rede, puçá, gereréu, e armadilha.

A importância da atividade do ponto de vista socioeconômico se dá, por um lado, pelo aumento da renda proporcionada às famílias das desfiadeiras, antes dependentes, na sua maioria, do trabalho do homem. Por outro lado a participação das mulheres na geração da renda familiar tem crescido mesmo nas camadas de rendas mais baixas da sociedade, tendo em vista as oportunidades que se abrem em termos de opções de trabalho.

II.5.3.N.1.2 - Município de Vila Velha

Em Vila Velha a pesca é uma atividade de grande expressão, o que pode ser dimensionado pelo número de entidades representativas do segmento que existem no município, entre elas: a Colônia de Pescadores de Vila Velha e a Cooperativa Mista de Pesca. Dentro destas existem determinadas formas de organização, caracterizado por Associações de Pescadores, com pouca expressão e modesta atividade por falta de auxílio gerencial e comprometimento dos associados. Podemos citar a Associação de Pescadores de Itapuã, a Associação de Pescadores da Praia do Ribeiro e a Associação de Pescadores da Barra do Jucú, que está em formação.

Destaca-se que, em Vila Velha, existem 3 estaleiros de grande porte, mas, segundo os entrevistados, dois encontram-se em processo de fechar as portas. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, o CREA/ES vem fazendo fiscalizações rigorosas nos estaleiros e alegam que é necessária a presença de um engenheiro naval para assinar todo e qualquer projeto, de embarcações novas e reformas. Com a aplicação de multas, vêm tornando inviáveis as atividades dos mesmos (Incaper, 2005).

Comunidades de Pescadores de Vila Velha

Segundo representantes destas comunidades este é o real "endereço" dos pescadores com renda de até três salários. É através das condições precárias existentes nas localidades que eles se organizam fisicamente para a pesca, de onde partem com suas embarcações e onde desembarcam com sua produção. Muitas vezes são nos locais que os pescadores fazem reuniões para discutir os problemas enfrentados pela classe, como forma de união e organização.

Geralmente são os pescadores residentes em localidades mais próximas que fazem parte da comunidade. Nas modestas estruturas físicas que dispõe nas comunidades, os pescadores guardam seus materiais de pesca, suas embarcações e geralmente comercializam o pescado, mesmo que de forma inadequada.

São visíveis as diferenças de porte das embarcações pertencentes às comunidades de Ponta da Fruta, Ilha das Flores e da Praia do Ribeiro, que utilizam embarcações com maiores recursos, e das utilizadas pelos pescadores da Praia de Itapuã, a grande maioria movida a remo. Isto determina a existência de diferentes padrões de vida e renda entre pescadores de um mesmo município, em função dos recursos utilizados por cada um deles.

Comunidade de Pescadores da Barra do Jucú

A comunidade de pescadores da Barra do Jucú se caracteriza como uma comunidade de pescadores artesanais de subsistência e em vias de organização em uma Associação própria.

Existem na comunidade cerca de 25 pescadores ativos que utilizam seis barcos motorizados e dez à remo. A região utilizada para a pesca, vai da Ilha das Garças à Ponta da Fruta com os barcos motorizados e defronte à localidade para com os barcos à remo. É freqüente a captura de pescada branca e amarela, corvina, pescadinha, roncadour, baiacu, pargo, lagosta e robalo capturados com rede de espera de fundo e boeira, além de linha de mão individual.

Não existem na comunidade peixarias, portanto o pescado é vendido diretamente ao consumidor final, restaurantes e bares da localidade. Também não existe infra-estrutura para abrigo das embarcações, fábrica de gelo, pescadores sem documentação, ausência de mercado de peixes da região, estaleiros, programas de capacitação, e escola de pesca.

A renda média da comunidade de pescadores é, de aproximadamente dois salários mínimos mensais.

Comunidade de Pescadores da Praia do Ribeiro

A localização da comunidade dos Pescadores da Praia do Ribeiro encontra-se nas proximidades da Praia da Costa anexo a entrada do Morro do Moreno.

Composta, em sua maioria, de pescadores das imediações, esta comunidade conta com uma força de pesca de aproximadamente 20 pescadores ativos, que utilizam 14 embarcações motorizadas e 24 botes à remo.

A comunidade não possui sede própria, nem fábrica de gelo ou qualquer outra estrutura para facilitar a comercialização do pescado que é vendido diretamente ao consumidor final em suas bancas improvisadas na praia. O problema enfrentado são os conflitos com moradores dos prédios em frente à praia, infra-estrutura precária, inexistência de local apropriado para abrigo dos barcos, de local para guardar o material de pesca e de espaço apropriado para a comercialização do pescado. Um reclame específico desta comunidade de pescadores é que existe um fator que interfere no processo de comercialização do pescado, realizado na praia onde estão assentados, onde deságua, nas proximidades, um canal de esgoto no mesmo local aonde os barcos chegam com o pescado.

Os tipos de pesca mais utilizados são linha de fundo, com estronca (10 a 20 anzóis). Em média, o volume de pescado desembarcado, por dia, é de 200 kg/barco/semana, composto principalmente por peroá preta (escasso), realito, pargo, pescadinha (época), este último mais freqüente.

A faixa salarial dos pescadores é de no máximo três salários mínimos mensais. Em comparação com as outras comunidades de Vila Velha, a da praia do Ribeiro possui uma característica um pouco mais organizada e produtiva, comparada com outras comunidades do município, porém tem conflitos com os moradores da localidade.

Associação de Pescadores da Praia de Itapuã

A comunidade possui uma associação que não tem sede própria e funciona na peixaria que fica em frente ao abrigo dos barcos na praia. São cerca de oito associados e 30 pescadores com aproximadamente 6 barcos motorizados, predominando embarcações de pequeno porte a remo, somando 70 ao todo. A maior parte dos associados são moradores de Vila Velha, que antigamente habitavam a localidade e foram aos poucos, devido a especulação imobiliária, levados a morarem nas periferias da cidade.

Utilizam a faixa litorânea compreendida entre a Praia da Costa e Barra do Jucu para pescar. As espécies mais capturadas nesta faixa são: pescadinha, baiacu, peroá, tainha, corvina, pescada e xixarro. Para estas pescarias são utilizados os seguintes petrechos: rede de espera de fundo e boieira, arrasto de praia e linha com anzol.

A comercialização de 80% do pescado é realizada para atravessadores da região, enquanto os 20% restantes são comercializados na praia de Itapoã em bancas improvisadas e sem um mínimo de regras de higiene no horário de chegada dos barcos e de puxada das redes. Além de não dispor de sede própria a associação, segundo seus representantes carece de infraestrutura de apoio à atividade como fábrica de gelo e frigorífico. A única infra-estrutura disponível aos pescadores é o barracão acoplado à passarela ou calçadão da orla, que apesar de oferecer abrigo a alguns barcos, é insuficiente para abrigar todas as embarcações, além de ser desprovida de algumas características essenciais para os seus usuários. O local de desembarque de pescado é na praia, que é por onde saem e chegam as embarcações, pela falta de um cais, trazendo os peixes apanhados no mesmo dia.

Ressalta-se que no período de veraneio também se verifica a ocorrência da pesca do sururu e da lagosta, que ano após ano têm diminuído gradativamente. Segundo seus associados é censo comum, falta de apoio das autoridades para financiamento de aquisição de materiais e equipamentos, infra-estrutura precária, dificuldade para se construir uma fábrica de gelo, dificuldades de transporte, etc, além da necessidade de um enrocamento na praia para amenizar as ondas em tempos de mar revolto. A renda média da comunidade gira em torno de dois salários mensais.

Comunidade de Pescadores de Ilha das Flores

A comunidade de pescadores de Ilha das Flores se caracteriza como uma comunidade de pescadores artesanais de subsistência e com modestas tendências e características empresariais/industriais.

Existem na comunidade cerca de 200 pescadores ativos que utilizam 40 barcos motorizados e 60 à remo. Na região utilizada para a pesca, que vai da Baía de Vitória para os barcos à remo e mar de Vitória, sul da Bahia e de São

Mateus à Guarapari para os barcos motorizados, é freqüente a captura de cioba, badejo, caçonete, vermelho (realito) e boca de velha, capturados com linha com anzol e espinhel boieiro e de fundo.

Não existem na comunidade peixarias, portanto o pescado é vendido diretamente ao consumidor final e atravessadores da região. Também não existe infra-estrutura para abrigo das embarcações, fábrica de gelo, mercado de peixes da região, estaleiros, programas de capacitação, escola de pesca e fiscalização. A renda média da comunidade de pescadores é, em média, de dois salários mínimos mensais, sobressaindo um incremento de renda para aqueles pescadores que vão para o alto-mar.

Comunidade de Pescadores de Ponta da Fruta

A comunidade de pescadores de Ponta da Fruta, por via de regra, também engloba pescadores apenas das proximidades. Atualmente conta com cerca de 30 pescadores, porém só 15 na ativa.

Conta hoje com 15 barcos motorizados e 10 à remo, todos utilizados na pesca marítima. Sua região de atuação é compreendida de Vila Velha às Três Ilhas e o mar de Ponta da Fruta. Nesta área capturam a pescada, pescadinha, sarda, xixarro, camarão (8 barcos), baiacú e lagosta. Para estas captura utilizam a rede de espera de fundo e boeria, balão, linha individual com anzol, e rede caçoeira. Eventualmente alguns pescadores mergulham para a captura da lagosta.

A comercialização é feita na própria praia onde desembarcam. Os problemas se repetem com relação às outras comunidades, na qual pontuam-se a falta de atracador-cais, dificuldade de comercialização por ausência de uma peixaria comunitária, falta de local para guardar os petrechos de pesca. O principal problema que os pescadores vêem enfrentando, por longa data, é a divisão do espaço físico da praia com os donos de bares.

A associação que existia na comunidade, onde funcionava também uma peixaria comunitária já está desativada há dois anos, por falta de apoio e do próprio comprometimento dos pescadores. A faixa salarial dessa comunidade gira em torno de 2 salários/mês por pescador.

Cooperativa Mista de Pesca de Vila Velha - Coopeves

A Cooperativa Mista de Pesca de Vila Velha foi fundada em 1993, sendo a sede, construída pelo Governo do Estado do Espírito Santo na Prainha, município de Vila Velha, cedida por comodato. Possui 16 funcionários, 4 diretores, além do presidente.

A infra-estrutura da cooperativa é composta por uma fábrica de gelo; um depósito de combustível com capacidade de 15 mil litros; um balcão de comércio a varejo, que funciona de terça a domingo; e um caminhão, em regime de comodato com o governo do estado.

Tem aproximadamente 200 pescadores cooperados e mais 800 somente em benefício, mas não cooperados. Abriga cerca de 120 embarcações, cujos comprimentos são classificados em: 5 m, 9 a 10 m e 10 a 15 m, predominando embarcações de 13,5 metros. A área de pesca abrange a região Sul da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo até Santa Catarina. Essencialmente de Abrolhos à Campos (450 à 670 milhas da costa). Utilizam como petrechos de pesca: linha de fundo, pargueira e espinhel de fundo e boierio. Com estes petrechos capturam cioba, catuá, realito, badejo, garoupa, dentão, dourado, atum, meca.

Em torno de 50% do pescado vai para o mercado da Grande Vitória, através de restaurantes e bares. O restante é comercializado com a empresa que pagar mais (Alvarenga, Brasfish e Centro Leste), pois não possuem SIF para exportação. Atum, cioba, catuá, realito, meca e o dourado são destinados ao mercado externo, enquanto o badejo, dentão, papa terra, sirioba, peroá, boca de velha, cação e o dourado para o mercado interno.

A renda média em embarcações de grande porte é de R\$ 600,00/mês por pessoa. Segundo o presidente, nos últimos dois anos apesar de ter havido um aumento na frota, a produção mensal caiu durante o período em que estavam sendo realizadas pesquisas sísmicas.

A associação possui projeto bastante adiantado para criação de uma escola de pesca, com o objetivo de melhorar a qualificação dos pescadores, baseada na grade curricular da Escola de Pesca de Piúma. As expectativas são de implantar um centro de qualificação de pesca, agregado a uma unidade de processamento e beneficiamento para exportação do pescado interna e externamente. Para isto,

segundo o Presidente da COOPEVES, será necessário o Serviço de Inspeção Federal (SIF) e iniciar o processo para obtenção do ARCP (Análise de Risco e Controle de Pontos Críticos), norma de certificação sanitária internacional para produtos de origem animal, passíveis de exportação.

A cooperativa é responsável pela maior quantidade de pescado de Vila Velha e contribui com cerca de 15% do volume de pescado produzido no estado. Possui algo em torno de 1000 pescadores, que se distribuem em duas modalidades de pesca: em alto mar e costeira:

“Alto mar” faz referência à profundidade em que é realizada a pesca, sendo em distância, realizada entre o norte de ES e sul da BA. A pesca realizada em alto mar conta com uma frota de barcos que varia de 9 a 14 metros, e comporta cada um deles, de 5 a 8 pescadores. As embarcações são, em sua maioria, com convés (80 com e 52 sem convés) até mesmo pelo volume de pescado que trazem. Partem ao mar com 4 toneladas de gelo e quando voltam aproximadamente 15 a 20 dias após, descarregam uma soma que gira em torno de 1500 a 4000 kg de pescado. As espécies mais relevantes, capturadas neste tipo de pesca são: badejo, garopa, cioba, papa-terra, olho-de-boi, cação, catuá, dourado e pargo. O material e equipamentos utilizados pela pesca em alto mar é bem sofisticado e avançado tecnologicamente, o que requer certo nível de qualificação e treinamento dos pescadores. Com a ajuda de satélite, navegadores GPS auxiliam a pesca, e sondas possibilitam a localização de cardumes.

A “pesca costeira” é praticada próxima à costa, e a localização dos embarcados é visual (se orientam pelos prédios da orla), não necessariamente precisando de alta tecnologia. Os pescadores que realizam este tipo de pesca normalmente voltam no mesmo dia em que saem, e entram cerca de 10 milhas mar adentro. As espécies mais capturadas são: peroá, anchova, pescada, corvina, bagre, xixarro, espada, robalo, charel e pargo. Na pesca costeira as embarcações também dispõem de material de pesca simples, que se limitam, normalmente, a anzóis e redes. O número de pescadores por embarcação é pequeno, geralmente dois, e a produção diária pode chegar aos 40 kg. Ao contrário da pesca em alto mar a costeira não utiliza gelo em suas saídas.

A Cooperativa possui vários projetos dentre eles: a ampliação da capacidade de produção de gelo; ampliação da área destinada ao terminal pesqueiro;

aumento da frota por meio de recursos próprios; conclusão da obra da Escola de Pesca; instalar meio de comunicação mais eficiente; obtenção de Certificação Sanitária Nacional e Internacional; e implantação de infra-estrutura para beneficiamento do pescado. Este último projeto está sendo encampado visto que pretende implantar uma boa estrutura para beneficiamento do pescado, tanto para agregação de valor quanto para que se consiga certificação para poderem exportar o pescado, inexistente no momento.

A Prefeitura Municipal também tem prestado apoio à cooperativa oferecendo, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, cursos de capacitação e treinamento que permeiam tópicos como: conscientização, tecnologia para o pescado, confecção de armadilha de pesca, navegação, mecânica marítima, marinharia e associativismo/cooperativismo.

Segundo as estatísticas de produção da cooperativa, disponíveis na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, verifica-se que:

- 80% da produção municipal de pescado provém da cooperativa, o que representa cerca de 120 toneladas/mês;
- Deste volume, 60% é exportado através de outras empresas com certificação suficiente;
- 70% do produto exportado é composto por espécies como cioba (carro chefe), pargo, atum, meca e catuá.

A principal preocupação manifestada pelos pescadores diz respeito aos danos causados por embarcações do tipo “galhudas” que pescam na modalidade parrelha, proibido por lei, que terminam por quebrar, rasgar e danificar as redes de pesca, além de devastar o ambiente marinho. A ausência de fiscalização e ordenamento pesqueiro é outro fator de preocupação para os cooperados, visto que não existem mais limites para a exploração dos recursos marinhos sem eles.

Colônia de Pescadores Z -2 – Juiz Jairo De Mattos Pereira

Atualmente existem 2.300 pescadores cadastrados, sendo que só 100 estão com as anuidades em dia. Estão inscritas 180 embarcações, com predominância de embarcações pequenas, havendo 15 de médio porte, que utilizam como petrecho espinhel de fundo e boieiro ou de caída para pesca de Dourado, e

também linha de fundo para peixe de exportação, que são: badejo, garoupa, dentão, vermelho, papa-terra, cioba e cação.

Existem cadastradas 100 embarcações maiores que 10 metros, 30 barcos com convés (6 a 10m), 50 barcos de boca-aberta (4 a 6m) e 80 à remo. As embarcações maiores têm autonomia para pescar na área compreendida entre Ilhéus-BA e região centro-norte do Rio de Janeiro (Macaé), incluindo as proximidades da Ilha de Trindade. As demais, segundo sua autonomia, utilizam a área compreendida de Vitória até Guarapari.

A renda média mensal dos pescadores dos barcos grandes e médios é de até três salários mínimos e dos barcos pequenos é de até um salário mínimo e meio.

A Colônia de Pescadores Z-2 conta com a seguinte infra-estrutura: uma sede edificada em terreno pertencente à Prefeitura Municipal de Vila Velha, e cedido para usufruto da colônia; um terminal pesqueiro situado na prainha de Vila Velha, que está sob a administração da Federação dos Pescadores; um barco doado pelo Governo do Estado, que necessita de reparos e adequação para servir de barco escola com o objetivo de capacitar mestres e pescadores; um terreno na Praia de Itapoã com uma edificação, onde funciona uma creche pertencente à Colônia, e onde 10% das crianças atendidas são filhos de pescadores. O pagamento dos funcionários é feito pela Prefeitura de Vila Velha através de convênio.

Entre os projetos da Colônia estão a criação de uma Cooperativa de extração de algas calcáreas, a recuperação do barco escola e um projeto para maricultura (produção de sururu, ostra e mexilhões).

De acordo com o presidente da colônia, há necessidade de incentivos financeiros para investimentos na pesca e políticas multistitucionais para o ordenamento pesqueiro estadual. Ainda segundo o presidente da colônia, o licenciamento para exploração petrolífera restringiu a área de pesca em mais de 11.000 milhas quadradas, com tendência de aumento a cada ano (Incaper, 2005).

As ações da entidade concentram-se no auxílio ao pescador com relação à documentação exigida pelos órgãos de controle e fiscalização da pesca, além de prestar algum serviço de assistência social ao pescador e sua família. A colônia direciona-se à comunidade pesqueira, prestando-lhe os seguintes benefícios: assistência social, assistência médico-odontológica, representação dos

pescadores frente à Capitania dos Portos, emissão de documentos, etc. Como parte do apoio social prestado pela colônia destaca-se a existência de uma creche na Praia de Itapuã. Esta entidade atende não apenas aos filhos de pescadores, mas também a moradores da localidade.

O nível de vida dos pescadores é, no geral, baixo, o que, somado ao pequeno grau de mobilização da categoria e sua característica de passividade e descompromisso, determinam, comumente, a ocorrência de problemas tais como alcoolismo e o uso de narcóticos. Segundo informações locais, a Prefeitura Municipal tem dado alguma assistência as famílias de pescadores por meio da Secretaria de Ação Social, provendo-lhes, principalmente, cestas básicas. Um dos fatores determinantes da baixa renda proporcionada pela atividade é a utilização de equipamentos e de técnicas artesanais, o que inviabiliza uma melhor produtividade.

As principais demandas do município são:

- Coibir a pesca de arrasto e pesca predatória por barcos de outras regiões - recifes artificiais;
- Projetos de aqüicultura na orla de Vila Velha;
- Projeto salva-mar;
- Cursos de capacitação/treinamento e educação ambiental;
- Recuperação do barco escola;
- Implantação da escola de pesca com simulador de navegação;
- Reforma/instalação de um terminal pesqueiro comunitário;
- Regulamentação/legitimação dos pescadores perante os órgãos competentes;
- Crédito facilitado e direcionado;
- Necessidade de capacitação dos pescadores para associativismo, empreendedorismo e cooperativismo e normas de qualidade e higiene;
- Local para abrigo de embarcações nas comunidades localizadas na orla (barracões);
- Ausência de fábricas de gelo;
- Ausência de locais adequados para comercialização;
- Estaleiros;

- Construção de um local adequado para comercialização dos Pescados.

II.5.3.N.1.3 - Município da Serra

Associação de Pescadores Amadores e Profissionais de Nova Almeida - Appana

Os pescadores que habitam na localidade de Praia Grande, pertencente ao município de Fundão, estão representados por esta entidade. A Associação tem 35 pescadores associados, que dispõem de 31 embarcações motorizadas entre 6 e 14 metros, estas últimas, totalizando 3 a 4 barcos. Os barcos a remo e a vela somam 12 embarcações de no máximo 4 metros.

A área de pesca utilizada pelos membros da associação estende-se desde a faixa que vai de Vitória até a foz do rio Doce, numa profundidade de 60 a 70 metros com os barcos maiores, limitando-se ao mar de Nova Almeida às embarcações de menor porte. Para pescar, são utilizados dois tipos de linhas: espinhel de fundo e espinhel boieiro. O primeiro é destinado à pesca de garoupa, arraia e badejo, sendo o segundo empregado na pesca do cação. Também se utiliza a rede balão para a pesca de camarão, instalando este petrecho em áreas pouco profundas, próximas à costa. Outras espécies como pargo, corvina, camarão, realito, peroá preta e o xixarro também são capturados com frequência.

A maioria dos peixes capturados é destinada à exportação. Apenas o cação é vendido ao público local, sendo sua venda realizada diretamente ao consumidor, através da peixaria da associação, ou efetuada via atravessador que possui uma peixaria na entrada da ponte Nova Almeida-Praia Grande e, mais esporadicamente, para atravessadores de outras regiões.

A Associação conta com uma peixaria em espaço preparado e cedido pela Prefeitura Municipal da Serra, e bem próxima do cais de Nova Almeida, também realizado pela prefeitura. Atualmente necessita de reformas estruturais e adequação às normas sanitárias. O gelo transportado pelos pescadores nas embarcações para conservação dos peixes capturados é comprado de fábricas de gelo particulares existentes na região.

Dentre as preocupações da associação, destaca-se a imperiosa necessidade de dragar o rio e estabilizar a barra pela dificuldade encontrada, em determinadas circunstâncias, de entrar com os barcos. Esse problema vem se agravando ano após ano, podendo, em um breve futuro, impedir a entrada dos barcos. Outra séria preocupação manifestada, e coincidente com os resultados obtidos nas entrevistas com pescadores das outras associações, é a grande interferência e competição dos pescadores de outras regiões que utilizam material predatório, que tem acabado com a fartura tradicional da região por falta de fiscalização. Segundo a associação, está muito difícil capturar pargos e até, a captura de cação tornou-se difícil. Até mesmo o peroá, que era farto na região, tem desaparecido, sugerindo a imediata atuação dos órgãos competentes para fiscalizar e reprimir a pesca predatória.

No tocante às atividades da Petrobras, a associação relata a perda de material dos pescadores, devido a atuação do navio-sonda da empresa. Informam que, mesmo com a antecipação de 10 a 20 milhas da embarcação que notifica aos pescadores da eminência da chegada do navio sonda, não há tempo para a retirada de todos os equipamentos da água, o que tem ocasionado a perda de parte deles e um enorme prejuízo para a atividade.

Associação de Pescadores de Jacaraípe - Aspejes

Existem inscritas na associação trinta e sete embarcações motorizadas, sendo mais de 50% delas entre 6 e 7 metros, possuindo algumas de 12 a 14 metros que não ultrapassam cinco. Na associação estão inscritos 120 pescadores.

Os petrechos de pesca utilizados pelos pescadores de Jacaraípe são a linha boieira e o balão. Suas capturas são baseadas no camarão, corvina, xixarro, peroá, pargo, realito, cioba, badejo, garoupa. Alegam que a pesca do peroá está muito escassa devido a pesca predatória e a falta de fiscalização.

A área de pesca utilizada pelos pescadores de Jacaraípe é a aproximadamente 20 milhas da costa, utilizando o extremo sul da Bahia até o mar de Guarapari.

A associação conta com uma peixaria construída pela Prefeitura Municipal da Serra e um cais moderno inaugurado a pouco tempo, porém com problemas para

atracação e desembarque. Outra necessidade dos pescadores é a construção de uma câmara frigorífica para disponibilizar o armazenamento de peixes e sua comercialização e melhorias no preço de venda do pescado. A quantidade produzida pelos pescadores, é vendida na própria Peixaria dos Pescadores e ao atravessador que reside em Jacaraípe, muitas vezes evitado para não perderem dinheiro na hora da venda. Outras peixarias têm um prédio em frente à Peixaria dos Pescadores, e arrematam boa parte do pescado da região.

Não possuem estaleiro para reformas ou consertos das embarcações, porém, dentro do cais possuem infra-estrutura para poder tirar a embarcação e levá-la à oficina (carreira). O gelo que utilizam é comprado de duas firmas particulares. Pelo custo que representa este insumo para os pescadores, os mesmos têm como projeto, captar recursos para construção de uma fábrica de gelo.

A renda dos pescadores inscritos na associação é, em média, de dois salários mínimos mensais.

Comunidade de Pescadores de Manguinhos

Esta comunidade apresenta características de pesca artesanal. Possui cerca de vinte pescadores que residem na localidade e que pescam em aproximadamente seis barcos motorizados de pequeno porte (4 a 6m) e mais quinze embarcações à remo.

Seus principais locais de pesca compreendem desde Jacaraípe até Carapebus, limitado ao mar de Manguinhos às embarcações à remo. Nestes locais, capturam pargo, garoupa, xixarro, corvina, camarão (isca), realito, brincoara (boca de velha) e cioba. Para estas capturas utilizam balão, linha com anzol e rede no verão.

Seus pescados são vendidos na banca de mármore construído embaixo de uma árvore na praça central do balneário, não cumprindo normas sanitárias mínimas para a venda ao consumidor por ficar ao ar livre e não possuindo torneiras com água corrente e local para armazenamento.

A renda da comunidade de pescadores não ultrapassa dois salários mínimos mensais.

Comunidade de Bicanga

A comunidade conta hoje com 42 pescadores que pescam com quatro barcos motorizados de pequeno porte (4 a 6m) e quinze barcos à remo, sendo que em breve vão contar com uma entidade de classe (Incaper, 2005).

Seus principais locais de pesca estão compreendidos entre a costa de Nova Almeida até Carapebus. Nestes locais capturam realito, pargo, baiacu, coro-coro, xixarro, camarão (isca), pescadinha, pescada e espada. Para tais capturas eles utilizam o balão para isca, arrasto de praia, linha individual e rede de espera de fundo.

Dispõem apenas de uma banca de mármore e madeira ao ar livre e vendem diretamente ao consumidor que mora no balneário e para turistas. A renda média dos pescadores desta comunidade alcança cerca de dois salários mínimos mensais.

Comunidade de Carapebus

Esta comunidade apresenta características semelhantes à anterior, porém com um menor número de pescadores que somam 30 pessoas. Utilizam quatro embarcações motorizadas de pequeno porte (4 a 6m) e seis à remo.

Pescam na região de Nova Almeida até Vitória e defronte ao balneário com as embarcações a remo. Nesta região são habituados a pescar papa-terra, realito, pargo, pescadinha, lagosta, baiacu, catuá, brincoara, xixarro, garoupa, badejo e arraia. Utiliza-se nestas pescarias a linha individual a rede de espera de fundo e o espinhel de fundo.

Os pescadores da comunidade utilizam uma banca de madeira revestida com uma chapa de zinco ao ar livre, e vendem o pescado diretamente ao consumidor final. Sua renda média mensal não ultrapassa dois salários mínimos.

As principais demandas dos municípios de Fundão e Serra são:

- Fixação da entrada da barra dos rios Reis Magos e Jacaraípe - Lagoa Jacuném;
- Reforma estrutural do cais;
- Câmara frigorífica;
- Estaleiros;

- Coibir a pesca de arrasto e pesca predatória por barcos de outras regiões - recifes artificiais;
- Reforma estrutural e adequação das peixarias municipais e das bancas de pescados nas comunidades;
- Projetos de aquicultura;
- Educação ambiental;
- Escola de pesca/capacitação/profissionalização;
- Fábrica de gelo;
- Posto de abastecimento e material de pesca;
- Projeto salva-mar.

II.5.3.N.2 - AID - Litoral Norte do Espírito Santo

COMUNIDADES PESQUEIRAS

As comunidades pesqueiras existentes na área de influência do estudo estão situadas em pontos dentro dos municípios que favoreçam o acesso às embarcações e de escoar a produção, com algumas delas ainda apresentando deficiências infra-estruturais para tais aspectos. Existem hoje nesta região pouco mais de 1600 pescadores operando em 461 embarcações motorizadas de diversos tamanhos e autonomias e cerca de 360 embarcações a remo ou vela.

Estes pescadores estão organizados em três Colônias de Pescadores e cinco Associações de classe. Na região, deve-se destacar a atividade dos 'catadores' de Caranguejo nos municípios de Conceição da Barra⁵, São Mateus e Aracruz. Esta atividade tem uma grande expressão no Estado, existindo até uma associação de catadores em Barra Nova que congrega cerca de 80 famílias, no município de São Mateus. Suas capturas não se restringem ao caranguejo, mas também são pescados siris e moluscos, como as ostras, sururus, ameixas e berbigões.

⁵ Conceição da Barra não está inserido na Área de Influência.

II.5.3.N.2.1 - Município de Linhares

Em Linhares foram identificadas três entidades representativas das comunidades pesqueiras, cujas características serão detalhadas a seguir.

Comunidade de Pescadores de Barra Seca

Existe uma associação que está localizada em Barra Nova e congrega atualmente cerca de 30 pescadores na ativa, dos quais 50% se encontra em fase de regularização na Colônia Z-6 de Linhares. A comunidade se caracteriza por atuar na pesca artesanal com poucas características de pesca empresarial.

Pescam com 23 barcos motorizados, utilizando o Mar de São Mateus e Linhares para suas pescarias, que são baseadas na captura de camarão, pescadinha, corvina, cação e calafate. O peroá é uma espécie que está sumindo da região ocasionado pela pesca predatória e atividades sísmicas. Para estas pescarias utilizam basicamente o balão a rede de arrasto de praia e espera de fundo.

A localidade se destaca pela produção do camarão que é capturado na região com o uso de arrasto do tipo balão. A produção, segundo o entrevistado é, na sua maioria, destinada para o estado da Bahia e compradores de Vitória, realizada por atravessadores e empresas de pesca. Seu pescado é normalmente comercializado diretamente ao consumidor final, duas peixarias locais e atravessadores da região e de outras regiões. Existem na localidade duas fábricas de gelo e uma modesta unidade de beneficiamento de pescados particulares. A baixa procura e a oferta do pescado também vêm corroborar este quadro.

A carência de apoio de entidades de crédito, cursos de capacitação, fixação da barra do rio que dá acesso ao mar, estaleiro, local adequado para manipulação e comércio do pescado na localidade e uma unidade de beneficiamento do pescado também são apontados como problemas enfrentados pela comunidade. Há competição com embarcações de outras regiões que pescam com artefatos predatórios e não respeitam os limites impostos pelos órgãos competentes, que também não realizam a devida fiscalização, segundo o entrevistado.

A renda média da comunidade de pescadores gira em torno de dois a três salários mínimos mensais.

Colônia de Pescadores Z-6 - Caboclo Bernardo

De acordo com Incaper (2005), a colônia de pescadores Z-6 possui 450 pescadores registrados do município e 25 embarcações atuantes na pesca marítima. Existem, além destes, em torno de 600 de outros municípios e até de Minas Gerais. Este fato é de grande importância, uma vez que 90% da pesca praticada no município referem-se à capturas lacustres ou fluviais, com 10% representando a pesca marítima.

A colônia de pescadores Z-6 tem como objetivo realizar todas as gestões que venham requerer os associados perante as autoridades municipais, estaduais e federais. As associações de pescadores que se reportam à colônia de pescadores Z-6 é a Associação de Pescadores de Pontal de Ipiranga e Barra Seca e a Associação de Pescadores de Regência e Povoação, todas localizadas no município de Linhares.

Em referência às embarcações utilizadas para pesca marítima, utilizam embarcações de médio porte (6 a 9 metros), desprovidas de GPS e que apenas algumas possuem rádio para comunicações. O perfil dos pescadores inscritos nesta colônia é estritamente artesanal, porém produzindo uma grande quantidade de camarão sete barbas.

As modalidades de pesca praticadas pelos pescadores incluem o balão, para a pesca de camarão, e rede de espera de fundo e boieira, para a pesca de sarda, corvina, roncador e pescadinha. Utilizam-se também de linha para a pesca do baiacu que é menos freqüente. Suas áreas de pesca compreendem do mar de São Mateus até o município de Aracruz indo a leste no máximo 10 milhas pela limitação de suas embarcações.

Os pesqueiros utilizados por essa frota de pescadores artesanais localizam-se na faixa compreendida entre os 20 e os 80 metros de profundidade, desde a Barra do Riacho (no município de Aracruz) até a Barra Nova e Guriri, já no município de São Mateus.

Com relação à comercialização, é feita essencialmente aos consumidores finais, donos de peixarias no mercado público em Linhares, e eventualmente para

atravessadores por não ter acesso adequado até as principais áreas produtoras, que são Barra Seca, Povoação e Regência.

Quanto à infra-estrutura disponível para os pescadores da colônia, foi relatado que a Associação de Pescadores de Regência possui fábrica de gelo, produto que é vendido para os pescadores locais. No entanto, foi destacado que aquela não dispõe de câmara frigorífica, o que seria de grande importância para os pescadores locais, em razão de tornarem-se menos dependentes dos atravessadores. A falta de câmara fria e de um posto no cais dos pescadores, que permita abastecer de combustível adequadamente às embarcações, foram as maiores deficiências apontadas pelo presidente da Colônia de Pescadores Z-6. De acordo com o presidente da colônia, foram feitos alguns financiamentos para custeio, mas a falta de financiamentos para investimento em embarcações e equipamentos, dificulta a adoção de sistemas mais eficientes o que geraria um significativo incremento de produção. Um dos problemas que a atividade pesqueira vive na atualidade é o assoreamento da Barra de Regência (foz do rio). Decorrente do assoreamento do rio Doce este fato acaba prejudicando a passagem dos barcos de pesca, causando, inclusive, acidentes.

Associação de Pescadores de Pontal de Ipiranga e Barra Seca

A associação é composta por 50 pescadores, existindo na região onze embarcações entre 9 e 10 metros. Somam-se a esses mais 25 pescadores, que utilizam canoas à remo e que contam com 10 a 12 destas embarcações para realizarem seu trabalho.

No tocante às espécies capturadas, é praticada a pesca com o balão para camarão, além da pesca de pescada, pescadinha, sarda e roncador com rede de espera de fundo e cação com o boieiro (espinhel de meia água), no período de novembro até início de março, a aproximadamente 1.000 metros da praia. No inverno, os pescados mais comuns são a cioba e o dentão, e com tal finalidade, é utilizada pargueira de fundo, realizando as atividades pesqueiras a 10 milhas da costa. Os canoeiros costumam pescar com rede de espera, e a maior espécie capturada é a pescadinha.

Com relação à infra-estrutura existente, Barra Seca possui uma câmara fria para conservação de peixes, mas de pequeno porte. Quanto aos conflitos

observados na região, o presidente da Associação de Pescadores comentou que o maior problema são as embarcações “de fora”, que praticam pesca predatória na região. Relatou que chegam embarcações de 18 a 20 metros, equipadas com material pesado, pegando de 10 a 15 toneladas de peixe. O pior, segundo o presidente da colônia, é a utilização do sistema de parelha entre duas embarcações, com rede fina de 700 metros de largura e cabo de aço no fundo, destruindo tudo que se coloca no caminho (Incaper, 2005).

Em referência às atividades desenvolvidas pela Petrobras na região, o presidente da Associação de pescadores explicou que existe grande harmonia com esta empresa e que a área de exclusão à pesca, no entorno da plataforma Cação, não afeta as atividades desenvolvidas pelos pescadores. Salientou o espírito de companheirismo entre pescadores e a Petrobras, uma vez que uns ajudam os outros, caso se apresentem dificuldades.

A renda média do pescador está, atualmente, entre R\$ 250,00 e R\$ 300,00, sendo conseqüência da escassez de peixe, atribuída às atividades predatórias das embarcações “de fora”. Essa renda atinge, nos períodos normais de pesca, R\$ 500,00 a R\$ 600,00. No tocante à venda do produto, o presidente da Associação sinalizou que os próprios turistas consomem grande parte dos peixes capturados e que o excedente é vendido em Linhares e em Vitória.

Associação de Pescadores da Praia do Degredo

A associação está localizada na Praia do Degredo e congrega atualmente cerca de 23 pescadores ativos.

Pescam na região com 6 barcos a remo, utilizando o mar defronte a comunidade para suas pescarias, que são baseadas na captura de pescadinha, cação, caçari e roncadour. Para estas pescarias utilizam basicamente a rede de espera de fundo e boieira, e linha com anzol. Seu pescado é normalmente comercializado diretamente ao consumidor final e atravessadores da região e de outras regiões que vem buscar em Barra Seca.

A carência de apoio de entidades de crédito, cursos de capacitação, local adequado para manipulação e comércio do pescado na localidade, fábrica de gelo e uma unidade de beneficiamento do pescado também são apontados como problemas enfrentados pela comunidade. Cursos de capacitação são também

dificuldades encontradas pela Comunidade, assim como a competição com embarcações de outras regiões que pescam com artefatos predatórios e não respeitam os limites impostos pelos órgãos competentes, que também não realizam a devida fiscalização. A renda média da comunidade de pescadores gira em torno de um e meio salários mensais.

Comunidade de Pescadores de Povoação

As embarcações motorizadas de propriedade dos pescadores associados são cinco, variando entre 4 e 6 metros. As canoas à remo, nas quais trabalham duas pessoas, totalizam oito embarcações de no máximo 4 metros. A comunidade conta atualmente com 20 pescadores ativos.

As modalidades de pesca utilizadas com as embarcações motorizadas são a linha, rede de arrasto e de espera, balão e espinhel. Eles utilizam o mar de Povoação, se estendendo em determinadas ocasiões de Barra Seca até Regência. As embarcações à remo se distribuem no rio Doce e no mar defronte à comunidade para realizarem suas pescarias. Nestas regiões marinhas capturam-se camarão, robalo, carapeba, pescadinha, corvina, cação, xaréu e sarda. Nos pesqueiros mais distantes, cerca de 6 a 7 milhas da praia, costuma-se pescar garoupa, badejo, dentão e outros lutjanídeos como sirioba, vermelho e outros. Já nas áreas de água doce captura-se lagosta de água doce (camarão pitú), caçari, ticupá, bagre africano e a manjuba no estuário do Rio Doce.

As questões que mais merecem atenção são: local adequado para comercialização, manipulação e armazenamento do pescado, local para venda de material de pesca, fábrica de gelo, estaleiro e cais adequado, necessidade de acesso a crédito facilitado e desburocratizado, computadores, curso de capacitação do pescador, conflitos com barcos de outras regiões, que além de pescarem nas suas áreas, utilizam materiais predatórios e não sofrem fiscalização dos órgãos competentes. Muitas vezes os associados perdem todo material de pesca de um dia para o outro por causa destas embarcações.

Projetos de piscicultura estão sendo estimulados na comunidade a partir dos cursos ministrados pelos extensionistas e pesquisadores do Incaper de Linhares. Este projeto, seria de grande ajuda para a comunidade, uma vez que na região ocorrem três defesos: o defeso do robalo, do camarão e da piracema. Nesses

períodos, a renda média do pescador cai muito, devido à impossibilidade de realizar seu trabalho, que muitas vezes não respeitam a determinação do IBAMA, correndo os riscos inerentes ou procuram outras atividades para terem alguma fonte de renda. A renda média da comunidade de pescadores de Povoação é de dois salários mínimos mensais por família.

Associação de Pescadores de Regência - Asper

A Associação conta com um veículo com baú, doado pela Prefeitura, para transportar o peixe para Linhares, o que veio a ajudar os pescadores, evitando a entrega das capturas aos atravessadores, possibilitando comercializar melhor seu produto e terem um incremento de renda substancial. Além de Linhares, o pescado é comercializado, às vezes, em outros locais como rio Bananal, Nova Venécia, chegando até Vitória. Mesmo assim, os atravessadores continuam atuando em Regência, visto que o veículo disponível não é capaz de dar vazão a toda a produção local.

A comunidade atualmente conta com 48 pescadores que pescam em 12 barcos motorizados adaptados para o arrasto do camarão. Existe a mesma preocupação das outras comunidades com respeito às grandes embarcações que vêm de outras regiões e estados para pescar nos pesqueiros da região. Os pescadores alarmam-se com a pesca predatória por parte dessas embarcações, que não sofrem fiscalização e não têm nenhum respeito pelos locais e suas áreas de pesca.

Há uma discussão na comunidade em relação ao projeto de criação de uma Reserva Extrativista ou outro tipo de Unidade de Conservação na região, com vistas a preservar a fonte de renda dos pescadores locais. Vêm com esta iniciativa uma chance de proteger seus locais de pesca e manter afastados os barcos das outras regiões que causam conflitos e problemas para os pescadores da localidade.

Na Associação funciona uma fábrica de gelo que fornece o insumo aos pescadores desta comunidade e de outras. Também possui uma modesta unidade de beneficiamento onde trabalham as mulheres dos pescadores onde produzem diversos produtos que acabam agregando valor e dando um aspecto diferente aos produtos da comunidade, anexa à sede da associação.

Na comunidade funciona uma ONG que visa dar apoio aos pescadores e para a comunidade como um todo. Estão desenvolvendo trabalhos em conjunto com o Projeto TAMAR financiado com verbas da Petrobras e de outros parceiros.

No tocante aos entraves desta comunidade podemos citar a dificuldade de conhecimento e acesso a crédito direcionado, facilitado e desburocratizado. O Assoreamento da foz do Rio Doce muitas vezes impede a entrada das embarcações. Melhorias nas instalações da unidade de beneficiamento e cursos de capacitação para o propósito da unidade. Falta de escola de pesca, cais para abrigo e desembarque. Estaleiros para construção e reforma das embarcações também se faz necessário visto que as estruturas direcionadas a estes trabalhos são deficientes na localidade.

A renda média dos pescadores de Regência é de dois a três salários mínimos mensais por família. As principais demandas do município são:

- Ausência de câmara frigorífica e fábrica de gelo em Povoação;
- Terminal de pesca no Rio Doce;
- Cais adequado para abrigo e desembarque na margem esquerda do Rio Doce - Povoação;
- Fixação da barra do Rio Doce;
- Escola de Pesca;
- Coibir a pesca de arrasto e pesca predatória por barcos de outras regiões - recifes artificiais;
- Projetos de aquicultura e educação ambiental;
- Projeto salva-mar;
- Ausência de unidades de beneficiamento, escola de pesca, terminal pesqueiro, capacitação dos pescadores;
- Precária condição do cais para embarque e desembarque de pescado, e já se mostra pequeno para o número de embarcações do local.

II.5.3.N.2.2 - Município de Aracruz

Colônia de Pescadores Z-7 – Comunidade de Pescadores de Barra do Riacho

Os pescadores do município de Aracruz estão organizados através da Colônia de Pesca Z-7, com sede em Barra do Riacho. Esta colônia agrega os pescadores de Barra do Riacho, Barra do Sahy, e Santa Cruz, entre outras comunidades indígenas que têm modesta atuação na pesca marinha, congregando cerca de 1.200 associados. De acordo com informações do presidente da colônia, atuam na região hoje, cerca de 700 pescadores que possuem 150 embarcações de pequeno a médio portes, motorizadas e a remo em uma proporção de três motorizadas para cada uma a remo (Incaper, 2005).

A comunidade pesqueira local busca, por intermédio de sua colônia, o apoio para a montagem de infra-estrutura que lhes permita comercializar o pescado no local. Atualmente contam com cerca de quinze peixarias particulares para onde vendem os pescados produzidos. A comunidade tenta obter recursos para a instalação de uma fábrica de gelo da colônia, a fim de baratear o preço do insumo para os associados e adquirir um caminhão para reduzir a dependência relativa aos atravessadores, na comercialização dos produtos.

Os tipos de pescado de maior ocorrência na região explorada pelos pescadores de Aracruz, que vai do sul da Bahia até o mar de Aracruz, dificilmente mais ao sul, são os seguintes: camarão, corvina, cação, pargo, lagosta, dourado, pescada, roncadour e sarda. Para estas pescarias utilizam os seguintes petrechos: rede de espera caída, balão, linha simples com anzol e o espinhel.

Ressalta-se que os municípios de Linhares e de Aracruz possuem um litoral dos mais piscosos, o que tem atraído inúmeras embarcações de outros estados e regiões. Isto ocorre também pela proximidade do pesqueiro da região de Abrolhos, cobiçado por pescadores de todo o país.

Vários foram os fatores que concorreram para a transformação na estrutura e na dinâmica desta atividade. Em nível da comunidade pesqueira local, verifica-se a manutenção da prática de pesca artesanal, baseada nos conhecimentos repassados de pais para filhos ao longo do tempo. As práticas mais modernas são, em geral, desenvolvidas por pescadores que vieram de outros locais, trazendo embarcações e equipamentos de maior porte, concorrendo de forma desigual com os pescadores locais. Estas embarcações são originárias, em geral, de outros estados, especialmente do sul do país. Segundo a comunidade pesqueira local, são utilizadas embarcações e redes de grande porte que

terminam por arrastar tanto os adultos como os filhotes, além das fêmeas ovadas, depredando os pesqueiros que não são devidamente fiscalizados. O resultado da pesca efetuada por estas embarcações tampouco pode ser dimensionado, visto que a comercialização é realizada em locais distantes da fonte produtora, deixando de cotar produção e tributos formais destinados a estes produtos, representando um importante entrave para a arrecadação de investimentos dos recursos para o estado.

Atualmente, os pescadores reclamam da redução do volume de pescado na região. No rio quase não existe pesca, apenas para subsistência. A pesca comercial é basicamente marítima. A maioria da população nativa ainda vive da pesca e os demais habitantes, de uma ou outra forma, também vivem da atividade pesqueira, uma vez que ela é que movimenta o comércio local e emprega a maior parte dos chefes de família e também de seus filhos.

Existem atualmente várias peixarias, mas somente duas equipadas com câmara frigorífica para manutenção do pescado congelado. Existe na localidade um estaleiro construído por iniciativa da Aracruz Celulose que têm capacidade de até três embarcações simultaneamente, e duas empresas que beneficiam e armazenam o pescado, porém a fiscalização pela vigilância sanitária é rara.

O maior problema enfrentado pela atividade pesqueira desenvolvida na Barra do Riacho, segundo informações locais, é o estreitamento da boca da barra do rio Riacho. Este fenômeno ocorre em função da redução no volume de água do rio Riacho, o que vem ocorrendo depois da construção da comporta existente no entroncamento do deste rio com o rio Gimuhuna, pela empresa Aracruz Celulose. “A comporta só se abre quando tem muita água, o que não acontece há muitos anos”. Isto tem causado a formação de bancos de areia no local de passagem dos barcos de pesca, do rio Riacho para o mar, dificultando esta travessia.

Os pescadores há muito, se mostram bastante preocupados com este fenômeno e destacam a necessidade de que as autoridades analisem e avaliem o problema que, segundo eles, poderá, no futuro, acabar com a atividade pesqueira na Barra do Riacho. Isto poderá deixar a maior parte das famílias sem trabalho, e conseqüentemente, sem fonte de renda, forçando-os muitas vezes a migrarem para outras regiões. A sugestão dada por alguns deles é a fixação da barra do Rio Riacho, evitando a formação dos bancos de areia, pois a retirada diária de areia

através de máquinas não é suficiente para manter o canal com boa abertura para a passagem dos barcos.

A renda média dos pescadores de Barra do Riacho é de dois salários mínimos mensais por família.

Comunidade de Pescadores de Barra do Sahy

Trinta pescadores fazem parte da comunidade e contam com uma frota estimada de 13 barcos motorizados, de tamanhos que variam de 4 a 8 metros.

Os petrechos utilizados para pesca, pelos membros da comunidade são: a rede de espera, o balão e, com menor frequência a rede de lagosta. No tocante à pesca com linha, utilizam o sistema de linha de fundo com dois subtipos: com 20 a 30 anzóis, para pesca do pargo e com 5 ou 6 anzóis, para pesca de corvina e roncadour. Além destas espécies, também são capturados lagosta, camarão e xixarro.

O pesqueiro dos membros da Associação é a faixa determinada pelas profundidades compreendidas entre 20 e 30 metros, entretanto, algumas embarcações trabalham em profundidade superior, atingindo até 200 metros. As embarcações carecem de instrumentação como o GPS e sonda para melhorarem sua produtividade, tomando como ponto de referência os morros da região próxima ao litoral.

A aquisição de gelo, quando é feita, é realizada através das três fábricas localizadas em Barra do Riacho e algumas vezes de outras regiões. A venda dos peixes capturados é para os atravessadores da região, que levam o produto para Vitória, Aracruz e Linhares, sendo rara a atuação de atravessadores de outras regiões nesta comunidade. A ausência de um píer apropriado para descarregar as embarcações e o problema permanente do fechamento da barra do Rio Sahy, obriga os pescadores a abrigarem seus barcos na parte de trás dos recifes que existem na orla da comunidade. Muitas vezes, por ocasião de ventos fortes e ressacas, os barcos são arrastados e acabam parando na praia o que os danifica ou até afundam, onerando os pescadores de maneira comprometedora.

Uma iniciativa muito bem recebida pelos pescadores da região é um projeto de instalação de recifes artificiais marinhos, que vai trazer mais pescados para as

comunidades e proteger a área da ação dos barcos de arrasto, ou 'galhudas' de outras regiões.

A renda média dos pescadores que formam parte da associação é de dois salários mínimos mensais, entretanto, em períodos mais fartos, normalmente no verão, eles chegam a obter esse montante por semana.

Comunidade de Pescadores de Santa Cruz

Estes pescadores, mesmo sem associação nem outro tipo de entidade que os venha aglutinar, apresentam tradicionalismo e importância quanto à pesca para o giro econômico da comunidade do distrito de Santa Cruz, em particular para a vila, que já foi a sede do município.

A localidade de Santa Cruz também recebe muitos barcos de outras regiões e estados que vêm pescar em seu litoral, na maioria de maior porte e mais bem instrumentada que as dos pescadores locais.

Na vila de Santa Cruz, existe poucos pescadores residentes, somando em torno de 100 ativos, sendo que grande parte deles está em processo de legalização junto à Colônia Z-7 e outros na Z-5 de Vitória e os demais sem documentação. Os que estão em dia com as Colônias citadas somam cerca de trinta pescadores.

Na foz do rio Piraquê-Açu encontram-se ancoradas uma dúzia de embarcações locais de 6 a 12 metros, motorizadas que pertencem a estes pescadores. Hoje, junto a essas embarcações, pode-se contar muitas outras, porém de outros portos de origem. Nesse local já ancoraram mais de 150 embarcações do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e do próprio estado do ES, como de Piúma, Itapemirim, Marataízes, Anchieta e Guarapari. A consequência dessa exagerada sobrecarga de embarcações e pescadores de outros locais está sendo vista como a responsável pela redução do volume de pesca na região e pelo desaparecimento de algumas espécies antes abundantes, como o peroá.

Os pescadores de Santa Cruz utilizam mais comumente como petrecho de pesca a rede de espera de fundo, caída e boeira, linha com anzol, balão e espinhel. As linhas são, geralmente, de vinte anzóis, com isca de camarão. Pescam na faixa dos 20 metros de profundidade até, no máximo, 80 a 100 metros

(aproximadamente 24 milhas da costa), se distribuindo da região de São Mateus até Vitória.

Atualmente os peixes mais capturados são: corvina, cação, sarda, pescada, camarão e dourado. Poucos anos atrás o peroá era a espécie mais capturada, porém, as grandes embarcações atuantes na região têm acabado com essa importante fonte de renda, segundo os pescadores da região, devido aos artefatos predatórios e a ausência de fiscalização.

A maricultura, desenvolvida por um tempo na comunidade, foi bem sucedida enquanto durou, porém não possuem mais “sementes” para trabalhar. A empresa responsável pelo projeto apresentou-se eficiente quanto à assistência técnica, porém, segundo pescadores, nunca chegou verba da Associação dos Maricultores. Esta atividade poderia ser uma alternativa de renda e geração de empregos além da fixação do povo local em seus locais de origem.

Na vila de Santa Cruz existe um estaleiro que atua na construção e reforma de embarcações, e também, pelas suas características, é utilizado como local de desembarque dos peixes. Ao lado do estaleiro funciona um cais que fornece óleo combustível e abastece com gelo das empresas da região, com determinada mecanização e que possibilita o desembarque do pescado, comercializado para empresas do estado e atravessadores de outras regiões.

Quanto aos insumos consumidos na atividade, como o gelo e o combustível, são adquiridos na própria região. O combustível com que abastecem as embarcações já foi palco de inúmeras denúncias por falta de procedência do diesel, assim como várias multas por derramamento de óleo nas águas do Piraquê-Açu, cujo mangue forma parte da Reserva Ecológica dos Rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim.

A renda média dos pescadores da região é de até três salários mínimos mensais por família, podendo ser incrementada na época do verão onde a procura pelo consumidor final é maior, aumentando a produção de determinadas espécies. Assim, as principais demandas do município são:

- Infra-estrutura: cais em Barra do Riacho para embarque e desembarque de mantimentos e pescado;
- Fixação da barra do rio Riacho;
- Projetos de aquicultura no estuário do rio Piraquê-Açu;

- Coibir a pesca de arrasto - recifes artificiais;
- Terminais pesqueiros em Barra do Sahy e Santa Cruz;
- Mercado comunitário;
- Cursos de capacitação;
- Escola de pesca;
- Projeto salva-mar;
- Estação de rádio na Colônia.

II.5.3.N.2.3 - Município de São Mateus

Associação de Pescadores de São Mateus - Apesam

A associação está localizada na região conhecida como Pedra D'Água e congrega atualmente cerca de 43 pescadores, embora existam na localidade perto de 150 pescadores ativos.

Pescam na região com 30 barcos motorizados e 120 barcos à remo, utilizando o Rio Cricaré para suas pescarias, que são baseadas na captura de robalo, camarão da malásia, tainha, cangoá, pitu, carapeba, judeu, crumatã, bagre africano, tilápia, tucunaré e pacumã. Para estas pescarias utilizam basicamente a rede de espera e de caída, tarrafa, linha, juquiá. Seu pescado é normalmente vendido ao consumidor final e atravessadores da região. Por se tratar de uma região adjacente, as épocas de defeso são tidas como incoerentes pelos pescadores, visto que estes ficam longos períodos sem poder atuar em cima de recursos previstos nestes dispositivos legais, muitas vezes criados sem a participação dos conhecimentos dos próprios pescadores das regiões atingidas. A carência de apoio de entidades de crédito, cursos de capacitação, local adequado para manipulação e comércio do pescado na localidade, fábrica de gelo e uma unidade de beneficiamento do pescado também são apontados como problemas enfrentados pela comunidade.

A associação, em parceria com outros órgãos de desenvolvimento públicos e privados, está desenvolvendo um projeto de piscicultura em tanques-rede no rio Cricaré, como alternativa para geração de emprego e renda de fixação do povo local. A renda média da comunidade de pescadores gira em torno de dois salários mensais.

Associação de Pescadores de Guriri - Aspeg

A associação esta localizada na praia de Guriri e congrega atualmente cerca de 45 pescadores, dos quais 35 estão ativos.

Pescam na região com 20 barcos à remo, utilizando o mar de Guriri para suas pescarias, que são baseadas na captura de pescadinha, sarda, baiacu, calafate, caçari, peroá, cação e arraia. Para estas pescarias utilizam basicamente a rede de espera de fundo e de caída, espinhel, linha e arrasto de praia. Seu pescado é normalmente comercializado em 10 peixarias particulares da região diretamente ao consumidor final e atravessadores da região e de outras regiões.

A carência de apoio de entidades de crédito, cursos de capacitação, local adequado para manipulação e comércio do pescado na localidade, fábrica de gelo e uma unidade de beneficiamento do pescado também são apontados como problemas enfrentados pela comunidade. Cursos de capacitação são também dificuldades encontradas pela comunidade, assim como a competição com embarcações de outras regiões que pescam com artefatos predatórios e não respeitam os limites impostos pelos órgãos competentes, que também não realizam a devida fiscalização, segundo o entrevistado. A renda média da comunidade de pescadores gira em torno de dois salários mensais.

Associação de Pescadores de Barra Nova

A associação está localizada na comunidade de Barra Nova e congrega atualmente cerca de 80 pescadores na ativa, dos quais 50% encontra-se em fase de regularização na Colônia Z-1 de Conceição da Barra. A comunidade se caracteriza por atuar na pesca artesanal com características modestas de pesca empresarial. A entidade tem uma sede que está em construção, sendo muito importante a atuação dela no seguimento, segundo os entrevistados.

Pescam na região com 40 barcos motorizados e 10 a remo, utilizando o mar de São Mateus e o rio Barra Nova para suas pescarias, que são baseadas na captura de robalo, camarão da malásia, carapeba, pescadinha, corvina, cação, baiacu, sarda e xixarro. O peroá é uma espécie que está sumindo da região ocasionado pela pesca predatória e atividades sísmicas. Para estas pescarias utilizam basicamente a rede de fundo, linha individual com anzol, a tarrafa e

balão. Seu pescado é normalmente comercializado diretamente ao consumidor final e atravessadores da região e de outras regiões.

Existe na localidade uma fábrica de gelo e uma modesta unidade de beneficiamento de pescados particulares, que não tem funcionado por causa da baixa oferta de energia elétrica, o que ocasiona quedas de energia quando em operação. A baixa procura e a oferta do pescado também vêm corroborar este quadro. A carência de apoio de entidades de crédito, cursos de capacitação, Fixação da barra do Rio Barra Nova, estaleiro, local adequado para manipulação e comércio do pescado na localidade e uma unidade de beneficiamento do pescado também são apontados como problemas enfrentados pela comunidade.

Há competição com embarcações de outras regiões que pescam com artefatos predatórios e não respeitam os limites impostos pelos órgãos competentes, que também não realizam a devida fiscalização, segundo o entrevistado. A renda média da comunidade de pescadores gira em torno de dois salários mensais.

Comunidade de Pescadores de Gameleiras

Em Gameleiras, encontra-se uma comunidade que vive basicamente da pesca com características artesanais e de subsistência. A comunidade não tem associação de pescadores o que é uma carência da classe para organização e representatividade que hoje congrega cerca de 80 pescadores ativos e atuantes na região.

São aproximadamente 10 barcos motorizados e 50 à remo. Todos os pescadores são moradores da localidade. Utilizam o rio Barra Nova e o mar de Barra Nova de Guriri à Barra Seca para suas pescarias. Nesta área as espécies mais capturadas são: pescadinha, camarão, cação, baiacu, sarda, xixarro, bagre, robalo, camarão da malásia e pitú. Para estas pescarias utilizam rede de espera de fundo, de caída e boieira, linha individual com anzol e balão. O pescado é vendido para atravessadores da região e de outras regiões vizinhas e diretamente ao consumidor final.

O local de abrigo das embarcações e desembarque de pescado é na borda do rio Barra Nova, que é por onde saem e chegam as embarcações e onde ficam abrigadas. Segundo seus associados é censo comum, falta de apoio para

financiamento de aquisição de materiais e equipamentos, infra-estrutura precária, ausência de uma fábrica de gelo, dificuldades de transporte e comercialização do pescado, ficando todos na dependência dos atravessadores e de turistas e moradores de São Mateus, que é a cidade mais próxima. As reivindicações giram, principalmente, em torno do apoio de autoridades visando investimentos em infra-estrutura e ao financiamento para a compra de material mais adequado que proporcionem melhorias na produção e na comercialização do pescado.

Existe na comunidade um local usado para defumação de camarão e exportação para a Bahia. O local se encontra na margem do rio Barra Nova e funciona sem quaisquer normas de higiene para manipulação e processamento do produto. Segundo os entrevistados é necessário que sejam investidos recursos para a melhoria nas instalações, aplicação de cursos de capacitação para agregação de valor ao pescado, local para comercialização adequado e transporte do produto para os centros de consumo.

A renda média da comunidade de pescadores gira em torno de dois salários mensais. Desta forma, as principais demandas do município são:

- Coibir a pesca de arrasto e pesca predatória por barcos de outras regiões - recifes artificiais;
- Projetos de aqüicultura no município;
- Infra-estrutura e capacitação para eco-turismo nos manguezais;
- Cursos de capacitação nas comunidades;
- Projeto salva-mar nas diversas localidades;
- Fomentar e desenvolver o artesanato e festivais;
- Escola de pesca;
- Fixação da barra do rio Cricaré e do Barra Nova;
- Energia elétrica deficitária (fábrica de gelo, beneficiamento e armazenagem do pescado prejudicado);
- Falta de estaleiro, local de comercialização;
- Dificuldade ao crédito facilitado;
- Períodos de defeso prolongados que prejudicam a atividade (ordenamento).

É importante salientar que está em fase de formação a Colônia de Pesca Z-11, na sede do município de São Mateus, que contará com assistência social aos pescadores e atendendo uma antiga demanda da comunidade pesqueira da região.

II.5.3.N.2.4 - Município de Fundão

Comunidade de Pescadores de Praia Grande

A comunidade está caracterizada pela presença de pescadores artesanais de base familiar e de subsistência. Utilizam cerca de 20 barcos a remo e pescam no mar de frente a comunidade. Atualmente a comunidade é constituída por aproximadamente 30 pescadores que utilizam da infra-estrutura da comunidade de pescadores de Nova Almeida/Serra. Em virtude da pouca expressão dessa comunidade as informações foram consolidadas com o município da Serra (Incaper, 2005).

II.5.3.N.3 - All - Litoral Sul do Espírito Santo

A pesca realizada por pescadores da região é caracteristicamente artesanal com alguns municípios em vias de transição para a pesca empresarial/industrial. No geral a atividade é desenvolvida por pescadores desprovidos de adequados recursos pesqueiros (tecnologias), o que determina a pesca em locais mais próximos da costa (à exceção de alguns barcos de Itaipava). O tipo de pescado mais capturado atualmente é o pargo, além do camarão e da lagosta e de outras espécies de peixes oceânicos. As organizações, dentro do mesmo quadro, são desprovidas de infra-estrutura que possibilite a comercialização direta do pescado em condições mínimas de higiene, evitando a exploração de "atravessadores", porém não tendo outras alternativas em muitos casos. O poder público local dispensa ao setor pequena ou nenhuma atenção, salvo em épocas de eleição municipal, segundo o reclame geral.

Deve-se destacar que na região existem comunidades e localidades que vivem da "cata" de caranguejos e outros recursos dos manguezais e também dos

marisqueiros, que vivem da extração de moluscos e crustáceos nas áreas litorâneas. Se concentram nos municípios de Anchieta, Itapemirim e Marataízes, existindo também em Guarapari e Piúma, somando ao todo em torno de 150 famílias ao longo da faixa sul do estado que se concentram na coleta de caranguejos.

II.5.3.N.3.1 - Município de Itapemirim

Existem, em Itapemirim, duas entidades representativas da comunidade pesqueira local, a Colônia Z-10 e a Associação de Pescadores e Armadores do distrito de Itaipava (APEDI), ambas localizadas em Itaipava.

Outro fato relevante refere-se à ocorrência de pesca em alto mar, realizada por embarcações de maior porte pertencentes a integrantes à APEDI, que se apresenta como um diferencial no perfil pesqueiro desenvolvido pelos municípios que compõem a região analisada, assim como do restante do estado.

Sua produção é baseada na pesca empresarial/industrial que têm seus compradores as empresas de pesca que se concentram na região, muitas delas sendo proprietárias das embarcações, contratando os mestres e os marinheiros para seus cruzeiros.

Colônia dos Pescadores de Itaipava Z-10 - Dom Pedro I

A colônia foi fundada em 1990, para representar os interesses de pescadores do município de Itapemirim, especialmente daqueles localizados no distrito de Itaipava, onde a mesma se situa.

O município de Itapemirim possui aproximadamente 2800 pescadores entre ativos e inativos. Associados à colônia são 43 pescadores e 37 marisqueiros. A colônia oferece serviços de documentação para os associados, e é mantida através da contribuição de 1% do salário mínimo por ano de cada pescador. Os associados da colônia não são proprietários de barcos. No geral, trabalham para terceiros em embarcações que realizam a pesca profissional em alto mar.

As artes de pesca mais utilizadas são a pesca de linha de fundo, o espinhel e o currico, atingindo uma profundidade até 35 m. O tamanho médio das embarcações é de 12 metros. Os petrechos utilizados são:

- *Long line* com 500 a 1000 anzóis, para pesca de meca, dourado, atum e tubarão.
- Pargueira com 10 a 20 anzóis, para pesca de namorado, pargo e garoupa.
- Linha com isca viva para a pesca de dourado e atum.

A área de pesca dos pescadores associados desta colônia está compreendida entre o sul da Bahia e Santa Catarina. Os principais pesqueiros estão compreendidos desde a beira da praia até uma extensão aproximada de 600 metros de profundidade. Alguns pescadores têm pescado no entorno das plataformas, uma vez que os cardumes se aproximam deste local atraindo os peixes maiores. Segundo o presidente da colônia, o atum é um destes exemplos, sendo que cardumes desta espécie circundam as plataformas para se alimentarem dos peixes de pequeno porte.

O volume de pesca estimado pela colônia é de 300 a 400 toneladas por mês. A comercialização ocorre na região sendo os maiores compradores as empresas: Atum do Brasil, de Itaipava; Leonísio, Zipillima e “Papa Tudo” (ACS) de Piúma. A distribuição da renda é realizada entre os donos da embarcação, que ficam com 35% a 40% e os tripulantes com o restante.

O apoio à atividade por parte dos órgãos públicos foi destacado pelo presidente da colônia, que ressaltou a falta de atenção da prefeitura. Com relação às interferências da atividade de exploração petrolífera na região, o presidente destacou que o navio de pesquisa sísmica tem provocado estragos em equipamentos.

Os principais problemas levantados foram: a falta de local adequado para o desembarque do pescado e também de um local para o abastecimento dos barcos, uma vez que não existe uma área apropriada, seja cais ou píer. Outra deficiência apontada é a falta de infra-estrutura para a comercialização do pescado, pois, diante da inexistência desta infra-estrutura, o pescado acaba sendo comercializado com intermédio de atravessadores.

A principal reivindicação da comunidade local é a construção de um píer e a montagem de uma cooperativa que agregue todas as colônias da região. Para a criação desta cooperativa foi solicitado um terreno, junto a prefeitura de Itapemirim. Outro anseio levantado pelo presidente da colônia foi a implantação

de recifes artificiais para criação de mariscos, e também para atrair o pescado. Também foi colocado um problema considerado por ele de grande gravidade, que diz respeito à Resolução 8/2000 da Diretoria de Portos da Marinha, pois essa resolução acaba por diminuir a área pesqueira, chamada por eles de "recanto". De acordo com o presidente, a Capitania dos Portos tem multado os barcos que se aproximam das plataformas em distâncias maiores dos 500 metros. Chegou-se, segundo informações da colônia, a multar uma embarcação que estaria cerca de 1.855 metros de distância (Incaper, 2005).

Associação de Pescadores e Armadores do Distrito de Itapemirim - Apedi

A Associação foi fundada em 1986 com o objetivo principal de proporcionar melhoria das condições de trabalho e de vida para os pescadores através de serviços como: atendimento médico, odontológico, fornecimento de documentação de que o pescador está embarcado e credenciamento com a Marinha do Brasil para a realização de cursos.

A abrangência da Associação é de Anchieta a Itaóca. Há 600 associados e, aproximadamente, 300 embarcações de tamanhos entre 11 e 15 metros e capacidade entre 10 e 16 toneladas de carga. Cada embarcação paga R\$ 35,00 por mês para a associação, sendo que muitos associados trabalham em barcos de terceiros.

As embarcações estão bem equipadas com instrumentos modernos como: GPS, sonda de vídeo, rádio de 30 canais. As embarcações com tina para isca viva têm dois motores: um para o barco e outro para oxigenar o reservatório onde ficam as iscas. Os petrechos mais utilizados na pesca desenvolvida pelos associados são:

- *Long-line* de fundo, com cabo de aço equipado com guincho hidráulico: para profundidade entre 350 a 400 metros para pesca de cherne, garoupa, badejo, realito, namorado, vermelho, cioba, olho-de-boi, pargo e outros peixes de fundo. A área de pesca está localizada na plataforma continental, próximo à costa;
- *Long-line* boieiro, com nylon de 5 milímetros de espessura e com aproximadamente 18.000 metros de linha: para pesca de meca e

cação. A área de pesca permitida é de até 400 milhas da costa, porém pescam além das 400 milhas;

- Isca viva - para pesca de todo tipo de peixes de superfície, como os tunídeos, dourado, sarda-cavala, e a meca.

A área de abrangência para os associados está compreendida entre o sul da Bahia e o leste de Itajaí - Santa Catarina, sendo os principais pontos de pesca:

- Região dos Abrolhos, que vai do sul da Bahia até foz do Rio Doce no Espírito Santo: as principais capturas são olho-de-boi, realito, vermelho, cação, sarda-cavala, dourado, catuá, xaréu e outros;
- Região entre o Rio Doce e o Rio Itapemirim, no Espírito Santo. Nesta área capturam-se olho-de boi, cherne, pargo, garoupa e outros;
- Região da Plataforma de Campos, no Rio de Janeiro, onde são pescados, principalmente o atum, utilizando-se de “isca viva”;
- Região que se estende de Itapemirim até o litoral norte do Rio de Janeiro. Nesta região as espécies principais são: pargo, garoupa, badejo e anchova.

O pescado é comercializado, pelo maior preço, aos intermediários “Atum do Brasil”, de Itaipava; “Alvarenga”, de Vitória e “Guará Pesca Comércio de Pesca Ltda”, localizado em Guarapari.

Segundo o entrevistado o volume de pesca tem aumentado pelo incremento da tecnologia de pesca utilizado bem como aumento do número de embarcações. Os entrevistados alegam que não há fiscalização para embarcações pescando com artefatos predatórios e fora das áreas permitidas.

A distribuição da renda é feita da seguinte forma: 50% da renda líquida fica com o proprietário do barco, sendo o restante assim distribuído: o mestre com 30% das partes, o motorista, gelador e cozinheiro com 15% das partes, e os tripulantes com 5% das partes.

A Associação já tem uma sede, localizada ao lado da Colônia de Pesca Z-10, e a construção de uma câmara fria já se encontra adiantada. A construção de um cais para descarga e ancoradouro de barcos está sendo realizada por iniciativa do Governo Estadual e aquisição de caminhões para transporte do pescado.

Comunidade de Pescadores de Itaóca

A localidade de Itaóca conta com aproximadamente 120 pescadores ativos. Destes, em torno de 50 pescam na costa utilizando a rede de espera, com 20 barcos motorizados. Cerca de 40, pescam em 13 barcos à remo ou vela no Mar de Itapemirim, até a Ilha dos Franceses. Os demais pescadores são embarcados em Itaipava.

Os pescados capturados são: lagosta, camarão, pescadinha, corvina, boca de velha, baiacú e cação. A comercialização do pescado local é feita em Itaóca, Itaipava e para as empresas e atravessadores da região. A renda média dos pescadores da costa é de R\$ 300,00, já os que pescam fora tem uma renda média de R\$ 1.000,00.

Comunidade de Pescadores da Lagoa do Gomes

A localidade de Lagoa do Gomes conta com aproximadamente 50 pescadores ativos. Estes são embarcados em localidades próximas como Pontal, Marataízes e Itaipava, tendo na localidade apenas sua residência e suas famílias.

Existem muitos poucos pescadores que pescam na lagoa, por essa estar em área de Marinha, sendo dificultado ou até mesmo impedido sua entrada nessa Lagoa. Na localidade não existe nenhum pescador dono de embarcação, sendo que todos são marinheiros, cozinheiros, mecânicos e etc.

A renda média dos pescadores da costa é na média de até dois salários mínimos mensais, dependendo da atividade exercida na embarcação, essa renda média pode alcançar até R\$ 1.000,00.

II.5.3.N.3.2 - Município de Piúma

A presença de cinco empresas de pesca e uma razoável infra-estrutura e a Escola de Pesca de Piúma figuram como diferenciais da atividade. Observa-se que existem hoje, no país, poucas escolas voltadas para a arte da pesca.

Com relação à atividade o município apresenta um perfil semelhante aos demais, no qual a pesca é uma das principais atividades geradoras de emprego e renda, estando fortemente vinculada à atividade turística, base da economia deste município, porém sem apoio das esferas de governo.

Colônia de Pesca Z-9

A Colônia Z-9 funciona junto à Associação das Mulheres dos Pescadores, em sua própria sede. Reativada em março de 2001, possui sede própria, onde funciona também um consultório médico e um consultório para atendimento odontológico. A colônia possui também um carro sob regime de comodato. Para atendimento geral da colônia, no manejo integral da área administrativa, trabalham o presidente, uma secretária e um auxiliar para serviços externos.

Além disso, a colônia tem organizado cursos para seus associados, assim como feito à tramitação para os mesmos obterem o salário mínimo contemplado na época do defeso, quando comprovado que se trata de pescadores artesanais devidamente registrados. Também realizam a tramitação da carteira de pescador junto a SEAP/PR. A Colônia tem como um dos projetos viabilizar verba para restaurar o prédio-sede para possibilitar a realização de reuniões das esposas dos pescadores, e também para poder ministrar cursos como: beneficiamento do pescado, artesanato, etc.

A colônia é mantida com uma contribuição anual de R\$ 40,00 por parte de seus membros. Atualmente são cerca de 280 registrados à Colônia, todos originários de Piúma, mas em torno de 320 outros pescadores sem registro, mas ativos na pesca. O município possui aproximadamente 148 embarcações, todas elas com convés. Destas, 120 embarcações possuem de 7 a 9 metros. As demais possuem tamanho superior, acima de 9 metros, sendo, em torno de 20 as que possuem mais de 14 metros sendo estas aptas para pesca em alto mar.

As modalidades de pesca abarcam desde a utilização de rede até a de linhas com anzóis. As embarcações de mais de 14 metros destacam-se pela utilização da modalidade com anzóis, empregando, tanto o espinhel boiado, quanto o espinhel de fundo e o sistema de *long line*. Com espinhel de fundo captura-se badejo, garoupa, cação. Com espinhel boiado pesca-se atum, cação, dourado.

Já as embarcações menores se utilizam, fundamentalmente, de rede e, em alguns casos, de linha. Com rede de espera costuma-se capturar cação, sarda, xixarro. Com linha com anzóis, captura-se peroá, namorado, olho-de-boi.

Com referência aos equipamentos com que contam as embarcações, ressaltou-se que possuem, algumas delas, GPS, Px e sonda. As demais, que

representam a maioria, possuem apenas um Px para poder se comunicar com terra. Para chegar aos pesqueiros mais importantes, as embarcações menores costumam navegar durante 4 ou 5 horas, desde o Monte Aghá, em direção leste, até uma profundidade de 30 a 35 metros. As embarcações maiores se dirigem as áreas próximas de Abrolhos e da Bacia de Campos.

O pescado obtido pelos trabalhadores é vendido a atravessadores locais sendo que estes ditam/controlam o preço do pescado. A deficiência com relação à infra-estrutura para comercializar o pescado determina a entrega de parte significativa deste nas mãos de atravessadores, que, segundo a colônia, revendem aos frigoríficos, se apropriando de parte da renda que deveria ser dos pescadores. A renda média dos pescadores é de R\$ 260,00, e considera-se que trabalham entre seis e sete meses ao ano. O produzido por cada barco, ao chegar ao porto, é dividido da seguinte forma: 50% para o dono da embarcação e 50% para ser dividido entre a tripulação, método de divisão (partes) mais comum na atividade pesqueira.

No relativo à infra-estrutura existem 9 fábricas de gelo funcionando hoje em Piúma. Uma destas fábricas de gelo possui bomba de combustível com que abastecem as embarcações. O cais com que contam os pescadores de Piúma data, aproximadamente, do ano 1978, tendo sido construído pelo governo municipal daquela época.

Destaca-se que, em Piúma, existiam 8 estaleiros, mas dois encontram-se em processo de fechar as portas, devido aos mesmos problemas destacados no município de Vila Velha.

Foi relatado também que a Prefeitura Municipal de Piúma tinha iniciado as obras de dragagem da foz do rio para facilitar a entrada e saída das embarcações as quais se encontram, na atualidade, dependentes do regime das marés para se lançarem ao mar, mas o IBAMA embargou a obra, há 30 meses.

A importância da pesca em Piúma pode ser verificada pelo fato de que pouco mais de 50% do PIB do município é derivado da atividade, bem como através da geração de empregos diretos e indiretos e a fixação desta população em seus lugares de origem.

Das atividades desenvolvidas pela extração de petróleo do mar, a colônia de pescadores de Piúma tem se manifestado contrariada pelas pesquisas realizadas

pelo navio sonda, argumentando que, uma vez que passa o navio o peroá some, tendo que esperar 1 a 2 meses para reaparecer. Outro problema manifestado refere-se à restrição do uso do mar para a exploração das suas riquezas. A colônia de pescadores acha que parte dos *royalties* recebidos pelos municípios deveria ser repassado às colônias, em função da história destas com o uso do mar como fonte de recursos e a experiência adquirida (Incaper, 2005).

As deficiências colocadas referem-se à: ausência de crédito para o pescador; a ausência de fiscalização e ordenamento dos órgãos competentes quanto às embarcações que pescam com artefatos predatórios e não respeitam as áreas permitidas; a dificuldade de adentrar no Rio Piúma e atracar os barcos com segurança; reforma estrutural na Peixaria Municipal e na sede da Colônia e da Associação das Mulheres dos Pescadores; ampliação e reformas na ESCOPESCA como benefício do município e da região. A necessidade de obterem uma linha de rádio transmissão para facilitar a comunicação entre mar e terra foi outra necessidade levantada.

Uma outra preocupação com relação à questão ambiental é a poluição causada pelo esgoto da cidade e os restos de óleo despejados no rio, já amenizada pelo Projeto Salva-Mar.

Associação das Mulheres dos Pescadores de Piúma

Localizada na sede da Colônia, foi fundada em 1987 com o objetivo de aumentar a renda familiar, dar assistência social às famílias dos pescadores e oferecer outros recursos que melhorem a condições de vida da comunidade.

Para tal fim são ministrados cursos, visando criar alternativas de renda junto às famílias de pescadores e palestras educativas sobre diversos temas, como por exemplo: saúde, alimentação alternativa, esculturas de frutas e legumes, melhor aproveitamento do pescado (manipulação/armazenamento), conscientização dos pescadores.

A associação também possui uma bandeira em prol do reconhecimento da mulher. Esse apoio é especialmente destinado a saúde, sendo que os pescadores que necessitam de tratamento médico adequado são transportados para Vitória com veículo e combustível da associação ou da colônia. Na entidade tramita também a confecção da carteirinha das marisqueiras, existindo hoje cerca de 90

mulheres com documento habilitante e, em ação conjunta com a colônia de pescadores, têm aposentadas cerca 40 mulheres que se dedicavam à extração e o processamento de mariscos.

Existem atualmente cerca de 250 mulheres afiliadas, sendo 100 marisqueiras. A renda média destas mulheres chega a R\$ 150,00/mês. A venda de trabalhos manuais é o meio de sustentar a associação, que não tem apoio de nenhuma instituição pública nem privada.

Dentro da associação funciona também um gabinete de medicina alternativa, disponibilizado pela colônia de pescadores. A principal reivindicação da associação, manifestada através de sua representante, é uma ambulância, pois existe na comunidade uma grande carência com relação ao transporte de doentes.

Escola de Pesca de Piúma - Escopesca

A Escola de Pesca de Piúma foi criada em 1986 pelo Governo Estadual. O objetivo é atender a comunidades pesqueiras das regiões que abrangem desde o município de Guarapari até Marataízes. A localização em Piúma deve-se a articulações da prefeitura local.

A ESCOPESCA, como é denominada, tem como objetivo fornecer o ensino fundamental desde a 5º até a 8º série, como também o ensino profissionalizante, além de prestar auxílio aos pescadores e desenvolver projetos alternativos aos pescadores da região. Sua principal contribuição, no entanto, refere-se à educação e capacitação na arte de pesca. São oferecidas disciplinas ligadas ao setor pesqueiro, num total de sete disciplinas específicas: construção naval; mecânica naval; arte da pesca; legislação da pesca; navegação; técnica do pescado; e captura. A escola foi projetada para receber 100 alunos, mas atualmente está atendendo aos 140 alunos matriculados. São 6 turmas (4 turmas regulares e 2 turmas de PA) com 25 alunos cada uma. Além dos filhos dos pescadores, a escola também possui alunos filhos de motoristas, desfiadeiras, entre outras atividades não ligadas a pesca. De abrangência regional a Escola de Pesca de Piúma atende alunos dos municípios de Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim e Marataízes. As Prefeituras locais, com exceção de Guarapari, fornecem transporte para os alunos freqüentarem a escola. A escola, além das

atividades curriculares normais, também busca viabilizar projetos como o de desenvolvimento de atividades nas áreas de educação e de preservação ambiental, como o que vem realizando de recuperação das ilhas próximas à costa de Piúma. O desenvolvimento de projetos e iniciativas em pesquisas relativas à maricultura e outras atividades afins também está na pauta das atividades por ela desenvolvidas.

O ensino é gratuito e funciona com verba estadual. Para uma complementação monetária, a produção da fábrica de gelo, hoje em condições precárias, pertencente à escola, é comercializada na comunidade. Além da fábrica de gelo a instituição possui uma marcenaria naval completa voltada para a construção de barcos e outros móveis. O local, assim como os equipamentos disponíveis na escola, é apropriado, também para a confecção de redes de pesca. A escola possui ainda uma oficina mecânica completa, na área de mecânica naval, e todo o ferramental necessário para a montagem da parte mecânica das embarcações. Completam a infraestrutura da escola um ambulatório, um refeitório, salas de aula e um galpão para construção de barcos.

De acordo com seu diretor, os projetos em desenvolvimento na Escola de Pesca são cursos de curta duração para a comunidade, tais como: processamento do pescado, curtume de couro de peixe, artesanato, maricultura, instrumentação para a pesca; recuperação de áreas de restinga degradadas com doação de mudas; campanhas de limpeza e instalação de placas educativas nas ilhas; banda de congo formada por alunos; programa de turismo orientado; educação Ambiental.

Destacou a importância de alguns fóruns de discussão da atividade nos quais a Escola participa como: o Fórum da Pesca, onde também participam entidades representativas como a SEAG, o IBAMA e a SEAP/PR. Também participam dos Comitês das Bacias Hidrográficas da região.

II.5.3.N.3.3 - Município de Marataízes

Os pescadores residentes no município de Marataízes organizam-se na Colônia Z-8. O perfil da atividade é expressivo, apesar do peso que a atividade turística exerce no município. Esta comunidade pesqueira não se diferencia muito

das acima descritas, apresentando o mesmo padrão de desenvolvimento da atividade, destacando-se na arte de pesca do tipo artesanal havendo modestas iniciativas de práticas empresarial/industrial na sede e em Pontal.

Colônia de Pescadores de Marataízes Z-8 - Nossa Senhora dos Navegantes

Atualmente, a colônia possui duas sedes próprias e cerca de 3.400 associados, com 140 embarcações registradas, na maioria motorizadas e equipadas com convés e algumas com maior dimensão e autonomia. As demais são a remo ou vela, cujo tamanho não ultrapassa os 4 metros de comprimento.

Quanto ao número de pescadores ativos são aproximadamente 1.340 no município. Esta colônia têm associados tanto do município onde está sediada como também de outros municípios como Cachoeiro, Castelo, Alegre, Muqui, Rio Novo, Presidente Kennedy (Praia de Marobá), Itaipava, Itapemirim, Anchieta, Vitória, São João da Barra (RJ) e São Francisco de Itabapoana (RJ), cuja comunidade pesqueira se faz representar pela Z-8. O número expressivo de integrantes de outras localidades acontece em decorrência da disponibilidade do seguro-desemprego durante três meses do ano na época do defeso e a distância destes associados para outras colônias.

O principal tipo de pescado da região é a lagosta, pescada em Barra e Pontal, e a pescada, pescado na barra e no mar de Marataízes. A quantidade de pescada produzida pelos associados da colônia gira em torno de 100 Kg/barco/semana. Outras espécies também comercializadas na região são: badejo, lagosta, peroá, pargo, corvina, pescadinha, cação, camarão, baiacu, robalo, tainha.

Com relação às modalidades de pesca foram destacadas a pesca de rede, linha e espinhel. Também ocorre a pesca de mergulho cuja produção, que se baseia em peixes ornamentais, é vendida para São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados e países.

Dentre as ações realizadas pela colônia de maior reconhecimento pelos associados, ressalta-se o recebimento do seguro-desemprego na época do defeso, que assegura, atualmente, a renda de cerca de 1.000 pescadores da região. Nesta época se proíbe a pesca da piracema, lagosta, camarão, robalo e caranguejo, o que compromete a renda dos pescadores. Outra informação que foi repassada diz respeito ao pagamento de tributos por parte de cerca de 1.200

pescadores que, através do cadastro no INSS feito via colônia, recolhem o tributo, contribuindo com a arrecadação municipal.

A colônia, dentro dos serviços sociais prestados, oferece tratamento dentário para o pescador e toda sua família, a um custo de R\$ 60,00 por ano. A colônia possui também uma loja de revenda de materiais de pesca a um preço bem acessível aos pescadores da região, tendo mais três outras particulares que vendem sem nenhum benefício aos pescadores.

No referente às atividades da Petrobras foi colocado pelo diretor da colônia que a preocupação da entidade é a mesma manifestada pela Colônia e Associação de Itaipava. Segundo o diretor da entidade, existem dados estatísticos confirmando a redução do volume do peroá e de outras espécies em função da prospecção de petróleo na região (Incaper, 2005).

No entanto existe um outro agravante para os pescadores da região sul que é a impossibilidade de realização da pesca em outros locais devido as condições e limites impostos por suas embarcações, o que, segundo eles, não acontece com parte expressiva dos pescadores da região norte do estado que acabam vindo pescar na região sul, competindo com suas pescarias.

Associação dos Pescadores de Marataízes - Apemar

Em atividade desde 2002, não tem sede própria. A entidade tem cerca de 80 associados e 50 embarcações variando de 7 a 9,5 metros de comprimento. Ao todo, no município, existem aproximadamente 250 embarcações, com predomínio de 9 a 10 metros. Sendo 10 embarcações com 14 metros e 4 embarcações a remo. A maioria equipada com GPS e sonda.

A área de pesca está compreendida entre o Sul da Bahia e estado do Rio de Janeiro a uma distância da costa que varia entre 12 e 53 milhas. Utilizam como petrechos:

- Rede de espera em locais de profundidade variando de 13 a 46 metros para pesca de garoupa, cação, corvina e lagosta.
- Linha com anzol para pesca de peroá, dourado, pargo.
- Mergulho com arpão para captura de garoupa, olho de boi, cação e lagosta.

Pescadores da Comunidade de Lagoa Danta

A comunidade de Lagoa Danta se caracteriza por envolver poucas pessoas na atividade pesqueira. Suas embarcações são basicamente à remo e outros pescadores da região somente residem no local, sendo pescadores embarcados em barcos da sede do município.

Possui nove pescadores na ativa e que utilizam cerca de oito barcos motorizados e um único barco à remo para pescarias defronte a comunidade de forma artesanal. As espécies mais capturadas são a pescadinha, pescada e baiacú, numa média de 20 Kg/barco/mês.

Comunidade de Pescadores da Lagoa Funda

A comunidade de Lagoa Funda se caracteriza por envolver cerca de 90 pessoas na atividade pesqueira. Os pescadores da localidade somente residem no local, sendo pescadores embarcados em barcos da sede do município.

Comunidade de Pescadores da Lagoa do Siri

A comunidade de Lagoa do Siri se caracteriza por envolver poucas pessoas na atividade pesqueira, sendo a atividade turística a mais expressiva na localidade. Suas embarcações são basicamente a remo e outros pescadores da região somente residem no local, sendo pescadores embarcados em barcos da sede do município.

Possui vinte pescadores na ativa e que utilizam cerca de quatro barcos a remo e a vela para pescarias defronte a comunidade de forma artesanal. As espécies mais capturadas são a pescadinha, pescada e baiacú, numa média de 15 Kg/barco/mês.

Comunidade de Pescadores de Praia dos Cações

A Praia dos Cações tem entre 80 e 100 pescadores, que possuem 19 embarcações (associados da Colônia de Marataízes) de 7 à 9 m. A maioria pesca com linha (espinhel e manual), alguns com rede de espera de fundo e boieira. Os produtos são o cação, o pargo e arraia. A pesca ocorre entre 30 e 50 milhas à leste do continente.

O desembarque do pescado geralmente acontece em Marataízes e na Barra e, algumas vezes, no local. Após, são destinados a outras regiões do estado e fora do estado. A conservação do pescado nas embarcações é feita com gelo, comprado na sede do município por uma das quatro empresas de gelo.

Na localidade há modalidade de pesca submarina utilizando cerca de 10 embarcações para captura de peixes ornamentais, que são exportados para o Japão, Estados Unidos e Coréia, através de empresas situadas em Recife e Fortaleza.

A comercialização é similar às demais comunidades de pescadores, na qual existe uma forte presença do atravessador, o que ocorre devido, principalmente, a pequena força de mobilização da categoria, por falta de capacitação e lideranças comprometidas e seu próprio comprometimento, para fazer frente às suas reais necessidades, e a inexistência de infra-estrutura adequada para que o próprio pescador possa comercializar seu pescado.

Em relação à lagosta falta fiscalização no período do defeso bem como a revisão deste período na região pelas autoridades competentes. A Associação tem realizado reuniões para sensibilizar os pescadores sobre problema, porém a falta articulação entre IBAMA e SEAP/PR tem dificultado o trabalho.

Dentre as deficiências levantadas foi destacado que as embarcações dos associados ficam no que eles denominam de "Porto de Marataízes", que nada mais é que uma parte da praia onde se localizam várias peixarias. Nesta área não existe cais ou píer, o que é agravado pelo adensamento das barracas de venda de peixes que dificultam a passagem das embarcações para saída ao mar. Também foram levantados outros problemas, idênticos aos enfrentados pela Colônia de Pesca de Itaipava, pela Associação de Itaipava e pela Colônia de Marataízes.

Na localidade existe, desde o ano de 2003, um projeto de maricultura que utiliza o mexilhão *Perna perna*, conhecido como sururu, que foi muito bem aceito pela comunidade frente ao declínio da atividade da pesca na região. Vêm no projeto uma alternativa de incremento de renda, geração de emprego e evitar a fuga para outros locais em busca de empregos.

Assim como em outras comunidades representativas da pesca, também foi ressaltada a ausência de ações por parte da prefeitura municipal visando apoiar a atividade. A renda mensal chega a dois salários mínimos mensais.

Comunidade de Pescadores de Boa Vista

A comunidade tem aproximadamente 10 pescadores locais e mais cerca de 80 que pescam em Marataízes (sede) e no estado do Rio de Janeiro. Nesta comunidade existem 14 embarcações a vela de 3, 5 m em média. As principais espécies capturadas por pescadores locais são: pescadinha, lagosta, robalo, cação, pescada, baiacú. A pesca de lagosta é realizada com rede de armar e com mergulho. No verão o volume pescado varia de 200 a 300 kg.

A maioria dos pescadores é associada à colônia Z-8 da sede, embora muitos pescadores estão sem documentação. Reclamam das embarcações que danificam e inutilizam seus petrechos de pesca. Estas embarcações, pescam com artefatos predatórios e não respeitam nada.

Os entraves levantados de forma mais relevante, foram: falta de um farol na ponta do "espigão" para sinalizar o píer; dragagem do canal; integração entre pescadores e órgãos que regulamentam a atividade pesqueira bem como outros atores que utilizam o mar como fonte de recurso; saneamento/despoluição do Rio Itapemirim; projetos de aquicultura marinha e estuarina; estabilização da enseada da Praia Central - engordamento com areia; reforma estrutural das peixarias da Praia Central e do Mercado Municipal; cais para atracação dos barcos na foz do Rio Itapemirim; construção/reformas de estaleiros; coibir a pesca de arrasto e pesca predatória por barcos de outras regiões - recifes artificiais; cursos de capacitação; fomentar o artesanato e outras atividades alternativas; ausência de unidade de beneficiamento, escola de pesca, terminal pesqueiro; cursos de capacitação dos pescadores.

II.5.3.N.3.4 - Município de Presidente Kennedy

Associação de Pescadores de Marobá

Aproximadamente 60 pescadores estão interessados em se associar, sendo que a maioria é inscrita na Colônia de Marataízes. Nesta comunidade existem 6

embarcações a vela de 3, 5 m. As principais espécies capturadas por pescadores locais são: pescadinha (rede de espera) peroá, corvina, cação, arraia, baiacu e pargo (pargueira). A pesca de lagosta é realizada com rede de armar e com mergulho. No verão o volume pescado varia de 200 a 300 kg.

Está em fase de início os trabalhos por uma Cooperativa de Aqüicultura que tem intenções de projetos sócio-ambientais na comunidade. A Cooperativa tem uma sede e também um outro lugar para realização de cursos e atividades manuais para os cooperados. Esta entidade tem como objetivos, estabelecer a população em seus locais de origem, fazendo com que realizem trabalhos que não destoem de suas prática comuns, como a confecção de redes e estruturas para cultivo de moluscos e peixes.

II.5.3.N.3.5 - Município de Guarapari

Colônia de Pescadores Z - 3 - "Almirante Noronha"

A Colônia Almirante Noronha tem sede própria com 2 casas, sendo uma alugada para Prefeitura. Na sede funciona um gabinete dentário e um consultório médico. O posto de saúde de Meaípe pertence à colônia, porém está cedido a Prefeitura por comodato.

São aproximadamente 1500 associados residentes em Guarapari. A contribuição anual dos sócios é de R\$ 30,00, sendo que só 6% dos sócios estão em dia. Há aproximadamente 500 embarcações cadastradas (de Meaípe a Setiba), de tamanhos variando entre 6 a 15 metros, sendo que a maioria acima de 10 metros. As embarcações maiores são equipadas com: sonda, rádios VHF e SSB, GPS, bússola. A renda média dos associados varia entre 2 a 3 salários mínimos mensais.

As embarcações menores utilizam como petrechos: rede de espera para pesca de sarda, anchova, pescada, bonito e coara (isca para pesca de cação), olho de boi e chicharro; linha com anzol para pesca de catuá, peroá, pargo, realito e pescadinha.

As embarcações maiores utilizam como petrechos: espinhel de fundo e superfície; rede para lagosta; rede de arrasto e de balão para pesca de camarão.

A área de pesca está compreendida entre a costa do norte do estado do Rio de Janeiro até o sul da Bahia. Os barcos pequenos e médios pescam a uma distância de até 30 milhas da costa e os barcos de grande porte até 350 milhas.

O pescado é comercializado para empresa Cameron Comércio de Pescados Ltda. Aproximadamente 90% é destinado para exportação.

No município existem seis estaleiros particulares e quatro fábricas de gelo, uma pertencente à Associação de proprietários de Embarcações e Pescadores do Sul do Estado do Espírito Santo e as outras são particulares.

A Colônia em parceria com a Marinha tem promovido cursos (semestralmente), para mestre, pescador e motorista. As principais dificuldades são: escassez de peixe associada à pesca predatória sem fiscalização e as pesquisas sísmicas realizadas na costa; um fenômeno que tem acontecido no período de dezembro a março, quando encontra nas redes uma grande quantidade de "bucha", material não identificado, semelhante a uma espuma envelhecida; grande migração de trabalhadores de todas as áreas, para a pesca; atualmente a falta de opção de trabalho tem levado muitos jovens para a pesca, sem documentação.

As expectativas com a exploração petrolífera são:

- A possibilidade de parceria para pesquisar sobre a extinção de peixes que tem ocorrido nos últimos anos;
- Geração de empregos e alternativas de desenvolvimento local para os moradores do município, citando um curso que está sendo oferecido para operadores de rádio, tecnólogos em prospecção de Petróleo e outras especialidades, como possibilidade de emprego na Petrobras.

Associação de Maricultores de Guarapari - Amagarapari

Criada em 2000, a partir de um projeto da Prefeitura em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, SEBRAE, com área de abrangência da praia de Guaibura a Perocão. A entidade congrega, atualmente, apenas oito famílias associadas, e tem tido problemas com a limitação dos associados em entender as práticas do associativismo/cooperativismo.

A Associação tem encontrado dificuldades na aquisição dos insumos básicos, principalmente as malhas de algodão procedentes de Santa Catarina com custo muito elevado. Utilizam para confecção das mexilhoneiras, o reaproveitamento de cabos de navios cedidos algumas vezes pela Samarco e CVRD. Atualmente tem desenvolvido cultivos do sururu e da ostra-do-pacífico com expectativas de, futuramente, desenvolver outros cultivos marinhos.

Os maricultores associados possuem 6 barcos, todos em Perocão com tamanho variando entre 5 e 6 metros, do tipo boca aberta. A estimativa de renda média mensal depende da quantidade de módulos que cada associado tem. Para uma renda anual de R\$ 800,00 são necessários 12 módulos.

A comercialização é feita por cada produtor direto com os bares e restaurantes da região e para o consumidor final. Tenta-se de diversas maneiras introduzir o produto da entidade em estabelecimentos comerciais da Grande Vitória, esbarrando na disponibilidade e certificação sanitária.

Destacam-se os seguintes projetos: reativar a Associação de Moradores de Perocão; realizar pesquisa para a utilização da casca para adubo e artesanato; implantação de uma unidade de beneficiamento com selo de qualidade e identificação do produto; adequar as instalações do prédio onde funciona a peixaria, parte superior, para uso da comunidade; reativação da Banda de Congo; capacitação para a associação e comunidade; capacitação para artesanato utilizando a concha do sururu; necessidade de ATER periódica e especializada; estudo de viabilidade para implantação de um laboratório de produção de sementes e pesquisas na área.

Relacionado à expectativas em relação à exploração de petróleo, o presidente da entidade cita o medo de acidentes ambientais, e a possibilidade de fazer uma parceria com a Petrobras para realização de pesquisa e produção de sementes para a maricultura, e fornecimento de materiais para reaproveitamento como: cordas, bombonas e outros utilizados na atividade (Incaper, 2005).

Associação Aquícola de Guarapari - Aagri

A Associação Aquícola de Guarapari foi criada em 2000, com objetivo de levar melhor qualidade de vida para os extratores de ostras. Tem atuado levando informação, regularizando os documentos dos associados em parceria com INSS

e delegacia do Ministério do Trabalho. A Associação tem sede própria na localidade de Concha de Ostra, com 40 associados, sendo 20 extratores de ostras e 20 de caranguejo.

A produção média de ostras no verão do ano de 2000 atingiu 40.000 unidades se mantendo durante o inverno. Atualmente, a produção caiu em decorrência da falta de recursos financeiros para investimento na montagem de criadouros. A média de comercialização de caranguejos no final de semana durante a baixa temporada atinge de 9 a 10 dúzias, no verão atinge a aproximadamente 20 dúzias por extrator. Atualmente necessitam de 50 lanternas, botas para os extratores, balança para pesar o produto e um motor de popa.

Trabalham com cultivo de ostra há 3 anos, sendo a carne comercializada na região e beneficiam as conchas para produção do farelo de cálcio. A divulgação e comercialização dos produtos são realizadas pela presidente da Associação em parceria com extratores. Como instrumentos para o trabalho utilizam lanternas, varas de PVC com 100mm para estrutura, barco com 2,5 metros de comprimento equipado com motor de popa de 3,5 HP, necessitando ser trocado. Atualmente um convênio entre a Fundação Banco do Brasil, SEAG e Fundação PROMAR iniciou-se um novo período para a AAGRI. Foram captados cerca de R\$ 40.000,00 para aquisição de materiais, embarcações e construção de um galpão para materiais e realização de cursos.

Faz-se necessário ministrar palestras e cursos de capacitação para os associados enfocando os aspectos de comercialização, higiene e conservação, por se tratar de produtos perecíveis. Outros projetos de aquicultura também têm aptidão/aplicação, diante de estudos de viabilidade, para serem implantados na localidade. A renda média mensal dos associados, no verão, é de aproximadamente R\$ 150,00.

Comunidade de Pescadores do Una

A comunidade conta com aproximadamente 17 pescadores, cadastrados nas colônias Z-5 e Z-2. Possuem nove embarcações motorizadas e cinco a remo, sendo as principais espécies capturadas a pescada, pescadinha, lagosta, anchova, sarda, camarão, robalo e corvina. Para estas capturas utilizam a rede de

espera de fundo e o currico. Um dos problemas apontados pela comunidade é o assoreamento do rio Una e ofertas de insumos básicos.

Comunidade de Pescadores de Meaípe

A comunidade conta com aproximadamente 60 pescadores, cadastrados na Colônia Z-5. Possuem 21 embarcações motorizadas e oito a remo, sendo as principais espécies capturadas a lagosta, cação, pescadinha, baiacu, arraia, peroá e robalo. Para estas capturas utilizam a rede de espera de fundo (caçoeira) e linha com anzol. Um dos problemas apontados pela comunidade é a falta de local para abrigo dos barcos e ofertas de insumos básicos.

II.5.3.N.3.6 - Município de Anchieta

Colônia de pescadores z - 4 "MarcílioDias"

A Colônia tem aproximadamente 1038 pescadores e 146 embarcações cadastradas, sendo 70 com tamanho aproximado de 7 metros (pesca artesanal) e 40 embarcações com tamanho médio variando entre 10 e 14 metros (pesca profissional em escala comercial/industrial). As embarcações são equipadas com rádio SSB e PX, GPS, bússola, sonda e material de salvatagem.

Na comunidade existem 30 mulheres cadastradas como marisqueiras no Ministério da Agricultura, que trabalham descascando camarão, sururu e ostras.

A colônia tem sede própria, com um salão para reuniões e eventos, uma mini carpintaria que é utilizada pelos pescadores mais pobres, uma estação de rádio costeira que funciona 12 horas/dia com 2 operadores remunerados pela Prefeitura Municipal e um píer público para atracação e desembarque do pescado. É responsável pela coordenação dos defesos de camarão, lagosta e caranguejo em parceria com IBAMA, Polícia Ambiental e Prefeitura através da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Pesca e Aqüicultura, em fase de homologação, com palestras e conscientização. Atualmente 70 pescadores recebem o auxílio defeso.

A área de pesca está compreendida entre Abrolhos (BA) e Cabo de Santa Marta (SC), sendo que as embarcações pequenas utilizam áreas entre Guarapari e Pontal, em Marataízes, a uma distância de 15 milhas da costa a uma

profundidade de 60 metros, enquanto as de grande porte pescam a uma distância de 50 a 60 milhas da costa em profundidade que varia entre 300 e 4.400 metros.

As embarcações que pescam dentro das 15 milhas não levam gelo. As embarcações maiores fazem até duas viagens por mês. Os pescadores carregam a embarcação em Alcobaça ou Porto Seguro (BA), retornam de ônibus para passar um final de semana ou dois em casa, retornando também de ônibus até aquelas localidades, para a 2ª viagem de pescaria. Após a 2ª viagem é que retornam para desembarcar em Anchieta.

As embarcações de maior porte utilizam como petrechos: espinhel de fundo de aproximadamente 1000 anzóis e boieira para pesca de dourado, cação, badejo, cioba garoupa e atum. As embarcações menores utilizam linha de mão para pesca de peroá e pargo e rede de arrasto ou balão para pesca de camarão.

No inverno o camarão predominante é da espécie 7 barbas, enquanto no verão é o VG. A época de defeso é de início de março a 31 de maio.

O volume de pesca mensal das embarcações maiores é de aproximadamente 8 toneladas na safra do dourado nos meses de setembro a dezembro. Das embarcações menores, o volume diário é de 100 a 150 Kg/dia por barco.

O pescado em sua maior parte (99%) é comercializado para as empresas Centro Leste, Zipillima e Alvarenga para exportação. O restante é comercializado no mercado interno, na Peixaria Municipal.

Os afiliados tem observado a redução do volume de pesca, principalmente do peroá, associando à pesca predatória e ao aumento do número de embarcações e pescadores (alternativa de emprego e renda), além da ausência de fiscalização de práticas predatórias, salvo em épocas de defeso do camarão em que a comunidade é ostensivamente fiscalizada.

A renda média mensal do pescador varia de 3 a 4 salários mínimos nas embarcações maiores (15 a 20 dias de pescaria em torno de R\$700,00). Nas embarcações pequenas de R\$ 40,00 a 50,00 por dia. A distribuição do lucro nas embarcações maiores é dividida da seguinte forma: 2 1/2 partes para o mestre; 1 1/2 partes para o gelador, cozinheiro, motorista; 1 parte para o pescador; e de 4 a 6 partes para o proprietário do barco.

No município existe um estaleiro particular que fabrica barcos de pequeno a grande porte, 3 fábricas de gelo particulares e um ponto de abastecimento de óleo.

Entre os projetos da Colônia de Pescadores Z-4 está a realização de palestras sobre o defeso; cursos para mestre, pescador profissional, motorista e auxiliar de convés em parceria com a Marinha; e o projeto salva-mar em parceria com a Samarco, para recolhimento de óleo lubrificante de todas embarcações cadastradas e subsídio para óleo novo.

Quanto às expectativas em relação à exploração de petróleo, o representante da colônia afirmou não ter noção exata dos benefícios e prejuízos que podem ocorrer, mas teme acidentes ambientais e a restrição das áreas de pesca, uma vez que “ouviu falar” que o litoral do estado vai ficar repleto de plataformas (Incaper, 2005).

Associação de Maricultores de Anchieta - Ama

A Associação de Maricultores de Anchieta, fundada em 1999 tem como principal objetivo a melhoria da renda familiar e geração de emprego para mulheres no beneficiamento. Sua sede está anexa à Colônia de Pescadores Z-4. Atualmente são 16 associados (15 homens e 1 mulher) que utilizam 6 embarcações pertencentes aos mesmos de tamanho médio de 6 m e 1 embarcação com 7,5 m pertencente ao PRONAF, em comodato para a entidade.

Os petrechos utilizados para o cultivo do sururu são: mexilhoneiras (redes tubulares externas feitas de material recicladas cabos de navio cedido pela Samarco) e meias de algodão adquiridas em SC. Na cultura de ostras, em fase inicial, utilizam-se baldes-berçário, lanternas-juvenis, lanternas-intermediárias e lanternas-definitivas. As áreas de cultivos estão localizadas a 250 metros da costa. Das 9 áreas registradas apenas 6 estão ocupadas, pois faltam recursos para investimentos e a devida sinalização do Parque Aquícola.

A renda média é de até 2 salários, podendo chegar a 4 salários, conforme a época do ano e as condições em que os animais se encontram em relação ao seu desenvolvimento gonadal. A comercialização no varejo é feita no posto de vendas que funciona anexo ao Mercado Municipal, que está equipado com freezer e

balcão. No atacado é feita diretamente para o consumidor final, restaurantes e peixarias da região.

Na época da implantação do projeto tiveram assessoria técnica, porém apresentaram dificuldades em relação ao domínio das técnicas de cultivos. Na época esta orientação foi transferida para a UFES e o INCAPER que atualmente realiza os trabalhos de extensão. Não dispõe de estatísticas do volume de produção e de acompanhamento dos plantios e colheitas.

No ano passado o volume ficou em torno de 40 toneladas brutas. Este ano, os problemas com o mau tempo (incidência de vento sul e frio) têm dificultado o crescimento do sururu, bem como problemas com furto. Há quatro projetos a serem desenvolvidos pela Associação de Maricultores de Anchieta: ampliação das áreas de cultivo; ampliação do número de associados; buscar alternativas mais baratas e ou parcerias para aquisição de materiais e captação de recursos e parceiros para construção de uma unidade de beneficiamento para os produtos da maricultura local.

Comunidades de Pescadores do Município

Anchieta atualmente possui, além da sede com estrutura mais adequada para a pesca, outras seis comunidades de pescadores. São elas: Iriri, Inhaúma, Castelhanos, Parati, Ubú e Mãebá, sendo a última a de menor expressão.

Nestas comunidades desenvolve-se uma pesca artesanal de subsistência com poucas características comerciais, exceto a localidade de Parati, Ubú e Inhaúma. Estas três comunidades possuem embarcações de médio e grande porte que já têm determinada autonomia no mar e podem realizar pescarias ditas comerciais. Para as mesmas, utilizam a estrutura da sede do município e outros portos próximos para realizarem seus desembarques, com Guarapari, Piúma e as vezes até Vila Velha, Vitória e os estados vizinhos.

Congregam cerca de 50% dos pescadores ativos do município e sua renda mensal é de até dois salários mínimos, salvo os casos de tripulações maiores e mais instrumentadas e capacitadas.

II.5.3.N.4 - Infra-Estrutura, Estimativa das Principais Espécies Capturadas e Preços Médios

A Tabela II.5.3-118 apresenta a infra-estrutura para a atividade pesqueira existentes nos municípios litorâneos do Espírito Santo, tais como o número de embarcações motorizadas, a remo/vela, número de pescadores ativos, estaleiros, mecânica naval, número de comunidades pesqueiras, número de associações e cooperativas, número de colônias, empresas de pesca, lojas de material de pesca e número de peixarias. Na Tabela II.5.3-119 apresenta-se a infra-estrutura e análises para produção e armazenamento de gelo. Já na Tabela II.5.3-120 podemos observar a estimativa das principais espécies capturadas e os preços médios praticados nos municípios litorâneos do Espírito Santo, todas de acordo com Incaper (2005).

Tabela II.5.3-118- Infra-estruturas para pesca existentes nos municípios litorâneos do Espírito Santo.

Município	Embarcações Motorizadas	Embarcações à remo/vela	Número de Pescadores ativos	Estaleiro	Mecânica Naval	Número de Comunidades Pesqueiras	Número de Associações e Cooperativas	Número de Colônias	Empresa de Pesca	Loja de material de Pesca	Número de Peixarias
C. da Barra	310	188	1.663	2	5	5	1	1	1	0	28
São Mateus	80	200	345	0	0	6	3	0	0	1	8
Linhares	65	58	250	0	0	6	1	1	0	1	13
Aracruz	150	50	700	1	3	3	0	1	3	0	19
Serra/Fundão	82	46	267	1	0	5	2	0	0	2	22
Vitória	296	215	900	3	3	5	1	1	1	5	40
Vila Velha	381	254	595	3	3	5	2	1	1	3	50
Guarapari	295	37	900	6	2	3	2	1	3	5	35
Anchieta	146	57	1.038	1	3	7	1	1	3	1	6
Piúma	148	40	650	8	2	3	0	1	5	3	10
Itapemirim	305	18	2.800	2	5	3	1	1	3	5	11
Marataízes	228	70	1.340	5	2	6	1	1	1	4	23
P. Kennedy	0	6	69	0	0	1	2	0	0	0	1
TOTAL	2.486	1.239	11.517	32	28	58	17	10	21	30	266
Norte	605	496	2.958	3	8	20	5	3	4	2	68
Centro	759	515	1.762	7	6	15	5	2	2	10	112
Sul	1.122	228	6.797	22	14	23	7	5	15	18	86

Fonte: INCAPER (2005).

Tabela II.5.3-119- Infra-estrutura e análises para Produção e Armazenamento de Gelo.

Municípios do Norte	Fábrica de gelo	Câmara Frigorífica	Câmara Fria	Capacidade Instalada (Produção de Gelo/dia)*	Armazenamento (Silo)
Conceição da Barra	4	1	1	45	20
São Mateus	2	0	0	0	0
Linhares	3	0	0	10	5
Aracruz	2	3	2	20	12
TOTAL	11	4	3	75	37
Municípios do Centro	Fábrica de gelo	Câmara Frigorífica	Câmara Fria	Capacidade Instalada (Produção de Gelo/dia)*	Armazenamento (Silo)
Serra/Fundão	2	1	1	8	3
Vitória	2	3	3	55	40
Vila Velha	3	2	2	65	40
TOTAL	7	6	6	128	83
Municípios do Sul	Fábrica de gelo	Câmara Frigorífica	Câmara Fria	Capacidade Instalada (Produção de Gelo/dia)*	Armazenamento (Silo)
Guarapari	4	2	7	45	40
Anchieta	3	1	0	47	30
Piúma	9	3	11	80	70
Itapemirim	4	2	4	100	150
Marataízes	4	2	6	60	40
Presidente Kenedy	0	0	0	0	0
TOTAL	24	10	28	332	330
* em toneladas/24 horas					
TOTAL GERAL	42	20	37	535	450
MÉDIA GERAL	3,23	1,54	2,85	41,15	34,62
% DO TOTAL					
Norte	11	4	3	14,02	8,22
Centro	7	6	6	23,93	18,44
Sul	24	10	28	62,06	73,33

Fonte: INCAPER (2005).

Tabela II.5.3-120- Estimativa das principais espécies capturadas e os preços médios praticados.

Municípios do Norte	Dourado		Camarão da Malásia		Manjuba		Badejo		Tainha		Baiacú (época)		Camarão	
	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**
Conceição da Barra	0,30	10,00	3,00	10,00	5,00	1,30	-	-	0,40	3,00	-	-	50,00	1,30
São Mateus	0,50	10,00	3,00	10,00	4,00	2,50	-	-	1,00	3,00	2,00	3,20	15,00	1,60
Linhares	4,50	11,00	-	-	1,00	3,00	-	-	2,00	2,50	-	-	105,00	1,20
Aracruz	0,50	10,00	-	-	2,50	2,00	10,00	10,00	-	-	-	-	32,00	2,00
TOTAL	5,80	10,25	6,00	10,00	12,50	2,20	10,00	10,00	3,40	8,50	2,00	3,20	202,00	1,53
Municípios do Centro	Dourado (época)		Pargo		Corvina		Badejo		Tainha		Baiacu (época)		Camarão	
	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**
Serra/Fundão	-	-	9,00	4,50	4,50	3,50	2,00	15,00	0,50	2,50	0,80	4,00	18,40	5,50
Vitória	30,00	4,80	20,00	3,20	7,00	4,50	15,00	14,00	8,00	2,00	2,00	3,50	30,00	5,00
Vila Velha	42,00	4,50	22,00	3,50	6,50	4,20	32,00	12,00	5,00	2,00	6,00	4,00	12,00	5,50
TOTAL	72,00	4,65	51,00	3,73	18,00	4,07	49,00	13,67	13,50	2,17	8,80	3,83	60,40	5,33
Municípios do Sul	Dourado (época)		Pargo		Pescadinha		Badejo		Atum		Lagosta (época)		Camarão	
	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**	Produção Mensal*	Preço de Venda**
Guarapari	70,00	4,50	9,00	1,70	4,00	2,00	18,00	13,00	30,00	8,00	10,00	18,00	20,00	5,50
Anchieta	60,00	4,80	25,00	4,50	4,20	2,00	20,00	11,00	32,00	8,00	8,00	20,00	15,00	5,00
Piúma	90,00	4,30	50,00	4,00	3,80	2,10	20,00	12,00	15,00	8,00	8,00	18,00	7,00	4,00
Itapemirim	180,00	4,50	55,00	3,80	6,00	2,10	40,00	12,00	160,00	8,00	25,00	19,00	18,00	4,00
Marataizes	30,00	4,20	20,00	4,20	5,50	2,30	7,00	12,00	5,00	8,00	60,00	15,00	8,00	4,00
Presidente Kenedy	-	4,00	-	-	0,25	2,00	-	-	-	-	0,50	22,00	-	-
TOTAL	430,00	4,38	159,00	3,64	23,75	2,08	105,00	12,00	242,00	8,00	111,50	18,67	68,00	4,50

Fonte: INCAPER (2005).

II.5.3.N.5 - All - Municípios do Litoral Norte do Rio de Janeiro

Os dados apresentados são oriundos do diagnóstico do meio socioeconômico do EIA do Campo de Golfinho - Módulo I (Petrobras/Cepemar, 2005).

A pesca é a atividade tradicional desenvolvida no litoral norte carioca, que tem se mantido como provedora da subsistência de inúmeras famílias e como atividade expressiva na região com forte correlação à atividade turística. Nesta região predomina a pesca artesanal, destacando-se:

Pesca de arrasto para camarão: desenvolvida em áreas costeiras a até 20m de profundidade, de Barra de Itabapoana ao Farol de São Tomé;

Pesca com linha de fundo: para peroá é realizada entre 10 e 50 m de profundidade e para xerelete e pargo a até 80 m, também ao norte do Farol de São Tomé;

Rede de espera: para cações e pescadas até 20 m de profundidade. Em toda a região, a pesca de rede de espera e com linha de fundo são praticadas a profundidades de até 200m, sobrepondo-se na mesma áreas;

Pesca com parelha: desenvolvida principalmente em Macaé, praticada por pares de embarcações que arrastam entre si uma rede de grandes dimensões, capturando variadas espécies;

Pesca com covos: ocorre principalmente em Cabo Frio para a captura de pargo, entre outras espécies;

Espinhel: usada durante o verão para a captura de dourado, espadarte e atum;

Rede de cerco: para a sardinha, em áreas costeiras, a profundidades entre 10 e 40m, a partir do arquipélago de Santana, na direção sul;

Arrasto duplo: para o camarão rosa, praticada nas áreas sul/sudeste de Macaé e a sudoeste de Cabo Frio, a profundidades entre 40 e 70m;

Pesca de linha de fundo (c/ variantes boinha ou pargueira) e espinhel de fundo: presente em toda a área, e a profundidades entre 100 e 250m, chegando até 400 ou 500m;

Pesca de linha de mão e vara com isca viva: artes estritamente superficiais, realizadas a cerca de 60 milhas da costa.

Estas informações encontram-se consolidadas nos mapas de pesca (Mapas II.5.3-1 a II.5.3-3), ao final desta seção.

A pesca industrial é realizada ao sul do Farol de São Tomé, atuando sobre espécies como sardinha, atum, camarão rosa, peixes de linha e demersais.

A pesca artesanal é desembarcada em vários pontos deste litoral, em áreas pouco estruturadas para tal. Ao longo da faixa costeira, os principais pontos de desembarque são: Cabo Frio, Macaé, Arraial do Cabo, Guaxindiba e Barra de Itabapoana (que se encontra em melhores condições), além de Barra do Furado, Barra do Riacho, Farol de São Tomé e Atafona.

A pesca industrial é desembarcada em Cabo Frio, Niterói e Rio de Janeiro. O maior volume de pescado é desembarcado em Cabo Frio, seguido de Macaé e Atafona. Ressalta-se a não disponibilidade de dados em função da falta de organização e sistematização dos mesmos.

As principais comunidades pesqueiras localizadas ao longo do litoral norte fluminense (Mapa II.5.3-4) são tipicamente artesanais em sua maioria, e estão abaixo descritas:

Comunidade Pesqueira de Gargaú

A Colônia Pesqueira de Gargaú é a maior colônia do município de São Francisco de Itabapoana e uma das maiores e mais antigas do norte fluminense. São aproximadamente 1.500 pescadores e 250 embarcações. Conforme Petrobras/Cepemar (2005), a criação da colônia foi resultado de uma divergência na Colônia Z-2, de São João da Barra.

A atividade pesqueira é realizada tanto em alto mar quanto no rio e nos mangues. A grande diversidade de ecossistemas e espécies em São Francisco permite o desenvolvimento de diversas “especialidades” entre os que vivem da pesca, como caranguejeiros, pescadores de rio, pescadores de canoa, pescadores de áreas próximas à praia e pescadores de alto-mar, sendo que não há estimativa do volume pescado.

Quanto às espécies, a pesca de mar captura principalmente peroá e camarão (com o defeso entre 15 de fevereiro e 15 de março), e a pesca no rio captura robalo, tainha, carapeba, manjuba, tilápia, traíra, tainhota, bagre, siri e camarão pitu, entre outros.

A ausência do poder público, segundo o referido estudo, dificulta o desenvolvimento da colônia. Somado a este fato, a própria falta de informação do pescador, que possui baixa escolaridade, atua como entrave para as atividades, resultando, por exemplo, na manutenção da pesca predatória em algumas localidades, vitimando pescadores de camarão.

Outro problema é a relação da colônia com os órgãos oficiais, que geralmente adotam medidas sem considerar as peculiaridades locais e não cumprem compromissos e promessas feitas prejudicando toda a comunidade. A exemplo disto, a FEEMA estabeleceu, no âmbito estadual, períodos de defeso em épocas impróprias para a região, pois o fez com base em estudos de outras regiões, prejudicando pescadores e caranguejeiros. A nível municipal, a Prefeitura tem uma Diretoria de Pesca vinculada à Secretaria de Agricultura, contudo, está totalmente ausente. Além disso, há muita dificuldade para regularização dos barcos e da profissão junto à Capitania dos Portos. O posto da Capitania dos Portos mais próximo fica em Macaé, o que encarece o processo dos registros profissional e de embarcações, devido à longa distância e a quantidade viagens que são necessárias para obtenção dos mesmos.

A comercialização da pesca é feita por atravessadores e por donos de frigoríficos. Estes últimos são proprietários de mais da metade dos barcos da região (também fornecem gelo) e têm prioridade na compra do pescado, bem como estabelecem os preço de compra (do pescador) e os preços de venda (ao consumidor). Esse esquema prejudica a atividade da colônia, pois aos pescadores resta vender os peixes de pior qualidade não comprados pelos donos de frigoríficos.

Colônia Z-2 / Comunidade Pesqueira de Atafona

A colônia Z-2 abrange os pescadores residentes nas localidades de Barra de Itabapoana, Guaxindiba, Gargaú e São João da Barra. São cerca de 3.620 pescadores cadastrados. A exigência para cadastrar-se é que o pescador faça um curso na Capitania dos Portos de Macaé. O curso é oferecido no Posto da Capitania em Macaé, sendo que a prefeitura junto à colônia paga 70% do custo dos pescadores até o local, ou financia a realização do curso no próprio

município. Segundo Petrobras/Cepemar (2005), aproximadamente 2.000 pescadores ainda não se cadastraram por não terem feito o curso.

A atividade pesqueira município de São João da Barra emprega cerca de 2.000 pessoas, correspondendo a 60% da renda do município. A comercialização enfrenta os mesmos problemas relatados na Colônia de Pescadores de Gargaú, no que tange a existência dos atravessadores ou pregoeiros e do cartel de frigoríficos (que além de serem os proprietários de grande parte dos barcos, controla muitas vezes o fornecimento de gelo, óleo diesel e as redes levando a uma diminuição do preço do peixe).

A distribuição da renda é feita da seguinte maneira com o frigorífico: 1/10 para o mestre, 1/2 para os pescadores e 4/10 para o dono do frigorífico.

A melhoria nas condições de trabalho dos pescadores depende entre outros aspectos da construção de um cais, de uma fábrica de gelo sob o controle da colônia, e da viabilização de um mercado de peixes. Nesse sentido, é fundamental a ampliação da participação dos pescadores na colônia.

O volume mensal de pesca marítima e pesca interior (água doce) em Kg, está disposto a seguir nas Tabelas II.5.3-121 e II.5.3-122, com base nos registros da Colônia durante o ano de 2000.

A pesca marítima foi responsável por 3.558.081 kg do volume pescado em 2000, sendo que deste total aproximadamente 51,5% foi pescado nos meses correspondentes ao segundo semestre daquele ano. A pesca interior também foi maior no segundo semestre, cerca de 51,4%, resultou um total de 193.651 kg em 2000.

Tabela II.5.3-121 - Pesca Marítima, por espécie e por mês, em Kg. (2000).

PRIMEIRO SEMESTRE/2000						
Espécie	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Anchova	9.904	9.176	9.847	9.532	9.926	10.052
Arraia	349	375	568	556	602	732
Badejo	228	229	315	324	356	402
Bagre	4.581	4.261	4.619	4.516	4.755	4.725
Bijupirá	114	161	267	252	292	225
Bonito serra	9.483	8.853	9.397	9.220	9.516	9.572
Cação	14.250	13.333	14.542	13.999	14.507	12.672
Camarão	5.177	4.713	-	-	6.084	7.659
Xaréu	421	394	1.203	1.197	1.230	1.246
Xerelete	833	754	706	446	479	722
Cherne	72	97	299	4.680	495	496
Corvina	13.796	13.000	11.313	10.281	10.713	10.222
Dourado	8.362	7.849	8.845	8.540	8.586	8.136
Espada	321	778	321	334	373	320
Galo	207	213	238	246	249	190
Guaibira	642	630	720	724	758	750
Manjuba	2.148	2.054	2.236	2.224	2.219	2.170
Marlim	1.521	1.316	1.436	1.436	1.423	1.491
Mistura	1.851	1.679	1.816	1.768	1.790	1.725
Namorado	312	296	349	355	413	351
Olhete	1.230	1.070	1.253	1.262	1.298	1.280
Olho de boi	374	336	333	285	293	337
Olho de cão	44	37	32	31	40	49
Pampo	1.595	1.525	1.698	1.734	1.910	1.638
Prejereba	1.119	1.218	1.256	1.193	1.193	1.299

(Continua)

Tabela II.5.3-121 - Pesca Marítima, por espécie e por mês, em Kg (2000).

PRIMEIRO SEMESTRE/2000						
Espécie	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Peroá	197.541	187.204	199.685	197.867	203.242	180.741
Pescada	3.133	2.973	3.685	4.544	4.675	2.967
Pescadinha	3.186	2.973	3.220	2.786	2.770	3.161
Pitangola	472	588	647	599	1.100	683
Robalo	183	258	257	263	228	260
Salema	1.241	1.345	1.357	1.178	1.212	1.294
Sarda	5.544	5.265	5.753	5.593	5.867	5.528
Tainha	342	362	391	377	424	442
Xaréu	421	394	1203	1197	1230	1246
Xerelete	833	754	706	446	479	722
Anchova	10.159	10.145	9.767	10.171	9.903	10.229
Arraia	732	836	842	831	804	877
Badejo	402	454	398	458	440	493
Bagre	4.725	4.933	4.854	5.073	4.961	5.142
Bijupirá	225	331	303	336	340	383
Bonito serra	9.542	9.628	9.679	9.610	9.381	9.686
Cação	12.972	14.784	14.280	14.882	14.381	14.998
Camarão	7.659	10.008	9.401	9.911	9.390	9.704
Cherne	496	663	623	597	597	669
Corvina	10.222	11.635	11.266	11.692	11.337	11.711
Dourado	8.136	9.154	8.797	9.099	8.862	9.223
Espada	320	424	446	505	461	538
Galo	190	345	359	387	399	420
Guaibira	750	874	845	911	933	1.007
Manjuba	2.170	2.300	2.284	2.398	2.381	2.470
Marlim	1.491	1.639	1.526	1.640	1.641	1.744
Mistura	1.725	2.099	1.993	2.083	2.066	2.195
Namorado	351	398	399	431	452	519
Olhete	1.280	1.536	1.425	1.462	1.484	1.558
Olho de boi	337	441	425	437	465	512
Olho de cão	49	60	60	64	73	78
Pampa	1.638	2.007	1.910	1.985	1.892	2.012
Peroá	180.741	205.561	198.941	207.610	200.551	
Pescada	2.967	3.853	3.593	3.890	3.677	
Pescadinha	3.161	3.403	3.297	3.358	3.340	
Pitangola	683	900	939	1.034	1.007	
Prejereba	1.299	1.462	1.485	1.464	1.445	

(Continua)

Tabela II.5.3-121 - Pesca Marítima, por espécie e por mês, em Kg. (2000) (conclusão).

PRIMEIRO SEMESTRE/2000						
Espécie	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Robalo	260	331	351	359	366	
Salema	5.528	1.4780	1.465	1.472	1.489	
Sarda	5.528	6.045	5.918	6.150	5.984	
Tainha	442	568	569	574	629	
Xaréu	1.246	1.448	1.454	1.526	1.484	
Xerelete	722	892	818	837	863	

Fonte: Colônia Z-2, Atafona, S.J. da Barra. Agosto/2001.

Tabela II.5.3-122- Pesca Interior, por espécie e por mês, em Kg. (2000).

PRIMEIRO SEMESTRE/2000						
Espécie	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Bagre	328	336	239	340	358	328
Carapeba	220	232	339	178	147	157
Curimatá	142	143	139	132	254	285
Manjuba	11.994	12.006	11.999	11.918	10.958	12.654
Parati	86	78	79	85	35	54
Piau	238	245	249	266	257	354
Cará tilápia	251	263	269	276	265	254
Cascudo	133	137	129	110	159	145
Dourado	144	136	139	114	123	169
Jundiá	136	137	139	111	201	284
Morobá	58	57	59	74	62	54
Piabanha	160	119	159	459	568	496
Robalo	673	409	419	331	254	145
Tainha	924	921	819	920	854	754
Traíra	396	405	409	373	324	354
Bagre	358	329	361	375	399	365
Carapeba	205	254	263	275	254	202
Curimatá	148	152	169	182	234	214
Manjuba	11.935	11.854	12.684	12.661	12.823	12.952
Parati	102	152	154	168	175	105
Piau	282	298	296	358	347	305
Cará tilápia	276	295	287	312	342	340
Cascudo	108	103	128	167	187	180
Dourado	112	95	156	159	181	179
Jundiá	115	84	142	158	201	206

(Continua)

Tabela II.5.3-122- Pesca Interior, por espécie e por mês, em Kg. (2000) (Conclusão).

PRIMEIRO SEMESTRE/2000						
Espécie	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Morobá	76	79	131	154	168	118
Piabanha	327	305	354	365	398	352
Robalo	349	254	385	358	378	345
Tainha	922	845	899	965	999	925
Traíra	332	333	358	365	426	398

Fonte: Colônia Z-2, Atafona, S.J. da Barra. Agosto/2001.

Verifica-se, com base nos dados das Tabelas acima que, tanto na pesca em água salgada quanto em água doce os meses de agosto, setembro, outubro e novembro apresentam maior abundância de pescado.

Os principais problemas que afetam a atividade pesqueira nesta comunidade são a falta de fiscalização contra crimes ambientais, como por exemplo, navios de Santos, Santa Catarina e outras localidades, que por pescarem muito próximos do litoral com redes muito grandes, prejudicando assim, a pesca artesanal.

Comunidade Pesqueira do Farol de São Tomé

De acordo com os dados apresentados em Petrobras/Cepemar (2005), a comunidade de pescadores do Farol de São Tomé tem em torno de 1.000 pessoas que vivem da atividade pesqueira, entre pescadores, marisqueiros e descascadores de camarão.

Existem uma estreita e dependente ligação entre os pescadores locais e as empresas frigoríficas existentes na localidade, o que determina uma enorme dificuldade de acesso aos pescadores para levantamento de dados e informações, sobretudo a manifestação destes com relação as condições de desenvolvimento da atividade.

O pescado é desembarcado nas praias, em pontos de desembarque denominados de "portos de areia". Contudo, essas áreas são de domínio privado, devendo os pescadores, para desembarcar o pescado, pedir autorização dos "donos dos portos de areia".

A rede de caída, o arrastão, a tarrafa e a pesca de linha são os petrechos mais utilizados pelos pescadores na região, tratando-se da pesca de espécies como peroá, corvina, tainha, salmão, cação, robalo e dourado. A pesca do

camarão é de grande relevância neste ponto, sendo este um dos principais do país.

Os problemas que se constituem em obstáculos para o melhor desempenho da atividade são: domínio particular dos pontos de desembarque; oligopsônio determinado pelos frigoríficos e atravessadores que dominam o comércio na área; supercaptura do pescado, que é realizada através de parelha, que utiliza duas embarcações grandes que arrastam uma extensa rede. Segundo relatos de pescadores de outras localidades, especialmente do Espírito Santo, esta modalidade de pesca acaba com os recursos existentes até no fundo do mar, na medida em que “vão arrastando tudo”; uso de agrotóxicos que terminam sendo lançados nos afluentes que ascendem ao mar, levando os produtos químicos para este meio; ausência de saneamento básico que determina o lançamento de esgotos que também ascendem ao mar; a erosão; as grandes embarcações à serviços da atividade petrolífera, que tem, na visão dos pescadores, interferido na pesca, uma vez que tem arrastado suas redes de pesca.

Comunidade de Pescadores de Barra do Furado

Este porto de desembarque pesqueiro já teve maior importância tendo sua movimentação reduzido em função do assoreamento ocorrido próximo ao terminal pesqueiro, que determinou a dificuldade de acesso ao mesmo por parte de embarcações maiores (Petrobras/Cepemar, 2005).

Contudo, Barra do Furado é um dos principais pontos de desembarque na região, especialmente do camarão. Sua produção diária, de aproximadamente 1.200 a 1.300 kg de camarão é negociada junto a intermediários que a comercializa, principalmente na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Esta comunidade também desembarca o pescado, embora com menor expressão devido às condições de acesso ao porto. Possui cerca de 400 pescadores que trabalham, em sua maioria, em embarcações que desembarcam em outros locais, ficando estes pescadores, muitos dias afastados de suas famílias.

Dentre as empresas frigoríficas localizadas em Barra do Furado destaca-se a Frigofish, empresa alemã que exporta, por via aérea, o pescado para a Europa e

para o Japão, especialmente espécies como: bagre, dourado, atum, sargo e pargo.

Comunidade de Pescadores de Macaé

Segundo maior ponto de desembarque de pesca na região do litoral norte fluminense, o Porto de Macaé apresenta-se em boas condições possuindo atracadouro, frigorífico, entreposto e mercado para venda.

Segundo dados da Cooperativa Mista de Pescadores de Macaé (COMPEMA), que controla cerca de 90% do desembarque de barcos que atuam na área compreendida entre Cabo Frio e Farol de São Tomé, existem, na região, 700 barcos de tamanhos variados. Cerca de 1.500 pescadores são associados à Cooperativa, sendo que mais de 1.000 são habitantes de Macaé.

Existem 2 empresas de porte que fazem o beneficiamento do pescado, além de outras menores. Estas comercializam camarão, peroá, dourado e pescada.

As deficiências destacadas nesta comunidade são: o baixo nível de escolaridade do pescadores, o que dificulta o uso de equipamentos mais sofisticados; o pequeno aporte tecnológico das embarcações, especialmente em matéria de equipamentos de bordo; restrição à pesca nas áreas próximas às plataformas petrolíferas que são, ao mesmo tempo, fonte inesgotável de recursos e área proibida para a pesca; a presença do rebocadores de apoio às atividades offshore que tem afastado cardumes.

Verifica-se na Tabela II.5.3-123 a produção, entre dezembro de 1999 e maio de 2000, segundo o volume desembarcado, registrada pela COMPEMA.

Tabela II.5.3-123 - Produção Registrada pela Cooperativa de Macaé.

Período	Tipo	Quantidade (kg)	Total (kg)
Dez/99	peixe fresco inteiro	510653	510768
	Camarão fresco inteiro	115	
Jan/00	peixe fresco inteiro	374933	376233
	Camarão fresco inteiro	1300	
Fev/00	peixe fresco inteiro	425337	427037
	peixe fresco eviscerado	100	
	crustáceo fresco	1000	
	molusco	600	

(Continua)

Tabelas II.5.3-123 - Produção Registrada pela Cooperativa de Macaé (Conclusão).

Período	Tipo	Quantidade (kg)	Total (kg)
Mar/00	peixe fresco inteiro	133937	133952
	camarão fresco inteiro	15	
Abr/00	peixe fresco inteiro	149134	153535
	peixe fresco eviscerado	4401	
Mai/00	peixe fresco inteiro	342741	343151
	peixe fresco eviscerado	25	
	camarão fresco inteiro	385	
TOTAL GERAL (KG)			1944676

Fonte: Cooperativa Mista de Pescadores de Macaé – COMPEMA, Junho/2000.

O total de produção destes 6 meses (1.944.676 Kg) corresponde a 90% do desembarque no porto de Macaé, segundo as estimativas feitas, cerca de 216.075 Kg foram negociadas diretamente no cais e ainda dentro dos barcos. Há predominância de 99,6% de peixe fresco inteiro condizente com o perfil da Cooperativa que procura manter um certo padrão de qualidade, evitando negociar o pescado eviscerado que demanda maior manipulação. A inexpressiva quantidade de camarão (0,14%) está relacionada ao fato de os barcos camaroneiros não desembarcarem em Macaé, preferindo o terminal da Barra do Furado, no litoral norte de Quissamã ou no Farol de São Tomé, município de Campos” (Petrobras/Cepemar, 2005).

Destaca-se que neste porto é desembarcado o camarão produzido em praticamente toda a faixa litorânea norte do estado do Rio de Janeiro.

Comunidade de Pescadores de Rio das Ostras / Colônia Z.22

A colônia Z-22 possui, aproximadamente, 320 pescadores profissionais e 280 amadores cujas áreas de pesca estende-se desde a Lagoa de Imboassica até a Barra de São João. A grande diferença entre o pescador profissional e o amador, é que o primeiro, por ser detentor do registro, desfruta de uma rede de segurança oferecida pela Associação de Pescadores. O registro de pescador profissional é obtido, após um curso de três dias, obrigatório, pela Capitania dos Portos.

A pesca realizada na região é tipicamente artesanal, embora também se realize a pesca industrial. Outras atividades relacionadas à pesca como: limpeza de peixe, cata de mariscos e mexilhões, descasca do camarão, dentre outras são,

em geral, exercidas pelas esposas e filhos de pescadores, contribuindo, de forma relevante, na geração de renda familiar.

A pesca industrial representa uma participação estimada de 2%. Nesta modalidade são utilizados navios pescam com “gaiola”, que dispõe de sofisticados aparelhos de monitoramento e utilizam uma espécie de rastreador por satélite.

São cerca de 50 barcos profissionais com 4 ocupantes, e 60 amadores com 6 pescadores por barco, sendo o tipo de embarcação mais utilizado a lancha “Popa de Leque”, uma embarcação entre 7 e 12 metros de comprimento, ideal para a pesca artesanal cujo desembarque é realizado na praia.

Os petrechos mais utilizados são a “rede de malho”, cujo tamanho vai de 35 a 90 metros, e a “pesca de linha e anzol”. O desembarque é realizado, no geral, no cais ou na areia, dependendo da maré e da quantidade do pescado, na praia ou no rio. A comercialização é realizada através de frigoríficos e peixarias existentes no local.

II.5.3.N.6 - Estatística Pescaira

II.5.3.N.6.1 - Espírito Santo

De acordo com o Boletim Estatística da Pesca 2004 - Brasil - Grandes Regiões e Unidades da Federação (CGREP/DIFAP/IBAMA, 2005), desde 1995 o IBAMA vem promovendo o aprimoramento do sistema de consolidação da estatística pesqueira nacional. Essa iniciativa tem reunido importantes programas de geração de dados, ressaltando-se para as regiões Sudeste e Sul o Sistema de Estatística Pesqueira (controle de desembarque) da frota industrial e artesanal, executados pelo CEPESUL, CEPERG, Instituto de Pesca do Estado de São Paulo e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República-SEAP/Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Entretanto, em alguns Estados ainda é incipiente o monitoramento da produção pesqueira desembarcada, sendo fundamental o desenvolvimento de um projeto nacional de estatística pesqueira, contando com a participação das diversas Instituições que operam junto ao setor, com vistas a proporcionar os subsídios adequados na gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros. Recentemente, o IBAMA/ES iniciou um trabalho voltado

para a estatística de pesca, com a colaboração das empresas, associações de pesca, cooperativas e armadores. Porém, segundo a Secretaria Estadual da Agricultura, a falta de coletores fez com que diversos pontos de desembarque não fossem incluídos na pesquisa, comprometendo os resultados estatísticos.

O Estado do Espírito Santo apresentou uma produção de 12.784,0 t. para a pesca extrativa no ano de 2003, contribuindo com 13,9% da região sudeste. Quanto à produção de peixes, registrou-se um total de 12.030,0 t. no ano de 2003, equivalente a 14,3% do total capturado no sudeste. As principais espécies capturadas foram o dourado e o peroá, com 2.752,5 t. e 2.594,5 t., representando juntas 44,5% do total capturado no Estado. Outras 13 espécies, com produção igual ou superior a 1%, representaram juntas 45,6% do total, com destaque para o atum e a cioba. Outras 40 espécies capturadas apresentaram contribuições inferiores a 1% (CGREP/DIFAP/IBAMA, 2005) (Tabela II.5.3-124).

Relacionado aos crustáceos, foram capturados um total de 744,5 t., equivalente a 11,8% do total da região sudeste. A principal espécie produzida foi o camarão-sete-barbas, contribuindo com 73,5% dos crustáceos capturados no ES, seguido da lagosta (22,0%), além do camarão-rosa (3,6%) e o camarão-branco (0,9%).

Para os moluscos é observada uma baixa contribuição para a pesca extrativa, com somente 9,5 t. capturadas, sendo 7,5 t. de polvo e 2 t. de mexilhão, o que representa somente 0,6% da produção da região sudeste.

Tabela II.5.3-124 - Produção da pesca extrativa marinha brasileira para o Estado do Espírito Santo e Região Sudeste, por espécie, para o ano de 2003

Espécies	Espírito Santo	Espírito Santo (%)	Total SE	Total ES/SE
TOTAL GERAL	12.784,00	2,64	92.206,00	13,86
TOTAL PEIXES	12.030,00	100,00	84.206,00	14,29
Dourado	2.752,50	22,88	4.794,50	3,27
Peroá	2.594,50	21,57	7.534,00	3,08
Atum	1.243,50	10,34	1.269,00	1,48
Cioba	1.064,00	8,84	1.066,00	1,26
Garoupa	544,5	4,53	589,50	0,65

(continua)

Tabela II.5.3-124 (continuação)

Espécies	Espírito Santo	Espírito Santo (%)	Total SE	Total ES/SE
Cação	542	4,51	2.505,50	0,64
Pargo-rosa	491	4,08	1.703,50	0,58
Xixarro	344	2,86	368,50	0,41
Albacora-lage	318	2,64	1.930,50	0,38
Badejo	264,5	2,20	294,00	0,31
Arraia	168	1,40	734,50	0,20
Ariacó	136	1,13	136,00	0,16
Baiacu	131,5	1,09	142,50	0,16
Vermelho	122,5	1,02	122,50	0,15
Cavala	120	1,00	205,00	0,14
Xaréu	94	0,78	564,50	0,11
Pescadinha-real	89	0,74	1.162,50	0,11
Manjuba	82,5	0,69	1.408,00	0,10
Agulhão	82	0,68	82,00	0,10
Corvina	66	0,55	8.973,50	0,08
Dentão	55	0,46	55,00	0,07
Olhête	51	0,42	115,50	0,06
Sardinha	42,5	0,35	5.145,00	0,05
Bonito-cachorro	41,5	0,34	211,00	0,05
Espadarte	35	0,29	358,50	0,04
Batata	32	0,27	525,50	0,04
Roncador	30,5	0,25	76,50	0,04
Palombeta	29,5	0,25	492,00	0,04
Olho-de-boi	28,5	0,24	111,00	0,03
Olho-do-cão	28	0,23	66,00	0,03
Papa-terra	25,5	0,21	1.061,50	0,03
Cherne	21,5	0,18	250,50	0,03
Sarda	20	0,17	159,00	0,02
Pescada	18	0,15	148,00	0,02
Namorado	11,5	0,10	450,50	0,01
Tainha	11,5	0,10	1.765,50	0,01
Enchova	11	0,09	1.243,00	0,01
Linguado	7,5	0,06	927,50	0,01

(continua)

Tabela II.5.3-124 (continuação)

Espécies	Espírito Santo	Espírito Santo (%)	Total SE	Total ES/SE
Galo	7	0,06	1.482,50	0,01
Espada	5,5	0,05	910,00	0,01
Bagre	5	0,04	356,00	0,01
Oveva	4	0,03	34,00	0,00
Abrotea	2,5	0,02	667,00	0,00
Beijupirá	2,5	0,02	2,50	0,00
Trilha	1,5	0,01	723,00	0,00
Albacora-branca	1	0,01	234,50	0,00
Cavalinha	1	0,01	2.138,00	0,00
Pirajica	1	0,01	59,50	0,00
Agulhão-branco	0,5	0,00	67,00	0,00
Agulhão-negro	0,5	0,00	11,50	0,00
Caranha-vermelha	0,5	0,00	19,00	0,00
Congro-rosa	0,5	0,00	537,00	0,00
Corcoroca	0,5	0,00	76,00	0,00
Mero	0,5	0,00	1,00	0,00
Robalo	0,5	0,00	56,00	0,00
Agulha	0	0,00	0,50	0,00
Agulhão-vela	0	0,00	5,00	0,00
Albacora	0	0,00	0,00	0,00
Albacora-bandolim	0	0,00	19,00	0,00
Albacorinha	0	0,00	121,50	0,00
Arabaiana	0	0,00	0,00	0,00
Aracimbora	0	0,00	0,00	0,00
Arenque	0	0,00	0,00	0,00
Bandeirado	0	0,00	0,00	0,00
Bicuda	0	0,00	6,50	0,00
Biquara	0	0,00	0,00	0,00
Boca-torta	0	0,00	0,00	0,00
Bonito	0	0,00	86,50	0,00
Bonito-listrado	0	0,00	4.898,00	0,00
Bonito-pintado	0	0,00	503,50	0,00
Budião	0	0,00	0,00	0,00

(continua)

Tabela II.5.3-124 (continuação)

Espécies	Espírito Santo	Espírito Santo (%)	Total SE	Total ES/SE
Cabeçudo	0	0,00	0,00	0,00
Cabra	0	0,00	268,50	0,00
Cambeua	0	0,00	0,00	0,00
Cambuba	0	0,00	0,00	0,00
Camurupim	0	0,00	0,00	0,00
Cangatá	0	0,00	0,00	0,00
Canguira	0	0,00	0,00	0,00
Caranha	0	0,00	0,00	0,00
Carapeba	0	0,00	6,00	0,00
Carapitanga	0	0,00	0,00	0,00
Castanha	0	0,00	422,50	0,00
Catana	0	0,00	0,00	0,00
Congro	0	0,00	0,00	0,00
Coró	0	0,00	0,00	0,00
Cururuca	0	0,00	0,00	0,00
Enguia	0	0,00	0,00	0,00
Galo-de-profundidade	0	0,00	0,00	0,00
Garacimbora	0	0,00	0,00	0,00
Garajuba	0	0,00	0,00	0,00
Garapau	0	0,00	95,50	0,00
Goete	0	0,00	1.466,00	0,00
Golosa	0	0,00	0,00	0,00
Guaiúba	0	0,00	0,00	0,00
Guaravira	0	0,00	228,50	0,00
Guaraximbora	0	0,00	0,00	0,00
Gurijuba	0	0,00	0,00	0,00
Jurupiranga	0	0,00	0,00	0,00
Merluza	0	0,00	624,00	0,00
Mororo	0	0,00	0,00	0,00
Pacamão	0	0,00	0,00	0,00
Pampo	0	0,00	37,50	0,00
Papuda	0	0,00	0,00	0,00
Pargo	0	0,00	0,00	0,00

(continua)

Tabela II.5.3-124 (continuação)

Espécies	Espírito Santo	Espírito Santo (%)	Total SE	Total ES/SE
Parú	0	0,00	19,50	0,00
Peixe-galo	0	0,00	0,00	0,00
Peixe-pedra	0	0,00	0,00	0,00
Peixe-rei	0	0,00	0,00	0,00
Peixe-sapo	0	0,00	1.590,50	0,00
Peixe-voador	0	0,00	0,00	0,00
Pescada-amarela	0	0,00	142,50	0,00
Pescada-cambuçu	0	0,00	104,50	0,00
Pescada-olhuda	0	0,00	656,00	0,00
Pescada-branca	0	0,00	188,00	0,00
Pescadinha-gó	0	0,00	0,00	0,00
Pilombeta	0	0,00	0,00	0,00
Pirapema	0	0,00	0,00	0,00
Prejereba	0	0,00	15,50	0,00
Sapuruna	0	0,00	0,00	0,00
Saramonete	0	0,00	0,00	0,00
Sardinha- lage	0	0,00	1.418,00	0,00
Sardinha-verdadeira	0	0,00	6.679,50	0,00
Sardinha- cascuda	0	0,00	34,50	0,00
Savelha	0	0,00	744,00	0,00
Serra	0	0,00	0,00	0,00
Sirigado	0	0,00	0,00	0,00
Sororoca	0	0,00	186,00	0,00
Timbira	0	0,00	0,00	0,00
Tira- vira	0	0,00	487,50	0,00
Tortinha	0	0,00	0,50	0,00
Tubarão	0	0,00	0,00	0,00
Uricica	0	0,00	0,00	0,00
Uritinga	0	0,00	0,00	0,00
Voador	0	0,00	0,00	0,00
Xerelete	0	0,00	2.573,50	0,00
Xirá	0	0,00	0,00	0,00
Outros	245,5	2,04	4.455,00	0,29

(continua)

Tabela II.5.3-124 (continuação)

Espécies	Espírito Santo	Espírito Santo (%)	Total SE	Total ES/SE
Crustáceos	744,5	100,00	6.294,50	11,83
Camarão-sete-barbas	547,5	73,54	2.564,50	8,70
Lagosta	163,5	21,96	167,50	2,60
Camarão-rosa	26,5	3,56	644,50	0,42
Camarão-branco	7	0,94	254,50	0,11
Camarão	0	0,00	114,50	0,00
Camarão-barba-ruça	0	0,00	218,00	0,00
Camarão-santana	0	0,00	118,50	0,00
Caranguejo	0	0,00	71,50	0,00
Caranguejo-profundidade	0	0,00	1.674,00	0,00
Guaíamum	0	0,00	0,00	0,00
Lagostim	0	0,00	196,50	0,00
Siri	0	0,00	214,50	0,00
Outros	0	0,00	56,00	0,00
Moluscos	9,5	100,00	1.705,50	0,56
Polvo	7,5	78,95	688,00	0,44
Mexilhão	2	21,05	240,50	0,12
Berbigão	0	0,00	0,00	0,00
Calamar-argentino	0	0,00	0,00	0,00
Lula	0	0,00	706,00	0,00
Maçunim	0	0,00	0,00	0,00
Ostra	0	0,00	68,50	0,00
Sarnambi	0	0,00	0,00	0,00
Sururu	0	0,00	0,00	0,00
Vieira	0	0,00	0,50	0,00
Outros	0	0,00	2,00	0,00
TOTAL GERAL	12.784,00	2,64	92.206,00	13,86

Fonte: Adaptado de CGREP/DIFAP/IBAMA (2005). Nota: Os dados da pesca extrativa marinha foram coletados pela Gerência Executiva do IBAMA no Estado.

Na Tabela II.5.3-125 podemos observar que a produção estimada para a pesca extrativa no ES para o ano de 2004 foi de 13.416,0 t., sendo toda a produção oriunda da pesca artesanal. A não contribuição da pesca industrial se deve, provavelmente, à incipiência no monitoramento da produção pesqueira desembarcada comentada acima. A aquicultura contribuiu com 4.003,5 t. no

Estado, o que representou 12,6% da produção da região sudeste e 1,5% do Brasil.

Tabela II.5.3-125 - Produção estimada e participação relativa da pesca extrativa industrial, artesanal e aquicultura no Brasil, para a região Sudeste, Espírito Santo e Rio de Janeiro, para o ano de 2004.

Regiões e Unidades da Federação	Pesca Extrativa				Aqüicultura		Total (t)
	Industrial	%	Artesanal	%	Total	%	
BRASIL	240.961,5	23,7	505.255,0	49,7	269.697,5	26,5	1.015.914,0
SUDESTE	76.020,5	47,1	53.710,0	33,3	31.707,0	19,6	161.437,5
Espírito Santo	0,0	0,0	13.416,0	77,0	4.003,5	23,0	17.419,5

Fonte: Boletim Estatística da Pesca 2004 - Brasil - Grandes Regiões e Unidades da Federação (CGREP/DIFAP/IBAMA, 2005).

Dados mais recentes disponíveis também no boletim Estatística da Pesca 2004 - Brasil - Grandes Regiões e Unidades da Federação (CGREP/DIFAP/IBAMA, 2005), apontam que a região Sudeste registrou uma produção de 108.744,5 t em 2004, representando um acréscimo de 17,9%, em relação ao ano de 2003 (Tabela II.5.3-126). No Estado do Espírito Santo observou-se um decréscimo de 1,3% em relação a 2003, devido à queda na produção do perua que passou de 2.594,5 t em 2003 para 1.341,0 t. em 2004.

Tabela II.5.3-126 - Produção estimada da pesca extrativa marinha (peixes, crustáceos e moluscos) para o Brasil, região Sudeste e Espírito Santo, no ano de 2004

REGIÃO	TOTAL (t)	PEIXES (t)	CRUSTÁCEOS (t)	MOLUSCOS(t)
BRASIL	500.116,0	436.164,5	53.947,5	10.004,0
SUDESTE	108.744,5	99.142,5	6.840,5	2.761,5
Espírito Santo	12.614,0	11.598,0	959,0	57,0

Fonte: Boletim Estatística da Pesca 2004 - Brasil - Grandes Regiões e Unidades da Federação (CGREP/DIFAP/IBAMA, 2005).

II.5.3.N.6.2 - Rio de Janeiro

Na Tabela II.5.3-127 podemos observar que a produção estimada para a pesca extrativa foi de 69.510,5 t. no no Estado do RJ para o ano de 2004. A pesca industrial possui elevada importância, representando 73,6% deste total, equivalendo a 69,0% e 21,8% da produção na região sudeste e Brasil,

respectivamente. Por outro lado, a pesca artesanal contribuiu com 24,0% no período. Relacionado à aqüicultura, contribuiu com 1.704,5 t. no Estado (2,4%), o que representou 5,4% da produção da região sudeste e 0,6% do Brasil.

Tabela II.5.3-127 - Produção estimada e participação relativa da pesca extrativa industrial, artesanal e aqüicultura no Brasil, para a região Sudeste e Rio de Janeiro, para o ano de 2004

Regiões e Unidades da Federação	Pesca Extrativa				Aqüicultura		Total (t)
	Industrial	%	Artesanal	%	Total	%	
BRASIL	240.961,5	23,7	505.255,0	49,7	269.697,5	26,5	1.015.914,0
SUDESTE	76.020,5	47,1	53.710,0	33,3	31.707,0	19,6	161.437,5
Rio de Janeiro	52.421,0	73,6	17.089,5	24,0	1.704,5	2,4	71.215,0

Fonte: Boletim Estatística da Pesca 2004 - Brasil - Grandes Regiões e Unidades da Federação (CGREP/DIFAP/IBAMA, 2005).

De acordo com o boletim Estatística da Pesca 2004 - Brasil - Grandes Regiões e Unidades da Federação (CGREP/DIFAP/IBAMA, 2005), o Estado do Rio de Janeiro apresentou no ano de 2003 para a pesca extrativa marinha uma produção total de 52.166,0 t., contribuindo com mais da metade das capturas registradas para a região sudeste (56,6%). Quanto à produção de peixes, registrou-se um total de 49.482,0 t. no ano de 2003, equivalente a 58,8% do total capturado no sudeste. As principais espécies capturadas foram a sardinha, o bonito-listrado e o peroá, com 5.102,5 t., 4.898,0 t. e 4.778,0 t., respectivamente, representando quase 30% dos desembarques no Estado. Outras espécies com participação expressiva nas capturas (produção superior a 1.000 t.) foram corvina, sardinha-verdadeira, xerelete, cavalinha, albacora-lage, dourado, galo, sardinha-lage, tainha, peixe-sapo, enchova e pargo-rosa, perfazendo juntas um total de 44,5%. Outras 55 espécies contribuíram com 20,9%, além de 4,7% na categoria “outros” (Tabela II.5.3-128).

Relacionado aos crustáceos, foram capturados um total de 1.611,5 t., equivalente a 25,6% do total da região sudeste. Da mesma maneira que o Espírito Santo, a principal espécie produzida foi o camarão-sete-barbas, contribuindo com 36,2% dos crustáceos capturados no RJ, seguido do camarão-rosa (18,7%), camarão barba-ruça (13,5%), camarão-branco (7,4%), camarão-santana (7,1%),

siri (6,1%), lagostim (3,9%), caranguejo (3,6%) e camarão (1,7%). A captura de lagostas representou somente 0,1% do total da produção no RJ.

A produção de moluscos (1.072,5 t.) apresentou elevada contribuição para a pesca extrativa da região sudeste, equivalendo a 62,9%, com destaque para a produção de lulas (476,0 t.), seguida de polvo (358,5 t.) e mexilhão (238,0 t.).

Tabela II.5.3-128 - Produção da pesca extrativa marinha brasileira para o Estado do Rio de Janeiro e Região Sudeste, por espécie, para o ano de 2003.

Espécies	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (%)	Total SE	Total RJ/SE
TOTAL PEIXES	49.482,00	100,00	84.206,00	58,76
Sardinha	5.102,50	10,31	5.145,00	6,06
Bonito-listrado	4.898,00	9,90	4.898,00	5,82
Peroá	4.778,00	9,66	7.534,00	5,67
Corvina	3.366,50	6,80	8.973,50	4,00
Sardinha-verdadeira	2.849,00	5,76	6.679,50	3,38
Xerelete	2.563,50	5,18	2.573,50	3,04
Cavalinha	2.134,00	4,31	2.138,00	2,53
Albacora-lage	1.591,50	3,22	1.930,50	1,89
Dourado	1.579,00	3,19	4.794,50	1,88
Galo	1.433,50	2,90	1.482,50	1,70
Sardinha- lage	1.410,50	2,85	1.418,00	1,68
Tainha	1.340,50	2,71	1.765,50	1,59
Peixe-sapo	1.323,50	2,67	1.590,50	1,57
Enchova	1.210,50	2,45	1.243,00	1,44
Pargo-rosa	1.200,00	2,43	1.703,50	1,43
Caçã	726	1,47	2.505,50	0,86
Trilha	637,5	1,29	723,00	0,76
Espada	617,5	1,25	910,00	0,73
Savelha	568	1,15	744,00	0,67
Pescadinha-real	540	1,09	1.162,50	0,64
Bonito-pintado	503,5	1,02	503,50	0,60
Linguado	485	0,98	927,50	0,58
Batata	463,5	0,94	525,50	0,55
Xaréu	451,5	0,91	564,50	0,54
Namorado	416,5	0,84	450,50	0,49
Goete	392	0,79	1.466,00	0,47
Congro-rosa	385,5	0,78	537,00	0,46
Tira- vira	385,5	0,78	487,50	0,46
Merluza	375,5	0,76	624,00	0,45
Abrotea	293	0,59	667,00	0,35
Arraia	261,5	0,53	734,50	0,31

(continua)

Tabela II.5.3-128 (continuação)

Espécies	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (%)	Total SE	Total RJ/SE
Palombeta	237	0,48	492,00	0,28
Castanha	225,5	0,46	422,50	0,27
Cherne	220	0,44	250,50	0,26
Pescada-olhuda	214	0,43	656,00	0,25
Albacora-branca	211	0,43	234,50	0,25
Bagre	187	0,38	356,00	0,22
Bonito-cachorro	169,5	0,34	211,00	0,20
Sarda	139	0,28	159,00	0,17
Albacorinha	118	0,24	121,50	0,14
Pescada	112	0,23	148,00	0,13
Pescada-branca	108,5	0,22	188,00	0,13
Olho-de-boi	80	0,16	111,00	0,10
Cavala	73	0,15	205,00	0,09
Pescada-amarela	63	0,13	142,50	0,07
Olhête	62	0,13	115,50	0,07
Agulhão-branco	61	0,12	67,00	0,07
Guaravira	60	0,12	228,50	0,07
Pirajica	58,5	0,12	59,50	0,07
Corcoroca	44	0,09	76,00	0,05
Manjuba	43	0,09	1.408,00	0,05
Roncador	42	0,08	76,50	0,05
Olho-do-cão	38	0,08	66,00	0,05
Sororoca	35,5	0,07	186,00	0,04
Cabra	35	0,07	268,50	0,04
Pampo	33	0,07	37,50	0,04
Robalo	30	0,06	56,00	0,04
Badejo	29	0,06	294,00	0,03
Sardinha- cascuda	24	0,05	34,50	0,03
Garoupa	22	0,04	589,50	0,03
Parú	17	0,03	19,50	0,02
Papa-terra	13	0,03	1.061,50	0,02
Baiacu	11	0,02	142,50	0,01
Caranha-vermelha	11	0,02	19,00	0,01
Prejereba	9,5	0,02	15,50	0,01
Xixarro	8,5	0,02	368,50	0,01
Espadarte	5	0,01	358,50	0,01
Pescada-cambuçu	2	0,00	104,50	0,00
Agulha	0,5	0,00	0,50	0,00
Cioba	0,5	0,00	1.066,00	0,00
Agulhão	0	0,00	82,00	0,00
Agulhão-negro	0	0,00	11,50	0,00
Agulhão-vela	0	0,00	5,00	0,00
Albacora	0	0,00	0,00	0,00

(continua)

Tabela II.5.3-128 (continuação)

Espécies	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (%)	Total SE	Total RJ/SE
Albacora-bandolim	0	0,00	19,00	0,00
Arabaiana	0	0,00	0,00	0,00
Aracimbora	0	0,00	0,00	0,00
Arenque	0	0,00	0,00	0,00
Ariacó	0	0,00	136,00	0,00
Atum	0	0,00	1.269,00	0,00
Bandeirado	0	0,00	0,00	0,00
Beijupirá	0	0,00	2,50	0,00
Bicuda	0	0,00	6,50	0,00
Biquara	0	0,00	0,00	0,00
Boca-torta	0	0,00	0,00	0,00
Bonito	0	0,00	86,50	0,00
Budião	0	0,00	0,00	0,00
Cabeçudo	0	0,00	0,00	0,00
Cambeua	0	0,00	0,00	0,00
Cambuba	0	0,00	0,00	0,00
Camurupim	0	0,00	0,00	0,00
Cangatá	0	0,00	0,00	0,00
Canguira	0	0,00	0,00	0,00
Caranha	0	0,00	0,00	0,00
Carapeba	0	0,00	6,00	0,00
Carapitanga	0	0,00	0,00	0,00
Catana	0	0,00	0,00	0,00
Congro	0	0,00	0,00	0,00
Coró	0	0,00	0,00	0,00
Cururuca	0	0,00	0,00	0,00
Dentão	0	0,00	55,00	0,00
Enguia	0	0,00	0,00	0,00
Galo-de-profundidade	0	0,00	0,00	0,00
Garacimbora	0	0,00	0,00	0,00
Garajuba	0	0,00	0,00	0,00
Garapau	0	0,00	95,50	0,00
Golosa	0	0,00	0,00	0,00
Guaiúba	0	0,00	0,00	0,00
Guaraximbora	0	0,00	0,00	0,00
Gurijuba	0	0,00	0,00	0,00
Jurupiranga	0	0,00	0,00	0,00
Mero	0	0,00	1,00	0,00
Mororo	0	0,00	0,00	0,00
Oveva	0	0,00	34,00	0,00
Pacamão	0	0,00	0,00	0,00
Papuda	0	0,00	0,00	0,00
Pargo	0	0,00	0,00	0,00

(continua)

Tabela II.5.3-128 (continuação)

Espécies	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (%)	Total SE	Total RJ/SE
Peixe-galo	0	0,00	0,00	0,00
Peixe-pedra	0	0,00	0,00	0,00
Peixe-rei	0	0,00	0,00	0,00
Peixe-voador	0	0,00	0,00	0,00
Pescadinha-gó	0	0,00	0,00	0,00
Pilombeta	0	0,00	0,00	0,00
Pirapema	0	0,00	0,00	0,00
Sapuruna	0	0,00	0,00	0,00
Saramonete	0	0,00	0,00	0,00
Serra	0	0,00	0,00	0,00
Sirigado	0	0,00	0,00	0,00
Timbira	0	0,00	0,00	0,00
Tortinha	0	0,00	0,50	0,00
Tubarão	0	0,00	0,00	0,00
Uricica	0	0,00	0,00	0,00
Uritinga	0	0,00	0,00	0,00
Vermelho	0	0,00	122,50	0,00
Voador	0	0,00	0,00	0,00
Xirá	0	0,00	0,00	0,00
Outros	2.347,00	4,74	4.455,00	2,79
Crustáceos	1.611,50	100,00	6.294,50	25,60
Camarão-sete-barbas	583	36,18	2.564,50	9,26
Camarão-rosa	301	18,68	644,50	4,78
Camarão-barba-ruça	218	13,53	218,00	3,46
Camarão-branco	120	7,45	254,50	1,91
Camarão-santana	115	7,14	118,50	1,83
Siri	98	6,08	214,50	1,56
Lagostim	62,5	3,88	196,50	0,99
Caranguejo	58	3,60	71,50	0,92
Camarão	27,5	1,71	114,50	0,44
Lagosta	2	0,12	167,50	0,03
Aratu	0	0,00	0,00	0,00
Caranguejo-profundidade	0	0,00	1.674,00	0,00
Guaiamum	0	0,00	0,00	0,00
Outros	26,5	1,64	56,00	0,42
Moluscos	1.072,50	100,00	1.705,50	62,88
Lula	476	44,38	706,00	27,91
Polvo	358,5	33,43	688,00	21,02
Mexilhão	238	22,19	240,50	13,95
Berbigão	0	0,00	0,00	0,00
Calamar- argentino	0	0,00	0,00	0,00
Maçunim	0	0,00	0,00	0,00
Ostra	0	0,00	68,50	0,00

(continua)

Tabela II.5.3-128 (conclusão)

Espécies	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (%)	Total SE	Total RJ/SE
Sarnambi	0	0,00	0,00	0,00
Sururu	0	0,00	0,00	0,00
Vieira	0	0,00	0,50	0,00
Outros	0	0,00	2,00	0,00
TOTAL GERAL	52.166,00	10,76	92.206,00	56,58

Fonte: Adaptado de CGREP/DIFAP/IBAMA (2005). Nota: Os dados da pesca extrativa marinha foram coletados pelas Prefeituras Municipais de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Angra dos Reis e São João da Barra, Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro - FAPESCA e Gerência Executiva do IBAMA, responsável pelo processamento dos dados. A produção da pesca e aquicultura continental foi obtida da EMATER e da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ, a qual forneceu também os dados sobre a maricultura do Estado.

Dados mais recentes disponíveis no boletim Estatística da Pesca 2004 - Brasil - Grandes Regiões e Unidades da Federação (CGREP/DIFAP/IBAMA, 2005), relatam que o Estado do Rio de Janeiro registrou um acréscimo na produção de pescado de 31,2%, devido ao aumento na produção da sardinha-verdadeira. Em 2004 a produção da sardinha-verdadeira atingiu 16.975,0 t, representando um crescimento de 495,8%, enquanto que em 2003, essa produção foi de, apenas, 2.849,0 t. Nos crustáceos destaca-se o crescimento da produção do camarão-sete-barbas de 20,8% e do camarão-rosa de 16,8%. Nos moluscos o polvo aumentou a produção em 14,8% e a lula em 14,5%. Na Tabela II.5.3-129 pode-se observar os totais da produção estimada para as diferentes categorias (peixes, crustáceos e moluscos), no Rio de Janeiro, região sudeste e Brasil.

Tabela II.5.3-129 - Produção estimada da pesca extrativa marinha (peixes, crustáceos e moluscos) para o Brasil, região sudeste e Rio de Janeiro, no ano de 2004.

REGIÃO	TOTAL (t)	PEIXES (t)	CRUSTÁCEOS (t)	MOLUSCOS(t)
BRASIL	500.116,0	436.164,5	53.947,5	10.004,0
SUDESTE	108.744,5	99.142,5	6.840,5	2.761,5
Rio de Janeiro	68.428,5	65.355,5	1.855,0	1.218,0

Fonte: Boletim Estatística da Pesca 2004 - Brasil - Grandes Regiões e Unidades da Federação (CGREP/DIFAP/IBAMA, 2005).

II.5.3.N.7 - Área de atuação da frota pesqueira e distribuição de recursos na Área de Influência

Com base em mapas elaborados pelo Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL), apresenta-se a distribuição na Área de Influência (Espírito Santo e Rio de Janeiro) da frota pesqueira (espinhel com vara e isca-viva, emalhe e arrasto), dos recursos pelágicos capturados pela modalidade de cerco (sardinhas), bem como a distribuição de crustáceos capturados pela frota nacional (arrasto) e arrendada (covos) (Quadro II.5.3-10). Estas informações também encontram-se consolidadas nos mapas de pesca, ao final desta seção (Mapas II.5.3-5 a II.5.3-8).

Quadro II.5.3-10 - Modalidade de pesca, espécies-alvo, área de atuação e profundidade de captura e classificação dos recursos pesqueiros capturados na área de influência do empreendimento

Modalidade	Espécies-alvo	Área de atuação e profundidade (m)	Classificação dos recursos pesqueiros
Vara/Isca-Viva (Nacional e Arrendada)	Bonito, atum e albacorala	Realizada entre 50 m a 500 m, alcança seu limite norte próximo a Vila Velha/ES	Pelágicos Oceânicos: espécies que ocorrem na coluna d'água, geralmente próximos à superfície. Encontram-se em águas mais afastadas da costa sobre a borda da plataforma continental, talude e ambiente oceânico. As espécies aí encontradas são os atuns (albacoras e bonitos), espadartes, agulhões, dourados e tubarões oceânicos.
Espinhel de superfície	Espadarte e albacoras	Realizada em toda a Área de Influência em profundidades entre 200 - 5.000 m	
Espinhel de fundo	Cherne, batata, congro-rosa, namorado e garoupa	Amplamente utilizado na região sul tem como limite norte de atuação a região próxima a de Cabo Frio/RJ, operando em profundidades entre 50 m a 600 m	Demersais e Bentônicos: espécies de peixes, que habitam o fundo ou mantêm uma forte interação com o mesmo. Geralmente ocorrem ao longo da plataforma continental e talude. Nessa categoria estão incluídos os peixes de fundo como os chernes, batata, namorados, tubarões e arraías.

(continua)

Quadro II.5.3-10 (continuação)

Modalidade	Espécies-alvo	Área de atuação e profundidade (m)	Classificação dos recursos pesqueiros
Arrasto de Parelhas	Peixes demersais	Realizado entre 10 m a 80 m, visando a captura de peixes demersais, tem a região ao sul de Cabo Frio como limite norte de sua área de atuação	
Arrasto de portas pequeno porte	Camarão sete-barbas e branco	Realizado ao longo de toda área de influência entre 0 m e 30 m	
Arrasto de fundo	Congro-rosa, cação, namorado, linguado e camarão-rosa	Plataforma continental de 50 a 500 m	
Emalhe de Superfície (industrial)	Tubarões, agulhões, dourado, espadarte, atum	Realizadas entre 47 m e 3.600 m, alcança seu limite norte na região defronte ao município de Marataízes/ES. OBS: O emalhe costeiro, tanto de superfície quanto de fundo está limitado à região sul, próximo à cidade de Rio Grande (RS).	Pelágicos Oceânicos: espécies que ocorrem na coluna d'água, geralmente próximos à superfície. Encontram-se em águas mais afastadas da costa sobre a borda da plataforma continental, talude e ambiente oceânico. As espécies aí encontradas são os atuns (albacoras e bonitos), espadartes, agulhões, dourados e tubarões oceânicos. Pelágicos Costeiros: espécies de peixes que ocorrem na coluna d'água, geralmente próximos à superfície em águas mais costeiras. As sardinhas, tainhas, enchovas, cavalinha e palombeta fazem parte desse grupo.
Emalhe de Fundo (Industrial)	Cações, corvina	Realizada entre 50 m e 200 m, possui a mesma área de atuação do emalhe de superfície, limitando-se ao norte ao largo de Marataízes.	Demersais e Bentônicos: Nessa categoria estão incluídos os peixes de fundo como os chernes, batata, pescadas, corvinas, linguados, castanha, tubarões e arraias. Os crustáceos estariam representados pelo camarão-rosa, camarão-sete-barbas, camarão-barba-ruça, lagostim e lagostas e os moluscos pelas lulas.
Cerco para sardinhas	Sardinha-verdadeira	Realizada em áreas costeiras ao largo de Cabo Frio/RJ, em profundidades entre 0 e 60 m	Pelágicos costeiros: as sardinhas, tainhas, enchovas, cavalinha e palombeta fazem parte desse grupo.
Rede de Espera do Tipo Fixa de Fundo	Peixe-sapo	Realizada nas regiões SE/S entre 21°00'S e limite sul da ZEE brasileira, a partir de 250m	Demersal

Fonte: Mapas CEP/SUL/IBAMA e IN N° 23, de 4 de Julho de 2005 (MMA/SEAP).

Relacionado à captura do peixe-sapo (*Lophius gastrophysus*), importante mencionar que de acordo com a Instrução Normativa Conjunta N° 23, de 4 de Julho de 2005, que dispõe sobre critérios e procedimentos para o ordenamento de sua pesca nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul entre o paralelo de 21°00'S e limite sul da Zona Econômica Exclusiva brasileira, a pesca será permitida somente com rede de espera do tipo fixa de fundo a uma profundidade mínima de 250 metros.

Quanto à captura de camarões, temos como espécies-alvo na Área de Influência as seguintes espécies: camarão sete-barbas e branco, capturados entre 0 m e 25 m; camarão rosa (*Farfante penaeus brasiliensis*), capturado entre 40 m e 100 m em toda a área de influência e o camarão rosa (*Farfante penaeus paulensis*), que ocorre na mesma profundidade e tem seu limite norte de ocorrência em Cabo de São Tomé. Outra espécie-alvo é o lagostim *Metanephrops rubellus*, capturado em Cabo Frio entre 50 m e 330 m (Quadro II.5.3-11).

A legislação quanto aos períodos de defeso dos camarões são as seguintes:

- Instrução Normativa N° 91 de 6 de Fevereiro de 2006: em seu Artigo 1° proíbe, anualmente, no período de 1° de outubro a 31 de dezembro, o exercício da pesca de arrasto com tração motorizada para a captura de camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), na área compreendida entre os paralelos 18°20'S (divisa dos estados da Bahia e Espírito Santo) e 33°40'S (Foz do Arroio Chuí, estado do Rio Grande do Sul).

- Instrução Normativa N° 92 de 7 de Fevereiro de 2006: em seu Artigo 1° proíbe, anualmente, no período de 1° de março a 31 de maio, o exercício da pesca de arrasto com tração motorizada para a captura de camarão rosa (*Farfantepeneaus paulensis*, *F. brasiliensis* e *F. subtilis*), na área compreendida entre os paralelos 18°20'S (divisa dos estados da Bahia e Espírito Santo) e 33°40'S (Foz do Arroio Chuí, estado do Rio Grande do Sul).

Quadro II.5.3-11 - Tipos de crustáceos capturados na Área de Influência, área de ocorrência e profundidade (m).

ESPÉCIES	ÁREA DE OCORRÊNCIA	PROFUNDIDADE (M)
Camarão Sete Barbas (<i>Xiphopenaeus kroyeri</i>)	Espírito Santo a Laguna	0 - 25m
Camarão Branco (<i>Litopenaeus schimitti</i>)	Espírito Santo a Laguna	0 - 25m
Camarão Rosa (<i>Farfante penaeus brasiliensis</i>)	Espírito Santo a Santa Catarina	40 - 100m
Camarão Rosa (<i>Farfante penaeus paulensis</i>)	Cabo de São Tomé ao Arroio Chuí	40 - 100m
Lagostim (<i>Metanephrops rubellus</i>)	Cabo Frio a Garopaba	50 - 300m

Fonte: Mapas CEPsul/IBAMA.

II.5.3.O - Identificação e Caracterização de Etnias Indígenas e Populações Extrativistas

As etnias indígenas existentes na Área de Influência do empreendimento encontram-se relacionadas a seguir:

II.5.3.O.1 - Aldeias Indígenas

Os grupos indígenas habitantes do município de Aracruz representam dois povos: os índios Tupiniquins, que são nativos e estão distribuídos em 04 aldeias: Caieiras Velha, Irajá e Pau Brasil, no interior, e em Comboios, no litoral. As aldeias estão situadas em áreas de reserva e com uma população de 1.617 índios; e os índios Guaranis, que são originários do Rio Grande do Sul e estão distribuídos em três aldeias: Boa Esperança (Tekoa Porã), Três Palmeiras e Piraque-Açú, os quais matêm raça pura sem miscigenação e praticam os costumes e a língua dos antepassados, sobrevivendo da pesca e da lavoura.

De acordo com os estudos arqueológicos realizados na região, a ocupação das terras indígenas pelos tupiniquins no ES remontam da pré-história, quando também ocuparam a costa litorânea desde o Paraná até o sul da Bahia. Os guaranis migraram do sul do Brasil para o ES em 1967, em busca da "Terra Sem Males". Essas populações foram quase totalmente dizimadas pelos movimentos de ocupação dos portugueses no século XVI.

No município de Aracruz os povos indígenas produziam para subsistência especialmente mandioca e milho, e também praticavam a caça e a pesca. No que tange as possíveis interferências sofridas pela comunidade indígena que vive no município frente as transformações ocorridas na dinâmica de Aracruz, tal influência passou a ser verificada com ênfase somente a partir da metade deste século, quando da entrada da cultura do eucalipto no município, o que se estendeu até algumas áreas de domínio indígena, as quais foram negociadas com as empresas interessadas em produzir o eucalipto pelo próprio governo estadual da época. Em decorrência disto, os indígenas além de perderem áreas para cultivo foram prejudicados com a redução das florestas da região e dos recursos hídricos, o que resultou na redução das atividades de caça e pesca.

A sobrevivência desses povos ficou comprometida, de forma que, seu sustento passou a provir de atividades realizadas fora das tribos, como emprego doméstico, lavoura, ajudante de pedreiro, entre outras atividades, de modo que essa população inseriu-se no concorrido mercado de trabalho.

II.5.3.O.2 - Comunidades Indígenas

As comunidades indígenas existentes no município de Aracruz estão localizadas, na maioria, nas proximidades da costa, no entorno dos rios Piraquê-Açu e Comboios, que originalmente usavam as línguas tupiniquim e guarani, pertencentes ao mesmo tronco lingüístico tupi, apesar de serem diferentes.

Essas comunidades são caracterizadas pela grande importância da opinião feminina, inclusive no que diz respeito às questões políticas, um dos fatores que os diferenciam da sociedade branca.

Os guaranis são no ES os povos indígenas que mais preservam suas raízes, como por exemplo o formato de suas aldeias, que mantém o padrão tradicional. Esses povos também preservam a língua nativa, e ritos, como os ritos de pajelança.

Os tupiniquins, entretanto, perderam parte de sua cultura, sendo que língua nativa foi substituída pelo português, além de não realizarem os rituais da pajelança. Vale ressaltar a permanência do simbolismo na visão de mundo indígena no trato com a natureza, na relação pessoal e nas questões políticas.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Aracruz os povos indígenas no município ocupam 7.559 hectares, em terras regularizadas, estando distribuídos em três áreas descontínuas, o que significa apenas 3% do território tradicional demarcado no século XVIII.

De acordo com a Tabela II.5.3-130 a população indígena no município de Aracruz está estimada em 2.000 habitantes. Os tupiniquins vivem nas aldeias de Caieiras Velha, Irajá, Pau Brasil e Comboios. Os guaranis vivem nas aldeias Três Palmeiras, Boa Esperança (Tekoã Porã) e Piraque-Açú.

Tabela II.5.3-130 - Censo indígena 2001- Principais aldeias indígenas no Espírito Santo.

Comunidade indígena	Origem	Nº de famílias	Nº de pessoas
Caieiras Velha	Tupiniquim	183	784
Irajá	Tupiniquim	64	271
Pau Brasil	Tupiniquim	68	316
Comboios	Tupiniquim	60	342
Três Palmeiras	Guarani	27	129
Boa Esperança	Guarani	29	117
Piraque-Açú	Guarani	6	-

Fonte: Prefeitura Municipal de Aracruz, 2003.

Caieiras Velha

A aldeia de Caieiras Velha está localizada no Distrito de Santa Cruz, a 18,5 Km de distância da Sede a Reserva Indígena Tupiniquim (Figura II.5.3-31), possui uma área de 159 ha, compreendendo o mangue e o taboal. A Reserva ainda guarda alguns remanescentes de Mata Atlântica e árvores frutíferas. A Reserva possui ainda Posto Médico e Escola. Nesta aldeia vivem cerca de 180 famílias, que fabricam artesanatos como: samburá, juquiá, peneiras feitas de coco.



Figura II.5.3-31 - Placa informativa de entrada em área indígena, sobre a estrada de Caieiras Velha

Boa Esperança – Tekoa Porã

Também localizada no Distrito de Santa Cruz, a Aldeia de Boa Esperança, possui uma área de 1.700 ha, onde há pequenas moradias de estuque e tijolos, cobertas com palhas, onde vivem índios da tribo Guarani. O Pajé Líder espiritual é encarregado de curar doenças e afugentar os maus espíritos. A comunidade preserva entre suas tradições a língua nativa, o culto ao sol, a lua, as estrelas, a dança e a pesca. Fabricam ainda artesanatos utilizando como material, o coqueiro e a taquara, produzindo assim: arco e flecha, chocalhos, lanças, zarabatanas. Existe na aldeia uma escola e um posto médico.

Comboios

Comboios está situada na Vila do Riacho a 38 Km de distância da Sede, onde habitam 342 índios da tribo tupiniquim, que vivem da pesca do Rio Comboios e da agricultura, especialmente da produção da cultura da farinha de mandioca. A área ocupada por Comboios é de grande importância para a reprodução de tartarugas marinhas gigantes, e conserva uma faixa de vegetação de restinga de 14 Km de extensão litorânea.

Irajá

A comunidade Tupiniquim de Irajá está localizada a 12,5 Km de distância da Sede, onde vivem 64 famílias, num total de 271 índios, que tem como principal atividade produtiva a pesca do caranguejo e de outros crustáceos.

Pau Brasil

A 23,4 Km de distância da Sede do município está situada a comunidade indígena de Pau Brasil, que ocupa uma área de 1.579 ha. A população desta aldeia é de 316 índios da tribo tupiniquim que vivem da pesca e do cultivo de mandioca, café e abacaxi.

Piraquê-Açu

Localizada na Rodovia ES-010, essa aldeia Guarani possui comparativamente menor extensão territorial, com apenas 50,5 ha, e população formada por 6 famílias. A principal fonte de renda dos moradores é representada pela exploração turística.

Três Palmeiras (Boapy Pindo)

A comunidade Guarani de Três Palmeiras está situada na Rodovia ES-010, tendo uma população formada por 27 famílias, num total de 129 habitantes. A pesca e a venda de artesanato são as principais atividades produtivas desenvolvidas na aldeia.

II.5.3.P - Identificação e Caracterização de Tombamentos

II.5.3.P.1 - Município da Serra

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, na Serra existem três bens tombados: a Capela de São João Batista, a Fazenda Natividade e a Igreja e residência dos Reis Magos:

➤ Capela de São João Batista

Proprietário: Mitra Diocesana de Vitória

Uso atual: Em ruínas

Data de construção: 1746

Proteção: Tombada pelo CEC em 03/05/84, Processo nº 02/81. Inscrição no Livro Histórico nº78, Folha 9.

Histórico: A Capela de São João de Carapina constitui remanescência do período jesuítico, sendo reconstruída, em quase sua totalidade, em 1764. Localizada em região de singular beleza é identificada como pertencente, no período de colonização, de propriedade dos jesuítas e ponto de pousada de viajantes, que se dirigiam ao Convênio dos Reis Magos, em Nova Almeida. Como marca do prédio jesuítico apresenta uma nave construída em 1584, que foi restaurada em 1746 e acrescida de capela-mor e coro. Posteriormente, a Capela sofreu nova restauração em 1870, quando a fazenda passou a ser propriedade particular, sendo ultimamente administrada pela Mitra Diocesana. Saliente-se que já no século XVII a referida fazenda havia sido abandonada pelos jesuítas, porém suas impressões perduram até os dias atuais, marcadas por uma arquitetura religiosa dos séculos XVI e XVIII ressurgindo como significativo patrimônio para as gerações atuais e futuras.

➤ **Bem tombado: Fazenda Natividade**

Proprietário: Família Cerqueira Lima

Uso atual: Residência superior e depósito no térreo

Data de construção: 1860

Proteção: Tombada pelo CEC em 02/08/83, Processo nº 02/80. Inscrição no Livro Histórico nº69, Folha 08.

Histórico: Construída em alvenaria de pedra, sempre foi sede de fazenda. Recentemente foi rodado o filme Canaã nesta fazenda.

➤ **Bem tombado: Igreja e residência dos Reis Magos**

Proprietário: Fundação Pró-Memória – MINC Uso atual: Religioso

Data de construção: Século XVIII

Proteção: Tombada pelo SPHAN, em 21/09/43, processo nº 230-T. Inscrição no Livro Histórico nº 233, Folha 37.

Histórico: O aldeamento dos Reis Magos, fundado pelos jesuítas por volta de 1580 onde hoje se situa Nova Almeida, foi extinto em meados do século XVIII. No

seu lugar a administração portuguesa instalou a Vila Nova de Almeida para que não houvesse confusão com a Vila de Almeida, existente até hoje na região de Beira Alta, distrito de Guarda, em Portugal.

A decadência da vila de Nova Almeida se acentuou a partir do início do século atual, em especial com a construção da estrada de ferro Vitória-Minas e a inauguração de estações ferroviárias em Timbuí e Fundão, no interior do município. A riqueza, representada pela madeira existente nas matas do sertão pelos cafezais plantados pelos colonos imigrantes, e por outros gêneros agrícolas, estava nas terras do interior. A facilidade e regularidade do transporte de produtos e passageiros, o telégrafo, tudo favorecia o desenvolvimento da região interiorana do município. Em 1924, como desfecho de questões políticas paroquiais e após breve passagem pelo distrito de Timbuí, a sede do antigo município de Nova Almeida teve sua sede transferida para a povoação de Fundão, elevada à categoria de vila, e passou a ser denominado município de Fundão. O distrito de Nova Almeida passa em 1939 a pertencer ao município da Serra, situação mantida até os dias atuais.

II.5.3.P.2 - Município de Vila Velha

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, em Vila Velha existem cinco bens tombados: Museu Homero Massena, Estação Ferroviária Pedro Nolasco, Reserva Ecológica de Jacaranema, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Convento de Nossa Senhora da Penha.

➤ Museu Homero Massena

Proprietário: Prefeitura Municipal de Vila Velha

Uso atual: Museu

Proteção: Processo nº 04/83 – CEC – Inscrito no Livro Histórico. Páginas 9 e 10, sob nº 80.

Histórico: O pintor Homero Massena e Dna. Edy Massena mudaram-se para a residência da Prainha em outubro de 1951, e aí viveram até a morte do artista, em 30 de outubro de 1974. O artista Kleber Galveas, relator do processo de tombamento, aponta as principais causas que levaram ao tombamento do prédio:

a casa oferece o *modus vivendi* do artista, quando executou inúmeras obras de pintura e escreveu seu único livro publicado: “Atribuições de um Capixaba”; contém decorações a óleo executada pelo artista em muitas paredes; a maior parte das fotografias do artista, publicadas na imprensa capixaba, foram feitas em seu interior. Fotos, documentos, recortes, correspondências, fitas gravadas, objetos pessoais e estudos, feitos pelo artista, ficam expostos na própria residência; do ponto de vista etnológico essa casa singela, que abrigou o extraordinário artista, será, para sempre, um monumento popular à modéstia.

➤ **Estação Ferroviária Pedro Nolasco**

Proprietário: CVRD

Uso atual: Abandonada, com anexos servindo de garagem de remo da Desportiva Ferroviária.

Data de construção: 1927

Proteção: Tombada pelo CEC em 17/03/86, Processo nº 02/84 Inscrição no Livro Histórico nº 127 Folha 24.

Histórico: O ano de 1927 foi fértil no que tange às realizações de governo, que visavam oferecer ao Espírito Santo uma infra-estrutura de desenvolvimento econômico. Preparava-se a ligação ferroviária de Colatina a São Mateus, que viria a impulsionar o crescimento demográfico da região norte do ES. Em Vitória, a ligação da Ilha de Vitória com o continente, ao sul, pela Ponte Florentino Ávidos, seria outro marco importante para consolidar a capital do estado como centro econômico regional. Nesse contexto, a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas inaugurava, em 1927, a estação São Carlos, continuando a trabalhar nas obras acessórias do cais e do aterro que circunda a estação, assim como nos armazéns para mercadorias. Prosseguiram também as obras de desmonte e de contorno da Ilha de São Carlos, de propriedade da Estrada, necessárias ao movimento e circulação de trens.

Mais tarde, essa estação, já consolidada, veio a receber a denominação de Pedro Nolasco, em homenagem a Pedro A. Nolasco da Cunha, presidente da Estrada de Ferro Vitória a Minas. No final dos anos 50 foi desativada como estação de passageiros e de carga, sendo estes serviços transferidos para nova sede em Porto Velho onde não atrapalhariam a crescente movimentação de trens

de minério. Até meados da década atual a antiga estação abrigou serviços administrativos da CVRD e no presente encontra-se desocupada.

➤ Reserva Ecológica de Jacaranema

Proprietário: Antônio de Oliveira Santos

Uso atual: Virgem

Proteção: Tombada pelo CEC em 19/04/86. Inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Científico sob o nº 08 às Folhas 4 Verso e 5.

Histórico: Jacarenema, que em tupi quer dizer “jacaré que catinga”, é o nome de uma pequena mata “brocada” que está se recompondo naturalmente do desmatamento a que foi submetida na década de 50, para alimentar os altos fornos da Cia Ferro e Aço de Vitória.

Jacarenema se encontra hoje bem caracterizada, mas com profundas alterações. Perpetuar essa área, é estabelecer um vínculo importante como repositório da história dos jesuítas no Espírito Santo, no século XVI, pois foi aí que o Padre José de Anchieta desenvolveu o plantio de cana de açúcar e ainda em seu tempo assinalara no rio Jucu a presença do peixe-boi. Também a importância do material botânico levado pelas famosas expedições do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied em 1815-16 e Auguste de Saint’Hilaire em 1818, e cujo material é citado na Flora Brasileira de Martius. Esta região encontrava-se, ainda em 1948, conforme descreve o cientista Augusto Ruschi, como no tempo desses famosos naturalistas. Hoje não mais se encontra nesta faixa de areia, no campo, um só exemplar de muitas espécies características dessa região.

Além disso, em termos educacionais, a área de Jacarenema é extremamente adequada para fins de efetivação de um projeto piloto em termos de educação comunitária, envolvendo preservação de recursos naturais; ao desenvolvimento e programas nas áreas de Biologia, Geografia e Ecologia e de poder despertar na comunidade a correta utilização do potencial mesológico-ambiental.

➤ Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Proprietário: Cura Arquidiocesana de Vitória

Uso atual: Religioso

Data de construção: Século XVI (1573)

Proteção: Tombada pelo SPHAN em 20/03/50. Inscrição no Livro de Tombo Histórico nº 354, Folha 46.

Histórico: A maioria dos historiadores do Espírito Santo situa a fundação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de Vila Velha, na mesma data da chegada do primeiro Donatário Vasco Fernandes Coutinho: 23 de maio de 1535. Alguns autores afirmam que a igreja se arruinou e, ao ser reedificada, ainda no século XVII, tornou-se Casa de Misericórdia, embora outros afirmem que apenas houve uma Irmandade da Misericórdia que lhe ficava anexa.

Somente passou-se a ter novas notícias sobre ela no início do século XVIII quando obteve, por Carta Régia de 9 de Novembro de 1709, o auxílio real de 200 mil réis. Em 1750 tornou-se igreja colada.

➤ **Convento de Nossa Senhora da Penha**

Proprietário: Ordem Franciscana

Uso atual: Religioso

Data de construção: Século XVI a XVIII

Proteção: Tombada pelo SPHAN em 21/09/43, Processo nº 232-T. Inscrição no Livro Histórico nº 224, Folha nº 37.

Histórico: Apesar de existirem lendas e crendices envolvendo toda a história do Convento da Penha, são conhecidos com relativa precisão os principais fatos históricos relativos ao santuário. O seu fundador chamava-se Frei Pedro Palácios, um irmão leigo, franciscano natural da Espanha e que chegou na Capitania do Espírito Santo por volta de 1558, tendo falecido em 1570. Durante estes anos e com ajuda dos moradores da Vila do Espírito Santo, depois Vila Velha, construiu duas ermidas no morro contíguo àquela povoação. A primeira, dedicada a São Francisco, foi erguida no espaço plano existente no alto do morro denominado Campinho. A atual capela lá existente é uma reconstrução feita entre 1952 e 1958 por iniciativa de frei Alfredo Setaro. A outra ermida teve sua construção realizada no alto do morro, em cima da pedra e contou com apoio de pessoas do povo cujos nomes a história registra: Melchior de Azevedo, homem rico, André Gomes, Braz Pires, Amador Gomes, Nicolau Afonso. Após a morte de seu fundador, a Capela de Nossa Senhora foi ampliada e reformada pelos moradores.

II.5.3.P.3 - Município de Vitória

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, em Vitória existem inúmeros bens tombados, descritos a seguir.

➤ Arquivo Público Estadual

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo Uso atual: Sede do Arquivo Público Estadual

Data de construção: 1926

Proteção: Tombada como patrimônio histórico e artístico estadual pelo Conselho Estadual de Cultura em 1983. Registrado no Livro de Tombo Histórico sob o nº 25. Folha 04.

Histórico: Edificação inaugurada em novembro de 1926, construída pelo Governo Florentino Ávidos para abrigar a Biblioteca Pública no 1º andar e o Arquivo Público no térreo, repartições na época vinculadas administrativamente. Durante as décadas de 30 e 60 o edifício foi visitado por gerações de estudantes que recorriam aos livros e periódicos da Biblioteca Pública para subsidiar suas pesquisas e trabalhos. Durante certo período a biblioteca abria em horário noturno, constituindo-se num dos poucos acervos bibliográficos acessíveis à toda a população. A edificação apresentou problemas de rechaques e rachaduras em sua estrutura, o que ocasionou ampla reforma das instalações físicas (incluindo rede elétrica e de água), em 1980-82, quando foram instalados no prédio um laboratório de restauração de papel, um laboratório de processamento de microfilme, e construiu-se um galpão em terreno existente nos fundos da edificação. Já em 1979, a Biblioteca Pública teve mudada sua sede para novo prédio na Praia do Suá, ficando o Arquivo Público Estadual com a utilização de todo o imóvel.

➤ Escola Maria Ortiz

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Escolar

Data de construção: Século XIX, com grande ampliação e reforma em 1912.

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83, Processo nº 05/82. Inscrição no Livro Histórico nº 26, Folha 04.

Histórico: Em meados do século passado, uma rica família vitoriense fez doação de terrenos de sua propriedade localizados ao lado do Palácio do Governo. Referida doação era condicional, já que determinava a destinação exclusiva do imóvel para servir de sede de educandário. No local foi construído, em pavilhão único e assobradado o Ateneu Provincial. No governo Jerônimo Monteiro esta edificação, sob a orientação do engenheiro Justin Norbert, recebe considerável ampliação, construindo-se outra ala em prolongamento enviesado ao bloco original. É então organizada a Escola Normal D. Pedro II, de grandes tradições no estado, e que formou diversas gerações de professores, que aprendiam seu ofício na anexa Escola Modelo Jerônimo Monteiro. Em 1971, com o sistema de ensino já modificado, a escola de 2º Grau é transferida para a nova sede na Praia do Canto (onde funcionou o clube Cauê) com a denominação de Instituto de Educação Fernando Duarte Rabello, tendo em anexo a Escola de 1º Grau Maria Ortiz (recentemente tendo ampliado sua atuação para receber alunos secundaristas). Em 1978/79 o prédio sofre profunda reforma que retirou anexos considerados espúrios, modificou muito os ambientes interiores e restaurou cuidadosamente as fachadas, objetivando ali instalar uma Casa da Cultura. Tal intento não foi realizado, tendo a escola de 1º Grau (que funcionou em outro lugar por ocasião dos trabalhos da reforma) voltado a ocupar o imóvel, situação que permanece até hoje.

➤ **Teatro Carlos Gomes**

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Espaço Público de Cultura e Lazer

Data de construção: 1927

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83. Inscrito no Livro de Tombo Histórico sob o nº 27, Folha 04.

Histórico: Na mensagem final do Governo Florentino Ávidos, existe o seguinte registro: “competia agora ao Governo (devido à demolição do antigo Teatro Melpomene para alargamento da Praça Costa Pereira), em face dos compromissos, assumidos com a Prefeitura, fazer um edifício para esse fim; mas

atendendo ao grande dispêndio que tal obra exigiria, preferi obter da Prefeitura a dispensa desse compromisso, em troca de outros favores que lhe fiz a auxiliar a iniciativa particular, que para isso, se mostrou solícita”. “A Prefeitura concedeu isenção de imposto predial e o Governo doou o terreno necessário para a edificação do Teatro, auxiliando a construção com um empréstimo ao concessionário, Sr. André Carloni, que levou a efeito a obra iniciada, de modo a dotar a cidade de um teatro moderno, maior que o antigo Melpomene. A construção é de cimento armado e foi feita em condições de solidez e segurança, com os requisitos exigidos para o fim a que se destina”.

➤ **Prédio da Secretaria de Administração**

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Administrativo

Data de construção: 1925

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83, Processo nº 05/82. Inscrição no Livro Histórico nº 27, Folha 04.

Histórico: Construído na Administração Florentino Ávidos foi o primeiro imóvel inaugurado naquela gestão, e sediou o Serviço de Melhoramento de Vitória, onde uma equipe de jovens engenheiros, comandados por Moacir Ávidos, projetou vasta remodelação urbanística da capital. Posteriormente, a edificação foi destinada a diversas finalidades, destacando-se o uso como Pinacoteca Municipal e, dos anos 40 até 1971, como sede da Imprensa Oficial do Estado. A partir de 1972 abrigou a secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos até 1983, quando ali passou a funcionar a Coordenação de Pagamento de Pessoal também subordinada àquela secretaria.

➤ **Antiga Sede da FAFI – Faculdade de Filosofia**

Proprietário: Prefeitura Municipal de Vitória

Uso atual: Desocupado

Data de construção: 1926

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83, Processo nº 08/82. Inscrição no Livro Histórico nº 31. Folha 04.

Histórico: O prédio foi erguido no ano de 1925, durante a Administração Florentino Ávidos, para abrigar o Grupo Escolar Gomes Cardim. Posteriormente, abrigou o Ginásio Estadual do Espírito Santo e, finalmente, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (até 1961 a Universidade era Estadual). Desde 1979 o prédio encontra-se inteiramente desocupado, em rápido processo de deterioração.

O prédio em questão constitui um dos exemplares mais significativos do ecletismo na cidade de Vitória. O projeto é do arquiteto tchecoslovaco Josef Pitolick. Seu tombamento deve-se à sua vinculação à cultura capixaba. O edifício não só consagrou atividades educacionais importantes e em diversos níveis, como, nas décadas de 20 a 60, abrigou atividades culturais de várias naturezas e de boa qualidade, como récitas, concertos, representações teatrais, comemorações cívicas, saraus, bailes, experiências educacionais e artísticas de vanguarda, exposições artísticas, projeções cinematográficas e outras.

Em 1988, a Prefeitura Municipal de Vitória adquiriu o edifício da Universidade Federal do Espírito Santo, iniciando o processo de restauração do mesmo, para ali implantar o Centro Municipal de Cultura.

➤ **Assembléia Legislativa – Palácio Domingos Martins**

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Administrativo

Data de construção: 1911

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83. Processo nº 05/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 24, Folha 04.

Histórico: Construída para sede do Poder Legislativo Estadual, em lugar onde durante muitos anos existiu a Igreja da Misericórdia. A obra foi terminada em 1912, segundo o projeto de André Carloni, em estilo eclético. Suas fachadas sofreram poucas alterações nos anos subseqüentes, a não ser mudanças nas cores empregadas; mas o interior foi bastante modificado. Em reforma mais radical, empreendida em 1967, a Assembléia Legislativa necessitou funcionar alguns meses na sede do atual Instituto de Educação Fernando Duarte Rabelo (antigo Clube Cauê) na Praia do Canto.

➤ **Palácio Anchieta**

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Oficial (Palácio Governamental e Repartição Pública) Data de construção: Séculos XVI e XX

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83. Processo nº 05/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 23, Folha 04.

Histórico: Em meados do século XVI os jesuítas começaram erguer uma igreja e residência provisória na cidade alta nas imediações do atual Palácio. Após o reconhecimento do sítio, do terreno e de suas vantagens e desvantagens os missionários, já ambientados ao local, planejaram e construíram, em diversas e espaçadas etapas, a edificação, cujo arcabouço principal ainda está presente no atual prédio. A igreja, dedicada a São Tiago, abria-se para um largo, atual praça João Clímaco, e a torre sineira do lado da epístola, só foi executada após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus.

As grandes modificações sofridas pelo prédio aconteceram no período de 1908-12 no governo Jerônimo Monteiro, que praticamente destruiu o antigo Colégio e arrasou a igreja centenária. Este governador em 1911 contratou o engenheiro Justin Nobert para reforma completa do edifício. Após Jerônimo Monteiro quase todos os proprietários de estado, interventores e governadores realizaram modificações (umas mais profundas, outros de caráter mais ligeiro ou de manutenção) nas dependências do imóvel, que tomou a denominação de Palácio Anchieta nos últimos anos.

➤ **Mercado da Capixaba**

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Comercial

Data de construção: 1926

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/03/83. Processo nº 05/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 29 Folha 04.

Histórico: Construído na Administração Florentino Ávidos no local de uma praça que, desde 1900, tinha a denominação de Praça Floriano Peixoto. O antigo mercado ficava onde hoje se situa a sede dos Correios e Telégrafos e foi

demolido, sendo o novo mercado (chamado de capixaba) inaugurado em novembro de 1926, numa época em que o mar batia perto de sua fachada posterior.

➤ **Residências da rua José Marcelino**

Proprietário: Particular

Uso atual: Residencial

Data de construção: Séculos XVIII e XIX

Proteção: Tombada pelo SPHAN, em 05/10/67 e 13/11/67, Processo nº 787-T. Inscritas no Histórico, nº 406 e 408, Folhas nº 65 e 66.

Histórico: Dos antigos sobrados de Vitória “restam dois apenas: os de nº 197 e 203/205 tombados pelo SPHAN sendo estes os únicos exemplares de como eram as construções (residenciais) coloniais de Vitória. No primeiro deles funcionou, por muito tempo, a sociedade de São Vicente de Paulo, e, no segundo, a escola particular do professor Amâncio Pereira, quando ali morador”.

➤ **Catedral Metropolitana de Vitória**

Proprietário: Cúria Metropolitana de Vitória

Uso atual: Religioso

Data de construção: 1920-1970

Proteção: Tombada pelo CEC em 03/05/84. Processo nº 04/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 74, Folha 09.

Histórico: Edificada quase no mesmo local onde se erguia a antiga matriz de Vitória, a Catedral teve sua construção iniciada na década de vinte e somente concluída nos anos setenta. Demolida a antiga matriz em 1918, o arquiteto e paisagista Paulo Motta confeccionou projeto do novo templo em estilo neogótico (adotado pela igreja católica para as construções religiosas) com uma única torre ao centro. Devido ao grande espaço de tempo em que as obras ficaram paralisadas este projeto especial foi abandonado. Nos anos 30, quando a construção foi reiniciada, um novo projeto foi feito, aproveitando-se as partes já erguidas, tendo o seu autor André Carloni mantido o estilo neogótico (inspirado segundo asseverou na Catedral de Colônia), com duas torres sineiras. Após o término das obras, nos anos setenta, a Catedral sofreu ampla reforma com a

retirada de altares laterais na nave, a substituição das telhas planas de barro por telhas de cimento de amianto e a pintura em tons de verde, que substitui a antiga caiação em branco.

➤ **Frontispício do antigo Convento de São Francisco**

Proprietário: Cúria Metropolitana de Vitória

Data de construção: Séculos XVI (1591)

Proteção: Tombada pelo CEC em 03/05/84. Processo nº 04/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 76, Folha 09.

Histórico: Os jesuítas já se encontravam no Espírito Santo desde 1551 e, em 1588, chega em nossa terra, o franciscano Frei Pedro Palácios a quem se deve, pelo trabalho que aqui desenvolveu, ter sido Vitória a primeira localidade, depois das cidades do Norte, a receber o benefício da construção de um convento.

Em 1597 Frei Antônio das Chagas iniciou a construção da Igreja Conventual onde cinco meses depois, durante “Festa da Porciúncula”, se celebra a primeira missa. A construção era lenta, com três altares ornados de talha. No altar mor achava-se a imagem do padroeiro e, em nichos laterais, as de Santo Antônio e de São Benedito. O altar do lado da Epístola era da Conceição e o da parte do Evangelho de São Boaventura”, numa disposição também observada nas igrejas conventuais franciscanas em São Paulo e Santos. O coro era espaçoso.

➤ **Capela Nossa Senhora das Neves**

Proprietário: Cúria Metropolitana de Vitória

Uso atual: Fechada

Data de construção: Meados do Século XIX

Proteção: Tombada pelo CEC em 03/05/84. Processo nº 04/82, Inscrição no Livro Histórico, nº 77, Folha 09.

Histórico: “Nos terrenos do antigo convento de São Francisco, em Vitória, construiu-se, possivelmente no primeiro meado do século XIX, a capela ou ermida de Nossa Senhora das Neves, ainda de pé”.

A capela foi empregada, desde a década de sessenta até os primeiros anos do século atual, como capela mortuária, utilizada para velórios, tendo em vista a existência do grande cemitério da cidade em terrenos do Convento de São

Francisco. A partir do final dos anos 40 até o começo dos anos setenta, a capela abrigou a sede da Comissão Espírito-Santense de Folclore que ali fez algumas exposições de objetos de artesanato capixaba coletados por todo o estado. Tais objetos ficaram ali guardados até seu transporte para o Museu Solar Monjardim e depois sua doação ao Museu do Folclore no Rio de Janeiro.

➤ **Penedo**

Proprietário: Município de Vitória

Proteção: Tombada pelo CEC, Resolução nº 07/83 e publicado em 07/10/83. Inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Científico em 08/09/83 às páginas 1 V e 2, sob o nº 01.

Histórico: Um dos mais importantes marcos paisagísticos do ES. Guardião contra as invasões estrangeiras, quando ainda o estado era ligados à Portugal, fortes correntes iam do monte ao Forte de São João, do outro lado do canal.

O tombamento do Penedo foi solicitado em 1980 pela Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente como forma de evitar sua desfiguração que na época já ocorria com as obras do cais de Capuaba, situado em área contígua àquela pedra. O tombamento definitivo foi concedido em 1983 e nos últimos anos diversas ações, objetivando a destruição de partes do conjunto granítico ou de seu entorno (os mangues) foram evitadas devido à proteção legal.

➤ **Capela Santa Luzia**

Proprietário: Fundação Pró-Memória – MINC

Uso atual: Galeria de Arte

Data de construção: Séculos XVI

Proteção: Tombada pelo Governo Federal (SPHAN) em 01/08/46. Processo nº 195-T. Inscrição no Livro Histórico, nº 245, Folha 41.

Histórico: Considerada a igreja mais antiga de Vitória. Muitos historiadores consideram que naquele local foi erguida, ainda no século XVI, uma capela que pertenceu à fazenda de Duarte Lemos. A igreja de Santa Luzia funcionou, normalmente, até 1928, embora precário seu estado de conservação, sabendo-se que, ainda em 1919, aí se celebravam missas semanais. Em 1943, já o templo em ruínas, procedeu-se à sua restauração, visto seu tombamento pelo SPHAN.

Atualmente funciona como galeria de arte, dirigida pela Universidade Federal do Espírito Santo.

➤ Igreja São Gonçalo

Proprietário: Irmandade de Nossa Senhora da Assunção e Boa Mote

Uso atual: Religioso

Data de construção: Séculos XVIII

Proteção: Tombada pelo Governo Federal (SPHAN) em 06/11/48. Processo 381-T. Inscrição no Livro Histórico, nº 251, Folha 42.

Histórico: Chamada anteriormente de Capela de Nossa Senhora do Amparo e da Boa Morte, funcionou uma Irmandade sob estas duas invocações. A capela teria sido erguida, possivelmente, em 1707. Sabe-se de documento, datado de 1715, onde se pede permissão para a construção, no mesmo local, da Capela de São Gonçalo Garcia.

Demolida a igreja de São Tiago, no governo de Jerônimo Monteiro, a sede paroquial foi transferida em 1911 para a igreja de São Gonçalo, igualmente para esta transferidos os ofícios religiosos da matriz de Nossa Senhora de Vitória, quando de sua demolição, em 1919. em 1932, Dom Benedito Paulo Alves de Souza, terceiro bispo da Diocese, em atenção a pedido da citada confraria, assinou decreto elevando-a à condição de Arquiconfraria (Elmo Elton – Velhos Templos de Vitória e Outros Temas Capixabas – p.59-60).

A igreja foi tombada em 1948, inclusive alguns móveis, alfaias e imagens, em especial as de Santo Inácio de Loiola e São Francisco Xavier, que pertenciam à igreja jesuítica de São Tiago.

➤ Ponte Florentino Ávidos e Ponte Seca

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Ligação Viária Vitória-Cariacica-Vila Velha

Data de construção: 1924/28

Proteção: Tombada pelo CEC em 04/86. Processo nº 04/84, Inscrição no Livro Histórico, nº 126, Folha 24.

Histórico: A Ponte Florentino Ávidos foi construída pelo governo do estado, durante a gestão Florentino Ávidos, durante os anos de 1924 a 1928. Verdadeiro

cartão postal, sendo a cidade identificada, em todo o país, através de fotografias. Sua construção veio ligar Vitória ao continente, colocando a velha capital em melhores condições de contato com a área cafeeira (sul do estado). Elo fundamental, iria constituir os alicerces do que hoje se pode chamar de Grande Vitória. A ponte se implantou junto ao local onde iam ter as duas ferrovias do Estado – Leopoldina e Vitória-Minas, fazendo das áreas continentais e de Vitória uma só porção contínua.

Construída para servir fundamentalmente de ligação dos cais portuário com o continente, quando se optou pela construção do porto de Vitória na ilha e não no lado continental da baía. A administração do Porto de Vitória sempre administrou a ponte, realizando periodicamente os serviços de manutenção. No início dos anos 80, quando da extinção daquela autarquia e a organização da Companhia Docas do Espírito Santo S.A. (CODESA), a ponte, já com diversos problemas, ficou anos em abandono. Em 1986, com a definição da propriedade da ponte pelo Governo Estadual, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER-ES promove ampla reforma na ponte.

➤ **Museu Solar Monjardim**

Proprietário: Fundação Nacional Pró-Memória - MINC Uso atual: Museu

Data de construção: Século XVIII

Proteção: Tombada pelo Governo Federal (SPHAN) em 25/10/40. Processo nº 228-T. Inscrição no Livro de Belas Artes, nº 289, Folha 50.

Histórico: Construídos no final do século XVIII pelo capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo para sede de sua fazenda de Jucutuquara, a edificação passou para a família Monjardim, local onde nasceu e morou o Barão de Monjardim.

O crescimento do bairro de Jucutuquara alterou toda esta ambiência original, mas o casarão, dentro de grande terreno manteve-se preservado. Em 1940 é tombado pelo SPHAN, sendo alugado, poucos anos antes, pelo governo Estadual para ali instalar o Museu Capixaba que funcionou até a década de 60. Com a criação da Universidade Federal do Espírito Santo, o Governo da União se interessou em desapropriar o imóvel, o que ocorreu no final dos anos 70, quando

o prédio sofre grandes obras e é inaugurado (1980) o Museu Solar Monjardim, mantido por aquela Universidade.

➤ **Palácio Nestor Gomes**

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Ruínas

Data de construção: 1923

Proteção: Processo CEC nº 05/80. Tombado no Livro de Tombo Belas Artes, às páginas 1 e 2 sob nº 2 e no Livro de Tombo Histórico às páginas 10 sob nº 81 em 11/06/85.

Histórico: No dia 15 de junho de 1923, o Governo do Estado iniciava gestões, através do presidente do estado Nestor Gomes, para adquirir uma casa, de propriedade de Antônio Ramalho, visando a construção de um prédio para residência presidencial. Posteriormente, a edificação foi transformada, com a construção de dois pavilhões laterais. No governo Florentino Ávidos foi cedido à Santa Casa de Misericórdia para funcionamento do Orfanato Santa Luzia, sofrendo, novamente, reforma para abrigar nos anos 50 o Grupo Escolar “Maria Ericina Santos”. Dessa forma, o referido prédio descreve uma longa trajetória que o identifica, não só à vida administrativa do estado como, principalmente, integra-se à paisagem urbana do entorno.

O prédio, desde os anos 70, ficou abandonado, tendo sofrido um processo contínuo de arruinamento. Já por ocasião de seu tombamento (1985) as ruínas estavam em adiantado estado de deterioração. Como o governo estadual, proprietário do imóvel, não tomou nenhuma medida destinada a consolidar as ruínas e a dar-lhes um uso compatível, presentemente (1987), só restam os alicerces da primitiva edificação.

➤ **Antigo Convento do Carmo**

Proprietário: Cúria Metropolitana de Vitória

Uso atual: Escolar e Administrativo

Data de construção: Séculos XVII a XX

Proteção: Tombada pelo CEC em 03/05/84, Processo nº 04/82. Inscrito no Livro Histórico nº 75, Folha 09.

Histórico: Não se tem idéia da data exata da fundação do Convento do Carmo. No século XIX, com a decadência da ordem religiosa carmelita, parte considerável de suas instalações foi utilizada como quartel. Em 1910, D. João Nery funda o colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dirigido por irmãs vicentinas, sendo logo equiparado à Escola Normal. Formou muitas gerações de professoras e em anexo funcionava o Orfanato Coração de Jesus e o Externato gratuito São José, até que aquele colégio fechou suas portas no final da década de 70. Após alugado para diversas finalidades, o antigo convento, ou os espaços localizados onde existia o convento, abrigam agora um curso pré-vestibular.

➤ **Concha Acústica**

Proprietário: Parque Moscoso

Uso atual: Local de Espetáculos

Data de construção: 1950

Proteção: Tombada pelo CEC em 12/11/86, Processo 06/84. Inscrição no Livro de Belas Artes, nº 64, Folha 16 e no Livro Histórico nº 29, Folha 24.

Histórico: A Concha Acústica foi construída na década de 1950, estando situada no Parque Moscoso, a partir do Projeto Arquitetônico de Francisco Bolonha. É considerada pela sua beleza e ousadia de suas formas, além de já se ter incorporado à paisagem da Capital Capixaba. Sua inauguração ocorreu no dia 1º de fevereiro de 1953, durante o Governo Jones dos Santos Neves e do prefeito Armando Duarte Rabello. Nas apresentações de inauguração, marcaram presença as programações com a Orquestra Sinfônica da Escola Nacional de Música, assim como coros orfeônicos e cantores de reconhecido mérito.

➤ **Painel do Artista Plático Roberto Burie Marx**

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Data de construção: 1962

Proteção: Processo nº 14/84 – CEC, Livro de Tombo de Belas Artes, às páginas 1 e 2 sob o nº 1.

Histórico: No Governo Jones dos Santos Neves foi iniciada a construção do prédio das Repartições Públicas, situado na Avenida Jerônimo Monteiro, sendo concluído no ano de 1962. A obra arquitetônica foi projetada pelo arquiteto Ari

Garcia Rosa, analogicamente guardando características do prédio do Ministério da Educação e Saúde, do Rio de Janeiro. O paisagista e pintor Roberto Burle Marx foi convidado pelo autor do projeto arquitetônico para elaborar um painel, em parede lateral. Posteriormente, a parede foi revestida por lambris de madeira, verificando-se, nesse período, infiltrações no prédio que prejudicaram a pintura. Seu tombamento veio acompanhado por gestões para restaurá-lo.

➤ **Acervo Cultural do Palácio Anchieta**

Proprietário: Governo do Estado do Espírito Santo

Uso atual: Museu

Proteção: Processo CEC nº 27/84. Resolução CEC nº 09/85.

Histórico: reconhecendo a importância histórica de 84 peças artísticas pertencentes ao Palácio Anchieta, o Conselho Estadual de Cultural assegurou, através do processo de tombamento, sua permanência, em caráter definitivo, junto à sede do Governo Estadual. O levantamento identificou um acervo pertencente a diversas épocas, a partir de 1886, entre quadros de autores capixabas e estrangeiros, esculturas, utensílios e mobiliário. Esse edifício, em sua reforma, foi praticamente destruído, na primeira década do atual século, ficando completamente descaracterizado para receber as instalações de um Palácio, de gosto neo-barroco, sendo a operação encomendada ao arquiteto Justin Nobert. Junto aos adereços arquitetônicos, o Palácio sofreu nova decoração, sendo, então, introduzidos os objetos mais antigos do acervo.

II.5.3.P.4 - Município de Fundão

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, p. 47 em Fundão existe o seguinte tombamento:

➤ **Antiga Residência da Família Agostini**

Localização: Av. José Agostini s/nº - Fundão – ES

Proprietário: Prefeitura Municipal de Fundão

Uso Atual: Casa da Cultura de Fundão

Data de Construção: 1882

Proteção: Tombada pelo CEC em 25/06/86, de acordo com o Processo 21/84. Inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes nº 03, Folha 02 e no Livro de Tombo Histórico nº 82, Folha 10.

Histórico: O sobrado foi construído em terras da fazenda Taquaraçu, pertencentes ao pioneiro Candido Vieira. Posteriormente, o sobrado foi leiloado, sendo arrematado pela Família Agostini. A partir de 1903, com a construção da estrada de ferro Vitória-Minas, o distrito de Fundão cresceu em importância econômica, tendo ali se instalado a firma exportadora de café Ângelo Agostini e Cia. A partir de 1925, passou a morar no sobrado o médico César Agostini que muito se destacou na região, pelo grande trabalho assistencial que realizou.

O tombamento da edificação busca conservar a importância histórica para o município de Fundão, bem como pela beleza e proporções do sobrado-residência ligado à formação da sede municipal. Comprada pela Prefeitura Municipal de Fundão a edificação, após seu tombamento, foi cuidadosamente reformada, sendo destinada para sede da Casa da Cultura local.

II.5.3.P.5 - Município de Aracruz

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, p. 23 a 25 em Aracruz existem dois bens tombados:

➤ Igreja católica de Santa Cruz

Localização: Distrito de Santa Cruz

Proprietário: Cúria Metropolitana de Vitória

Uso Atual: Religioso

Data de Construção: 1857

Proteção: Tombada pelo CEC em 29/12/96, Processo 23/85. Inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes nº 66, Folha 16 e no Livro de Tombo Histórico nº 31, Folha 25.

Histórico: Construída em 1836, a estrutura da igreja passou por reformas e foi modificada. Inicialmente, era uma capela rústica com esteio de madeira, paredes de taipa e cobertura de palha. Em 1857, uma fachada de alvenaria foi construída. O que se via era uma imponente fachada sustentada com estrados de madeira,

mantendo os sinos no alto. Em 1860, durante a visita à província, D. Pedro II se impressionou com a visão da igreja, que combinava uma enorme fachada e uma pequena capela. Alguns anos depois, a capela foi reformada e a igreja passou a ser como é atualmente. A última reforma aconteceu em 2000, em parceria entre o Conselho Estadual de Cultura e a Prefeitura de Aracruz, que está desenvolvendo o novo projeto de restauração da igreja.

➤ Edifício Público

Localização: Av. Presidente Vargas, 239 – Santa Cruz

Proprietário: Prefeitura Municipal de Aracruz

Uso Atual: Posto do Correio, Posto Telefônico e Escola Pré-Primária

Data de Construção: 1860

Proteção: Processo nº 23/85 – CEC – Inscrito no Livro de Tombo Histórico, Páginas 23 Verso e 24, sob o nº 30 e o Livro das Belas Artes nº 66, Páginas 15 Verso e 16, sob o nº 65. Inscrito em 12/11/86.

Histórico: A construção do prédio data de 1860, sendo construído para hospedar D. Pedro II, na sua passagem pela província do Espírito Santo. Após esse episódio, o prédio teve vários usos, como Foro, Câmara Municipal, Prefeitura (quando Santa Cruz foi sede do município), servidos de Estatística e Cadeia. Para servir os usos atuais, o imóvel sofreu algumas alterações como: abertura nas laterais de duas portas, onde originalmente haviam duas janelas e separações internas para comportar três usos simultâneos. Atualmente funcionam um posto do correio, um posto telefônico e escola pré- primária.

II.5.3.P.6 - Município de São Mateus

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, p. 82 a 84, em São Mateus existe o seguinte bem tombado:

➤ Núcleo Histórico de São Mateus

Localização: Cidade de São Mateus

Proprietário: Vários

Uso Atual: Residencial e em abandono

Data de Construção: Várias épocas

Proteção: Tombada pelo CEC em 21/10/76, Processo 302/75. Inscrição no Livro de Tombo Histórico sob o nº 01, Folhas 02,03 e 04.

Histórico: O porto de São Mateus está localizado na cidade de São Mateus, na margem direita do rio Cricaré. O porto, na época do seu apogeu, era o centro comercial da cidade e o local de residência dos negociantes. Os casarões abrigavam na parte térrea os armazéns e as lojas e à habitação era reservada a parte superior. O principal elemento do conjunto urbano tombado é a praça, frontal ao cais e com seu fechamento em três outros lados por casarões e armazéns do século passado. Dentro deste entorno destaca-se o maciço de sobrados situados ao fundo da praça, em oposição ao rio, com grupo de construções mais importantes.

II.5.3.P.7 - Município de Anchieta

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, p. 22 em Anchieta existe o seguinte bem tombado:

➤ Igreja e Residência de Nossa Senhora da Assunção

Proprietário: Companhia de Jesus

Uso atual: Religioso

Data de construção: Século XVI, sendo concluída no século seguinte

Proteção: Tombada pelo SPHAN em 21/09/43, processo nº 229-T. inscrito no Livro de Tombo Histórico, nº 222 folha 37.

Histórico: de Reritiba (hoje Anchieta) sò restam a Igreja, dedicada a Nossa Senhora da Assunção e partes da residência. Não há data certa para sua fundação. De qualquer forma, a igreja deveria estar pronta em 1604, apresentando características das Igrejas de fins do século XVI e começos do século XVII.

A residência teve sua quadra completa, mas algumas alas ruíram no século passado e não foram reerguidas, restando um cômodo que se acredita tenha sido de Anchieta, mas não há documento comprobatório. A Sacristia atual é um acréscimo de fins do século XVIII, bem como os corredores que lhe dão acesso.

O que mais chama a atenção no conjunto de Reritiba são as três naves da Igreja não muito comum no Brasil.

II.5.3.P.8 - Município de Guarapari

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, em Guarapari existe o seguinte bem tombado:

➤ Igreja Nossa Senhora da Conceição

Proprietário: Curia Arquidiocesana de Vitória

Uso atual: Religioso

Data de construção: Século XVI

Proteção: Processo nº 428, Livro Hist. Folha 70. Data: 16/09/1970. Tombado pelo SPHAN.

Histórico: A Igreja Velha Matriz foi construída na parte alta da cidade, em 1585, pelo padre José de Anchieta. Durante muitos anos, os jesuítas desenvolveram suas atividades junto aos índios, que habitavam em cabanas próximas, catequizadas à beira da praia. Em 1760, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, a primeira igreja de Guarapari ficou abandonada.

Em 1880, com a ajuda do governo do Estado, a igreja da Matriz recebeu sua primeira restauração tendo perdido um pouco das características iniciais, principalmente o teto, que, construído com frisos, hoje é formado de gesso. Os restos mortais dos ali sepultados permanecem no local. O altar-mor, depois de restaurado, continua mantendo o mesmo estilo.

II.5.3.P.9 - Município de Piúma

De acordo com o Catálogo de Bens Culturais Tombados no E.S, em Piúma existem dois tombamentos:

➤ Ilha do Gambá

Proprietário: União Federal

Uso atual: Turismo e Lazer

Proteção: Processo nº 19/85, tombado no dia 17 de dezembro de 1985. Inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Científico sob nº 05 às Folhas 1 Verso e 2.

Histórico: A Ilha do Gambá, integrante do grupo de ilhas litorâneas, em que se destacam as ilhas do Meio e dos Cabritos, no município de Piúma, constitui patrimônio inalienável da comunidade espírito-santense. Seu processo de tombamento foi requerido pela própria população, através de abaixo assinado, reconhecendo a importância dessa ilha, para a economia local, pois constitui ponto turístico. A solicitação de tombamento está calcada na proposta de criação de uma Reserva Ecológica ou Biológica, dando, assim, desenvolvimento ao turismo e ao artesanato, que há muitos anos tomaram impulso em Piúma.

➤ **Monte Agha**

Proteção: Tombado pelo CEC em 17/12/85. Inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Científico sob nº 04 às Folhas 01 Verso e 2.

Histórico: constitui um dos pontos paisagísticos mais significativos da região, uma vez que ele está presente em quase todos os postais representativos do município. O Aghá serve de marco divisório entre os municípios de Piúma e Itapemirim e funciona como ponto de referência marítima para os pescadores e navegantes de uma vasta região. Em 1984, o monte passou a ser alvo de atividades de extração de calcário, pela implantação de uma pedreira. Isso provocou manifestação contrária da população, bem como ações do CEC, visando o seu tombamento, assegurando, assim, a preservação deste verdadeiro patrimônio natural.

II.5.3.P.10 - Município de Presidente Kennedy

➤ Igreja de Nossa Senhora das Neves

Erguida em meados do século XVII pelos jesuítas, é o marco do nascimento do município, uma vez que um núcleo urbano cresceu ao seu redor. Localizada entre a Praia das Neves e a Praia de Marobá, o local onde está construída é conhecido por Santuário das Neves, uma vez que só existe esta construção no local.

As Tabelas II.5.3-131, II.5.3-132 e II.5.3-133 identificam os sítios arqueológicos para os municípios de Vitória e Serra, Litoral Norte ES e Litoral Sul ES, respectivamente. Já as Tabelas II.5.3-134 e II.5.3-135 apresentam os bens naturais tombados identificados no Litoral Sul do ES e nos municípios da Serra, Vila Velha e Vitória, respectivamente.

Tabela II.5.3-131 - Sítios Arqueológicos – Vitória e Serra.

Município	Identificação
Serra	CNSA 4382 ES-VI nº 1
	CNSA 40383 ES-VI nº 2
	CNSA 40384 ES-VI nº 3
	CNSA 40385 ES-VI nº 4
	CNSA 40386 ES-VI nº 5
	CNSA 40387 ES-VI nº 6
	CNSA 40388 ES-VI nº 7
	CNSA 40389 ES-VI nº 8
	CNSA 56065 ES – VI 7
	CNSA 40390 ES-VI nº 9
	CNSA 40391 ES-VI nº 10
	CNSA 40392 ES- VI nº 11
	CNSA 40393 ES- VI nº 12
	CNSA 40394 ES- VI nº 13
CNSA 40395 ES- VI nº 14	
Vitória	CNSA 40396 ES- VI nº 17
	CNSA 40397 ES-VI nº 18
	CNSA 40398 ES-VI nº 19

Fonte: www.iphan.gov.br.

Tabela II.5.3-132 - Sítios Arqueológicos – Litoral Norte ES.

Município	Identificação
Fundão	CNSA 40361 ES-VI nº 15
Aracruz	CNSA 40345 – Sítio Arqueológico do Multirão - ES
	CNSA 40375 ES- LI nº 4
	CNSA 40376 ES- LI nº 9
	CNSA 40377 ES- LI nº 6
	CNSA 40378 ES- LI nº 7
São Mateus	CNSA 40379 ES- LI nº 9
	CNSA 40380 ES- LI nº 10
	CNSA 40381 ES- LI nº 31

Tabela II.5.3-133 - Sítios Arqueológicos – Litoral Sul ES.

Município	Identificação
Itapemirim	CNSA 40361 – ES-VI Nº 15
Piúma	CNSA 40367 – ES-GU-1
	CNSA 40401 – Chapada da “A” – ES
Anchieta	CNSA 40402 – Rio Una I – ES
	CNSA 40403 – Rio Una II – ES
Guarapari	CNSA 40404 – Ruínas da Igreja de Nossa Sra. da Conceição - ES

Tabela II.5.3-134 - Bens Naturais Tombados – Litoral Sul ES.

Denominação	Localização (município)	Área (ha)	Instrumento de Criação	Inst. Resp.
Bem natural integrante da cadeia de ilhas: do Meio, de Fora e dos Franceses	Piúma	-	Resolução 06/89 de 05/12/89 – Cec	-
Ilha do Gambá	Piúma	-	Resolução Nº 03/86 de 23/01/86	-
Mata Atlântica e seus ecossistemas associados	-	-	Resolução Nº 03/91	-
Monte Aghá	Piúma e Itapemirim	-	Resolução Nº 06/85 de 08/12/85 – Cec	-
Morro do Cruzeiro	Guarapari	-	Resolução 02/92 de 02/07/92	PMG
O Frade e a Freira	Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim	812,2	Resolução Nº 07/86 de 12/06/86 – Cec	-

Fonte: SIAMPES/SEAMA.

Tabela II.5.3-135 - Bens Naturais Tombados nos municípios da Serra, Vila Velha e Vitória

Denominação	Localização (município)	Área (ha)	Instrumento de Criação	Inst. Resp.
Mestre Álvaro	Serra	3470	Lei 4507/91	Estado
Praia Mole (Lagoa de Carapebus e Restingas de Praia Mole)	Serra	400	Lei 3002/94	Estado
Morro do Vilante	Serra	-	Lei 2235/99	PMS
Lagoa Jacuném (Remanescentes da Mata Atlântica)	Serra	-	Lei 093/98	PMS
Parque Ecológico Morro do Penedo	Vila Velha	19	Decreto nº 058/94	PMVV
Parque Natural de Jacarenema	Vila Velha	346,27	Decreto nº 033/03	PMVV
Parque Ecológico Jabaeté	Vila Velha	244	Decreto nº 059/95	-
Lagoa Grande	Vila Velha	4,3	Decreto nº 138/95	PMVV
Morro do Moreno	Vila Velha	60	Decreto nº 202/96	PMVV
Morro do Jaburuna	Vila Velha	-	Decreto Municipal nº 140/92	PMVV
Lagoa de Cocal	Vila Velha	2,5	Decreto nº 073/88	PMVV
Morro da Penha	Vila Velha	-	-	IPHAN
Pedra da Cebola	Vitória	-	Resolução nº 10/90- CMPDU	PMV
Pedra dos Olhos	Vitória	-	Tombamento provisório	PMV
Estação Ecológica Ilha do Lameirão	Vitória	-	Lei 3377/86	PMV

Fonte: www.vitória.es.gov.br, www.serra.es.gov.br e Agenda Metropolitana Vila Velha.